

textos

7.º volume
(1980)



francisco sá carneiro

TEXTOS
7.º VOLUME
(1980)

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

TEXTOS

7.º VOLUME

(1980)



Todos os direitos de publicação em Portugal
reservados por: © Instituto Sá Carneiro

ALÊTHEIA EDITORES
Escritório na Rua do Século, n.º 13
1200-433 Lisboa, Portugal
Tel.: (+351) 21 093 97 48/49, Fax: (+351) 21 096 48 26
E-mail: aletheia@aletheia.pt
www.aletheia.pt

Impressão e acabamento:
Várzea da Rainha Impressores, Óbidos
www.varzeadarainha.pt

ISBN: 978-989-622-453-0
Depósito Legal: ?/11

Abril de 2012

PREFÁCIO

O III Volume de Textos de Francisco Sá Carneiro abarca o período de fim de abril de 1974 até às vésperas do 25 de novembro de 1975.

Durante esses 19 meses, viveu-se, em Portugal, a fase mais aguda do chamado PREC, o processo revolucionário em curso, que culminou com uma quase confrontação armada que poderia ter conduzido a uma guerra civil.

Para quem se interesse pela História recente do nosso país, os Textos que integram este III Volume são uma excelente fonte sobre o que foi aconte

Francisco Sá Carneiro – “Textos”

Sétimo Volume - 1980

1. 1980.....	2
1.1. DISCURSO NA POSSE DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL - 3 DE JANEIRO DE 1980	2
1.2. DISCURSO DE APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - 12 DE JANEIRO DE 1980.....	6
1.3. DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO DEBATE DO PROGRAMA DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL - 16 DE JANEIRO DE 1980.....	13
1.4. TEXTO DA MOÇÃO DE CONFIANÇA E RESPECTIVO DISCURSO DE APRESENTAÇÃO - 19 DE JANEIRO DE 1980	24
1.5. DISCURSO FINAL DE DEBATE DA MOÇÃO DE CONFIANÇA - 19 DE JANEIRO DE 1980...	26
1.6. ENTREVISTA À RÁDIO RENASCENÇA - 13 DE JANEIRO.....	32
1.7. ENTREVISTA À RADIOTELEVISÃO ESPANHOLA - 14 DE FEVEREIRO DE 1980.....	55
1.8. DISCURSO NA VISITA DE ROY JENKINS = 6 DE MARÇO DE 1980	67
1.9. ENTREVISTA À R.T.P. 1 - 16 DE MARÇO DE 1980	69
1.10. DISCURSO DE ENCERRAMENTO DA INTERPELAÇÃO AO GOVERNO - 7 DE MARÇO DE 1980.....	86
1.11. ENTREVISTA AO PRIMEIRO DE JANEIRO - 30 DE MARÇO DE 1980.....	95
1.12. DISCURSO NO ALMOÇO OFERECIDO AOS MINISTROS DO CONSELHO DA EUROPA - 10 DE ABRIL DE 1980	96
1.13. DISCURSO NA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA - 21 DE ABRIL DE 1980	98
1.14. INTERVENÇÃO NA TELEVISÃO E RÁDIO - 27 DE ABRIL DE 1980	102
1.15. DECLARAÇÃO AO PRIMEIRO DE JANEIRO - 22 DE JUNHO DE 1980	109
1.16. DISCURSO À CHEGADA AOS AÇORES - 22 DE JUNHO DE 1980	111
1.17. DISCURSO NO FAIAL - 24 DE JUNHO DE 1980	112
1.18. ENTREVISTA AO LE FIGARO - 30 DE JUNHO DE 1980	113
1.19. DISCURSO NO ALMOÇO OFERECIDO POR RAYMOND BARRE - 3 DE JULHO DE 1980	116
1.20. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA À CHEGADA DE PARIS - 3 DE JULHO DE 1980	117
1.21. DISCURSO NA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE - 4 DE JULHO DE 1980.....	119
1.22. DISCURSO AOS EMPRESÁRIOS DO NORTE - 5 DE JULHO DE 1980.....	121
1.23. ENTREVISTA AO JORNAL GLOBO - 9 DE JULHO DE 1980	125
1.24. DISCURSO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA - 13 DE JULHO DE 1980	128
1.25. DISCURSO NO ALMOÇO DO PRESIDENTE CARSTENS - 16 DE JULHO DE 1980	130
1.26. DISCURSO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL - 20 DE JULHO DE 1980	132
1.27. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA À CHEGADA À MADEIRA - 26 DE JULHO DE 1980	135
1.28. COMUNICADO DO GOVERNO - 16 DE AGOSTO DE 1980	139
1.29. DISCURSO NO SEMINÁRIO DE CANDIDATOS A DEPUTADOS PELA ALIANÇA DEMOCRÁTICA - 30 DE AGOSTO DE 1980	142
1.30. DISCURSO NA ASSEMBLEIA GERAL DA NATO - 3 DE SETEMBRO DE 1980.....	153
1.31. DISCURSO NA HERDADE DA MALHADA VELHA - 6 DE SETEMBRO DE 1980.....	158

1.32. MENSAGEM AOS MILITANTES - 11 DE SETEMBRO DE 1980	160
1.33. COMUNICAÇÃO AO PAÍS NA R.T.P. - 12 DE SETEMBRO DE 1980	160
1.34. ENTREVISTA AO TEMPO - 18 DE SETEMBRO 1990	171
1.35. ENTREVISTA AO PRIMEIRO DE JANEIRO - 26 DE SETEMBRO DE 1980	189
1.36. DECLARAÇÕES A O DIA - 7 DE OUTUBRO DE 1980.....	193
1.37. DISCURSO NO CONSELHO NACIONAL - 18 DE OUTUBRO DE 1980	194
1.38. DISCURSO NO CONSELHO NACIONAL - 18 DE OUTUBRO DE 1980	203
1.39. TELEGRAMA ENVIADO A RONALD REAGAN - 5 DE NOVEMBRO DE 1980	209
1.40. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA - 2 DE DEZEMBRO DE 1980.....	209
1.41. ENTREVISTA AO CAMBIO 16 - 4 DE DEZEMBRO 1980.....	213
1.42. A ÚLTIMA MENSAGEM DE SÁ CARNEIRO AOS PORTUGUESES	218
1.43. MENSAGEM DE SÁ CARNEIRO NO TEMPO DE ANTENA DO GENERAL SOARES CARNEIRO	220

1. 1980

1.1. Discurso na posse do VI Governo Constitucional - 3 de Janeiro de 1980

Senhor Presidente da República,

Senhoras e Senhores,

A Aliança Democrática assume o Poder por imperativo da decisão eleitoral dos Portugueses que lhe deram a maioria na Assembleia da República. Não se estranhará por certo que isto desde logo se sublinhe, dado que são a existência dessa maioria parlamentar e a legitimidade irrecusável da sua origem as razões da presente investidura. Assim termina uma longa crise política que só em eleições podia ter encontrado o seu desfecho e solução.

O processo legal de designação do Primeiro-Ministro fez com que as responsabilidades da coligação política, estável e duradoura, que a Aliança Democrática, se iniciassem, no mesmo dia, no Governo e no Parlamento.

A distinção entre os dois órgãos de soberania, a separação das suas funções e a diversidade dos seus poderes não obstam à necessidade da actuação conjugada do Governo e da maioria. A legitimidade popular e democrática é suporte essencial de ambos e resulta de uma inequívoca escolha dos Portugueses. Essa escolha impõe que a Aliança Democrática assuma plenamente o poder executivo e o poder parlamentar, sem hesitação, antes com a clareza e firmeza com que se apresentou ao eleitorado.

A vitória eleitoral que conduziu à formação deste Governo consagrou um projecto político no qual se uniram o PSD, o CDS e o PPM, e a que os reformadores se associaram através de um acordo com os sociais-democratas. A unidade nos objec-

tivos e na actuação, preservando a individualidade própria, dos programas e dos princípios de cada um, foi uma das razões da vitória e será a base do êxito da nova maioria.

Assume-se, pois, o Poder não como um fim em si, mas como meio de realizar um projecto proposto e aceite. Assume-se hoje, aqui e no Parlamento, um poder que, por ser democrático, é relativo e tem de ser exercido com integral respeito pela Constituição, pelos demais órgãos de soberania, pelas forças sociais e políticas e, acima de tudo, pelos homens e mulheres de Portugal. Trata-se de um poder não gerado em gabinetes ou imposto nos bastidores. Em tais condições, ele não será um poder que não ouse exercer-se, usado para ocupação e partilha do Estado ou que se limite à mera administração de um sistema herdado em parte dos nossos adversários e em parte da acção não democrática de minorias que, a si próprias, se consideram revolucionárias.

Conscientes embora das limitações derivadas do tempo e resultantes da observância do regime constitucional vigente e respectivo período transitório, o actual Governo e a maioria parlamentar que o apoia, fiéis à escolha dos Portugueses, receberam o mandato de transformar a sociedade nacional segundo o seu projecto próprio, pela via de reformas cuja intensidade e ritmo serão determinados pela necessidade da resolução dos problemas concretos do País.

O Governo orientar-se-á por estes princípios. Por isso, ele será de facto Poder executivo, inabalável nos propósitos, coeso e solidário na decisão, moderado e verdadeiro na acção, intransigentemente exercido para reforço da democracia representativa, do império da lei e do sentido de solidariedade e de justiça.

O respeito absoluto pela democracia representativa e o propósito de a realizar plenamente, através do fim do período transitório, implicam respeito pelas oposições, pelas forças sociais e pela opinião pública e seus representantes, bem como a comunicação regular com todos eles. Mas implicam, também, que a nenhuma dessas forças sejam atribuídas prerrogativas ou influências que desvirtuem um sentido da escolha eleitoral ou lhes dêem um poder de decisão incompatível com os princípios e a prática da democracia.

O Governo ouvirá atentamente a opinião pública, expressa através dos órgãos de comunicação social que não tentará obrigar, por meios administrativos, a informar o País como a cada momento lhe convenha. Não esquecerá, porém, que a opinião que os órgãos de comunicação social reflectem, ou até eles próprios produzem, não é frequentemente a opinião nacional e, às vezes, nem sequer uma sua parte significativa. Deste modo, ouvindo-a não se deixará determinar por ela, nem por ela apreciará a sua situação ou a conveniência das suas políticas.

O Governo não interferirá no jogo responsável das forças sociais, embora se não demita de assegurar que esse jogo seja verdadeiramente livre, nem de criar as circunstâncias favoráveis e propícias ao estabelecimento, entre elas, do consenso possível. As forças sociais não são órgãos de soberania e qualquer esforço para governar por elas ou através delas não significaria mais do que um regresso a concepções corporativistas de Estado, que liminar e firmemente se rejeitam.

Pela mesma ordem de ideias, não cabe às organizações que se reclamam da representação de forças sociais determinar as decisões na esfera específica e reservada do Governo.

O império da lei, fundamento do Estado de Direito, implica o seu respeito geral, sem exceções ou contemplos para quem quer que seja. Não é fácil terminar, rapidamente, com um certo clima de impunidade que alastra no nosso país e que existe em sectores do Estado, ou dele dependentes, dos quais devia, pelo contrário, vir o exemplo do respeito escrupuloso das leis. Mas a dificuldade da tarefa levará apenas a que o Governo nela se empenhe com mais determinação, certo como está de que sem isso a comunidade nacional, o regime democrático e a liberdade das pessoas serão minadas pela corrupção e pelo arbítrio e cairão, finalmente, sob a imoralidade da força injusta.

O sentido da solidariedade e da justiça não pode dissociar-se do próprio regime democrático, e tem de ser plenamente vivido em cada país para que gradualmente se comunique à comunidade internacional.

Estes grandes propósitos exigem que o Governo da Aliança Democrática se situe e actue no plano nacional e não no plano partidário.

Apoiado pelos partidos e pessoas que integram a nova maioria parlamentar, o Governo e a sua política não lhe estão subordinados ainda que perante ela sejam responsáveis e por ela possam ser substituídos.

Foi essa orientação que me determinou a cessar o exercício das funções de Presidente do Partido Social Democrata. O cargo em que fui investido pertence ao PSD no quadro da AD, mas a responsabilidade pelo seu exercício e pela direcção política do Governo cabem-me inteiramente.

Autónomo, e guiando-se, como se guia, por critérios nacionais e não por objectivos meramente partidários, o Governo não descerá a expedientes eleitoralistas. Assim o impõe o sentido de serviço que o anima e a prática escrupulosa da verdade e do rigor, que será a sua. Por isso também, o Governo se não orientará por critérios ideológicos, mas partirá da situação dos seus concretos problemas. Das pessoas e igualmente das comunidades que elas formam com maior ou menor autonomia, pois a solidariedade e a justiça devem estender-se a todos os portugueses, onde quer que se encontrem e trabalhem, às autarquias locais e às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Neste momento, muito em especial, cabe ao Governo declarar a sua disposição de auxiliar o povo dos Açores, principalmente o das ilhas da Terceiras e S. Jorge, com todos os meios ao seu alcance. E é preciso que,

no meio da dor, que a Nação partilha, se pense desde já na reconstrução rápida e total do que o terramoto destruiu. Nisso se empenhará o Governo.

Hoje, aqui e no Parlamento, iniciamos apenas a tarefa que o eleitorado nos confiou. Por este começo, que simbolicamente coincide com o deste ano e o desta década, responderemos daqui a cerca de nove meses perante os Portugueses, em novas eleições das quais resultará um Parlamento com poderes constituintes.

Seremos julgados pelo que nesse curto espaço de tempo realizarmos. Sobretudo pela capacidade que demonstrarmos de mudar Portugal e de melhorar as condições de vida dos Portugueses e pela correspondência real do nosso projecto com as necessidades do País.

Tomamos o Governo de Portugal com a consciência do que ele implica e, portanto, com humildade que não afecta a determinação. As dificuldades internas e externas que enfrentamos não podem ser subestimadas.

A uma situação económica interna em contínua degradação, em que o único sinal positivo é a melhoria da situação das balanças de transacções e de pagamentos com o exterior, corresponderá no ano corrente um agravamento da situação económica internacional.

As mais recentes previsões da O.C.D.E. não são animadoras para os países membros e designadamente para Portugal, onde se espera maior inflação e menor crescimento.

Teremos ainda de fazer face a novos aumentos do preço do petróleo e à instabilidade política que caracterizou o fim da década de 70, que corre o risco de degenerar em graves conflitos. A recente invasão do Afeganistão pela U.R.S.S., que ameaça a paz e a segurança mundiais, é um exemplo típico dos perigos que nos esperam.

A década que agora terminou foi caracterizada pela incerteza e instabilidade, que difundiram a angústia e a dúvida que vemos por toda a parte instaladas. Vivemo-las também em Portugal, a par com a alegria da liberdade reencontrada e das promessas ainda não plenamente cumpridas de democracia e de justiça social.

Compete-nos dar, ao nível das realizações concretas, um princípio de resposta aos legítimos e insatisfeitos anseios dos Portugueses, resposta que se deverá prolongar, depois, em reformas mais profundas e em mudanças duradouras.

A Portugal, inserido na Comunidade Europeia e na Comunidade mais larga das nações livres, cabe também dar o seu contributo para que a Humanidade encontre, na década de 80, os caminhos da paz, da tolerância e da justiça. Mas esse contributo depende, essencialmente, da realização dos valores de civilização e cultura que defendermos no Mundo, na nossa terra e para a nossa gente. É pois, partindo da política interna, e como prolongamento dela, que teremos de abordar as questões internacionais, nunca no movimento contrário, que gera dependência e transpira provincianismo.

Medimos os desafios a enfrentar e sentimos a impaciência acumulada nos anos passados que sobre nós pode desabar. Mas não tememos os riscos, nem receamos a esperança. A força forja-se na luta, a firmeza no combate pelos princípios, a coragem no enfrentar da crise.

Possam o novo Governo e a nova maioria, fazendo mais do que falando, conseguir que a nossa geração fique na memória do País como aquela que teve a lucidez e a simplicidade de se ater aos reais problemas dos Portugueses e de, dando-lhes

metodicamente resposta, sem subordinação a preconceitos, criar-lhes melhores condições de vida e preparar o seu futuro.

A pessoa é a medida e o fim de toda a actividade humana. E a política tem de estar ao serviço da sua inteira realização. Essa é a nova regra, o novo início, a nova meta.

Essa foi e será a medida do êxito ou do fracasso, a causa da estabilidade ou da queda de Governos e de regimes. Assim será também com este Governo e com o regime plenamente democrático para o qual a nossa acção contribuir!

1.2. Discurso de Apresentação do Programa do VI Governo Constitucional na Assembleia da República - 12 de Janeiro de 1980

INTRODUÇÃO

Começo por saudar os representantes livremente escolhidos pelo povo português e em particular o seu Presidente. Esta Assembleia é uma assembleia única na história dos regimes representativos em Portugal. Pela primeira vez a maioria mudou pacífica, legal e honestamente pelo voto. E as maiorias de ontem, que são as minorias de hoje, aceitaram sem violência o juízo do país.

A esperança e a vontade de mudar que aqui trouxeram cento e vinte e oito candidatos das listas da Aliança Democrática só dizem respeito aos partidos, agrupamentos e pessoas que a compõem. Aos que nos elegeram, solenemente prometemos não desiludir a esperança nem trair a vontade.

Mas é preciso acrescentar que a transferência do poder, nos termos em que se fez, honra todos participantes na vida política nacional: simples cidadãos, partidos, órgãos de soberania. Em certo sentido a data de 2 de Dezembro não marca apenas a vitória da Aliança Democrática. Marca também e sobretudo, um passo decisivo para a maioria da democracia portuguesa.

O País escolheu e expressamente mandatou um Governo para cumprir com base numa maioria parlamentar, estável e coerente, um programa de mudança e progresso.

Na verdade não se limitou a escolher entre partidos. A Aliança Democrática propunha-lhe mais do que isso. Propunha-lhe uma escolha clara entre o seu Governo e o Governo do PC e do PS, com ou sem patrocínio presidencial. O País escolheu a Aliança Democrática. É este, pois, um Governo especialmente responsável que se apresenta ao povo português através da Assembleia da República.

Têm o Governo e a maioria, nítida consciência da missão de que se encontram investidos. Como realidade políticas singulares na história da democracia e da justiça. Princípios éticos da sua criação e da sua acção, neles encontra a Aliança Democrática o critério para a luta em defesa da dignidade da pessoa humana e de um Portugal renovado, moderno e próspero.

A política do Governo é por natureza humanista no projecto português na raiz e europeia na vocação.. Contribuir para a edificação de Portugal Democrático o seu objectivo. Ajudar o processo de revitalização da sociedade civil e fomentar o reencontro entre o estado e os cidadãos em o seu método. O Governo está interessado no aprofundamento das solidariedades entre os portugueses, na afirmação e realização da pessoa humana e no desenvolvimento da justiça social. Como está interessado num exercício mais amplo das capacidades da iniciativa privada, individual ou de grupo, na convicção de que o progresso material do País tem nela o seu motor principal.

Gestor de interesses em conflito, o Governo encara as tensões sociais sem receio. Aceita-as como um factor dinâmico da vida colectiva, e orientará a sua acção pela regra de subordinação do interesse particular ao interesse geral, condicionada ao respeito devido à autonomia dos corpos e grupos sociais e as exigências da descentralização.

O Governo atenderá as responsabilidades que cabem ao estado na protecção dos mais desprotegidos e dos marginalizados da sociedade. A guerra contra a pobreza e a ignorância está na primeira linha das suas preocupações. E nesta luta o Estado deve dar o exemplo. A transparente honestidade da administração pública tem de se traduzir num firme combate a todas as formas de corrupção e numa prática quotidiana sóbria e digna.

A dignidade do Estado português, na ordem interna e na ordem externa, impõe também que o Governo seja sensível ao património cultural de um povo espalhado pelo mundo e com mais de oito séculos de história. A forma de comemoração, em 1980, do 4.º centenário da morte de Luís de Camões será símbolo dessa sensibilidade. A aceleração do processo de integração europeia de Portugal representa, por outro lado, o sentido modernizador que o Governo entende imprimir, no começo da década de 80, à herança histórica de que o País é depositário, consciente de que só uma política interna determinada, coerente e adaptada aos interesses nacionais, poderá conduzir a que a integração se processe com vantagem e seriedade.

O Governo apresenta-se, pois, com uma política clara quanto ao sentido geral dos processos de democratização económica, social e cultural que quer animar, em complemento do percurso que o País percorre em direcção a formas mais aperfeiçoadas de democracia. O horizonte temporal restrito a que se sujeita este programa não retira força, nem diminui a importância dessa política, embora limite a sua concretização ao curto lapso de alguns meses, até ao momento em que, de novo, os portugueses sejam chamados a pronunciar-se através do voto.

O Governo não ignora que muito cedo terá de se submeter a prova eleitoral. Mas desde já afirma que não a teme. Pelo contrário, considera essa prova como mais um elemento mobilizador das suas próprias energias ao serviço do País. Saberá adoptar um estilo pragmático na busca da resolução dos problemas concretos dos portugueses. Manter-se-á sereno perante as dificuldades, naturais ou artificiais que lhe surjam. E simultaneamente, recusará seguir os caminhos fáceis mas fraudulentos da demagogia. Pelo seu lado, o Governo não contribuirá para que o

país viva os meses do seu mandato num clima de campanha eleitoral. Espera confiadamente que, nas eleições legislativas de 1980, o povo português o julgue pela obra realizada. É um desafio que gostosamente aceita.

GRANDES OPÇÕES

O Governo da Aliança Democrática foi eleito em nome de uma firme disposição de mudança, mas também sob o signo da moderação. O País precisa tanto de mudança como de moderação.

Em menos de cinco anos, Portugal teve onze governos, cinco dos quais desde que a Constituição foi aprovada em 1976. O Governo da Aliança Democrática é, já de si, o princípio da mudança, porque responde à urgente necessidade de que Portugal não continue à mercê de arranjos partidários efémeros ou de ministérios transitórios, em que o País não acredita e que a Assembleia da República não apoia. Mudança em direcção à estabilidade governativa e a uma efectiva colaboração entre Governo e Parlamento. O seu programa aponta na mesma direcção.

A mudança prometida pela Aliança Democrática vai decorrer nos quadros estabelecidos pela lei e no respeito das instituições democráticas do País. Ela sem dúvida implica a oportuna revisão da constituição da República Portuguesa. Mas sendo a defesa do princípio da legalidade e a salvaguarda da autoridade do estado de direito a primeira grande opção política do Governo, este limitar-se-á, na sua actuação legislativa e administrativa, ao quadro constitucional existente. Entende, porém, o Governo e a sua maioria parlamentar que em obediência à regra segundo a qual aquilo que não é proibido, é implicitamente consentido, lhes será lícito defender a aprovação de uma proposta de lei-quadro sobre o regime jurídico do referendo ou interpretar de modo não restritivo os preceitos constitucionais relativos às regiões autónomas, quando da discussão das respectivas propostas de estatuto na Assembleia da República.

À salvaguarda da legalidade e da autoridade do estado de direito, o Governo associa, de modo indissolúvel, o desenvolvimento da autonomia regional dos Açores e da Madeira e o aprofundamento da unidade e da solidariedade nacionais.

O Governo garantirá a comunicação permanente com os governos regionais, através dos quais, nomeadamente, se completará o processo de transferência dos serviços periféricos do estado existentes nos dois arquipélagos, se estudará a devolução de poderes que as regiões devem exercer, se ajustarão os apoios financeiros indispensáveis ao desenvolvimento regional, se acertarão os mecanismos de participação das regiões nas negociações de natureza internacional que, de algum modo, as afectem e se procederá à preparação da criação de zonas de franquia aduaneira nos dois arquipélagos, abrangendo os sectores comercial e industrial. A exemplo do que sucede noutras terras insulares da Europa, o Governo autorizará as regiões autónomas a emitir selos próprios, bem como a cunhar moeda própria com interesse numismático. Definir-se-á também para os arquipélagos uma nova política de transportes e infraestruturas a eles ligados, por forma a minimizar os efeitos económicos e sociais da insularidade. E, nomeadamente, acelerar-se-ão os projectos e estudos destinados a assegurar as ligações intercontinentais da Madeira. Quanto ao território de Macau, sob administração portu-

guesa, o Governo e a sua maioria parlamentar estão abertos a conceder o apoio necessário à promoção do seu progresso cultural e material, à preservação das seculares relações de boa vizinhança entre os povos de Macau e da República da China, e à discussão do novo estatuto orgânico do território, num clima de consulta sobre todas as providências que tenham incidência nos interesses e aspirações da população local e no respeito dos preceitos constitucionais pertinentes.

Entretanto, o Governo manterá o princípio de considerar Portugal como estado responsável pelo território de Timor Leste e não abdicará de lutar pela autodeterminação da sua população.

A unidade e a solidariedade nacional impõem o reforço da participação dos portugueses na administração do País e na sua vida política. A apresentação à Assembleia da República de propostas de lei sobre revisão das leis eleitorais provêm dessa opção essencial do Governo. Através delas, serão fixadas formas mais amplas de intervenção eleitoral dos emigrantes e restabelecido o círculo eleitoral de Macau.

Este propósito de promover uma maior participação dos cidadãos na existência colectiva é acompanhado pela vontade de diálogo e concertação com as forças sociais e culturais mais relevantes da sociedade portuguesa.

Mas o Governo não ignora que lhe cabe, simultaneamente, ajudar a construir as condições que permitam aos portugueses ter consciência da sua identidade nacional e orgulhar-se de uma pátria justa, pacífica e próspera.

Prosseguir-se-á com firmeza, a opção europeia e atlântica da política externa, como parte de um objectivo geral de preservação da independência e dignidade de Portugal.

O mesmo objectivo, embora adaptado a especiais circunstâncias históricas e culturais, orientará o aprofundamento das relações com os outros estados de língua portuguesa.

Quanto ao sistema económico, a racionalização do sector público merecerá uma particular atenção do Governo.

Mas o alargamento e reanimação do sector privado é um dos seus critérios de acção, visto que o considera uma base essencial do desenvolvimento do País e instrumento da sua reconstrução. Entretanto ao cidadão o Estado deve dar mais em troca do que lhe pede ou pedir menos do que aquilo que está em condições de reciprocamente lhe dar.

O Governo empenhar-se-á também na reforma progressiva da administração pública, condição do progresso geral do País.

No plano social, o Governo preocupar-se-á sobretudo com as carências mais significativas nos domínios da habitação, da educação, da saúde e da segurança social. O Governo inscreve no centro das suas preocupações a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos portugueses, essência da sua luta pela justiça e por mais sólidos suportes materiais e culturais da liberdade.

Essas são, pois, as grandes opções políticas do Governo: defesa do princípio da legalidade, salvaguarda da autoridade do estado de direito e acatamento da lei constitucional, desenvolvimento da autonomia das regiões autónomas, bem como da unidade e da solidariedade nacionais. Reforço das formas de participação dos cidadãos, quer residentes quer emigrantes, na vida colectiva e a prática do diálogo como método de superação dos conflitos. Preservação da independência e da dignidade do País com aprofundamento da opção europeia e atlântica de Portugal. Combate à crise económica e luta pela melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos portugueses.

O Governo espera, poder, assim, contribuir para que os portugueses se sintam mais portugueses e mais confiados no futuro de Portugal.

Atribuirá, além disso, a máxima prioridade à resolução dos problemas concretos e está inteiramente disposto a não deixar que os temas ideológicos ou doutrinários do processo político se sobreponham ao enfrentamento claro e sem ambiguidades das questões que, no dia a dia, mais preocupam a maioria dos cidadãos.

ESTRUTURA DO GOVERNO

A estrutura do Governo foi concebida em função de critérios de operacionalidade. O número dos seus ministros é o menor de todos os executivos formados em Portugal desde o 25 de Abril. Não há nele ministros-coordenadores, devendo as relações de coordenação ser estabelecidas através de conselhos de ministros restritos, técnica e politicamente habilitados.

A coesão política do Governo parece estar, assim, mais facilmente assegurada através do Primeiro-Ministro ou, quando necessário do Vice-Primeiro-Ministro, evitando-se a pulverização dos centros de decisão num conjunto que precisa de se distinguir pela eficácia e pela funcionalidade.

Na presidência do conselho de ministros ficarão, entretanto, situados vários sectores que a experiência aconselha a colocar na dependência política superior do próprio Primeiro-Ministro, comunicação social, cultura e ordenamento e ambiente.

Concentraram-se no Vice-Primeiro-Ministro, que acumula as suas funções com a de Ministro dos Negócios Estrangeiros, muitas responsabilidades em matéria de política externa, incluindo as questões relacionadas com a integração europeia. Esta opção traduz a importância política que o Governo atribui à unidade na condução das relações externas do País. Pelo seu carácter global, o sector da reforma administrativa depende igualmente do Vice-Primeiro-Ministro.

Os secretários de Estado deixam entretanto, de ter competência própria atribuída por lei para passarem a dispor da competência que lhes for delegada pelos ministros, sem prejuízo das correspondentes designações apontarem desde já para a área em que irão preferencialmente intervir. Pretende-se, assim, evitar a existência de compartimentos estanques dentro de cada ministério e permitir maior rapidez no relacionamento e na coordenação entre serviços.

O Ministério das Finanças e do Plano apresenta o maior número de secretários de Estado, em virtude, por um lado, do especial e diversificado volume de questões

de que se trata, e por outro à concentração num único Ministro das responsabilidades governamentais que, por vezes, têm estado distribuídas.

No Ministério da Educação e Ciência, em contrapartida, desaparecem os lugares de Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário e da Administração Escolar, substituídos por um único lugar de Secretário de Estado da Educação com maior capacidade para o equacionamento integrado das questões de natureza diversa que se colocam em vários graus de ensino e em diferentes áreas da acção educativa.

Pela primeira vez, enfim, se cria um lugar de secretário de Estado da Família, a fim de que o Governo possa ter uma perspectiva acerca das políticas mais adequadas para promover a justiça social não apenas no ângulo do cidadão, mas também do conjunto familiar.

São, pois, importantes as inovações que a estrutura do Governo apresenta. Não são porém numerosas, se a compararmos com a dos quatro primeiros governos constitucionais. A alteração mais profunda deve resultar da reforma administrativa, não sendo prudente introduzir grandes alterações no plano político sem que, previamente, estejam estudadas e em via de concretização as necessárias adaptações ao nível dos serviços. De outro modo, encorajar-se-ia a tendência para fazer aumentar indiscriminadamente a dimensão da administração num País onde ela já é excessivamente pesada e ineficiente.

Inovador é o facto de a responsabilidade pelo ministério da defesa nacional se entregar a um civil. Entendeu-se na verdade, que com o aproximar do fim do período de transição constitucional em que vivemos, era desde já oportuno assinalar de alguma forma o princípio de que, após a revisão da constituição e com o desaparecimento do Conselho da Revolução, as forças armadas portuguesas devem depender politicamente do Governo escolhido pelo povo. Deste modo se abre caminho para uma nova forma de relação entre civis e militares na democracia portuguesa mais consentânea com as tradições e regimes dos países da organização do tratado do atlântico norte, de que Portugal é membro, sem qualquer quebra do rigoroso apartidarismo das forças armadas.

O GOVERNO E OS OUTROS ÓRGÃOS DE SOBERANIA

O Governo manterá, em relação aos demais órgãos de soberania um comportamento pautado pelo escrupuloso respeito das normas constitucionais.

Para além disso, faz questão de sublinhar o seu propósito de considerar como decorrente de um imperativo nacional a cooperação entre órgãos de soberania dentro das suas esferas de competência específica, sem prejuízo do princípio da separação de poderes.

O Governo não pretende usar, em relação a qualquer outro órgão de soberania, o argumento político que resulta de ser a Assembleia da República, e ele, Governo, quem exprime a mais recente e actualizada expressão da vontade popular. Não se porá em causa a legitimidade constitucional e popular de cada órgão de soberania, tal como decorre da lei fundamental.

Esta atitude não colide com as opiniões que as forças políticas apoiantes do Governo possam ter acerca da existência, da configuração, do comportamento ou do futuro dos vários órgãos de soberania ou dos seus titulares. Ela é assumida em nome do respeito pela legalidade e do interesse nacional. As instituições do Estado têm de se respeitar mutuamente e entender-se nos limites estabelecidos pela Constituição.

O Governo procurará pelo seu lado, manter uma relação construtiva com o Presidente da República manifestando o respeito devido ao Chefe do Estado, sem abdicar das suas próprias prerrogativas constitucionais.

Por fim o Governo favorecerá o aperfeiçoamento das condições de trabalho da Assembleia da República e dos Deputados, esforçando-se por melhorar as relações orgânicas e funcionais entre ele e o Parlamento. O Governo estará disponível para o contacto e regular diálogo com a Assembleia da República, de que um dos seus membros, o Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, se encontra especialmente incumbido de coordenar e garantir.

O GOVERNO, A OPINIÃO PÚBLICA E AS FORÇAS SOCIAIS

O Governo, consciente de que é o Governo de Portugal e, portanto, de todos os portugueses, não ignorará o significado social e político dos resultados das eleições de 2 de Dezembro.

Não aceitará, todavia, que essa sua disposição se possa interpretar como aceitação implícita de privilégios de base geográfica ou social de algumas forças políticas. Portugal é uno e o Governo exerce nos termos constitucionais a sua acção sobre todo o País e com obediência ao princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei.

A opinião pública será mantida ao corrente dos principais problemas nacionais e da resposta que, para eles, o Governo for encontrando.

Perante a opinião pública o Governo praticará uma política de verdade e de informação frequente e, em relação aos partidos que o não apoiam, saberá respeitar o estatuto da oposição. Do rigor dessa política está o Governo certo que resultarão importantes factores de estabilidade social e política.

Sem quaisquer paternalismos e num espírito de concertação, o Governo dialogará com os organismos representativos dos trabalhadores e dos empresários. O Governo confia no patriotismo e no espírito democrático da enorme maioria dos trabalhadores e dos empresários portugueses. Os conflitos de interesses que entre eles existem serão vistos pelo Governo dentro do respeito devido á autonomia das organizações sociais. A concepção de democracia participada da Aliança Democrática não é compatível com a instauração de um modelo de relações de trabalho em que se minimize a intervenção e decisão dos trabalhadores e entidades patronais. Mas nem por isso o Governo estará menos aberto ao diálogo com todos os sectores sociais e culturais relevantes.

Estas palavras constituem uma declaração política geral sobre o programa e as regras práticas de actuação do Governo. São palavras medidas, que exprimem

intenções firmes. O Governo e a maioria receberá o poder do voto livre do povo português. Tencionam usá-lo com moderação e responsabilidade. Mas, que ninguém se engane, tencionam usá-lo, cumprindo o mandato que é o seu.

E para o afirmar de novo, com vigor e clareza, aqui e perante a nação, o Governo decidiu pedir a esta Assembleia da República a aprovação de um voto de confiança sobre a política que se propõe seguir e consta do programa hoje apresentado.

1.3. Discurso de Encerramento do Debate do Programa do VI Governo Constitucional - 16 de Janeiro de 1980

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com grave solenidade, trouxe hoje aqui a Oposição a ameaça, que com este Governo paira, na sua opinião, sobre o País, de cataclismos que poriam em causa a democracia, a Constituição e a convivência institucional dos vários Órgãos de Soberania. Estaria o País acabrunhado com tais ameaças feitas num tom de quem, da profundidade do abismo clama apoderes superiores a este Parlamento, que deveriam intervir para impedir aquilo que se aponta como querer ser a subversão, não direi já de todo o ocidente democrático, mas da democracia portuguesa e do seu futuro...

Não pode o Governo, na sua simplicidade, acompanhar este tom solene e acabrunhador. É que não se sente, de facto, acabrunhado nem tão-pouco solene, e não trabalhará na profundidade dos abismos nem se considerará, a ele próprio, o sumo remédio, como parecem querer considerar-se as oposições para os Portugueses.

Em democracia, tudo deve ser simples e relativo e nada deve ser encarado sem o sentido da proporção e sem um mínimo de sentido de humor. Mas nada pode ser encarado e sobretudo resolvido sem o sentido da realidade. E é por isso que o Primeiro-Ministro deste Governo não pode acompanhar esse tom solene e grandiloquente da Oposição e se limitará, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a falar singelamente deste debate e de alguns problemas concretos e reais que afligem os Portugueses.

Como desde o princípio dissemos, falaremos pouco de ideologia, falaremos mesmo pouco de Abril - não vamos encher a boca com Abril nem com a democracia, mas vamos, sim, trabalhar modestamente para os realizar para fazer aquilo que os Governos que nos antecederam não fizeram.

E depois, sim, aí estaremos para responder perante aqueles a quem é legítimo julgar Abril, a quem é legítimo julgar a democracia, a quem é legítimo julgar da justiça social, do progresso, da competência, da eficácia e da seriedade. E esses são só os Portugueses através do seu voto nas próximas eleições.

De uma eleição viemos, para outra caminhamos, e entre as duas responderemos perante os Portugueses e perante os seus representantes legais.

Este debate revestiu-se de algumas notas, direi até inéditas, o que não admira, porque inédito é nesta Câmara apresentar-se um governo com uma maioria parlamentar.

Ao longo do debate, as oposições atacaram e criticaram o Governo por não esclarecer, por não explicar, por deixar no vago, por o seu Programa não contemplar e por o seu Programa não ser suficientemente claro. Ou seja, as oposições disseram, desde logo, que não davam ao Governo o benefício da dúvida, que de resto ninguém lhes pediu, mas queriam que o Governo lhes desse o benefício das dúvidas, o que é estranho, porque logo no primeiro dia tanto a bancada socialista como a bancada comunista ficaram esclarecidas.

Disseram, então, que apresentariam moções de rejeição ao Programa do Governo, o que a bancada socialista fez nesse mesmo dia, dizendo, e passo a citar alguns passos, "que o programa do Governo não corresponde às necessidades e aspirações do povo português, designadamente à das classes trabalhadoras" e que, "a coberto de uma aparente moderação de forma, contém medidas que em desfavor das classes trabalhadoras e em benefício da reconstituição de grandes grupos económicos apontam para urna verdadeira subversão do sistema sócio-económico e quadro institucional", etc.

Tudo isto disse o Partido Socialista logo no primeiro dia, para depois pretender que o Governo o esclarecesse a fim de, presumivelmente, saber como havia de justificar um voto que já estava antecipadamente dado.

O mesmo se aplica à moção de rejeição mais tarde apresentada pelo Partido Comunista, mas que também foi logo anunciada no primeiro dia.

O Governo respondeu através dos seus membros às perguntas que lhe foram feitas sobre as várias intervenções. Mas é evidente que, tendo a oposição demonstrado estar logo esclarecida no primeiro dia, o Governo não ia sobrecarregá-la com esclarecimentos supérfluos cujo pedido afinal - é essa a realidade - só encobriam ataques, insinuações e processos de intenção. E o Governo não ia responder a isso porque disse, logo no primeiro dia, quando aqui apresentei o nosso Programa, que não ia responder a ataques nem a qualificações que sobre este Governo fizessem nem nos íamos deixar arrastar para o debate político-partidário. Isso fizemos e faremos sempre enquanto estivermos no Governo.

É certo que houve um partido que não se manifestou logo de início quanto à rejeição nem apresentou moção e que fez algumas perguntas. A essas procurarei responder no sector da comunicação social. Não poderei, infelizmente, satisfazer, como era meu desejo, todos os esclarecimentos que me foram solicitados pelos Deputados da bancada da maioria. Mas antes de irmos aos aspectos concretos, clarificarei alguns pontos que afloraram neste debate.

Procuraram as Oposições limitar os poderes deste Governo com o fundamento de que é curto o prazo do seu mandato, de que é escassa a sua maioria e de que esta não corresponde à maioria dos votos dos eleitores. Entendo que esta posição não se coaduna com a prática e o conceito da democracia representativa.

E se se tal poderia encarar como natural em relação àqueles que desse conceito e prática se afastam, ou que dele divergem, mais difícil será entendê-la em relação a outra bancada. De facto, se a maioria de Deputados desta Casa não é uma maioria nacional, então não estamos em democracia representativa.

Procurar dizer que uma coisa é a maioria parlamentar e outra coisa é a maioria nacional é atentar contra os próprios poderes e contra a representatividade deste Parlamento.

Daí que, em obediência a estes conceitos e em fidelidade aos princípios que outros nos acusam de pôr em causa mas que, afinal, são por eles contestados, nos sentimos apoiados pela maioria nacional que existe neste Parlamento da Aliança Democrática e plenamente legitimados para proceder a todas as reformas, mudanças e medidas que, em nosso entender, são necessárias para bem de Portugal e dos Portugueses e para cumprimento do nosso programa eleitoral e do nosso Programa de Governo, porque só nesse cumprimento seremos fiéis ao mandato que recebemos dos eleitores. E serão eles, eleitores, e não as oposições, a julgar daqui a meses se nos desempenhámos bem desse mandato.

É apoiados por vós, pois, Srs. Deputados da maioria e que formam uma maioria nacional, com tudo o que isso implica de responsabilidade e de poder, que este Governo se sente forte de decisão, se sente forte de seriedade de trabalho e se sente, apesar de tudo, frágil perante a enormidade dos problemas que tem de defrontar. E não se sente, de modo algum, nem se sentirá no futuro, coagido por interpretações tremendistas que aqui foram feitas das suas intenções ou das suas promessas.

Ainda hoje aqui ouvimos, há pouco, uma nova figura política, limitativa dos poderes do Governo, "as intenções inconstitucionais" Como se não bastasse a referência constante e repetitiva, que se quer tornar absoluta, à Constituição como medida total e única e como impeditiva de qualquer mudança, agora, numa perspectiva constitucional inquisitória}, até a oposição quer julgar da constitucionalidade das intenções do VI Governo.

Há que ter, efectivamente, nestas coisas sempre o sentido da proporção e, porque não, o sentido do ridículo.

Mas, afinal, o que quer a oposição, por detrás deste respeito da Constituição? A sua preocupação maior não é o respeito da Constituição. Neste caso, ao falar em respeito da Constituição, o que ela quer é que o Governo e a maioria respeitem os desejos da oposição.

Ora, os desejos da oposição, mesmo sob estas roupagens constitucionais e com estas profundidades oratórias, não constituirão, para a maioria e para o seu Governo, obstáculo à nossa capacidade de realização e ao desempenho da responsabilidade que sobre nós impende. Desiludam-se disso as oposições!

Um outro aspecto foi focado, acusando-nos da tentativa de subversão ao propor uma lei-quadro do referendo, a alteração da Lei Eleitoral e a revisão da Lei dos Partidos Políticos. De facto, também aqui se quer criar uma inibição, não a nós,

com certeza, mas perante os Portugueses e o eleitorado, tentando assustá-los, para que se crie neles um ambiente desfavorável ao nosso Governo.

Srs. Deputados da oposição: se têm tanta confiança nas instituições, por que não as deixam funcionar? Que mal há em apresentar na Assembleia da República uma lei do referendo, não tentando fazer uma lei do referendo por cima ou contra o Parlamento, mas apresentando aqui e discutindo democraticamente, resolvendo a maioria? Pode ser intenção inconstitucional - mas a oposição sustentaria que neste caso o seria?

Deixem então funcionar as instituições! Porque se esse procedimento for inconstitucional lá estarão os órgãos encarregados da fiscalização da constitucionalidade para se pronunciarem. Ou os Srs. Deputados da oposição não acreditam na capacidade dos órgãos encarregados da fiscalização da Constituição? Quem os põe em dúvida, afinal: vós ou nós?

Nem a ameaça de um confronto institucional pode limitar os poderes do Parlamento ou da maioria - e não falemos da posição do Sr. Presidente da República, já aqui invocada. Quantos conflitos não foram desencadeados, sem ser por nós, com base em interpretações divergentes entre o Partido Socialista e o Sr. Presidente da República sobre artigos da Constituição? E nessa altura ninguém o acusou de procurar demolir o sistema democrático por avançar numa divergência de opinião com o Sr. Presidente da República.

A divergência é legítima e não deve ser impeditiva, nem para nós o será, como aqui já foi claramente expresso, sem prejuízo do respeito pela competência e funcionamento dos demais Órgãos de Soberania.

Diz a oposição que tão-pouco se poderia alterar a Lei Eleitoral, esquecendo que há relativamente pouco tempo ela própria a alterou. Mas o que foi lícito nessa altura aos votos socialistas e comunistas conjugados já não seria lícito aos votos dos Deputados da Aliança Democrática!...

Dois pesos, duas medidas, e sempre a invocação do conceito da democracia... Mas, Srs. Deputados da oposição, então nós, que nessa altura ficámos aqui vencidos e acatámos essa decisão, não podemos agora, que temos a maioria, alterar, por nossa vez, essa e outras leis? Querem os Srs. Deputados da oposição fazer corresponder o vosso conceito e prática da democracia ao imobilismo das leis por vós feitas e cuja alteração negam à maioria?

É isto democracia europeia? Quem, na Europa, jamais se lembrou depor em causa os poderes de alteração das leis e do sistema económico de maiorias parlamentares? Quem, nos países europeus, já se lembrou de perguntar se o Governo ou a maioria, por exemplo, na Grã-Bretanha, tinha 30% ou 51% dos votos, desde que dispunha da maioria dos lugares?

E assim por diante. Em França ou na Alemanha, quem procurou limitar os poderes da maioria, dizendo-lhe que, apesar de terem a maioria dos lugares, a não tinham dos votos? É ponto que deixo à reflexão dos Srs. Deputados, tão prontos a invocar estas perspectivas terrificantes da democracia em perigo com que querem esmagar este Governo.

Não nos detenhamos muito mais nestes pontos, já que aquilo que o País espera de nós - como talvez esperasse das oposições... - é que falemos dos seus problemas concretos. Com a consciência de que não é a falar que os resolve, o Governo foi trabalhando sem perder tempo quer na sua constituição quer na elaboração e constituição do seu Programa, quer, até, neste debate, cuja duração procurou, através da maioria, reduzir. Falaremos adiante das pequenas coisas que, apesar deste debate, nestes dias fizemos.

Não queremos encetar um debate ideológico, mas não deixarei de salientar que as oposições se queixaram da maioria por esta ter falado pelo Governo, ter intervido, se ter oposto às suas intervenções. Estranho conceito este, que permitiria às oposições dizer mal, injuriando-a por vezes, da Aliança Democrática, que permitia às oposições dizer que a Aliança Democrática não cumpriu o seu programa, que se afasta dele, que fez isto e fez aquilo e depois querer que fosse o Governo a responder e que as bancadas da maioria se mantivessem caladas e indiferentes! Quer isto dizer que as oposições trouxeram o debate para a bancada da maioria e queriam que fosse o Governo sempre a responder! Passo adiante.

Falou-se aqui bastante de comunicação social e fizeram-se ontem várias perguntas concretas a este respeito. Exemplificando o preconceito com que as oposições avançaram contra o Governo, tentando logo de início demoli-lo, direi que, ao contrário do que ontem aqui se afirmou, o Governo não fez nenhuma nomeação, não fez nenhum afastamento, não fez - nem o podia ter feito - nenhum saneamento. Refiro-me ao caso da Empresa Notícias e Capital. Mas, que fez o Governo? Resolveu uma situação de recurso contencioso que encontrou no último dia do prazo, com um parecer, de 12 de Dezembro passado, do auditor jurídico. Recebeu esta situação do anterior Governo e decidiu-a, perfilhando o ponto de vista do parecer do auditor jurídico, que dizia que o acto recorrido tinha sido ilegal. Para isto, Srs. Deputados, não é necessário ouvir os trabalhadores da empresa nem ouvir o Conselho de Informação. É um puro caso de recurso. Revogado o acto recorrido, restabelecida a legalidade. Dois administradores pediram a demissão. Foi aceite. Eis aquilo que já é imputado ao Governo como grave acto de saneamento e de perseguição política. Com este caso fica bem ilustrado o estilo da oposição e a diferença de processos que o Governo pratica!

Quis também a oposição saber como é que o Governo iria resolver o caso de O Século, o que é que ia fazer não sei em quantos aspectos. Sobre isso direi apenas que é, de facto, um caso preocupante e que o problema está entregue a esse Parlamento mediante um pedido de ratificação de decreto-lei do Governo anterior, que extinguiu a empresa. É esta Câmara que deverá pronunciar-se para depois o Governo, dentro daquilo que aqui ia estabelecido, poder tomar as providências necessárias.

O Governo não vai, como é óbvio, responder a todas as questões, mas dirá que, como é seu dever, cumprirá os compromissos resultantes da aplicação da lei, nesta como nas demais matérias. Será fiel aos princípios que no seu Programa refere a propósito da comunicação social, da isenção, do pluralismo, da independência em relação ao Governo. Prevêem-se alterações às Leis da Rádio e da Televisão, que aqui serão debatidas. Nessa altura terão os Srs. Deputados ocasião

de conhecer os pontos de vista da maioria e de sobre eles se pronunciarem. Não querem com certeza que neste momento os exponha.

O Governo lutará contra todas as formas de pressão que sejam exercidas sobre jornalistas ou sobre meios de comunicação social. Tem como evidente que o direito ao sigilo profissional é condição essencial para o exercício de uma liberdade de informação responsável, que tem de se impor ao respeito dos órgãos de Soberania, nunca vergando sob a intimidação ou sob as ameaças do poder.

Isto significa para o Governo que o papel da comunicação social é o de uma força independente que tem de se aferir por critérios de verdade e de serviço julgados em liberdade pelos profissionais da imprensa. Não tentará o Governo afastar-se disto invocando conceitos ou chavões como aqueles que aqui foram lançados pela oposição contra o Governo. Entende o Governo que a profissão de jornalista deve ser valorizada, entende o Governo que a reconquista da liberdade deu aos jornalistas o poder de se exprimirem plenamente e exercerem com dignidade a sua função, e reconhece que no aspecto de valorização profissional e condições de trabalho muito há ainda que fazer e muito limitado são os nossos recursos.

O Governo, como afirma no seu Programa, está disposto a apoiar financeiramente a imprensa através de esquemas simples e eficazes, tendo em conta as suas especificidades, designadamente as dificuldades enfrentadas pela imprensa regional e a sua importância como elo de ligação entre Portugal e as comunidades portuguesas de emigrantes no estrangeiro.

O Governo respeitará, também aqui, a Constituição, que no seu artigo 38.s, n.º 5, dispõe que "nenhum regime administrativo ou fiscal, nem política de crédito ou comércio externo, pode afectar directamente ou indirectamente a liberdade de imprensa, devendo a lei assegurar os meios necessários à salvaguarda da independência da imprensa perante os poderes político e económico". Disposição no passado bastante esquecida, como comprovam alguns casos - alguns bem recentes e quase aqui presentes -, mas disposições que o Governo, mais uma vez o digo, não deixará de ter presente e de observar escrupulosamente.

Mas, dito isto - e parece que, pelos vistos, necessitava de ser reafirmado -, não ignora o Governo, nem quer que os Portugueses ignorem, os tremendos problemas financeiros que afligem a imprensa estatizada.

Um dos tais factos simples que dispensam estilos grandiloquentes é a apresentação de alguns números: cinco empresas - Radiotelevisão Portuguesa, Radiodifusão Portuguesa, Agência Noticiosa Portuguesa, Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital, Empresa Pública dos Jornais Século e Popular - têm um prejuízo diário de 3276 contos, ou seja, um prejuízo médio mensal de 98 666 contos. Estas empresas têm prejuízos acumulados até 31 de Dezembro de 1979 de 4 437 000 contos. Isto diz das dificuldades do sector, isto diz, também - facto que os Portugueses têm de saber -, quanto custam e como os servem as empresas do sector público, sejam ou não de informação. Veremos mais um pouco esse ponto quando passarmos à menção do sector público/sector privado. Não podemos, pois, num caminho de realismo e verdade que sempre será o deste Governo, limitarmo-nos, quando falamos em imprensa, às proclamações solenes, à enunciação de intenção

generosas; temos de ater-nos às realidades da situação, é esse o nosso dever perante os nossos concidadãos.

Um dos temas que aqui mais ocupou a atenção da Câmara foi a situação internacional. Partindo de uma atitude do Governo de condenação clara e pronta da invasão do Afeganistão por tropas da União Soviética, desencadeou-se aqui um debate esclarecedor da posição de vários partidos. Um debate que em si mesmo provou que, apenas iniciada a acção do Governo, deixámos, em matéria de política internacional, de viver na nebulosa da incerteza, de viver com clima que a nós próprios, Portugueses, nos fazia duvidar do nosso sentido da presença no Mundo, da nossa inserção e do nosso caminho.

Foi bom que a atitude do Governo suscitasse este debate, porque ele logo provou que atitudes singelas, mas claras, podem contribuir rapidamente para que, em matéria internacional como em política geral, Portugal deixe de ser qualquer coisa de intermédio, deixe de ser realmente, para não parafrasear o poeta - que o político não deve trazer sem razão aos seus discursos -, não apenas o caminho para o tédio, mas o tédio gerado na descrença de nós próprios, da nossa relutância como povo e do nosso caminho como nacionalidade

É preocupante a situação internacional, ninguém o nega. E preocupação maior seria subestimar a gravidade da actual situação. Não será, todavia, com este Governo que o País colaborará na instauração de uma situação semelhante à que vigorou antes da 2.^a Guerra Mundial, em que cada um procurava "meter a cabeça na areia" para não ver o perigos que à sua volta se geravam, o que contribuiu, com a falta de consciência generalizada na Europa, para a hecatombe que se seguiu e que todos sentiam aproximar, mas nenhum queria enfrentar com coragem e determinação.

Não pactuaremos com um clima de ignorância das realidades que são o imperialismo, expansionismo e hegemonismo da União Soviética, provados na invasão do Afeganistão.

Não o faremos, nem que nos acenem com as vantagens do petróleo ou das trocas comerciais. Não o faremos, nem que nos acenem com a eminência de uns jogos olímpicos. Também os tivemos em Berlim, em 1936; não esqueçamos o que depois se seguiu.

A situação é tanto mais grave quanto o poder hoje depender cada vez mais de menos pessoas. Os regimes autoritários e ditatoriais que existem no Mundo não permitem uma clarificação da política internacional. Explico-me: em democracia, os países da comunidade internacional sabem quais são os poderes, quem os detém, quais as suas responsabilidades; a transparência é uma regra da democracia.

Mas, quando os regimes expansionistas e imperialistas se ocultam perante a fachada de um poder autoritário, das manobras de palácio, da irresponsabilidade perante os seus próprios cidadãos, a situação internacional agrava-se, complica-se, e aquilo que é grave pode, de um momento para o outro, tornar-se dramático,

pela falta de responsabilidade daqueles que detêm o Poder nos países e potências expansionistas e imperialistas.

Tenhamos, pois, consciência, porque o Governo não recuará perante nenhuma medida concreta que marque bem a dessolidarização de Portugal face à agressão da União Soviética. O Governo reverá toda a política existente com a União Soviética, de modo que seja claro que, mantendo embora o princípio das relações com todos os países, não tratará como seus aliados preferenciais ou como seus amigos potências que têm este comportamento internacional.

Haverá, pois um reexame de todas as relações existentes com a União Soviética, bem como com os outros países do Pacto de Varsóvia, como aqui anunciou o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Governo tomou, pois, a sua atitude neste caso, como tomará no futuro, por si sem influência de outros países, sem se inserir numa política alheia.

Agiu por si, sob sua responsabilidade, em especial sob a responsabilidade do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Governo estudará e aceitará, se assim o entender, as decisões das organizações internacionais que, em conjunto, deliberam posições de distanciamento ou de condenação em relação a este grave acontecimento, tais como a NATO, o Conselho da Europa e a Comunidade Económica Europeia, apesar de dela não sermos ainda membro. Mas terá a sua posição própria neste como em todos os assuntos internacionais.

É esse o entendimento que o Governo tem dos poderes constitucionais que reconhecidamente sobre ele impendem, não se sentindo, muito claramente, obrigado a ter aqui, como em política interna, o apoio da Oposição.

Se se gerar, quanto às medidas tomadas pelo Governo, como seria de esperar talvez de determinados sectores, um consenso, tanto melhor; se a oposição delas discordar e veemente as criticar, não será por isso que o Governo recuará. Que fique isto bem claro, porque assim se procederá sempre de futuro.

Pontos menores foram aqui levantados e que eu não tencionava referir. Mas um deles foi aqui trazido num discurso de encerramento e, por isso, a essa bancada tenho de dizer que o Governo, ao tomar essa atitude em relação a um embaixador político, age dentro dos seus poderes. Aliás, para rapidamente vermos a diferença de critérios e posições, o Governo nunca diria que a Sra. Embaixadora tinha de ir para a "sua" embaixada de Paris. É que não é dela, é de Portugal.

Além disso, quem determina quem deve preencher esses lugares é o Presidente da República, sob proposta do Governo. E, enquanto os embaixadores estão nomeados, estão dependentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do respectivo titular.

É que, de facto, o Governo não considera as embaixadas dos embaixadores e não tenciona seguir a política seguida por outros Governos, que foi a de as entregar a amigos políticos.

Talvez por isso, e insensivelmente, se vão julgando e sendo tratados como seus donos. De facto, não foram desses amigos políticos, nomeados em certo tempo, os quatro embaixadores que, não sendo de carreira, com toda a obediência a princípios éticos por que se norteiam, imediatamente colocaram os seus lugares à disposição do Governo, outros quatro nada disseram e um disse logo que se recusava terminantemente a fazê-lo.

A este propósito, e em ligação com a situação económica, foi aqui ventilado o problema do petróleo. Ora, o Governo não modificará as posições, não as fará inflectir por problemas destes embora conheça a sua gravidade, mas também não sobrestima a força de certas posições políticas que tomou sobre o abastecimento do petróleo, que foram aqui sobrestimadas. Nós não as sobrestimamos e, foi por isso que, há dias, a delegação portuguesa que se encontrava em Moscovo pôde assinar com a União Soviética um contrato de fornecimento de petróleo para o ano corrente de cerca de 450 000 t, tal como a União Soviética havia já anunciado em 28 de Dezembro.

Mas o problema do petróleo põe-se com muito maior gravidade em dois aspectos: em primeiro lugar, porque não está neste momento ainda garantido o abastecimento total das nossas necessidades, verificando-se para o ano corrente um déficit de cerca de 3 100 000 t, sendo as nossas necessidades totais para o ano corrente estimadas em 9 100 000 t; em segundo lugar, porque o problema do petróleo, mesmo, creio eu, para os mais incorrigíveis optimistas, é um problema muito sério que o País e o Governo têm de enfrentar.

Em 1979, em 1 de Janeiro, o preço do barril de petróleo era de 13,3 dólares; em 31 de Dezembro do ano passado, era de 24 dólares por barril; o preço médio de aquisição do nosso petróleo, em 1979, foi de 15\$ dólares e o preço médio previsto para este ano é de 35 dólares por barril.

E, se estas necessidades de abastecimento que aponte não forem totalmente satisfeitas no mercado a prazo, teremos de recorrer ao mercado livre, pagando o barril por mais de 40 dólares. Ou seja, enquanto o preço total de aquisição do petróleo foi, em 1979, de 60,8 milhões de contos, será para este ano, de 120 a 140 milhões de contos.

Para se ter uma ordem de grandeza do que isto significa na nossa balança de pagamentos, direi que o aumento espectacular das reservas dos emigrantes, isto para esclarecimento daqueles que dizem da excelência da nossa situação económica e das inigualáveis oportunidades deste Governo, e aumento, dizia, foi no ano passado, de 1,2 para 2,4 milhões de dólares ou seja, de 55 milhões de contos, para mais de 110 milhões de contos, total que não chega para cobrir o custo total do petróleo. Realidades económicas estas que foram aqui subestimadas, dados que foram diluídos para se apresentarem conclusões que sobrecarregam a responsabilidade deste Governo.

O Ministro das Finanças e do Plano já disse o suficiente para desmistificar estas análises intencionalmente cor-de-rosa que procuram agravar a responsabilidade deste Governo.

A situação económica portuguesa é muito grave e muito difícil. O Governo quer que os Portugueses dela tenham consciência, para poderem julgar da necessidade de opções e da responsabilidade do Governo.

Da necessidade de opções, porque é indispensável que se acabe com o mito de que tudo é possível em Portugal, de que é possível conciliar o funcionamento de um sector público deficitário ou de um sector de imprensa com os prejuízos que eu enumerei; para a construção das escolas, dos hospitais e das estradas; que é possível conciliar o constante aumento dos salários nominais com a protecção dos mais desfavorecidos, dos mais esquecidos, daqueles que, por não terem capacidade reivindicativa, ficam à margem dos benefícios que muitas vezes são dados àqueles privilegiados que podem protestar, que podem contestar.

Não quero com isto ferir os ouvidos sensíveis das bancadas da oposição e insinuar que, ao referir isto, o Governo está a contestar o direito à greve ou à manifestação; mas quero apontar para as necessidades reais daqueles que ficam, por impossibilidade de aos outros se juntarem, à margem do processo reivindicativo e cuja vida vai sendo esmagada ao ritmo dos discursos ideológicos que têm sido até agora impostos ao País e, pelos vistos, muitos gostariam que continuassem a ser o lema da governação!

Este debate sobre a situação económica foi transformado pela oposição num debate também ideológico entre o sector público e o sector privado, procurando-se fazer aqui o processo das intenções do Governo. Acerca disso, direi apenas que, como todos os portugueses, o Governo quer, acima de tudo, que as empresas funcionem e que não constituam os seus prejuízos um encargo para os cidadãos. Cabe-lhes dizer uma palavra sobre o funcionamento das empresas estatais; cabe-lhes, através das eleições, dizer também o caminho que querem que a economia siga. E disseram-no ao escolherem a Aliança Democrática e o seu programa, programa claro que apontava para determinado caminho que o eleitorado perfilhou e que o Governo seguiu na forma que traduziu no seu Programa, aqui em discussão.

Porém, para encerrar este aspecto sobre programas, não deixarei de apontar que também não tem muita lógica dizer-se constantemente que o Governo, e o seu Programa, se afastou do programa eleitoral da Aliança Democrática, para depois criticar o Governo por ter incluído no seu Programa coisas que estavam no programa da Aliança Democrática, tal como a revisão das Leis Eleitorais, a revisão da Lei dos Partidos Políticos, o referendo, etc.

Na perspectiva que o Governo seguirá de furtar a resolução dos problemas nacionais ao debate ideológico, favorecerá, como disse, a iniciativa privada, fará o indispensável para racionalizar o sector público. Fá-lo-á em nome do progresso económico, e nunca da restauração dos privilégios. Fá-lo-á porque é indispensável criar novos postos de trabalho e porque, ao contrário das oposições, tem a consciência, como têm os Portugueses, de que a crise existente há vários anos não se pode resolver com as mesmas receitas que contribuíram para a restauração da crise e para a sua perpetuação.

Alguns números ainda sobre a situação da agricultura, tema aqui amplamente discutido. Dos valores do crédito, em 31 de Dezembro, destaco os seguintes:

crédito total atribuído 8 868 948 contos, apenas à zona da Reforma Agrária, porque ao resto do País foi de 3 815 908 contos. Créditos vencidos e em mora na zona da Reforma Agrária, 4 milhões de contos no resto do País 300 mil contos. A expectativa de cobrança dos créditos vencidos e em mora é de 10% para a zona de intervenção e de 50% para o resto do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não poderei, contra minha vontade, responder a todas as interrogações que foram aqui formuladas pelos Deputados das bancadas da maioria. Mas direi que o Governo considerará o sector da justiça e os vários problemas que aqui, ontem, em relação a ele foram apresentados, aí, como em tudo, com a consciência de que o Governo não pode, de um momento para o outro, resolver as graves carências e as sérias questões existentes no sector; mas que depois de ter tomado as medidas as anunciará.

Tão-pouco, é evidente, como deriva do seu Programa, da sua linha de actuação e da sua filosofia, o Governo exercerá firmeza para a repressão dos trabalhadores. Respondendo a uma pergunta aqui ontem formulada, o Governo não se coibirá de dar todo o seu apoio as forças de segurança e de lhes dar, na medida dos seus meios, todas as possibilidades de acção, já que reconhece o trabalho meritório que elas têm prestado e a necessidade de que esse trabalho continue com meios mais adequados à missão que é essencial para a segurança interna do nosso país.

Tal como no primeiro dia na apresentação do Programa do Governo, esclarecerei, não tem qualquer cabimento - mais um fantasma que por aí se tentou criar... - a referência a um serviço de informações de que o Governo não fala no seu Programa e que, na minha opinião, só se poderá criar mediante lei aqui discutida. Isto sem prejuízo de o Governo estar perfeitamente consciente da necessidade da protecção da nossa segurança interna e das nossas fronteiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Conclui-se o debate... segue-se a votação. O Governo foi já entretanto, governando; governará daqui em diante, assim o esperamos, com maior autoridade e com maior responsabilidade.

Não falo hoje da moção de confiança que amanhã será discutida e no âmbito da qual poderão ser enquadrados outros problemas. É evidente que não se concretizarão as profecias negras que os representantes da oposição quiseram atirar para cima da maioria, o alarmismo com que quiseram esmagar, logo de início, este Governo ou limitar a sua possibilidade de acção.

Governaremos com a consciência de que, fazê-lo, é decidir, é optar, é resolver, desgostando mas prevendo e, acima de tudo, tendo como única regra, não o bem dos nossos partidos não o bem das forças que compõem a Aliança Democrática, mas, singelamente e provando-o na prática dos actos concretos, o bem dos Portugueses que estão ansiosos por que se deixem os governantes de debate ideológico, de grandes discursos, para se aterem ao exercício singelo e discreto da sua função: trabalhar para resolver os problemas das pessoas, os problemas da Nação. Assim continuaremos a fazer se a maioria nos der a sua confiança, se as oposições não fizerem vingar as suas moções de rejeição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Saio desta tribuna, antes da votação, com a consciência de que neste debate as coisas ficaram mais claras, que ele não foi inútil, que os Portugueses ficaram melhor habilitados a exigir e julgar desde já, e a fazê-lo em novas eleições daqui a alguns meses.

Vamos, pois, ao trabalho!

1.4. Texto da Moção de Confiança e respectivo discurso de apresentação - 19 de Janeiro de 1980

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República,

Excelência,

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 185.º da Constituição da República Portuguesa, o "Governo é o órgão de condução da política geral do País e o órgão superior da administração pública";

Considerando que na opinião do Governo não deve bastar que uma maioria parlamentar tenha recusado a aprovação de uma ou várias moções de rejeição do Programa do Governo, demonstrando assim, implicitamente, a sua concordância com o conteúdo deste;

Considerando, portanto, que nessa ordem de ideias importa também que a Assembleia da República atribua positivamente a sua confiança ao Governo e reconheça expressamente que ele tem as condições necessárias para executar as medidas políticas e legislativas constantes do seu Programa;

Nos termos do artigo 196.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 199.º do Regimento da Assembleia da República, venho requerer a V. Ex.* se digne informar a Assembleia da República de que o Governo deliberou solicitar a aprovação de um voto de confiança sobre o seguinte assunto relevante de interesse nacional:

Considera a Assembleia da República que o Governo merece a sua confiança e tem as condições necessárias para executar, de forma cabal, o Programa que acaba de passar na Assembleia, por força da rejeição das moções apresentadas pelos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Partido Comunista?

Dada a relevância deste assunto de manifesto interesse nacional, mais requeiro a V. Exa. se digne considerar a urgência da sua apreciação, para todos os efeitos constitucionais e regimentais.

Aproveito para apresentar a V. Exa. os melhores cumprimentos e os protestos da minha melhor consideração.

De V. Exa. muito atentamente,

Francisco Sá Carneiro

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No debate que ontem terminou, as oposições procuraram demonstrar que o Programa do Governo implicava o desrespeito pela Constituição, implicava, na sua execução, a alteração do regime democrático. Procuraram ainda demonstrar que este Programa não satisfazia o artigo 191.º da Constituição. Procuraram provar e fazer aprovar tudo isto nesta Assembleia.

A Assembleia, não aprovando as moções de rejeição, afastou as teses das oposições. Vem hoje aqui o Governo, depois de o seu Programa ter passado, pedir a esta Câmara que, pela positiva, expressando a sua confiança, acolha a tese contrária àquela que as oposições não conseguiram fazer vingar.

Do ponto de vista jurídico-constitucional, é não apenas a correspondência do Programa ao artigo 191.º da Constituição, mas também o primeiro acto mediante o qual o Governo pretende responder politicamente perante esta Assembleia nos termos do artigo 193 A da mesma Constituição.

Pelas razões constantes da moção de confiança pedida, que acabou de ser lida, entende o Governo que aquilo que será de facto a sua investidura pela positiva, pela aprovação da moção de confiança, reforça a posição do Governo. Torna-o, perante o País, senhor de um poder agora acolhido pela confiança expressa desta Assembleia, poder esse que assim confirmado, pela positiva, é necessário para que não fiquem dúvidas que o Governo na sua composição, na sua capacidade e no seu Programa corresponde à decisão do eleitorado no dia 2 de Dezembro.

A vós, Srs. Deputados da maioria, pede o Governo que, desempenhando o mando que receberam dos eleitores, expressando o prolongamento da vontade dos eleitores, digam nesta Câmara e perante o País que é este o Governo que o acto do dia 2 de Dezembro escolheu, que é este o Governo que a Nação, através desse acto, acolheu.

Mas não se trata apenas desta posição jurídico-constitucional e das suas implicações políticas, já de si importantes.

No debate ontem terminado a relação estabelecia-se sobretudo entre o Governo e as oposições que o pretendiam rejeitar politicamente, esta moção de confiança que foi solicitada significa que o Governo quer deixar bem claro que tem uma relação de solidariedade com a maioria que o apoia, solidariedade essa que é também total dentro do Governo. Não haverá neste Governo tantas políticas quanto os sectores, mas uma só política em que todos os Ministros, Vice-Primeiro-Ministro e Primeiro-Ministro são solidários, sendo essa política executada especificamente em cada um dos sectores.

Entendemos que uma das causas da incapacidade governativa até agora demonstrada foi esta falta de unidade entre os membros do Governo - na sua actuação política e queremos deixar bem claro que ela existe entre nós, mas que existe também, para além do Governo, convosco, Srs. Deputados da maioria.

Não é apenas, portanto, uma confiança que vos pedimos. Este acto tem também o sentido de uma confiança que vos expressamos - nós, Governo, a vós, Deputados da maioria -, confiança na vossa coesão, na vossa determinação para cumprir um

Programa que o eleitorado acolheu, confiança, de resto, bem merecida pela actuação das bancadas da maioria no debate parlamentar que ontem terminou.

Desenganem-se aqueles que querem apostar naquilo que chama "efemeridade" da nossa maioria. Desenganem-se aqueles que procuram, desde logo, com algumas "piscadelas de olho", ontem evidentes incuráveis esses métodos! - fomentar tensões dentro da nossa maioria. E nossa maioria lhe chamo porque de facto o é.

Experiência inédita aqui esta relação de confiança recíproca, de solidariedade mútua, entre um Governo e uma maioria que o apoia, na base de um Programa comum que os Portugueses acolheram e fizeram seu, trazendo aqui esta verdadeira maioria nacional, como ontem aqui tive ocasião de dizer.

O Governo define, com certeza, a sua política e por ela é responsável designadamente aqui no Parlamento. Mas o Governo sente e tem a necessidade - e tem-na também o País - de na sua acção política funcionar não apenas apoiado, mas integrado nas iniciativas e na política aqui desenvolvida pela maioria parlamentar.

Podereis sempre, ao recusardes-nos a vossa confiança, agora ou quando a questão for suscitada, substituir este Governo. É isso a representatividade democrática. É através de vós e da vossa confiança - da sua manutenção ou retirada -, que se estabelece a relação entre o Governo e o eleitorado. Ela não é uma relação imediata, mas uma relação que vós, Deputados da maioria, mediais. Vós responsáveis, acima de tudo, perante o eleitorado. E nós, Governo, perante vós.

É nesta relação clara e solidária que aqui se quis deixar bem expressa com o pedido de confiança que marca a investidura parlamentar positiva do

Mas não foi esse, é evidente, o sentido da expressão a que me refiro. Apenas quis, deixar claras as relações entre vós, maioria parlamentar, e nós, Governo. Não haverá, estou convencido, necessidade de "muleta", porque nem vós nem nós seremos coxos no caminho que o eleitorado nos impôs e que trilharemos sempre com firmeza, com sobriedade e com eficácia. Assim o impõe, repito, a responsabilidade, diferente na sua execução, que vós Deputados da maioria, e nós, Governo, seu prolongamento no executivo, assumimos perante um eleitorado que em nós confiou.

E aí está, no fundo, a confiança essencial que aqui se discute: a manifestação ao Governo da confiança do eleitorado, que está nas vossas mãos pelo voto livre e democrático do dia 2 de Dezembro.

1.5. Discurso final de debate da Moção de Confiança - 19 de Janeiro de 1980

Sr. Presidente, Srs. Deputados,

A moção de confiança que o Governo pediu à Câmara incomodou e provocou a reacção... da oposição.

E a oposição fê-lo em termos tais que revestiu alguns aspectos de inegável humor.

O Governo, hoje como sempre, tem o princípio de não se situar no debate ideológico, no debate político-partidário. Mas aprecia o estilo parlamentar. E, na medida em que isso lhe é possível, pratica-o.

Este moção de confiança é uma oportunidade para o exercício dessa intervenção e desse estilo parlamentares.

O que disse então aqui a oposição?

A bancada comunista, de manhã, dizia que o Governo, ao dirigir-se à Câmara, ignorava as oposições. A bancada comunista, à tarde, diz que o Governo, pedindo a confiança à Câmara, procurava envolver nesse processo as oposições.

Processo dialéctico interno, sem dúvida, que ainda não encontrou a sua expressão de síntese na intervenção do Sr. Deputado Vital Moreira.

Esperteza salaia, quiçá, a de se citar aqui um título - imaginem, por um Deputado do Partido Comunista, o Sr. Deputado Vital Moreira - de Jean-François Rével: A Tentação Totalitária.

Olhando para a dimensão da bancada comunista, apetecia-me dizer, apondo um outro título: "Small is beautiful"!

Mas não é.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disse a oposição que, com este pedido de confiança, o Governo procurava alargar a sua expressão parlamentar. É verdade. Com este pedido de confiança o Governo alarga no sentido de consolidar, e plenamente manifestar, a sua expressão parlamentar, num duplo aspecto: o da sua ligação preferencial ao Parlamento e o da expressão clara da maioria que o apoia.

Quais os "pecados" apontados pela oposição?

O primeiro, dizendo-nos que, marcando a sua preferência pela ligação ao Parlamento, o Governo desencadeava, ou ameaçava desencadear, um conflito institucional com o Sr. Presidente da República.

Nada mais falso, nada mais tendencioso. De facto, não foi o Presidente da República que escolheu a maioria e o Governo da Aliança Democrática - e disso teve plena consciência no seu discurso de posse do Governo. Foram os portugueses.

O Sr. Presidente da República fez uma designação e deu uma posse mercê de uma escolha eleitoral, não mercê de uma escolha própria, ao contrário do que aconteceu noutros governos, até daqueles que, sendo partidários, não tinham a maioria mas apenas a maior das minorias. Por isso se tiveram de acolher especialmente à designação presidencial.

Nós não. É com o Parlamento, porque, como disse de manhã, é essa a mediação que temos com os eleitores, com os quais queremos especialmente relacionar-nos.

Mas é grave, então, o posicionamento do Governo em relação ao Sr. Presidente da República?

Direi que talvez. E só talvez porque não me cabe a mim pronunciar-me. Direi também que talvez, porque talvez de facto lhe não agrade o que aqui hoje se passou, em que, a propósito de uma deturpação do sentido dessa moção, os partidos da oposição - todos e não apenas o Partido Comunista, mas sim o PC, o MDP e o PS - se perfilaram atrás do Sr. Presidente da República e tentaram utilizá-lo para o jogar contra a maioria parlamentar e contra o Governo.

Isto, sim, é censurável e merece reprovação.

Não fomos nós que, com este pedido de confiança, forjámos qualquer arma de arremesso, mas as oposições, uníssonas, que tentaram forjá-la através de uma deturpação.

Oposições uníssonas, infelizmente, porque esta moção de confiança também revelou esse uníssonos em questões sérias. Não foi, é manifesto, às bancadas da maioria que se dirigiu o Sr. Deputado Vital Moreira mas, no fundo e em especial, à bancada do Partido Socialista, onde fez, pelos vistos, pelo menos de momento, os seus estragos, a julgar pelos aplausos que recebeu...

Mas, mais fundo do que isto, ficou claro no debate que ontem terminou e no que agora vai terminar que, num ponto, o Partido Socialista se uniu também nas suas posições parlamentares, àquelas já tradicionais do Partido Comunista - isto foi salientado já e é bom que se vinque - quanto a ponto fundamental da estratégia revolucionária do PC, da estratégia revolucionária imobilista, direi: é a manutenção dos limites das formações económicas. Pois também aqui foi total, infelizmente, a solidariedade entre as bancadas da oposição. E infelizmente, porque não interessa, como se revela na nossa História e na experiência política, à defesa dos interesses dos trabalhadores, esse imobilismo.

Porque para os trabalhadores, como para todos os cidadãos, o principal não é saber se o Estado é proprietário dos meios de produção. O principal é a liberdade que se lhes garanta, designadamente no aspecto reivindicativo, no aspecto de greve, no aspecto da reivindicação de melhores condições de vida, mola das reformas que a igualdade impõe e que é o que a estatização dos meios de produção abafa.

Não foi por não haver estatização dos meios de produção que os trabalhadores e os cidadãos foram oprimidos antes do 25 de Abril, em Portugal; foi por não haver liberdade, nem direito à greve.

Não é por na União Soviética e nos países ditos socialistas haver estatização completa dos meios de produção e de troca que os trabalhadores são oprimidos. É por não haver liberdade, designadamente de expressão e de greve; como não é por no Chile não haver sector estatizado que os trabalhadores e os cidadãos são oprimidos, é por também não haver liberdade e direito à greve.

E são estas realidades elementares, bem expostas de resto, aqui hoje, de manhã, na intervenção do Sr. Deputado Sousa Tavares, que o PS quer ignorar, às quais fecha os olhos.

Aliás, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nem sequer na política internacional o Partido Socialista se dessolidarizou totalmente do Partido Comunista.

Nós, quando estávamos na oposição e quando foi posta a questão da Europa, dissemos logo, sem condições, sem objecções, sem reticências, que sim, que era fundamental para Portugal.

Porém, hoje, quando estamos no Poder e falamos da Europa, logo o PS coloca restrições, põe objecções, intenta fazer processos de intenção, intenta, como ficou provado nas intervenções que aqui foram feitas sobre a política internacional e sobre a questão europeia, chamar à colação questões que aqui não deviam estar em causa tais como a Europa dos interesses e a Europa dos trabalhadores.

Não o fizemos nós quando aqui apoiámos a vossa opção europeia. E mesmo em matéria tão grave, nacional e internacionalmente tão importante como a condenação da invasão do Afeganistão pelas tropas da União Soviética, também aí o PS não se limita a dizer que sim. Diz logo um "sim, mas...", pensando em embaixadores e em chamadas, pondo aí as suas reticências, inventando megalomanias para se desculpar das reticências que não tem coragem de opor abertamente neste caso.

Inventando e deturpando porque, quando aqui, a uma pergunta da bancada socialista, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu claramente que não era verdade que quando foi chamado a Lisboa o embaixador português em Moscovo este estivesse em Lisboa, ou tivesse sido impedido de ir, ouvimos hoje aqui repetir desta tribuna a mesma afirmação falsa, e já desmentida, sem oposição do próprio PS.

Dominou o debate, pela parte das oposições, a preocupação pelos problemas reais do País? Não.

Ainda hoje aqui ouvimos. Falámos dos problemas reais nas várias intervenções que foram feitas, no debate ontem terminado, designadamente da saúde, da educação, dos assuntos sociais. Falei ontem aqui de problemas concretos, de números. O que respondeu a oposição em face destes problemas concretos? Expressou a sua preocupação pela situação da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo!...

Não estamos tão preocupados com isso como com os verdadeiros e concretos problemas dos Portugueses e que aqui foram escamoteados pela preocupação, ontem expressa, de fazer regressar a Sra. Embaixadora à "sua" embaixada, no dizer do PS.

Os nossos problemas não são esses, os nossos problema são os problemas dos Portugueses. E nada em contrário do que aqui dissemos foi de facto afirmado, a não ser, como há pouco ouvimos dizer, que a crise do petróleo já a tinha o PS, que a tivemos sempre.

Vejamos. Vejamos a realidade dos números, em complemento daqueles que ontem aqui citei.

Em 1976 o barril de petróleo custava 11 dólares e meio, sendo o total das importações, em Portugal, de 20 milhões e meio de contos. Em 1977 a tal crise que já existia, e que no dizer do PS afligia o seu Governo, cifrava-se nestes números: preço do barril, 12 dólares e meio, total das importações 28 milhões de contos

Ontem citei os números das importações do ano passado e deste ano. Este ano, como aqui disse, as importações andarão entre 120 a 140 milhões de contos.

Aqui têm, Srs. Deputados, sem sofismas, os números da vossa crise e da crise energética actual do País.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Um outro ponto aqui a florado, já que estamos a falar em Governos da responsabilidade do Partido Socialista, foi a invocação feita da bancada comunista de que o PSD tinha sido sempre solidário com as políticas do Governo socialista, enquanto o PC tinha sido seu frontal opositor. Recordemos apenas dois pequenos factores.

O Plano foi votado em 1976, com 69 votos contra do PSD, 2 do PS e 1 da UDP. O PC absteve-se. Em 1977 o PSD voltou a votar contra o Plano, mas o PC absteve-se.

O PSD fez duas interprelações aos Governos socialistas, ou melhor ao I Governo. O PC não fez nenhuma, e não tenho notícia - não me teria certamente escapado - de nenhuma moção de censura aqui apresentada pelo Partido Comunista contra o I Governo socialista.

Importa, com esta singeleza, desmistificar afirmações com as quais se procura envenenar a posição dos partidos face às suas responsabilidades anteriores e, talvez, no próprio quadro da Aliança Democrática.

Todavia, como se falou aqui da Reforma Agrária, continuo a falar em números da Reforma Agrária.

É que, de facto, sempre que as oposições tentam levar os problemas para o campo ideológico, o Governo dir-lhes-á que está preocupado com o preço da intervenção do azeite, que está preocupado com o aumento das pensões, que está preocupado com as escolas e o ensino, que está preocupado com a repressão da especulação e que, já tomou até várias providências.

Não vale a pena, nem deve o Governo, em nome da fidelidade que lhe compete manter à resolução dos problemas dos Portugueses, entrar nesse debate ideológico.

Por isso, como a Reforma Agrária foi aqui mais uma vez referida, eu completo os números de ontem - que eram, como se recordam, do crédito de emergência atribuído à zona da intervenção da Reforma Agrária, 8 868 000 contos, enquanto para o resto do País havia de crédito atribuído 3 815 000 contos - dizendo que a zona da Reforma Agrária representa 15% apenas do produto agrícola bruto nacional e 12% do emprego nacional da agricultura. Com estes dados melhor se

entenderão aqueles números. E se pensarmos nas quantidades, por estimativa, de cortiça, cuja venda pelas UCPs não foi registada no IPF, como é da lei, então teremos que, ao longo dos anos de 1977,1978 e 1979, essa verba é de 1 milhão de contos.

É bom que não se esqueçam estes números quando se quer apresentar os problemas numa mera perspectiva ideológica, porque, de facto, não é com ideologias que se resolvem as carências básicas dos Portugueses. É com acções concretas, é com justiça social que não tem sido praticada, por se ter dado a preferência aos debates e as palavras de ideologia, enquanto a condição de vida dos Portugueses se degrada.

É esse processo que este Governo e a Aliança Democrática inverterão. É essa mudança que compete, desde já, com coragem, realizar. É isso que faremos, porque, ao contrário do desejo mais uma vez hoje aqui manifestado pelas oposições, não são elas que ditam as regras ao Governo, nem a sua política, nem lhe criarão quaisquer complexos.

Percebam elas os problemas do País e saibam elas, ou pelo menos uma delas, perante a gravidade da situação nacional e internacional, apoiar aquelas soluções que são verdadeiramente nacionais e que nada têm de partidárias.

Infelizmente, os debates ontem concluídos e os hoje realizados não apontam nada nesse sentido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falou-se também aqui em maioria e foi-nos dito que tínhamos apenas a maioria dos lugares no Parlamento. Já hoje se não falou mais - como ontem tinha sucedido - em maioria nacional e em maioria parlamentar. Parece que as oposições aceitam agora, finalmente, que esta maioria parlamentar é uma verdadeira maioria nacional.

Mas ouviu-se das bancadas das oposições dizer que, embora tenhamos a maioria dos lugares, tínhamos menos votos do que elas. Isso foi dito pelo Partido Comunista, sem oposição do Partido Socialista.

Que quer isto dizer, se nós temos bastantes mais votos do que o Partido Socialista e temos muitos mais votos do que o Partido Comunista? Que eu saiba, pelo menos expressamente, os dois partidos ainda não resolveram somar os seus votos e agir de acordo a permitir-lhes dizer que têm mais votos, como aqui foi dito durante o debate realizado nos dias passados e hoje, pelo PC, sem a oposição do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aproximamo-nos do final do debate. Duas notas finais apenas.

Uma outra vantagem deste debate e deste voto de confiança, que as bancadas da maioria já disseram dar ao Governo, foi deixar bem claro que a maioria da Aliança Democrática e seu Governo se articulou com as maiorias regionais sociais-democratas e instituições de Governo das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Igualmente ficou claro da intervenção do Deputado do PSD pelos Açores que, de facto, desta vez, os órgãos regionais, confrontados com um cataclismo, tinham tido, não apenas promessas do Governo, mas uma acção imediata, concreta e realizada, o que permitiu ao Governo Regional fazer face a uma situação dramática, com o apoio do Governo da República, do Governo da Aliança Democrática.

Assim é e assim continuará a ser.

O Governo assume totalmente o seu Programa, mas não assume as deturpações que as oposições tentaram fazer do programa eleitoral do Governo da Aliança Democrática.

Basta invocar uma. Falou-se aqui de promessas de descida de inflação, quando o que, muito concretamente, consta do Programa do Governo é reduzir, a "médio prazo", a inflação portuguesa para os níveis europeus de inflação.

Só não vê isto quem não quer, quem de facto quer arranjar todas as razões, todos os pretextos, para fazer uma oposição sistemática que diz não fazer. Atitudes, de resto, aqui bem exemplificadas no primeiro dia do debate, que recorro.

Num dado momento um Deputado socialista disse: "Apoiaremos o que estiver bem, criticaremos o que estiver mal." No momento seguinte, um outro Deputado socialista disse: "Rejeitamos tudo, porque o Programa está todo mal."

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo agradece a confiança que foi expressa, as palavras que aqui lhe foram dirigidas. Procurará não desmerecê-las na sua acção. Mas, a esta Câmara compete fiscalizar a acção do Governo. Estamos certos de que, dentro desta Casa, a maioria da Aliança Democrática não deixará de fiscalizar, de estimular, de ser exigente em relação à acção do Governo.

É esta acção dinâmica que aqui hoje é consolidada, solenemente com a atribuição de um voto de confiança, que é uma confiança exigente. Confiança - como disse de manhã - que é uma interacção recíproca, entre a maioria que confia no seu Governo e o Governo que confia na maioria que o apoia, para que ambos possam corresponder à confiança que, em nós todos, depositaram os Portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo honra-se do voto de confiança que, de harmonia com as declarações aqui já prestadas, lhe vai ser dado nesta votação.

1.6. Entrevista à Rádio Renascença - 13 de Janeiro

Nota: Esta entrevista foi conduzida dos Estúdios de Lisboa por Fernando Ulrich (FU), do Expresso, Manuel Bessa Múrias (MBM), do Jornal, e José Miguel Júdice (JM), Henrique Mendes (HM) e Ribeiro Cristóvão (RC), e dos Estúdios do Porto por José Silva (JS) da Rádio Renascença.

HM - Sr. Primeiro-Ministro, eu queria começar por fazer-lhe uma pergunta que me parece, neste momento, estar no espírito de muita gente.

Qual a razão ou razões que concretamente o levaram a adiar a entrevista à Televisão, e já agora, as razões que terão levado amavelmente a aceitar o convite da Rádio Renascença?

SC - Bom, falou-se em silêncio, não se trata propriamente disso, mas sim de um Governo a trabalhar. É essa a função principal do Governo e foi isso que fizemos nestas pouco mais de 5 semanas de actividade. Trabalho que o público deve apreciar mais do que as palavras. No entanto, compreendo que é preciso comunicar, e por isso o meu gabinete tinha previsto uma comunicação a ser feita através da Rádio Televisão, seguida de perguntas de jornalistas. O método seguido pela RTP gerou uma certa confusão e levantou algumas suspeitas na escolha dos entrevistadores. Como tal, assumi a responsabilidade de dizer que era preferível não fazer a comunicação nessas circunstâncias e aceitar o convite da Rádio Renascença para, por estes microfones poder pôr-me à disposição da opinião pública portuguesa, aqui representada pelos jornalistas entrevistadores, para que a primeira entrevista, do Primeiro-Ministro do actual Governo, fosse em Portugal, visto que amanhã falarei para Espanha.

HM - Sr. Primeiro-Ministro, temos connosco jornalistas convidados, não sei se quererá, antes das perguntas que de facto vão seguir-se, fazer qualquer outro tipo de intervenção ou de exposição. Se entretanto autorizar, nós daremos início às perguntas,

SC - Não tenho nada que autorizar. Estou aqui ao serviço da opinião pública portuguesa, representada por estes jornalistas. A vós compete pois tomar a iniciativa. É possível que mais tarde, dentro de algumas semanas, faça uma exposição ao país. Neste momento queria ter o contacto com a opinião pública através de vós.

JMJ - Sr. Dr. Sá Carneiro, pegando ainda no problema desta frustrada entrevista comaRTP, tenho notado, ou pelo menos algumas pessoas têm referido, que haverá um certo amadorismo em certas coisas que têm acontecido na vida política portuguesa, nos últimos meses. Dou-lhe alguns exemplos: Têm sido anunciados, não oficialmente mas um pouco oficiosamente, que os governadores civis vão ser indicados para tomar posse. Já passou um mês sobre a tomada de posse do Governo e os mesmos ainda não estão nomeados. Houve problemas internos da AD enviados para os jornais por alguns políticos seus e depois essas notícias foram como que retiradas. Houve o célebre caso da carta que desapareceu e que mais tarde é divulgada, a nível da administração pública, pela imprensa. Finalmente, o discurso do Prof. Freitas do Amaral, teve por assim dizer duas versões, uma que foi divulgada no país, que não correspondia exactamente à que tinha sido expressa em Bruxelas.

Sr. Dr., acha que isto tem algum significado? Isto é, acha que por enquanto ainda há alguma inexperiência que será a razão destas pequenas coisas ou tudo isto terá outro significado?

SC - Creio que não, porque esses pormenores que citou são efectivamente circunstanciais e que a opinião pública tem muitas vezes valorizado como é seu legítimo direito. Não são problemas fundamentais do país, e o Governo - essa foi a nossa

declaração inicial e essa tem sido a nossa linha - está especialmente preocupado com os problemas do país. Governar é exercer o poder com clareza, com firmeza, com sentido da realidade e de servir os portugueses. É isso que temos feito, e daí o Governo não se ter empenhado a responder a ataques e a esclarecer pormenores insignificantes. Temo-nos preocupado com os problemas de fundo e, em pouco mais de cinco semanas, creio que não poderíamos ter feito mais do que aquilo que fizemos sobre política económica, política internacional, comunicação social, etc.

Creio que este Governo tem revelado, pelo menos, não ter medo de tomar posições, de enfrentar os problemas e de não se deixar deslocar para a fuga político-partidária. É nosso dever situarmo-nos no plano nacional e, dentro do programa que traçamos, dentro do rumo que seguimos, ir caminhando pouco a pouco sempre com o sentido das dificuldades, tentando resolver esses problemas. Assumimos a responsabilidade de ter de tomar medidas desagradáveis e impopulares, mas necessárias pelas circunstâncias em que nos encontramos. De facto não descemos ao pormenor da carta ou do diz-se, ou dos governadores civis que tardam. Há outros problemas políticos que apontou, referentes à AD, mas esses não são problemas do Governo, são da Aliança em si, é ela que os irá resolvendo. É patente que muitos desses problemas estão hoje resolvidos, não é ao Governo que incumbe ocupar-se deles.

MBM - Sr. Primeiro-Ministro, um tanto inesperadamente a política externa foi de facto o primeiro grande campo onde este Governo tem proposto algumas alterações. Houve algumas medidas espectaculares, e neste campo muitos observadores têm considerado que existe uma polémica entre o Governo e o Presidente da República.

Sr. Primeiro-Ministro, se aceita que um Governo, que segundo o quadro constitucional assenta na confiança da Assembleia da República e na do Presidente da República, poderá essa confiança ser quebrada por este diferendo sobre política externa?

SC - Bem vê, o Governo foi confrontado com problemas de política internacional que resultaram da evolução dos acontecimentos, mais concretamente, da invasão do Afeganistão pela União Soviética. Logo no meu discurso de posse tive a primeira palavra de condenação da referida invasão. O problema havia sido ventilado pelo anterior Governo mas sem quaisquer palavras de condenação, antes pelo contrário de uma certa compreensão pela situação. Tivemos efectivamente de marcar uma atitude completamente diferente. De resto, toda a situação internacional evoluiu quase em coincidência com a nossa tomada de posse. Não há, pois, uma polémica, nem um afrontamento com o Presidente da República a esse respeito.

O Presidente da República foi informado de todas as nossas decisões a respeito da política externa. Efectivamente, tanto neste como noutros campos, no passado, o Presidente da República foi chamado a desempenhar um papel que a meu ver excedeu o normal previsto no nosso sistema jurídico-político ou político-constitucional. Não tanto por sua iniciativa mas mais pela falta de um poder as-

sumido a nível do Governo. Por circunstâncias várias que não interessa aqui detalhar, o poder estava relativamente vago a nível do Governo, não havia maioria estável, havia Governos presidenciais, havia instabilidade e tudo isto originava que o Presidente da República tivesse naturalmente ocupado um certo papel na condução das políticas interna e externa.

Com as eleições de 2 de Dezembro o quadro modificou-se dado que surgiu uma maioria clara e um Governo que, com essa maioria, assumiu o poder. Salientei bastante isto no meu discurso de posse e no da investidura parlamentar. Assumir o poder, exercer o poder no quadro institucional, significa assumir a responsabilidade pela condução das políticas interna e externa.

Após a tomada de posse vimo-nos confrontados com as dificuldades internacionais apontadas, onde, pela primeira vez depois da segunda guerra mundial se correram maiores riscos para a paz e segurança mundial. Actuamos com determinação e, sem consultar ninguém, assumimos a responsabilidade e o poder. Não resultou daí um confronto com o Presidente da República, embora tivesse resultado, efectivamente, uma atitude diferente da seguida até à pouco. O Presidente da República, como chefe de Estado, representa o país, o Estado, a República, interna e externamente, mas a condução da política compete ao Governo. Pode haver diferenças de atitude, como por exemplo no discurso do Presidente da República ontem proferido, a respeito do papel da NATO e das causas da invasão do Afeganistão pela União Soviética, mas não há polémica nem confronto. Desde o princípio que a atitude do Governo e do Presidente da República foi a de uma relação construtiva. Sabemos que o Presidente da República tem uma opinião quanto às soluções políticas para o país, diferente daquela que o eleitorado perfilhou pelo que, o Governo, empenhando-se em evitar confrontos seja com quem fôr, vai continuar a desempenhar a missão para que foi incumbido.

Tanto o Presidente da República como o Conselho da Revolução, usando os seus poderes, não criarão dificuldades à sua relação com o Governo, e facilitarão pelo exercício das suas competências constitucionais, o papel das competências do Governo. É isto o mínimo e o normal, depois da eleição democrática de 2 de Dezembro, que pela primeira vez deu origem em Portugal a um Governo maioritário.

MBM - Sr. Dr., desculpe, há de facto aí uma nuance na resposta que entendeu dar, que são os problemas da condução e da política. Quer dizer, o Sr. Dr. reafirma que ao Governo compete a condução da política, eu falava no entendimento sobre as linhas gerais da política que depois compete ao Governo conduzir, como executivo.

A confiança política não significa um consenso entre os dois órgãos de soberania para depois a condução pertencer ao Governo? Vejo entre o discurso que ontem o Sr. Presidente da República fez e os sucessivos discursos do Prof. Freitas do Amaral diferenças profundas. O Sr. Dr. acha que não? Subscrive inteiramente a política do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros?

SC - Aí é que é. Se diferenças há, é entre a análise da política internacional feita pelo discurso presidencial de ontem e a política do Governo, porque não há uma

política do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas sim do Governo cuja responsabilidade quanto à direcção política é minha, como primeiro-ministro. Todas as decisões de política internacional, foram não só totalmente assumidas pelo ministro, como participadas por mim, conjuntas a maior parte das vezes. A política do Ministério dos Negócios Estrangeiros é de facto a política do Governo e do primeiro-ministro também, totalmente assumidas como política do Governo.

Existem algumas divergências resultantes do discurso de ontem. Foi a primeira vez que apareceram divergências na análise das situações, Nós fizemos uma condenação muito clara, desde o meu discurso de posse, da invasão do Afeganistão, o Sr. Presidente da República não a fez, deu uma explicação não a condenando. Aias divergências não devem ser escamoteadas, mas não são dramáticas. O Sr. Presidente da República tem todo direito de fazer a sua análise política como Presidente, como Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, de se situar em relação à NATO e à Europa, mas ao Governo compete a condução da política. Se amanhã o Presidente da República perder a confiança no Governo poderá demiti-lo, mas enquanto o não fizer, será a este que compete conduzir as políticas interna e externa, sem qualquer dependência de outro órgão de soberania.

O Governo não está dependente mas sim responsável perante o Presidente da República. Se amanhã o Presidente da República me disser: "O Governo fez isto, eu não concordo, você vai-se embora", está no seu direito. O mesmo pode fazer a Assembleia da República, substituindo o Governo. No entanto, uma coisa deixei sempre muito clara: o meu Governo assenta numa escolha eleitoral e desempenhará o seu mandato até ao fim, não se demitirá. Se for demitido pelo Presidente da República ou pela Assembleia da República, não constituirei outro Governo. É esta a minha equipa, estamos todos solidários. Temos apenas uma política cuja responsabilidade máxima assumo e ninguém nos conseguirá dividir.

MBM - Queria só lembrar ao Sr. Primeiro-Ministro que não foi a primeira vez que essa diferença surgiu. Acho que já anteriormente existiu, por exemplo, numa análise que o Sr. Presidente da República fez acerca do relacionamento humano com os países africanos de expressão portuguesa e o que está contido no discurso do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros ao iniciar o debate do programa. Gostava de ouvir a sua opinião acerca da política externa portuguesa em relação aos países africanos de expressão portuguesa.

Gostava ainda de saber, em relação a Angola, se o Sr. Primeiro-Ministro concorda com um certo privilégio que inclusivamente o seu partido está a dar nas relações com a UNITA. Lembro que o Sr. Primeiro-Ministro, no passado, disse que de maneira nenhuma considerava a UNITA como organização privilegiada em relação a outras e neste momento nota-se, em muitos órgãos de informação, um certo apoio tácito dado à UNITA. Sr. Primeiro-Ministro, não está preocupado com as relações com Angola? Não acha que elas devem ser orientadas no sentido do interesse do povo português?

SC - Indiscutivelmente, mas devem ser tratadas de Estado a Estado. É por isso que eu, como Primeiro-Ministro, não me preocupo nem com a UNITA nem com o MPLA, preocupo-me com o Estado de Angola, com o povo angolano.

Não aceito de maneira nenhuma que as relações com qualquer país, seja ele antiga colónia ou não, sejam tratadas a nível de partidos. São problemas de Estado, de Governo e as antigas colónias encontrarão no meu executivo toda a receptividade, todo o interesse na cooperação, no reforço dos laços, mas nunca através das relações partido a partido.

Não preciso de saber qual é a posição do PSD, nem dou relevância à posição do PC, por exemplo. Quanto a Angola, esse é um problema partidário e eu não sou um Primeiro-Ministro partidário, sou-o de Portugal e do Governo português, pois quem segue a opinião pública internacional, tem visto que este problema surge cada vez mais nas colunas dos jornais e nos contactos políticos dos Estados- Unidos e de outros países europeus. Fundamentalmente trata-se de um problema angolano que deve ser resolvido por eles, a despeito de ser nossa obrigação segui-lo com atenção. Compete-nos seguir todos os problemas, não só de Angola, mas também de Moçambique, Guiné, Cabo - Verde e S. Tomé e ainda fazer saber a esses países que podem contar com o meu Governo para um reforço da cooperação em termos de igualdade e dignidade mútuas, sem nunca nos sujeitarmos a quaisquer pressões ou privilegiarmos um partido, seja ele qual for, que possa servir de canal às relações entre Estados.

Creio que isto é aceite, mas o problema das relações com as antigas colónias coloca-se no contexto mais geral das relações com os países africanos e é essa uma das prioridades da nossa política externa. Toda uma política de aproximação em relação a África é de interesse africano e europeu, tudo isto sem descurar a defesa dos interesses dos portugueses e nunca aceitar ingerências internas. Por exemplo, a atitude de firmeza que tivemos relativamente à União Soviética nunca poderá vir a ter retaliações, via um qualquer outro país.

JS - Boa noite. Várias questões práticas e concretas, sobretudo relacionadas com a política externa, foram postas ao Sr. Primeiro-Ministro. Naturalmente o desenvolver aconselharia que continuasse neste capítulo, mas mesmo assim vou tomar a liberdade de vir um pouco atrás e pôr ao Sr. Primeiro-Ministro uma questão de ordem genérica que me parece interessante e que resulta de uma afirmação feita no seu discurso de tomada de posse.

Todos nos recordamos que o Dr. Sá Carneiro, nesse discurso, afirmou que o país precisava tanto de mudança como de moderação. Esta afirmação parece-me ser como que uma espécie de metodologia programática para a sua acção governativa, como que uma admissão de dois polos em que assentaria toda a sua acção: por um lado a mudança e por outro a moderação.

Será que seis semanas após esse discurso, o Sr. Primeiro-Ministro concorda que a conjugação destes dois elementos, está exactamente ao nível que idealizou? Porquê?

SC - Estou satisfeito com o equilíbrio do binómio mudança-moderação, mas já o mesmo não posso dizer com tudo o que fizemos. Explico: a nossa atitude foi de enfrentar os problemas sem temer a abertura de várias frentes de contestação, pois a regra é a realidade da resolução dos problemas e as consequências em termos de ataques. Houve mudança, e significativa, em vários campos pelo que

penso que se fez sentir muito a actuação do Governo nestas seis semanas. As pessoas dão conta que se inaugurou um estilo novo de não temer o exercício do poder, a autoridade, a introdução de decisões e o assumir das responsabilidades.

Mudança e moderação creio que as houve visto que fomos moderados na nossa actuação, não hostilizámos ninguém e não estou satisfeito porque até agora tivemos de tomar algumas medidas que se traduziram no reforço da austeridade, apesar de, cumprindo promessas eleitorais, termos reforçado mais a austeridade pública do que a privada. A escassez de tempo não nos permite ainda tomar medidas positivas, como queremos tomar, em benefício dos portugueses e em especial daqueles que mais dificuldades têm e que piores condições de vida desfrutam.

Acho que não poderemos ser julgados democraticamente por uma actuação de algumas semanas mas sim por uma actuação ao longo das 30 semanas que nos separaram das novas eleições. Espero que nessa altura o saldo seja positivo. Para isso estamos a trabalhar e, como Primeiro-Ministro, reafirmo a minha insatisfação por não podermos, como Governo, começar a melhorar as condições de vida dos trabalhadores. As medidas que já tornámos são condicionantes dessa melhoria das condições de vida e que darão os seus frutos daqui a alguns meses.

JS - Peço desculpa, mas vou continuar. Parece-me que estes problemas relacionados com o custo de vida e os referentes às medidas recentemente tomadas serão certamente melhor concretizados e aprofundados no decorrer desta conversa. No entanto, vou voltar atrás, e ainda dentro deste capítulo genérico, queria perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, se considera que todos os conflitos, em que o seu Governo se envolveu, durante estas cinco semanas se alguns deles não seriam evitáveis, sobretudo num o noutro sector.

SC - Seriam evitáveis se nós estivéssemos numa posição de comodidade, instalados no poder, procurando evitar os obstáculos e atritos. A nossa posição é de governar, ou seja, escolher, decidir, e defrontar os problemas, daí o termos desencadeado hostilidades contra nós. Não desencadeámos hostilidades contra ninguém, elas foram desencadeadas contra nós. A meu ver não era evitáveis pois as decisões que foram tomadas foram a consequência de uma clara assunção da autoridade dentro do quadro da legalidade. O que é que se podia ter evitado? Poder-se-ia ter recusado o depósito das quarenta convenções colectivas? Não podia, a não ser que o Governo, por uma questão de comodidade, para evitar atritos, tivesse decidido ignorar a legalidade, como acontecia no passado com enormes custos.

O Estado é um sistema bem coordenado de serviços e de instituições e quando estas funcionam mal não nos podemos conformar, porque equivale a favorecer a corrupção política e o mau funcionamento da democracia. O Estado de direito deixa de ser uma realidade. A nossa aposta é muito claramente outra, pois se haviam essas convenções colectivas que tinham, a maior parte delas, fixado salários negociados e justos mas que não correspondiam a um requisito legal, a obrigação do Governo era dizer: Falta este requisito, preencham-no e depois o Governo aceita o seu depósito. Foi isso que o Governo fez e daí a contestação

desencadeada. Da deturpação dos dados reais resultou o ultimato ao Governo para que reconsiderasse a sua posição no prazo de 10 dias. O Governo não tinha nada a reconsiderar, pois tinha de obedecer à lei. Os requisitos foram preenchidos e as convenções de imediato aceites. A luta passou sem que o Governo tivesse que transigir, até porque não podia fazê-lo.

JS - Desculpe interromper, Sr. Primeiro Ministro, mas queria introduzir um pequeno pormenor neste problema que está a focar.

Não considera, portanto, como correcta, a afirmação da Intersindical, feita esta noite, de que a recepção por parte do Ministério do Trabalho das cerca de 30 convenções, representa uma vitória dessa central sobre o Governo?

SC - Já conhecemos esses métodos. Depois de cumprida a lei, de satisfeitos os requisitos, vêm clamar vitória porque o Governo aceitou! Efectivamente não foi vitória nenhuma da Intersindical, mas sim da legalidade. Também não a foi do Governo, pois este limitou-se a cumprir a lei. Sendo a lei cumprida, todos ganharam.

Se o Governo tivesse cedido dentro do prazo estipulado pelo ultimato, então sim, a Intersindical poderia cantar vitória porque teria vencido e obrigado o Governo a ajoelhar. Não foi isso que aconteceu dado que as convenções só foram aceites quando os requisitos foram satisfeitos. O Governo está a cumprir o seu dever e, portanto, os trabalhadores estão a ver os seus direitos satisfeitos dentro do quadro da legalidade. Se uma outra força clama vitória depois, tentando tirar efeitos fáceis e demagógicos, penso que já não enganam os portugueses com esses métodos. Penso que as pessoas já não acreditam nessas coisas dado que querem é ver os problemas resolvidos.

JS - De qualquer modo o Governo vai enfrentar amanhã a primeira manifestação de rua.

SC - O Governo não a enfrenta, segue-a, continuando o seu trabalho. As manifestações são um direito desde que se cumpram os objectivos legais. O Governo não se deixa de forma nenhuma impressionar com isso. Confesso que nem tinha pensado nisso.

FU - Sr. Primeiro Ministro, já aqui foi focado o problema das relações com o Presidente da República e algumas diferenças de análise. No domínio económico foi sublinhada a diferença entre o ponto de vista do Sr. Primeiro-Ministro, expresso no seu discurso de tomada de posse e o do Sr. Presidente da República. Passadas cinco semanas, este Governo revalorizou o escudo. Para os observadores, mormente para as pessoas pouco informadas nestas questões, associa-se a desvalorização a uma economia fraca e a revalorização a uma economia forte ou com tendência para ser forte. Então, quase se poderia dizer que a revalorização é mais coerente com o discurso do Presidente da República na tomada de posse do Governo, do que com o seu.

SC - Poderia parecer isso, mas de facto não é.

A situação económica portuguesa e a internacional são difíceis dado que ambas são de crise. Sendo assim, e mantendo eu inteiramente a análise económica que fiz no discurso inicial, que efectivamente foi divergente da do discurso do Presidente da República, quero acentuar que na discussão do programa do Governo ficarem bem demonstradas da nossa parte as razões que nos levaram à revalorização do escudo.

A revalorização do escudo é, por um lado, consequência de uma melhoria da situação da balança de pagamentos e da balança de transacções correntes, por outro lado, é uma decisão política de coragem, bem como necessária. Como sabe, a melhoria da situação cambial não se deu no fim de 1979, mas sim no fim de 1978, nessa altura, o déficit da balança de transacções correntes foi cerca de metade daquele que estava previsto pelo Fundo Monetário Internacional e já em 1978 a balança de pagamentos apresentou um saldo positivo, salvo erro, de 160 milhões de dólares. A nossa análise é que já em 1979 se devia ter modificado a política cambial ou revalorizado o escudo ou adoptado uma taxa de desvalorização mensal deslizante menor do que aquela que foi adoptada. Simplesmente isso implicava duas coisas: uma era coragem política e a outra uma política económica clara. A meu ver não houve nem uma nem outra. Passando por alto a coragem política, verifico que não houve uma política económica clara no quadro da qual, podia e devia ter havido uma revalorização do escudo ou uma política cambial diferente. Logo, ao fazermos a revalorização do escudo em 6% assumimos uma situação que não criamos inteiramente, mas que revela termos tomado uma decisão política, assumindo o Governo total responsabilidade. Pela primeira vez em Portugal foi tomada uma decisão de política cambial por um Governo e não por pressões ou condicionantes estrangeiras. Isto é muito importante sobretudo quando se pensa que a moeda é também um símbolo de soberania nacional.

O Governo ao tomar esta iniciativa, sem pedir o parecer de nenhuma instância internacional e sem qualquer pressão, regendo-se apenas pela sua análise de política económica, assumiu também a soberania no aspecto económico. Fê-lo, invertendo a degradação geral do escudo, como elemento de soberania, num acto simbólico de reconstrução nacional. Esta operação é também uma arma de recuperação da política económica, não é apenas uma consequência, é também uma causa de efeitos importantes que vai contribuir, como o Ministro das Finanças bem demonstrou nas suas intervenções, para o abrandamento da inflação. É possível que os preços da bica e dos combustíveis, devido à revalorização do escudo, não diminuam já, mas é certo que esta atitude assumida no quadro da nova política económica coerente, vai fazer baixar a taxa de inflação.

Quero fazer realçar que a inflação é a causa de desigualdades e de agravamento de injustiças sociais e ainda das maiores depreciações do escudo. Espero que daqui a alguns meses, o Governo possa dizer: Graças a isto, a inflação baixou e podemos doravante travá-la cada vez mais. Iniciámos o período de recuperação da nossa economia e do nosso país.

É esta a resposta que lhe posso dar.

FU - Posso, portanto, presumir das suas afirmações quanto à não interferência de entidades externas na formação desta política, que o seu Governo não tem intenção de negociar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional para 1980.

SC - De facto, vamos manter os contactos com o Fundo como qualquer país, mas não vamos estar condicionados pelo FMI. Desta decisão daremos conhecimento ao Fundo Monetário Internacional.

Poderemos pensar num acordo para 1981, aproveitando facilidades existentes, mas, de momento, até às próximas eleições, ou seja, no período do nosso mandato, não vamos fazer nenhum acordo com o FMI.

HM - O José Miguel Júdice pede uma intervenção, mas eu peço licença para antes, e amenizando um pouco esta troca de impressões, contarão Sr. Primeiro Ministro um caso verídico passado esta tarde, já que se falou no aumento da bica e dos combustíveis.

Nos nossos estúdios do Porto foi esta tarde feito um inquérito de rua na cidade invicta, onde foram recolhidas opiniões acerca do aumento do preço da bica. Curiosamente, uma senhora com espírito e muita graça, respondeu o seguinte aos nossos microfones: "Eu sei que o Sr. Primeiro Ministro vai esta noite falar na Rádio Renascença pelo que gostaria que ele soubesse a minha opinião. Aumentou o preço da bica. Acho muito bem, porque muito café faz mal aos nervos. Aumentou o preço do arroz. Acho bem, o arroz em excesso faz engordar. Aumentou o preço de açúcar. Acho bem, porque açúcar em excesso faz mal à saúde. Aumentou consideravelmente o preço do sal. Acho bem, porque o sal é prejudicial à saúde. Mas eu gostaria que perguntasse ao Sr. Primeiro Ministro se em troca, não nos poderia baixar o preço da carne."

Aproveitando a oportunidade que tive de contar este episódio autêntico, peço ao Sr. Primeiro Ministro um comentário.

SC - Bom, o meu comentário bem fácil seria que a maior parte da carne nem está tabelada, portanto, tem preço livre dependendo exclusivamente do mercado. No entanto, não se trata de nada disso, pois eu creio que essa senhora, com bom humor e sentido de proporção, exprimiu aquilo que todos os portugueses sentem. O custo de vida está-se tornando insuportável e eu admiro as pessoas que apesar de tudo reagem assim, dado que a situação é mesmo muito difícil.

Nós não pretendemos obter neste momento o agradecimento dos portugueses. Ainda fizemos pouco a nível concreto para que baixe o custo de vida, mas tomamos já decisões importantes que se vão reflectir no futuro.

Como disse há pouco, o aumento da inflação faz com que aqueles que menos podem vejam desaparecer o que lhes é necessário e essencial e os mais favorecidos só são prejudicados com o desaparecimento do supérfluo. O que fizemos com a fixação dos preços dos géneros de primeira necessidade, foi neste momento um enorme esforço. Os 23 milhões de contos que o Governo destinou ao subsídio dos preços essenciais, permite minorar as consequências dos aumentos constantes, que se fazem sentirem toda aparte, simplesmente em Portugal sentem-se mais porque a economia é mais débil e porque os rendimentos das pessoas são mais

baixos. Se não houvessem nenhuns subsídios, o pão que custa agora 26\$00 custaria 32\$00, os óleos, por exemplo o de soja, custaria 63\$40, a margarina custaria 74\$00, os ovos que custam 55\$00 custariam 67\$70, o leite mais barato custa 11\$00 e sem subsídios custaria 21 \$60, o leite mais caro custa 19\$00 e custaria 23\$80 ou 25\$90, etc. Repare-se, portanto, nas enormes diferenças de preços e no esforço que se está fazendo.

A nossa política vai permitir que os rendimentos reais das pessoas aumentem ao fim de alguns meses. Os rendimentos reais das pessoas aumentarão se os salários e os impostos subirem, ou melhor se o conjunto salários-impostos subirem mais do que sobem os preços. Esperamos conseguir isso, fazendo aumentos de salários suficientes para aguentar os aumentos de preços e diminuir os impostos de maneira a deixar rendimentos livres. Pela primeira vez, desde o 25 de Abril, os rendimentos reais das pessoas aumentarão em vez de diminuir. Portanto, o que sente essa senhora que falou aos microfones da Rádio Renascença com bom humor e espírito de compreensão...

HM - Peço desculpa de interromper. Essa senhora fez ainda mais uma observação curiosa: Achava bem o aumento do preço da gasolina dado o elevado grau de poluição que provoca.

SC - Ainda por cima é uma senhora com sensibilidade para os aspectos ecológicos.

Se conseguirmos inverter o processo de degradação, quer com a política internacional, quer com a política cambial, quer com a política económica e de preços, que temos vindo a seguir, ganharemos a nossa aposta. É esta a mudança que prometemos e que espero vamos cumprir.

JMJ - Ora bem, Sr. Primeiro Ministro, creio depreender das suas palavras e também da prática do Governo nestas últimas semanas, que houve uma preocupação bastante grande com os aspectos que se prendem com a soberania estatal ou até mesmo com a soberania nacional. Falou-se de aspectos das políticas internacional e monetária e económica. Mas não se falou, e parece-me ter interesse, nos aspectos da afirmação da soberania no plano da ordem pública, como por exemplo a atitude tomada pelo Governo em relação a um congresso que se estava para realizar com participação estrangeira, salvo erro o "Congresso dos Povos em Luta".

Foram anunciadas medidas sobre matéria de fiscalização da moralidade, contrárias, portanto, às práticas especulativas.

Gostaria de perguntar se a esta dimensão de relevo há o problema da soberania estatal. Seja estão previstas, e se se pode anunciar alguma coisa a esse nível, em relação ao plano social.

Lembro-me que no programa do Governo se falava numa modificação dos escalões dos impostos e também das políticas compensatórias, como incentivos à agricultura, por exemplo. O referido programa fala também de alterações na legislação económica e na laboral e ainda do problema das rendas de casa. Especialmente os dois últimos, tratam-se de problemas delicados, que apresentam prós e contras só pelo simples facto de se mexer neles.

Gostaria de saber, se fosse possível, se há um timing daquilo que se pretende fazer a esse nível.

SC - Bom, de facto a nossa política global implica todos esses aspectos e alguns deles terão tradução no Orçamento Geral do Estado quando ele for apresentado.

A situação que encontrámos era bastante pior do que aquela que supúnhamos. Não refiro isto como desculpa, mas apenas para situar a nossa acção.

Quando se pensa na resolução das situações sociais, muitas delas aflitivas, não nos podemos esquecer que toda a gestão anterior conduziu a que o Estado vivesse acima das suas posses, à custa de empréstimos orientados a maior parte das vezes para o consumo público, de tal maneira que os juros da dívida pública, que foram o ano passado de, aproximadamente, 28 milhões de contos, serão este ano de cerca de 46 milhões de contos! A isto devem juntar-se os 15 milhões de contos de amortizações.

Tudo isto significa que o serviço da dívida pública portuguesa se eleva a mais de 60 milhões de contos, valor este que era bem necessário para aumentar as pensões, fazermos escolas, hospitais, estradas, etc. É esta a situação que não só nós, mas todos os portugueses herdaram da gestão passada e que temos de resolver, quer os recursos nacionais sejam suficientes ou não.

A nossa opção foi cortar em primeiro lugar no sector público, isto é, no Estado e nas empresas de sector empresarial do Estado, pelo que resolvemos que as despesas correntes do Estado não possam aumentar, neste ano, em termos reais e que os subsídios as empresas públicas, que foram no ano passado de cerca de 12 milhões de contos, também não devam aumentar. Isto vai provocar clamores, recriminações e protestos, mas quando o dinheiro do país não chega para tudo, tem de se cortar de harmonia com critérios de justiça social, no entanto, espero poder em breve anunciar um plano de efectiva melhoria das pensões.

O esquema de que falei atrás, sobre o subsídio ao cabaz de compras, é não só necessário como inevitável no contexto actual, apesar de não ser socialmente justo dado que se trata de um subsídio de que beneficia tanto o rico como o pobre, tanto o estrangeiro como o nacional. Quando se compra pão, leite, azeite e os demais produtos subsidiados, seria preferível um esquema que permitisse o subsídio segundo as necessidades e as carências de cada um. Isso poderá e deverá ser feito lentamente a nível das pensões sociais.

O problema da agricultura, designadamente quanto ao aumento do preço do gasóleo, à excepção dos encargos que esse aumento representa para os agricultores, estão estudadas e aceites uma série de medidas que irão beneficiar a classe.

Os problemas da legislação laboral e das rendas de casa podem ser postos no mesmo comprimento de onda. Ainda quanto às rendas de casa está pedida a ratificação pela Assembleia da República do Decreto-lei do Governo do Prof. Mota Pinto. O Governo só actuará depois da Assembleia deliberar. A legislação laboral não é, a meu ver, um dos problemas mais urgentes pois não é por causa dela que

a economia não funciona ou que os investimentos se deixam de fazer, a despeito de haver necessidade de algumas modificações.

Importante é o problema das modificações estruturais, designadamente a propósito do sector público-sector privado, dado que traduz uma filosofia que pode conduzir à manutenção do actual sistema ou à sua transformação com vista a um sistema mais funcional e, a meu ver, mais democrático. Vivemos ainda muito, não o 25 de Abril, mas o 12 de Março de 1977 pois, salvo erro, aprovou-se uma lei por maioria PS - PSD de delimitação do sector público-sector privado que não teve cumprimento por falta de regulamentação e de vontade política. O Governo já solicitou à Assembleia da República uma autorização para rever esta lei. Logo que seja concedida, já temos pronto um Decreto-lei de alteração dos limites desses sectores, que está em consonância com o compromisso assumido no programa eleitoral do Governo da AD ou seja, que não devem existir fronteiras e que deve funcionar a plena concorrência sem quebra de o Estado manter o controlo do poder económico. Em princípio, a não ser o sector dos serviços públicos, nenhum sector económico deve estar vedado à iniciativa privada. Só assim funcionará a concorrência e nos encaminharemos para esquemas europeus. Trata-se de uma modificação estrutural já estudada, que surgirá nos próximos meses, como ainda surgirão outras medidas positivas no campo social.

JMJ - Senhor Dr., se me permite vou fazer só mais uma pergunta. Devo deprender do que disse, que governar, num regime aberto como aquele em que vivemos, é algo que tem a ver com períodos eleitorais. Devo então concluir que daqui até às próximas eleições, tudo o que havia de medidas impopulares a tomar, foram tomadas e daqui em diante seguir-se-ão apenas as medidas populares?

SC - Não necessariamente. Governar é decidir e correr o risco de desagradar, mas também sujeitar-se as críticas da opinião pública. Por isso aqui estou. Os jornalistas presentes representam a opinião pública.

Governar é também administrar o poder, mas em termos eleitorais penso que a nossa preocupação não pode ser nunca eleitoralista. Se encontrarmos soluções justas do ponto de vista social e do ponto de vista da realidade nacional, a resposta do eleitorado será positiva. Se nos preocuparmos só com as próximas eleições, perde-las-emos muito justamente. Se nos continuarmos a preocupar com os portugueses e os seus problemas, ganharemos muito justamente as próximas eleições. É esta a filosofia da nossa actuação.

Não lhe posso garantir que todas as medidas menos agradáveis estejam tomadas. Em princípio não faremos novos aumentos de bens essenciais, nem de combustíveis e procuraremos articular e desenvolver medidas positivas não demagógicas compatíveis com a situação económica nacional. Todo este timing não é imposto por um critério eleitoralista, mas pela necessidade de irmos resolvendo os problemas. O que foi feito tinha de ser feito neste período, não pensando em eleições, mas a pensar no país.

RC - Ao programarmos esta entrevista havíamos previsto estabelecer um intervalo ao fim dos primeiros 45 minutos. Creio que talvez não valha a pena.

SC - Sim, a esta hora, não vale efectivamente a pena.

RC - Podemos então continuar. De resto há ainda muitos assuntos a abordar. O Fernando Ulrich está-me pedindo a palavra.

FU - Vou insistir nesta questão de problemas concretos que foi aqui referida, para dizer o seguinte: Tenho a sensação de que o cidadão comum, aquele a que chamo o homem da rua, está cada vez mais cansado destas disputas que se verificam entre os órgãos do poder, entre as instituições democráticas, pelas quais aliás tenho o maior respeito. Mas, as pessoas estão cansadas dado que o que querem são mais casas, mais transportes, melhor assistência social na saúde e mais protecção na reforma. Penso que até agora, as energias que o Governo tem gasto em determinado tipo de debates, não são equivalentes àquelas que mostrou nas áreas mencionadas. O que é que o Sr. Primeiro Ministro tem a dizer a este respeito?

SC - Acho que tem muita razão quando diz que as pessoas estão cansadas de disputas e de pugnas ideológicas e partidárias entre órgãos de soberania. Eu também. Por isso é que tanto eu, como o meu Governo, não nos metemos nelas. Há duas coisas que as pessoas não comem: São saldos de balanças de pagamentos e disputas partidárias e ideológicas. Até agora, efectivamente os Governos passados só falaram em saldos de balança de pagamentos, luzes ao fundo do túnel, programas político-partidários, etc.

Repito mais uma vez: A função do Governo não é essa e é por isso que nós não temos ocorrido às citas que nos fazem para as disputas. Lamento, no entanto, que certas pessoas com responsabilidades, mais personalidades do que órgãos de soberania, se entretenham, até mais do que as oposições partidárias organizadas, a procurar desgastar o Governo.

Sem respondermos às obstruções que os nossos adversários vão tentando levantar no nosso caminho, vamos desenvolvendo, bem ou mal, os nossos esforços em termos de política internacional, política económica, política de informação, política sindical, política laboral, etc.

Parece-me que estamos a corresponder e a contrariar esse aspecto que focou em que lhe dei razão, do cansaço das pessoas. Penso que foi por isso que votaram no dia 2 de Dezembro não só num partido, mas num Governo e numa proposta, e o nosso Governo e a AD têm obrigação de não as desiludir.

Seria muito mau se entrássemos agora em campanha presidencial. Há várias tentativas para isso e mesmo pessoas com responsabilidades, quando falam a propósito do Governo, falam em candidaturas presidenciais e na defesa de uma delas. Não será pelo Governo que se vai viver antecipadamente um clima pré-eleitoral. Precisamos de segurança e de estabilidade, não efectiva justiça social sem um quadro de segurança pessoal e política de estabilidade. Estamos apostados em desenvolver os dois vectores, o da justiça social e o da segurança e se alguém quiser desencadear polémicas, que o faça por sua conta e risco. Garanto que não serão desencadeadas guerras com o patrocínio ou cooperação do Gov-

erno. Vamos continuar no nosso caminho, cumprindo o nosso dever, que é o de governar. Não vamos entrar no debate partidário.

JS - Estou a tentar, daqui do Porto, meter-me na conversa.

Gostava, Sr. Primeiro Ministro, de lhe pôr a seguinte questão: Entre querelas partidárias, ideológicas e de órgãos de soberania, queria saber se considera que os problemas decorrentes das alterações aos decretos relativos às várias comemorações deste ano, e que causaram problemas em relação ao Conselho da Revolução, por exemplo, se não são da responsabilidade do Governo, pertencem inteiramente a outro órgão de soberania?

SC - Bom, aí parece-me que não há, pelo menos por enquanto, e espero que não haja no futuro, problemas com o Conselho da Revolução. Houve, isso sim, membros do Conselho da Revolução que atacaram a nossa atitude face aos decretos das comemorações e do Congresso das Comunidades. Ao fazê-lo não se representavam a si próprios apenas. O Governo não se vai deixar arrastar para um pseudo-conflito institucional, quando na realidade se tratam de posições político-pessoais. A oposição institucional é feita pelos partidos e se há personalidades políticas que ultrapassam os partidos da oposição, o problema obviamente que não é nosso. Anote-se ainda, que essas personalidades não representam o 25 de Abril e muito menos os emigrantes.

O Governo tomou a sua atitude em relação às comemorações numa nota oficiosa. Em termos de austeridade, a maioria da Assembleia da República suspendeu o decreto-lei relativo às comemorações e ao Congresso das Comunidades, estando neste momento a modificá-lo e nós a aguardar para depois actuar.

Quanto ao Congresso das Comunidades, penso que tudo tem sido muito deturpado. Efectivamente, só no fim do seu mandato, o Governo Pintassilgo resolveu ocupar-se deste congresso, mas só depois das eleições se concretizaram alguns actos, como por exemplo, a nomeação do presidente da comissão da referida acção que se efectivou em 18 de Dezembro, salvo erro.

É legítimo que a maioria tome uma atitude em relação a esses decretos e deve fazê-lo, a meu ver, numa perspectiva de protecção dos emigrantes, no que diz respeito ao referido congresso. Não se compreende muito bem como é que a Secretaria de Estado da Emigração, tem uma verba, de qualquer coisa como 30 mil contos, e para o Congresso das Comunidades estão orçamentados 70 mil contos! Os próprios emigrantes, pelas reacções que tenho conhecimento, não concordam com esse gasto de verbas. Penso que eles próprios estão dispostos a financiar um congresso das comunidades feito e organizado por eles e a não se sujeitarem à organização paternalista do Estado.

Quanto às comemorações do 25 de Abril, o problema é muito simples. O Presidente da República pôs-me há umas semanas atrás a questão de saber quem é que deveria presidir, sugerindo desde logo o nome do capitão Sousa e Castro. Antes mesmo que eu me tivesse pronunciado, o Conselho da Revolução apareceu a indigitá-lo, no entanto, como essa nomeação é feita por despacho conjunto do Primeiro Ministro e do Presidente do Conselho da Revolução, obviamente que

pressupõe um acordo que na realidade não havia. A meu pedido, a situação foi analisada em Conselho de Ministros e aí concluiu-se que tal personalidade era considerada um elemento de hostilidade em relação ao Governo não sendo, portanto, aceite. Além disso, está patente no decreto-lei, que não pode haver imposição de uma entidade a outra, como não houve nenhuma imposição do Presidente da República, há que clarificar a situação, a despeito de ser um problema de menor importância. Problemas maiores são, repito, os da vida quotidiana e os portugueses não estão concertadamente sensibilizados para este tipo de guerrinhas inventadas, nem estão dispostos a suportar estes desgastes. Não são conflitos reais entre órgãos de soberania e o Governo não está disposto a entrar nestas quere-las, mas, contudo, não prescinde da autoridade que a lei lhe atribui e do poder que lhe compete como Governo de Portugal.

JS - É bom que se continue a seguir uma certa lógica nos temas que têm vindo a ser desenvolvidos e parece-me que tanto as comemorações do 25 de Abril como o Congresso das Comunidades irão dar origem a mais perguntas.

Apesar disso, e pedindo desculpa a todos, vou voltar a um tema falado anteriormente e que diz respeito ao descontentamento das populações.

Assim, eu penso que esse descontentamento se situa essencialmente nas grandes cinturas de Lisboa e Porto, mais talvez na primeira do que na segunda, e que se canalizam os benefícios mais para essas regiões. No entanto, quem vai ao interior e consegue contactar as populações e apalpar de perto os seus problemas, chega por vezes a conclusões curiosas. Há, por exemplo, concelhos em que 95% das aldeias não têm qualquer espécie de saneamento básico, nem, inclusivamente, beneficiam de luz eléctrica. Verificou-se nas últimas eleições que a população, sobretudo a do interior do país, que tantas vezes é votada ao esquecimento, ocorreu em massa às urnas, talvez acreditando que desta vez as coisas pudessem efectivamente mudar, tal como era prometido.

Será que o Governo vai virar parte da sua atenção e da sua acção, concretamente para essas populações, por forma a que elas continuem a acreditar e votem em massa nas próximas eleições, como aconteceu nas últimas? Ou as coisas vão continuar como até aqui?

SC - As coisas não podem, efectivamente, continuar como até aqui, dado que seria manter uma situação de grande injustiça.

Portugal, muitas vezes é sentido como se não fosse um só país. Quem vive no interior, por exemplo em Trás-os-Montes, sente-se num país diferente do de Lisboa e tem razão porque um seu habitante tem cerca de 1/3 do rendimento da zona da grande Lisboa. A nossa desigualdade interna é quase tão grande como a que separa Portugal dos países desenvolvidos da Europa. Todavia, nós só encontraremos estabilidade e justiça social, quando harmonizarmos o país e isso implica especial atenção para as populações mais desfavorecidas e, por norma, também, as mais sacrificadas, até porque têm menor capacidade de reivindicação, dado que não fazendo greves nem manifestações, não conseguem chegar aos órgãos de comunicação social e vão ficando esquecidas.

Vamos, para já, remediar tudo isto, mas lembro que não podemos fazer tudo de um momento para o outro. No entanto estamos fazendo alguma coisa, mesmo não sendo muito visível. Estou convencido, que mais para diante, notar-se-ão sinais positivos em termos de melhoria das condições das desigualdades que existem no seio do nosso próprio país.

Penso que as desigualdades existentes estão transformando o nosso país em vários países, com todo o conflito, recalçamento, desilusão e revolta que, com razão, origina. Para termos credibilidade para continuar, teremos de desenvolver harmoniosamente o país.

JS - Estamos praticamente a entrar na ponta final desta hora e meia de entrevista mas, não queria deixar perder a oportunidade de pôr ao Sr. Primeiro Ministro a questão dos emigrantes.

Falou-se aqui no Congresso das Comunidades. Naturalmente que os emigrantes são e continuarão a ser uma força neste país, ainda que uma força à distância.

Desde há algum tempo que os emigrantes têm vivido num certo desencanto por força da situação a que se encontram remetidos. Eles queixam-se dum eterno paternalismo, dum aliciamento do envio de divisas para o país e de nem poderem estar na Assembleia da República. Em todo o caso, parece ter havido um renascer de esperança, se tivermos em conta os resultados eleitorais de 2 de Dezembro.

Penso que os emigrantes esperam, neste momento em que dá a primeira entrevista após assumir funções, uma palavra do Sr. Primeiro Ministro.

SC - Sim. É a primeira palavra que lhes dirijo com todo o gosto, que no fundo será a continuação das palavras que lhes dirigi desde sempre.

Portugal tem de ser pensado como um povo espalhado por vários territórios e não pelos 90 mil quilómetros quadrados que somos e pelos 9 a 10 milhões de habitantes. Isso implica que vejamos alguns pontos importantes da nossa ordem jurídica. Se temos emigrantes espalhados pelos vários continentes, então precisamos de ter uma nova lei da nacionalidade, que, penso, será uma realidade com esta maioria da AD. Essa nova lei irá permitir que os portugueses adquiram por naturalização uma nacionalidade no país em que trabalham, sem perderem a nacionalidade portuguesa, isto é, a possibilidade da dupla nacionalidade.

Precisamos ainda de ter leis eleitorais que consagrem plenamente os direitos políticos dos emigrantes. Isso pode-se fazer, para já, a nível de eleições para a Assembleia da República. Infelizmente, a Constituição veda-o para a eleição do Presidente da República.

Vamos desde já propor as alterações da lei eleitoral que permitam um aumento da representatividade dos emigrantes. A partir daí compete-lhes acorrer mais amplamente ao recenseamento que será consideravelmente mais facilitado do que no passado. Em termos de recenseamento, em vez de obrigar o emigrante a deslocar-se dezenas de milhares de quilómetros para o fazer, vamos utilizar a política de levar o recenseamento ao encontro do emigrante e explicar-lhe que vai ter na

Assembleia da República os seus deputados que poderão ser portugueses que vivem no estrangeiro.

Neste momento exige-se que os deputados tenham aqui a sua residência, é a única restrição, mas, desde já, é preciso que se facilite essa representação dos emigrantes. Os emigrantes devem assumir os cargos políticos, designadamente de deputados, para defenderem os seus interesses, que são os da comunidade portuguesa, ou seja, que são os de uma parte não territorial mas humana da Nação.

Quando acabarmos o nosso mandato, espero que os emigrantes possam dizer: Afinal houve alguém que não fez tudo, mas fez alguma coisa por nós e que não se limitou a dirigir-nos palavras bonitas para captar as nossas remessas e a organizar grandes acções que para nós significam pouco.

HM - Estamos realmente a entrar no último quarto de hora desta conversa que já vai longa, mas existem ainda muitos temas que deviam ser focados. Ia pedir que as perguntas fossem feitas de uma forma mais concisa.

MBM - Sr. Primeiro Ministro, vou voltar um pouco atrás.

O Sr. Primeiro Ministro fez uma afirmação acerca da questão do 25 de Abril que me parece importante. O Sr. Primeiro Ministro sabe perfeitamente, melhor do que eu, como esta data foi importante, dado que foi uma forma de alterar um regime e que houve pessoas que com alguma coragem tentaram fazê-lo, no seu interior, mas sem êxito. As comemorações do 25 de Abril são para muitos portugueses de enorme importância.

Porque é que diz que essas pessoas, como por exemplo alguns membros do Conselho da Revolução, não representam o 25 de Abril? Quem é que o representa? Será este Governo que representa o 25 de Abril? Que pensa o Governo fazer das comemorações do 25 de Abril, se acha que a maioria pode ignorar os sentimentos de uma larga faixa do povo português?

SC - Quem representa o 25 de Abril é essencialmente o povo português. Que é que o 25 de Abril deu de essencial ao povo português? Liberdade, possibilidade de democracia e possibilidade de eleger. Quem representa o povo são os eleitores. Portanto se o 25 de Abril é representado pelo povo, se este, graças ao 25 de Abril, pode eleger, o povo pode exercer a democracia. Quem representa o 25 de Abril são os representantes eleitos pelo povo, mais do que ninguém, dado que esta data já não é uma revolução, foi-o, e ainda bem que foi. Agora somos um regime democrático e neste o critério reside na democracia representativa. Logo, a Assembleia da República, os seus deputados, a maioria, o Governo e o Presidente da República representam o povo português, logo o 25 de Abril.

MBM - Não quero estar a cometer a indelicadeza de o interromper, mas se o Conselho da Revolução ainda representa o 25 de Abril, resulta dum pacto que o Sr. Primeiro Ministro assinou.

SC - Sim, mas eu não ponho o problema no pacto. Quando falei dos membros do Conselho da Revolução, não falei em conselheiros da revolução mas, friso bem, em membros do Conselho da Revolução. Como sabe, a Constituição fala em depu-

tados, Presidente da República, Presidentes de Câmaras e vereadores, mas não fala em conselheiros da revolução. O Conselho da Revolução é um corpo e os conselheiros da revolução existem quando estão dentro desse corpo. Fora dele, representam-se a si próprios, portanto, é impossível dizer que representam o 25 de Abril.

Não tiro a importância dessas personalidades, de modo nenhum, mas mais importante que as comemorações é cumprir o 25 de Abril e até agora ele não foi cumprido. Para largas camadas da população o 25 de Abril representa uma esperança frustrada e aquilo que nós queremos fazer é não frustrar essa esperança, em termos de democracia vivida e praticada. Vamos cumprir Abril em termos de justiça social, igualdade de oportunidades e progresso económico. Podemos cumprir Abril quer haja ou não comemorações. Não teremos a boca cheia de Abril, disse-o na Assembleia, mas vamos procurar cumprir o 25 de Abril e essas esperanças que foram grandes e justas e que prometemos, vão ser concretizadas em termos de regime plenamente democrático ou seja, onde não hajam órgãos de soberania não eleitos.

Quanto às comemorações em si, o Governo pensa cumprir aquilo que está legislado, procurando chegar a um acordo com o Presidente do Conselho da Revolução, quanto ao presidente da comissão das comemorações do 25 de Abril, como foi feito nos Governos anteriores. Se o Presidente do Conselho da Revolução quizer, por exemplo, o mesmo do ano passado, aceita-lo-emos.

Para além das comemorações, o que tem importância, a meu ver, é comemorar Abril nas realizações concretas e aí o Governo espera poder pedir messas aos Governos que o antecederam.

MBM - Sr. Primeiro Ministro, estive calado este tempo todo e, não querendo ser provocador, acho que se não apareceram umas perguntas provocatórias, o debate torna-se muito morto.

Na campanha eleitoral as promessas eram, de facto, no sentido de não se agravar o custo de vida e embora o Governo não tenha uma política directiva como essa minha conterrânea de bom humor disse, os preços agravaram-se e, portanto, teremos que acreditar nos cidadãos. Penso que o Governo vai cumprir a promessa de aliviar, mas com novas medidas de agravamento, apesar de só quando essas medidas vierem é que se podem fazer afirmações justas.

Tivemos um Governo que meteu o socialismo na gaveta, agora temos um partido governamental que vai meter a social democracia na gaveta. O Sr. Dr. dizia em 1976 que o seu partido não se poderia aliarão CDS, porque este partido representava a direita e não se tinha empenhado na defesa da democracia.

Penso, finalmente, que de facto o Sr. Dr. é contra o Estado dono de tudo, mas que também não quer a economia nas mãos dos capitalistas.

Tendo em vista estes considerandos, vou fazer as seguintes perguntas:

Como é que o Governo da AD se propõe cumprir de facto as esperanças de Abril?

Qual é de facto o projecto político da AD?

Qual é o projecto que o PSD, de que o Sr. Dr. é presidente, vai fazer hoje vingar? Vai tentar resolver os problemas do país metendo a social democracia na gaveta, ou o Sr. Dr. já não pensa como pensava?

SC - O problema não se pode pôr pondo isto ou aquilo na gaveta. O que é preciso é que não metamos a democracia na gaveta, nem abafemos a liberdade, seja a que pretexto fôr. Não meter a democracia na gaveta significa haver uma maioria, haver empenhamento dos vários órgãos de soberania eleitos, acabar com o período transitório, rever a Constituição e dissolver o Conselho da Revolução.

Essa frase que citou, de 1976, não a vou contestar nem apreciar. Nunca me pronunciei em termos exclusivos de alianças, sempre defendi a mais ampla aliança possível entre os partidos democráticos, ou seja, excluí sempre o partido comunista. As circunstâncias apontaram e fizeram vingar o projecto da Aliança Democrática, ao qual somos fiéis, de que não desistiremos e que vigorará até 1984. No quadro dele procuraremos resolver os problemas do país. Se será mais social democracia ou mais democracia social, confesso que me interessa pouco.

Encabeçando o Governo e funcionando no seu quadro, verifico com muito gosto que aquilo que se procurou depois do 25 de Abril, finalmente está a acontecer. Não se está trabalhando em termos partidários, nem ideológicos, mas sim em termos de realidades concretas.

A Social Democracia, a Democracia Social e a Democracia Cristã serão servidas, se, efectivamente, formos resolvendo os problemas concretos. Os rótulos ideológicos podem pô-los e discuti-los depois. Repito, estamos trabalhando e se o deixarmos de fazer, tenho a certeza que estaremos contribuindo para meter a democracia, a liberdade e o próprio país na gaveta.

Tenho a impressão que temos um Governo que não vai deixar meter o país na gaveta. Penso que sabemos falar em termos de país e por fazer-nos entender. Se não fizemos ainda muito em termos concretos, é porque só temos cinco semanas de governação. Já assumimos as nossas responsabilidades e fizemos inverter em certo sentido a degradação nacional. Suponho que, mais do que esses rótulos, é isto que os portugueses esperam de nós.

HM - Só um instante. Estamos sensivelmente a 10 minutos das 23 horas, talvez nem tanto... Dou a palavra ao Fernando Ulrich.

FU - Vou mudar um bocado de tema e seguir o pedido dos nossos moderadores, isto é, ser conciso.

Vou pegar numa palavra que o Sr. Primeiro Ministro empregou há pouco: "Europa". Embora a Europa pareça afastada das nossas vidas, a adesão à CEE vai ter profundas implicações na vida quotidiana de todos nós. A este respeito, o Governo anunciou que vai acelerar o processo de adesão afim de que se concretize o mais depressa possível. Porque é esta pressa? Não seria preferível preparar com cuidado uma adesão que vai ter profundas implicações na vida de todos os portugueses?

SC - Vai de facto ter profundas implicações. É um projecto que vai mexer connosco e, até pelos desafios que encerra, me parece que não só não deve ser adiado, como até deve ser acelerado o mais possível.

A Europa tem sido tratada, até aqui, do ponto de vista político, como um projecto com impacto na política interna e não se tem dado a devida atenção aos dossiers mais difíceis que estão com um certo atraso. Abrimos os dossiers que ainda não tinham sido abertos e vamos procurar esgotá-los para que rapidamente possamos assegurar o período de transição e considerar-mo-nos plenamente europeus e assim proteger os nossos trabalhadores que labutam na Europa e assegurar a modernização de Portugal.

Portugal tem vivido muito de costas voltadas para a Europa, fechado sobre si mesmo, devido a várias circunstâncias, principalmente no período dos 48 anos da ditadura. Hoje, devido a todas as vicissitudes por que tem passado, sofreu um certo descrédito.

Temos vivido voltados para nós, num clima artificial e precisamos, efectivamente, de viver ao ritmo da Europa em termos de mentalidade, de actuação e de trabalho. Se trabalharmos tão bem quanto os nossos emigrantes que vão para a Europa, tudo correrá bem e conseguiremos atingir os objectivos a que nos propusemos. Se nos disciplinarmos e trabalharmos ao ritmo europeu, com a produtividade europeia, elevaremos o nosso nível de vida aos padrões que desejamos.

Se a nossa oportunidade é a Europa, penso que estamos fazendo bem em acelerar o nosso processo de entrada. Além disto, o tempo é curto em termos das razões existentes no campo da política internacional e da situação de insegurança e de conflito latente que paira no continente europeu, que exigem uma conjugação de esforços entre a Europa e Portugal. Guardando o sentido das proporções, dado sermos um país pequeno, Portugal tem um papel importante a desempenhar.

JMJ - Sr. Primeiro Ministro, gostava de lhe fazer a seguinte pergunta:

Tem sido patente, sobretudo por parte dos partidos da oposição e de certos meios da comunicação social, a defesa da tese de que o PSD tem sido colonizado ideológica e politicamente pelo CDS, na coligação que com ele realizou. Isso concretiza-se, designadamente, a nível de Governo. De facto tem sido o CDS que tem imposto ao PSD modificações nos seus programas e não o contrário.

Qual é a opinião do Sr. Dr. sobre este assunto? Onde está o centro de gravidade da Aliança Democrática?

SC - O centro político de gravidade está no projecto conjunto e num programa e numa política comuns de governo. As diferenças surgem se as posições são sustentadas e desenvolvidas por membros de um ou do outro partido, ao contrário dos membros do Governo quando funcionam nessa qualidade.

Aquilo que se tem feito em termos de ataque e de opinião pública, no sentido que o Dr. José Miguel Júdice apontou, surge como uma tentativa de dividir a Aliança Democrática e de intoxicar o PSD contra o CDS e vice-versa, isto porque o pro-

jecto político da Aliança Democrática não agrada a muitas instâncias. É uma arma clássica da política, tentar dividir para inutilizar um projecto e depois poder surgir como alternativa.

A política externa que estamos seguindo é a política do Governo, não é a do CDS. O mesmo para as políticas económica e social.

Temos vivido no interior do Governo sem quaisquer tensões ou divergências, numa solidariedade e conjugação de esforços muito grandes. Em termos de actuação, este Governo está coeso. Tanto faz ser membro do PSD ou do CDS porque, acima de tudo são membros do Governo de Portugal.

JMJ - Vou acrescentar só mais uma pequena pergunta, se me permitir.

O Sr. Dr., por alguns observadores, tem sido considerado, ao longo da sua vida política, como sendo mais um tático que um estratega. Por outro lado, tem sido também afirmado que o Sr. Dr. é um político combativo que necessita, portanto, duma certa conflitualidade para se sentir bem e que não estará bem virado para uma perspectiva de Estado. Poder-se-á dizer que, efectivamente, esta sua preocupação na primeira fase do Governo terá algo a ver com a necessidade sentida de modificar uma certa imagem.

Como é que se sente na pele de Primeiro Ministro, em função das minhas afirmações?

SC - Nem todos os analistas políticos são dessa opinião. Li esta semana um analista que dizia que eu era perfeitamente capaz de planear e delinear com antecipação uma campanha. Alguns outros mudaram de opinião, mas não é isso que me interessa. De facto, eu ainda não dei provas como político, a nível de Governo. Fui, acima de tudo, político de oposição. Agora, sou chamado a encabeçar o Governo e terei de dar provas. Creio que toda a actividade e actuação políticas, não só no Governo, mas na própria campanha, através das minhas opções e discursos, me colocam a nível de Estado. Entendo que o problema político português é, sobretudo, um problema de Estado e é por aí que deve ser abordada a política. Por contraditório que pareça, foi a nível de Estado que eu abordei a política, mesmo nas fases mais contestáveis, até das próprias instituições. Nessa altura, fui acusado de atacar as instituições e, sendo tudo isto, como é óbvio, numa perspectiva de Estado, penso que agora é só desenvolver essa minha faceta a nível de Governo. Vamos a ver que provas é que vou dar.

Nestas cinco semanas a minha actuação está à vista e prova que não cultivo a "imagem", nem me preocupo com ela. Aliás, como presidente do PSD, sempre critiquei aqueles que pensam na sua "imagem" acima de tudo. Prezo imenso a actuação governativa e todos iremos ver as provas que vou dar.

Entendo que colocar-me a nível de Estado é a minha obrigação como Primeiro-Ministro e como ex-líder activo do maior partido da Aliança Democrática. Este projecto da Aliança Democrática, muito mais do que um conjunto de projectos partidários, é o de Estado e de País e é isso que os nossos adversários ainda não perceberam. Trata-se, de um projecto nacional, feito com suporte partidário e de várias outras forças.

É assim que tudo tem sido vivido a nível de Governo e, vamos ver como me julgarão a nível de Estado e de governantes. Terão de ser dadas provas, muito mais por actos concretos, do que por palavras.

JMJ - Deforma muito rápida, até porque estamos a chegar às 23 horas, gostaria de pôr aqui uma questão final sobre as mudanças que têm vindo a ser operadas, sobretudo na comunicação social.

Alguns meios políticos falam de caça às bruxas, quando se referem às substituições feitas ao nível de gestão e de direcção dos órgãos de comunicação social.

Tudo indica, pelo menos fazendo fé em notícias recentes, que poderão verificar-se também substituições totais, a muito curto prazo, dos gestores bancários.

Queria perguntar-lhe se efectivamente isto é verdade e se, no domínio da comunicação social, o Governo entendeu que deveria colocar em cada um dos seus órgãos homens que considera seus.

SC - Quanto aos gestores bancários, não é verdade, dado que foram nomeados há poucos meses e só se procederá a alterações devido a circunstâncias pontuais. Neste momento não há nenhum plano conjunto de alterações na gestão das empresas públicas do sector bancário.

Quanto aos órgãos de comunicação social o que fizemos foi substituir alguns responsáveis, não seguindo um critério partidário nem de perseguição política, mas de operacionalidade, com o intuito de colocar as pessoas certas nos lugares certos.

Se reparar nas pessoas nomeadas para os vários órgãos de gestão das empresas de comunicação social, encontrará muito poucas individualidades de cariz partidário, ao contrário do que tinha sido feito até agora. Houve algumas substituições, mas como não eram bruxas, não as caçámos!

Repito, não houve quaisquer razões políticas nos critérios de substituição, mas unicamente de melhores aptidões do que as que lá estavam ou ainda substituir aquelas que consideraram terminada a sua missão. Noutra âmbito mais vasto, como por exemplo no caso da RTP, deveu-se ao muito mau estado em que a empresa está, pelo que foi uma tentativa de, com pessoas novas tentar fazê-la sair da deficiente situação económica e financeira. Note-se que esta alteração nem sequer levantou grande contestação.

JMJ - A contestação maior terá surgido de Soares Louro. O Sr. Primeiro Ministro entende que, realmente, outra pessoa poderá reunir melhores condições para estar à frente da Radiotelevisão Portuguesa?

SC - Tanto que entendi que aceitei o pedido de demissão do Sr. Soares Louro quando este pôs o seu lugar à disposição do Governo. O Governo, embora reconhecendo os serviços que ele prestou na RTP, entendeu que era chegada a altura de pôr outra pessoa que considerou mais indicada e que nem sequer tem perfil partidário, mas com um grau de cultura, de inteligência e de possibilidades de actuação que aconselhavam para o lugar.

Quem desencadeou o processo foi o próprio Soares Louro ao pôr o seu lugar à disposição. Se o não tivesse feito, penso que o Governo teria tomado a mesma atitude de o substituir por outra pessoa, não havendo em qualquer caso a mínima intenção de perseguição política.

RC - Passou uma hora e meia para além do início desta conversa. Muito temas ficaram naturalmente em branco. Podíamos, por exemplo, ter falado da reforma agrária, das regiões autónomas para quem esta conversa também se dirigia, pois estávamos ligados às emissoras da Madeira e dos Açores, de educação, de turismo, de juventude, de desportos, etc. Se se nos deparar nova oportunidade, estes temas terão prioridade.

Ao encerrar esta conversa, queremos agradecer a presença dos jornalistas que acederam ao nosso convite: José Miguel Júdice, Manuel Bessa Murias e Fernando Ulrich.

Da nossa parte são os agradecimentos do José da Silva, que esteve lá em cima no Porto, meus e do Henrique Mendes para o Sr. Primeiro Ministro e para todos os ouvintes que tiveram a oportunidade e o ensejo de seguir com interesse as respostas do Sr. Primeiro Ministro nesta sua primeira apresentação pública depois da tomada de posse.

Muito obrigado e até uma próxima oportunidade.

1.7. Entrevista à Radiotelevisão Espanhola - 14 de Fevereiro de 1980

Nota: Reproduzida do Jornal O Tempo

Madrid (Tempo) - Aumentar o poder de compra dos portugueses, impedir que a taxa de inflação seja superior a 20% (no ano passado atingiu a cifra de 25%), diminuir os impostos pessoais, relançar a inversão, tanto nacional como estrangeira, abrir a economia às possibilidades de inversões privadas em todos os sectores e levar a cabo uma autêntica reforma agrária que favoreça os pequenos proprietários são, entre outros, os principais objectivos económicos do Governo, segundo declarações do dr. Francisco de Sá Carneiro ao jornalista espanhol Joaquín Soler Serrano, em entrevista que a Televisão Espanhola transmitiu em directo no passado dia 14.

Na entrevista, que versou também sobre os outros temas como as relações entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República, reforma agrária, nacionalizações, política internacional, etc... decorreu numa sala (em que se destacava o bom gosto e a sobriedade) da residência oficial do Primeiro-Ministro. Produziu igualmente muito boa impressão entre os telespectadores espanhóis o facto do dr. Sá Carneiro ter falado num correcto efluente castelhano.

Pela extensão da entrevista concedida à Televisão Espanhola, perto de uma hora e um quarto, torna-se impossível reproduzir integralmente o texto das perguntas e respostas, pelo que nos reservamos para o próximo número a publicação da parte

da mesma que trata sobre a vida particular do Primeiro-Ministro e as relações entre Portugal e Espanha. Passamos à transcrição literal da primeira parte do encontro em que o dr. Sá Carneiro se refere à política económica e internacional do seu Governo, bem como às questões de política interna de maior transcendência nacional.

Joaquin Soler Serrano - Muito obrigado, senhor Primeiro Ministro, por ter aceite o nosso convite para conversar sobre tantos temas depois de um dia especialmente atarefado.

Dr. Sá Carneiro - É um grande prazer e aprecio muito esta oportunidade de falar para uma nação tão amiga como a nação espanhola, tanto política como pessoalmente.

J.S. - O dr. Sá Carneiro considera-se herdeiro e continuador do espírito do 25 de Abril?

S.C. - Sim, totalmente, porque, quem representa o 25 de Abril? No meu entender o Povo Português, porque a revolução foi feita pelos militares dado que o que aconteceu depois demonstrou que o Povo Português é o verdadeiro protagonista do 25 de Abril - nós somos os representantes do Povo Português e se o Povo Português é quem representa o 25 de Abril, a nossa legitimidade é incontestável como representantes do 25 de Abril. Não temos a pretensão de ter o exclusivo, mas somos agora certamente os representantes maioritários do verdadeiro espírito de 25 de Abril.

J.S. - Em que situação real encontrou o País quando chegou ao poder?

S.C. - É difícil de descrever e resumir, mas a situação é pior do que eu esperava. Houve uma evolução positiva a partir de 1978 devida à política do Fundo Monetário Internacional, uma recuperação inegável na Balança de Pagamentos com o exterior e nas balanças de transacções correntes, mas o índice de desemprego, a inflação e a estagnação das inversões iam piorando. A melhoria da situação da balança cambial permite alguma recuperação, mas no quadro da crise internacional, pense no preço do petróleo que foi para nós no ano passado uns 60 mil milhões e será este ano mais do dobro, ou seja, mais de 120 milhões. Em Portugal não há possibilidade de economizar energia, temos uma taxa de produção das mais baixas da Europa e, pelo contrário, há que gastar mais energia para desenvolver o país. Tudo isto são problemas económicos e sociais muito fortes a que se acrescenta a instabilidade política a que se referiu mencionando os 12 Governos. Este quadro de permanente instabilidade bem como a falta de uma linha clara económica e política contribuiu muitíssimo para a degradação real da situação.

J.S. - Que significa a Aliança Democrática e a sua chegada ao poder neste país?

S.C. - Bem, creio que de facto significa uma grande esperança, a criação de um princípio de confiança é para nós uma enorme responsabilidade porque depois destes cinco anos e do desânimo e do desespero de muita gente, existe um Governo maioritário que anuncia "câmbio" - a palavra portuguesa é mais rica que "câmbio" porque é mudança, o que quer dizer mais ou menos "câmbio" camin-

hando - o que dá às pessoas uma grande esperança. Creio que se esta esperança, o que não espero, saísse frustrada, poderia supor seríssimo perigo para o regime democrático.

J.S. - O seu mandato vai ser muito breve. Não lhe parece que é muito pouco tempo para desenvolver um programa?

S.C. - Sim, é muito pouco tempo e por isso é um desafio tão interessante. É certo que é muito pouco tempo para fazer, mas também tem a vantagem de que é muito pouco para não fazer muitas coisas más. Há um sentido de equilíbrio, de moderação, de sentido do possível. Creio que será suficiente para reforçar a confiança e dará a segurança de uma autoridade democrática bem exercida, sem medo dos riscos de governar e de sentar-se na cadeira e, além disso, e isto é muito importante, a mudança e a melhoria das condições de vida, por pequena que seja, e grande não poderá ser em nove meses, mas creio que existem possibilidades de mudar, melhorando um pouco as condições de vida e incrementando permanentemente o poder de compra dos portugueses.

J.S. - Falava há pouco do desemprego, da dívida exterior, da inflação. Crê que a Aliança Democrática tem remédios para estes males?

S.C. - Ninguém faz milagres, claro. Mas também não se pode dizer que, o que é impossível em países desenvolvidos, conciliar a inflação com o desenvolvimento e a diminuição do desemprego, e isso pode ser possível numa certa proporção em Portugal, porque é um país de um nível de desenvolvimento de 2 mil dólares "per capita" e com uma população agrícola de 28%, o que faz com que a economia na sociedade portuguesa admita algumas soluções. Dentro de limites muito curtos e muito precisos, pode-se fazer alguma coisa baixando a inflação, e este é o nosso objectivo, baixar a inflação a uns 20%, no ano passado foi perto de 25%, diminuindo os impostos pessoais e melhorando o poder de compra. Se isto se faz nestes nove meses poderá relançar-se a inversão ou, pelo menos, criar as condições para relançar as inversões tanto estrangeiras como nacionais e então a nossa tarefa terá sido cumprida antes das próximas eleições. Creio que é possível, com muito rigor e muita seriedade.

J.S. - Falava agora da agricultura e um dos logros mais aparentes dos governos anteriores foi precisamente a Reforma Agrária. O dr. Sá Carneiro pensa que o seu Governo poderá devolver a paz ao mundo rural?

S.C. - Estamos a fazê-lo. A Reforma Agrária está circunscrita à zona de latifúndios no Sul, onde era necessária uma Reforma Agrária. O regime fundiário não era justo nem economicamente aceitável em muitos aspectos, mas o que se fez não foi uma Reforma Agrária mas sim transferir a propriedade dos latifúndios, sem alteração fundiária, das mãos dos proprietários privados para as dos proprietários das propriedades colectivas que são uma espécie de "kolkoses" controlados pelos sindicatos operários por sua vez muito controlados pelo Partido Comunista. Daqui resultou uma situação em que a produção agrícola baixou muitíssimo e que a situação dos trabalhadores não melhorou desde que um partido, uma força política, tomou uma posição de grande força que ainda conserva, controlando nos períodos mais duros do controlo do Partido Comunista uma quarta parte do ter-

ritório português. Isto é, em muito poucas palavras, a minha visão sobre a Reforma Agrária. O que estamos a fazer é aplicar uma lei do segundo Governo de Mário Soares que prevê que seja restituída aos proprietários uma certa proporção de terra, mas isto, no nosso entender é insuficiente, porque devolver as terras aos antigos proprietários, aos terratenentes, não é uma Reforma Agrária. O que vamos fazer, numa zona restringida mas que vai ser alargada, a distribuição da terra em utilização, porque em propriedade a Constituição proíbe-o, aos pequenos agricultores sem terras que querem fixar-se e querem ter explorações familiares, de produtor autónomo. Isto sim, será a verdadeira Reforma Agrária que ontem começámos.

J.S. - Quando eu me dirigia para o Palácio de São Bento vi arrancar uma manifestação com cartazes em que, entre outras coisas, se dizia que era a favor da Reforma Agrária.

S.C. - Sim, isso é um "slogan" habitual do Partido Comunista e das manifestações inspiradas pelo Partido Comunista, mas creio que não tem grande importância e não tive ainda notícias.

J.S. - A revolução trouxe consigo várias nacionalizações, por exemplo, da banca. Acha que desnacionalizar será andar para trás na marcha do relógio da História?

S.C. - Creio que não, mas não se trata de desnacionalizar para nós. As nacionalizações foram feitas num período conturbado, um ano depois da revolução e foram feitas sem critério, sem estudo, sem possibilidade de gestão das empresas pela Administração. A Constituição proíbe que se desnacionalize, mas o que parece urgente, e vamos fazer muito em breve, é abrir à economia as possibilidades de inversões privadas em todos os sectores. Porque o problema das desnacionalizações não é tão importante como o tema da transformação do sector nacionalizado num monopólio estatal e, assim, a grande parte da economia não admite inversões privadas porque está em monopólio estatal. O que vamos fazer, e que é essencial para uma economia pluralista, é abrir todos os sectores à inversão privada, nos sectores fundamentais com o controlo e autorização do Governo, mas no princípio de livre concorrência e mantendo-se nacionalizadas as empresas que foram já nacionalizadas. Creio que não se trata tanto de andar para trás na marcha do relógio da História, mas sim de pôr o nosso país ao ritmo da Europa e ao ritmo das democracias em que não é tão importante para os operários e para os trabalhadores saber quem é o proprietário dos bens de produção como uma política de rendimentos, de preços e de justiça social, e isso tanto se pode realizar com propriedade privada como com a propriedade estatal dos meios de produção.

J.S. - Disse-nos que acaba de ter uma audiência com o Presidente da República. Aqui em Portugal ouvi com frequência que existe uma profunda divergência entre os dois vértices do Poder Executivo. As suas relações com o Presidente da República são cordiais?

S.C. - São muito cordiais.

J.S. - Despacham todas as semanas, sobre todos os temas com inteira franqueza?

S.C. - Sim, muito abertamente sobre todos os temas, referimo-nos aos desacordos quando surgem e que algumas vezes surgiram. Creio que isto do enfrentamento entre o Governo, o Primeiro-Ministro contra o Presidente foi muito explorado. Claro que tem o seu fundamento porque desde há dois anos critiquei muito, sendo líder da Oposição, o Presidente da República. Depois desta eleição o Presidente, respeitante o resultado eleitoral, nomeou-me Primeiro-Ministro. Bem, creio que a minha posição foi desde o princípio muito clara, a linha política, ou melhor as soluções políticas preconizadas pelo Presidente da República eram diferentes das soluções que hoje apresenta o Governo. Há uma diferença política. Mas o Presidente e eu estimámos que é necessária uma solidariedade institucional, pelo menos funcional, para que não se prejudique o funcionamento dos órgãos democráticos. Com esta situação clara, não existe enfrentamento e quando surgem problemas ou desacordos, encaram-se abertamente.

J.S. - Entre as críticas que fez ao Presidente da República, disse que utilizava uma linguagem confusa quando se dirigia ao Povo Português, porque umas vezes falava como militar e outras como Presidente.

S.C. - Bom, uma das críticas que fiz ao Presidente não resultava tanto do seu comportamento como da confusão de cargos militares e civis, porque o Presidente da República é também o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

J.S. - Exacto.

S.C. - Então, é claro que é difícil distinguir pelo que muitas vezes parecia que falava aos civis como militar e aos militares como civil e isso dava lugar a confusão dos dois poderes. Por isso sou totalmente contra este sistema de acumulação de dois cargos, militar e civil. Creio que o problema é mais profundo no nosso regime e que se trata de consolidar a democracia e criar a verdadeira democracia, porque estamos num período de transição em que há um Conselho da Revolução e em que existe esta confusão entre cargos civis e militares. Como não existem democracias militares temos que pôr quanto antes, fim a este período transitório e institucionalizar a verdadeira democracia. Mas isto são histórias passadas e como o Primeiro-Ministro não está em campanha eleitoral e, pelo contrário, quis muito claramente distinguir o plano nacional em que me situo com o meu Governo, do plano partidário e da luta política partidária, anunciei ao meu Partido que deixava de exercer as funções de presidente do Partido para deixar bem claro que ser Primeiro-Ministro é uma coisa e ser líder partidário é outra.

A situação internacional tem também sido apontada como causa de divergência. Disse ontem numa entrevista que existem diferentes análises da situação e a situação internacional é tão complexa que estranho seria que não existissem divergências de interpretações.

De facto, a política face à União Soviética, creio que, ao contrário de muitos aqui em Portugal e no estrangeiro, que a política de "detente" foi um erro, porque os dois acontecimentos mais importantes da União Soviética - o relatório de Krustchev e a publicação do "Arquipélago Gulag" de Soljhenitsin - desmascararam totalmente o que se passava na União Soviética. Então até os intelectuais de esquerda começaram a abrir os olhos condenando a intervenção soviética. Pois

surge precisamente então a política de "detente" que diz que se pode conviver na União Soviética, que é possível que a União Soviética aceite os princípios dos direitos humanos, que há que respeitar e exigir que a União Soviética respeite estes princípios, isto quando estava já desmascarada a política da União Soviética e, assinalo estes dois pactos porque creio que são os dois fundamentais: o relatório e o livro de Soljhenistin. Parece-se que toda a política dos anos 70 em relação com a União Soviética foi um erro e contribuiu muitíssimo para que a União Soviética aumentasse a sua influência na Europa e todos os países europeus perdessem as suas defesas, porque todos pensávamos que seria possível conviver numa política descontraída. Creio que tudo isto teve consequências muito más, mas há divergências de análise neste tipo de questões, por exemplo.

J.S. - Podia então dizer-nos qual o tipo de política que se deveria adoptar agora?

S.C. - Creio que a única solução é um reforço da unidade europeia em todos os campos, económico, militar, social, uma política europeia comum, reforço da aliança militar, cooperação estreita com os Estados Unidos, com a China, com os países africanos e com os países árabes, que se estão dando conta, muito rapidamente, das tentativas hegemónicas da União Soviética. Para fazer face a estas afrontas, é não cooperar com a União Soviética. Por isso o meu Governo tomou uma medida muito clara e muito dura. talvez a mais dura de todos os países europeus, quando se deu o caso da invasão do Afeganistão. Creio que tudo isto tem que acabar e esta política de aproximação à União Soviética tem que ser substituída por uma política de firmeza baseada na união dos países europeus, África, China e dos Estados Unidos.

J.S. - Não resulta surpreendente que a primeira declaração do seu Governo tenha sido precisamente um comunicado que condenava a invasão do Afeganistão ? Seria que esse documento tinha alguma outra leitura possível?

S.C. - Era uma questão de princípios e creio que não se pode transigir nos princípios, porque se assim fosse a Comunidade Internacional ver-se-ia transformada numa selva. Foi também uma decisão tomada tendo em conta o nosso interesse, como tem que ser sempre em política internacional, porque a União Soviética conquistou em Portugal uma influência muito grande nos últimos anos sob a influência do Partido Comunista. Foram feitos diversos acordos e creio que com um país que se comporta como a União Soviética no Mundo, porque não era só o caso do Afeganistão mas também a experiência de todos os dissidentes como Orlov e Sahkarov e tantos outros, não pode ser tratado por Portugal como aliado preferencial. Podem dar-se relações comerciais se são do interesse do país, mas ter relações culturais com um país que não respeita as tradições culturais ocidentais, isso parece-me inaceitável. Como a prova, no caso do Afeganistão, foi muito evidente, chamámos o nosso embaixador em Moscovo, condenando a agressão, e depois denunciámos o Acordo Comercial e Cultural com a União Soviética e, se for necessário, revisaremos mais pontos para marcar muito firmemente o nosso desacordo. Com o nosso Governo, a União Soviética não terá a influência que teve estes últimos anos em Portugal.

J.S. - Voltemos ao tema da Presidência da República. Gostava de saber se acha preferível que a pessoa que encarna essa máxima magistratura seja civil ou militar?

S.C. - Creio que será normal que seja um civil, em democracia. O meu partido aprovou no ano passado uma declaração programática em que se afirmava que devia ser um civil e ainda não foi escolhido nenhum candidato pelo meu partido.

J.S. - E pessoalmente, "in petto", tem algum candidato?

S.C. - Claro que a resposta tem que ser não.

J.S. - E "off the record"?

S.C. - (Ri).

J.S. - Haverá que esperar...

S.C. - É um problema do Partido mais que do Governo (...). Antes teremos eleições legislativas, depois as presidenciais e, por último, eleições regionais nos Açores e na Madeira. Quando mais tarde vier a campanha eleitoral, melhor, estará o país mais tranquilo e trabalhando mais e melhor.

J.S. - Parece que as Forças Armadas estão a perder protagonismo na vida nacional portuguesa. Como crê que as Forças Armadas enfrentem esta situação de perda de protagonismo?

S.C. - Creio que o problema das Forças Armadas está quase resolvido. Desde 1976 o actual Presidente da República, como militar, como Chefe do Estado Maior, representou um papel muito importante na normalização e na hierarquização das Forças Armadas Portuguesas. Então, afastaram-se da política, não têm intervenção política. Ficou o problema do Conselho de Revolução, que o órgão Político Militar que tem no seu seio os três Chefes das Forças Armadas mas, diria, uma coisa são as Forças Armadas em termos políticos, e outra coisa o Conselho da Revolução. O Conselho da Revolução terminará com a revisão da Constituição e as Forças Armadas estão aceitando totalmente agora e aceitarão no futuro, não tenho dúvidas, um regime plenamente democrático. Os membros do Conselho da Revolução, alguns, parecem ter projectos políticos, mas sabem que não contarão com as Forças Armadas para os realizarem, mas sim com a política partidária normal, se assim o desejarem.

J.S. - E se o Governo se afastar dos fins que eles consideram revolucionários e inspiradores da Revolução, crê que isso poderia dar lugar a uma nova intervenção das Forças Armadas?

S.C. - De modo algum, não, não. O Conselho da Revolução pode discordar, pode haver um enfrentamento institucional entre o Governo e o Conselho de Revolução, mas só em temas muito limitados, porque os poderes do Conselho de Revolução são de fiscalização da constitucionalidade das leis e poderiam apresentar problemas para a promulgação pelo Presidente das leis do Governo. Mas não tem o poder de demitir o Governo. O Presidente da República, sim. Se existisse um desacordo profundo, o Presidente poderia demitir o Governo. Espero que não hajam

problemas importantes com o Conselho de Revolução, admito que existem dificuldades na aprovação de algumas leis, mas espero que não exista enfrentamento institucional. Faremos tudo o que estiver à nossa mão para evitar este enfrentamento.

J.S - Se me permite gostaria de construir para os telespectadores espanhóis o que poderia chamar o retrato do dr. Sá Carneiro. Ouvi dizer que o carácter do dr. Sá Carneiro era especialmente agressivo, mas que de um tempo a esta parte se tornou mais flexível e conciliatório. Foi o carácter que mudou ou são novas estratégias?

S.C - Bem, uma pessoa não muda assim, o carácter não muda, o que acontece é que são diferentes os estilos impostos por uma conjuntura diferente. Creio que isto devem fazê-lo todos os políticos, aliás porque todos são homens inteligentes que assim demonstram a sua capacidade de intervir diferentemente segundo as circunstâncias. Pratiquei um estilo e as pessoas pensaram que o estilo era o homem, ou melhor que o homem era o estilo, mas não era assim, existem várias possibilidades de actuação, uma coisa é ser líder da oposição num tempo em que ser da oposição era fazer confrontos diários muito fortes com o Partido Comunista e com militares vanguardistas em situações de grande anormalidade e ter que sair para a rua à frente de uma multidão, e outra coisa é o período actual e presentemente estar no Governo. Posições, circunstâncias diferentes, estilos claramente diferentes.

J.S. - Diremos também que é um político de largo alcance e que, mais que o dia de hoje, preocupa-o o amanhã e o futuro. Não sei se se reconhece neste retrato. Qual a sua opinião?

S.C. - Nisso, a minha resposta possível é que a história o dirá, eu não o posso dizer.

J.S. - Dizem-nos ainda que não é difícil surpreender o Primeiro Ministro sem escolta em lugares públicos. Não lhe parece um excessivo risco para quem tem tantas responsabilidades?

S.C. - Bem, isso dos serviços de segurança nunca lhes dei grande importância porque quando há um atentado os pobres agentes são normalmente os feridos ou assassinados e isso não resolve nada porque o político é também raptado ou assassinado. Além disso, creio que andar com segurança, ou não, não altera as coisas, mas é verdade que gosto de ser um homem normal, andar sempre com as pessoas e que prefiro conduzir o meu carro em vez de andar no carro oficial com o motorista. Não é só uma questão de gosto, mas também porque penso que um Primeiro Ministro ou um homem do Governo deve dar toda a atenção ao que faz um cidadão normal. Isto de andar só, conduzir o próprio carro, de andar pelas estradas e pelas ruas dá uma proporção muito diferente da de ser sempre conduzido pelo motorista e estar sempre rodeado pelos agentes de segurança e muito protegido. Creio que os políticos não devem andar tão protegidos, em sentido lato. É verdade que eu gosto de sair e ver uma exposição. O facto de ser Primeiro Ministro não deve afectar esta vida natural, porque esta é a vida do cidadão, e

faço tenção de não abdicar dos meus direitos pessoais, dos meus direitos de homem.

J.S. - Parece que foi realmente surpreendente que o Primeiro Ministro não só conduziu o seu próprio carro, mas também fosse o primeiro a chegar ao gabinete.

S.C. - Bom, gosto de começar a trabalhar cedo e creio que estamos numa época de austeridade e além disso gosto de andar sem aparato e guardo o carro oficial para as cerimónias oficiais e, para o trivial, para ir de minha casa para o meu trabalho o meu carro pessoal chega perfeitamente.

J.S. - É verdade que tem sangue espanhol nas suas veias?

S.C. - Sim, um pouco. A avó da minha bisavó, creio, era uma senhora de Lumbrales, aldeia, hoje vila de Salamanca, e o seu marido foi um português que trabalhava em cereais que ajudou à construção do caminho de ferro entre Salamanca e a fronteira portuguesa. O rei deu-lhe o título de conde de Lumbrales e esta é a história do meu sangue. Mas, infelizmente, nunca fui a Lumbrales e agora que fui nomeado Primeiro Ministro recebi um voto muito simpático da Câmara Municipal de Lumbrales, da vila de Lumbrales, que muito me encantou e comoveu.

J.S. - A audiência espanhola ficou, certamente, muito gratamente surpreendida de ver que o dr. Sá Carneiro se expressa em espanhol. Quando aprendeu?

S.C. - Falo muito mal porque nunca aprendi. Comecei por ler Gasset e outros autores espanhóis quando tinha 16 anos, depois estudei um pouco de Direito por livros espanhóis e pratiquei, seguidamente, quando falava com alguns clientes. Mas com a minha mãe, que fala muito bem espanhol, nunca falávamos em casa e ficou muito surpreendida quando lhe disseram que cheguei a Madrid falando espanhol, tentando falar castelhano.

J.S. - Que político mundial admira mais e porquê?

S.C. - Admiro muitos políticos como Helmut Schmidt, Giscard, Adolfo Suarez, o falecido presidente Kennedy e tantos outros porque parece-me que, independentemente das suas ideologias, porque esta não é a causa principal da minha admiração, têm um sentido do risco político, têm uma dimensão que os situa acima dos problemas pequenos da pequena política dos rótulos ideológicos e sabem pensar no seu país dentro do quadro histórico e internacional, praticando a política com sentido e dimensão, com longo alcance. Tudo isto fá-los credores de uma admiração porque creio que tudo isto é a verdadeira dimensão da política. São estadistas que não pensam tanto nas próximas eleições como na próxima geração.

J.S. - Giscard, por exemplo, que lhe parece?

S.C. - Parece-me muito bem, tive dois encontros com Giscard, duas conversações, e creio que tem muito destes aspectos que mencionei.

J.S. - Schmidt?

S.C. - Também. São estilos diferentes como os homens o são e estão situados em posições, em situações ideologicamente diferentes, mas creio que estão muito perto um do outro.

J.S. - Os encontros com o presidente Suarez foram satisfatórios?

S.C. - Muito satisfatórios. É um bom amigo e fiquei sempre encantado com Adolfo Suarez.

Além disso, creio que estas diferenças ideológicas, políticas e partidárias na Europa, com a evolução da sociedade, tendem a esfumar-se e a diluir-se.

J.S. - Segundo a óptica portuguesa, como classifica a transição espanhola para a democracia?

S.C. - Creio que foi uma experiência muito positiva e realizada com grande sentido da proporção e da realidade. Aliás, creio que não é só um triunfo de Adolfo Suarez e do seu partido, mas também do Rei e dos partidos da oposição. Todos souberam chegar a um consenso, à famosa política de consenso, que permitiu fazer rapidamente uma constituição e que se fizesse a transição do regime franquista ao regime democrático que são motivos para que o povo espanhol conte com a minha admiração. Não existiram confrontos nem posições de rigidez e creio que tudo caminhou muito bem.

J.S. - Solucionado o conflito de pescas entre Portugal e Espanha, existem outros problemas nas relações entre os dois países?

S.C. - Sim, o problema das centrais nucleares e alguns mais, mas creio que o principal problema é este - e creio que é muita a responsabilidade de Portugal - não soubemos encontrar vias de comunicação permanente entre os dois países e vivemos de costas voltadas desde há muitos anos. Depois voltamos a falar mas não chegou ainda o tempo de construir em comum e creio que isso seria importante fazer falando pouco e construindo concretamente em comum, com tantos interesses comuns que temos.

J.S. - Crê então que se pode pôr ponto final a um passado de grandes retóricas e bonitas palavras mas de uma absoluta falta de comunicação?

S.C. - Sim, e creio que o meu Governo não teria completo êxito se este ponto não ficar resolvido e não se iniciar uma etapa diferente de cooperação com Espanha.

J.S. - Acha que seria de interesse para os dois países reatar conversações no que diz respeito a um projecto comum de defesa da Península?

S.C. - Considero que os problemas de defesa e militares devem ser considerados nas negociações, que gostaria que fossem regulares, entre os dois Governos, a níveis a determinar. Portugal é membro da NATO, não sei se Espanha vai entrar na NATO, mas creio que os problemas geoestratégicos e defensivos que temos em comum, deveriam aproximar-nos; não sei se numa organização institucional de defesa, mas sim numa prática de comunicação, a análise comum dos problemas defensivos geoestratégicos. A península, Portugal e Espanha, com as ilhas, são uma potência geoestratégica que adquiriu um valor enorme com os recentes ac-

ontecimentos no Próximo Oriente e creio que tudo isto deve ser valorizado e os dois países de acordo, não devem permitir que sua posição seja desvalorizada no quadro europeu ou internacional.

A política exterior com a África de expressão portuguesa tem que ser uma política a nível de estados e não de partidos.

J.S. - O seu Governo já tem um plano para as relações com os países africanos em geral e com os países de expressão portuguesa em particular?

S.C. - Sim, vamos manter uma orientação de aproximação e cooperação com os países africanos especialmente com as antigas colónias, os países de expressão portuguesa, mas vamos fazê-lo, isto é uma condição, a nível de Estado porque isto não é um problema partidário para que um partido seja chamado a ser o veículo, agente de ligação, entre dois Estados. Os Estados devem falar em pé de igualdade, sem complexos entre eles. Todos os Estados africanos, incluindo os países de expressão portuguesa que estejam dispostos a aceitar esta condição, serão muito bem-vindos e creio que haverá possibilidades de cooperação muito boas.

J.S. - Acha que o processo de descolonização foi precipitado? E quem beneficiou realmente o processo de descolonização português?

S.C. - A descolonização era um imperativo que se deveria ter realizado muito antes. A política do antigo regime foi neste sentido de um antihistoricismo e de uma falta de realidade enorme porque a solução poder-se-ia ter encontrado numa descolonização pacífica, com respeito pelas pessoas dos portugueses e dos seus bens. Infelizmente isto não foi possível e realizou-se em circunstâncias revolucionárias que prejudicaram muitíssimo os portugueses que aí se encontravam afectando, também, a possibilidade de uma rápida colaboração entre Portugal e os novos países e facilitando a influência de potências como da União Soviética. Creio que tudo isto tem um balanço negativo mas não posso ocultar que a descolonização foi uma hora de libertação que nos era imposta por todo o sentido da história e respeito pelos homens.

J.S. - Tanto na China como nos países árabes foi muito bem recebida a vitória da Aliança Democrática. A que se deve esse eco tão favorável nestas regiões?

S.C. - Bom, creio que se deve ao facto de existir pela primeira vez um Governo maioritário, de um Governo com apoio de uma maioria parlamentar, com uma linha clara em política interna e em política internacional. Creio que esta é a causa da boa recepção que teve a nossa vitória nesses países.

J.S. - Portugal é um país europeu, pertence à NATO e teve estreitas relações com o Terceiro Mundo. Não lhe parece um mapa muito confuso?

S.C. - Se o foi no passado agora está muito claro que a nossa primeira prioridade é a integração europeia. A NATO é uma realidade defensiva, estamos na NATO para cumprir as nossas responsabilidades e beneficiar, tanto quanto seja possível, da nossa participação. As relações com o Terceiro Mundo desenvolvem-se no quadro normal das relações com todos os países mas não tentamos transformar

Portugal num país terceiro mundista nem alinhar com os não alinhados. Isto está muito claro.

J.S. - Crê que a integração europeia pode fazer sair Portugal da última carruagem do comboio europeu, em que se encontra? Que sacrifícios implicará a Integração na Comunidade Europeia?

S.C. - Sim, isso é um problema que é um desafio enorme para o nosso país. É-nos essencial entrar no Mercado Comum. Não é só um projecto comercial ou económico, mas sim um projecto histórico porque Portugal tem sentido como país europeu e há que manifestá-lo claramente. Vivemos voltados para as colónias, voltados para o Brasil, e temos que viver o ritmo europeu, com os conceitos europeus, trabalhando e vivendo do resultado do nosso trabalho num mundo organizado e moderno. Tudo isto significa adesão à Europa. Portugal tem um grande atraso e esperamos recuperar evitando os erros que cometeram os países que ultrapassaram esta etapa. Ser membro da Europa é a garantia, não só da democracia, mas também da participação de uma união europeia, de valores culturais e estilo de vida que muito desejamos para o nosso país, sem perder a nossa individualidade.

J.S. - Do leque de partidos políticos portugueses, com que organizações o seu governo estará disposto a cooperar, a levar a cabo uma política de consenso?

S.C. - Bom, agora não temos necessidade de uma política de consenso e podemos desenvolver uma política de convicção porque assim nos apresentamos ao eleitorado e assim nos votou o eleitorado. Estamos no Governo e Parlamento não para fazer a política dos nossos adversários mas sim a nossa política.

O consenso pode existir e será aceite para problemas que exijam, politicamente, um consenso político ou social mais largo, quando seja da iniciativa do Partido Socialista, por exemplo, não vejo nenhuma possibilidade de consenso nem de cooperação com o Partido Comunista. O problema da revisão da Constituição só se apresentará depois das próximas eleições e então, sim, será necessário, não um consenso que possa surgir, mas que não é necessário na situação actual, mas um consenso para rever a Constituição que exige uma maioria de 2/3.

J.S. - Quais são as grandes linhas dessa revisão constitucional que defende? Tenho aqui o seu livro "Uma Constituição para os anos 80".

S.C. - Isso é um projecto pessoal que publiquei no ano passado e que tem três pontos base de revisão da Constituição: 1) Tirar os traços ideológicos da Constituição presente, que tem uma grande influência marxista; 2) Fazer a Constituição aberta a modelos económicos e modelos de sociedade que sejam apresentados ao nosso eleitorado. A nossa constituição é uma Constituição que em princípio só admite o modelo socialista; 3) Simplificar a Constituição para que não seja um programa, não uma carta com todos os pontos previstos, um regulamento, mas sim um quadro geral dentro do qual se deve desenvolver livremente a vida política, social, económica portuguesa.

J.S. - Uma última pergunta. Há pessoas que temem uma aproximação dos nossos dois países precisamente quando ambos estão integrados num processo mais am-

plo de integração como o da integração na Comunidade Europeia. Qual a sua opinião a este respeito?

S.C. - Parece-me que o que é preciso fazer é abrir as estradas, permitir que os comboios e os meios de comunicação aproximem os nossos dois povos para que se conheçam melhor, porque, efectivamente não tem sentido nenhuma desconfiança. Seria um complexo e os portugueses têm que viver sem complexos.

J.S. - Queria dizer mais alguma coisa?

S.C. - Não, unicamente que foi um grande prazer.

Depois de quase uma hora e meia de conversa cordial e franca, a imagem do dr. Francisco de Sá Carneiro desapareceu do pequeno écran. O político e o Primeiro-Ministro, altivo e agressivo para alguns cedeu o seu lugar ao homem e ao amigo que em pouco mais de uma hora conquistou a simpatia de quantos o ouviram nas suas casas. Quem não era inicialmente mais que um líder político estrangeiro e portanto distante, converteu-se, pela sua franqueza, num amigo, num novo convida de tantos lares espanhóis em que o colóquio não se via alterado pelas palavras do dr. Sá Carneiro, porque a linguagem da sinceridade, da firmeza nos ideais e da defesa da liberdade não conhecem fronteiras.

1.8. Discurso na Visita de Roy Jenkins = 6 de Março de 1980

Senhor Presidente,

Senhora Jenkins,

Senhoras e Senhores,

Muito nos honra a visita de Vossa Excelência ao nosso País. O meu Governo, cujo empenho na adesão às Comunidades Europeias é do seu conhecimento, está grato pela sua vinda e da Sra. Jenkins a Portugal. Após uma longa e sucedida carreira política ao serviço do seu País, o Sr. Presidente tem dedicado, no desempenho das suas funções, o melhor da sua experiência à causa das Comunidades. É-me dado verificar, com particular regozijo, que a vinda de Vossa Excelência, se tivermos em conta as delongas na programação das visitas oficiais, praticamente coincide com a tomada de posse do novo Governo saído das eleições de Dezembro de 1979. Estou convencido que a sua presença em Portugal dará um impulso decisivo ao desenrolar das negociações.

Pela primeira vez desde 1974, na Assembleia da República uma maioria absoluta permite à Aliança Democrática uma estabilidade governativa que vem ao encontro dos anseios da população portuguesa. O Governo traçou desde o início e prossegue com determinação uma política externa nítida de harmonia com as realidades e interesses de Portugal. A política internacional do Governo tem como ponto primordial a integração de Portugal na Europa. É aliás uma prioridade que fará surgir com ainda maior clareza, a lógica das nossas posições e a necessidade de se conjungarem esforços, desde logo no quadro da CEE, para poder responder, com fir-

meza e com serenidade às provocações dos regimes totalitários e à crescente instabilidade que tem tornado cada vez mais evidente uma situação difícil que já não se pode tentar escamotear.

A harmonização das posições portuguesas no campo internacional com os parâmetros sugeridos pela CEE é já uma preocupação do executivo que tem produzido frutos nomeadamente no quadro da ONU. Cremos que a Europa tem um papel essencial na defesa dos valores da civilização e da paz. É portanto com agrado que assistimos às decisões tomadas em conjunto pelos Membros das Comunidades quanto a pontos concretos da política mundial.

Portugal tem assumido, dentro deste espírito, posições de frontalidade. E assumindo essas posições por sua iniciativa exclusiva e responsabilidade total, sabe o meu Governo que está a contribuir, no quadro das opções europeias e dos seus valores, para o consenso que é pedra fundamental do meu trabalho comunitário.

Gostaria de sublinhar, Senhor Presidente, que a opção europeia de Portugal, não exprime apenas um anseio de partidos e a convicção firme do Governo.

A opção europeia tem no nosso País um muito amplo consenso. O Governo assumiu, pois, esse consenso, imprimindo maior vigor às consequências dele resultantes. Não pode, de modo algum, estranhar-se a existência deste anseio nacional. Portugal, com mais de oito séculos de história, sempre foi europeu pela cultura. As nossas relações económicas continuam também a ser privilegiadas com os Estados membros das Comunidades. A nossa entrada na CEE significa o contributo de Portugal para a consolidação da realidade europeia. Não principalmente por razões económicas mas sobretudo pela experiência cultural e histórica que foi conseguida em muitas partes do Mundo, e pela colocação estratégica do território dos Açores, da Madeira e do Continente, de forma significativa contribui para a defesa e segurança europeias. É certo que a situação económica portuguesa levanta dificuldades, tanto estruturais como circunstanciais. Por outro lado a conjuntura internacional não facilita a resolução dos problemas que nos afectam. Mas conscientes das dificuldades, procuraremos ultrapassá-las, impondo-nos isso um esforço adicional de adaptação à realidade comunitária que o nosso ingresso nas Comunidades Europeias exigirá.

Essas dificuldades são além disso proporcionais ao peso que o meu País terá, em termos de promoção, na CEE. Não serão pois difíceis de vencer pelo nosso próprio esforço e com o apoio das instituições comunitárias.

Colocam-se por outro lado questões de preparação para a integração, tanto a nível dos agentes económicos como da opinião pública em geral.

O Governo está intensificando esforços para preparar a opinião pública, com o fim de a esclarecer especialmente sobre os sectores que deverão sofrer as adaptações necessárias com o nosso ingresso na Europa.

O empenho que o meu Governo já mostrou, no sentido de pôr todo o seu esforço no bom e rápido desenvolvimento das negociações, está já a produzir os seus frutos, já que a dinamização de todo este processo é desde logo um estímulo para

que as atenções sejam concentradas no debate sobre a adesão e na sua preparação.

A política externa de Portugal é a de um país europeu. Mas de um país europeu que assume a sua dimensão histórica de país com vocação universal e com uma componente atlântica importante.

É de acordo com essas características que Portugal definirá a presença na CEE. Transpondo para o quadro europeu uma relação intensa com um amplo conjunto de países árabes, africanos e latino-americanos.

Permitam-me finalmente que chame a atenção para um ponto que é fulcral ter presente, ao equacionar a adesão de Portugal às Comunidades. A integração só tem para o meu País viabilidade se for acompanhada por um esforço, pelo menos de igual intensidade, no campo do desenvolvimento sócio-económico. É apenas nesta perspectiva que a nossa adesão faz sentido e que será possível apresentá-la à população portuguesa que está desejosa de participar, mas em termos plenos, na realidade cultural e económica europeia.

Peço a V. Exas. que me acompanhem no brinde pelas felicidades pessoais do Senhor Jenkins e da sua Mulher e pelo sucesso do grandioso projecto de cultura, humanismo, desenvolvimento e justiça social que é a Comunidade Europeia.

1.9. Entrevista à R.T.P. 1 - 16 de Março de 1980

Nota: Conduzida por José Eduardo Moniz e António Mega Ferreira

Estamos no edifício da Rua Gomes Teixeira onde funcionam os serviços da Presidência do Conselho de Ministros. Estamos - eu e o António Mega Ferreira - no gabinete do Primeiro Ministro para uma entrevista, uma entrevista com Sá Carneiro, chefe de um executivo que não tem tido a vida fácil apesar de dispor de apoio parlamentar maioritário. Política externa, economia e finanças, relações com órgãos de soberania, comunicação social e área de trabalho são sectores sensíveis que têm dado origem a alguma controvérsia. Tentaremos abordá-los ao longo desta entrevista, se o tempo naturalmente o permitir, sem esquecer um outro assunto que é, neste momento a reforma agrária e a situação no Alentejo.

P - Dr. Sá Carneiro, este Governo tem sido acusado de governar na confrontação com outros órgãos de soberania, com a oposição, com os sindicatos, no Alentejo. É esse o estilo do seu Governo?

R - Disse, há pouco, que o Governo não tem tido a vida fácil. Têm concentrado sobre ele confrontação e é por isso que surge essa imagem. Não porque a desencadeie, mas porque tem sido desencadeada por membros do Conselho da Revolução, da oposição, que eu tenho chamado parlamentar e extra-parlamentar e por forças sindicais. Tem sido realmente uma confrontação permanente atirada contra o Governo, no entanto ele vai governando com paciência, como é seu dever, com firmeza, sem se afastar da linha traçada pela qual é responsável perante o eleitorado e assim continuará a proceder.

P - Senhor Primeiro Ministro, por exemplo, a actuação do governo na zona da reforma agrária. Essa confrontação, do seu ponto de vista é motivada pelo alegado predomínio do PCP no Alentejo, ou, pelo contrário, pelos trabalhadores contra a política agrária do governo?

R - Sabe, a confrontação real tem sido muito pequena. Houve, até agora 95 entregas de reservas, nas quais se registaram incidentes apenas, sem grande significado. Para além destas 95 entregas de reservas, que totalizam 31.000 hectares, houve já entregas a 66 agricultores independentes, no total de 2.000 hectares, sem quaisquer incidentes.

O que é que se tem passado?

Embora estes incidentes não tenham felizmente gravidade, não têm impedido as entregas de reservas. Há toda uma orquestração à volta deles e das manifestações, há apelos à reocupação das reservas e ao não cumprimento da lei, feitos, designadamente, numa altura curiosa, no dia 2 de Março, no princípio da semana de uma determinada crise.

Há reocupação de terras, há o não cumprimento da lei, está-se a fazer aí uma orquestração política, falando na defesa dos direitos dos trabalhadores agrícolas, mas, de facto, servindo-se desses trabalhadores para os atirar contra o governo, para tentar aquilo que o Partido Comunista, que lidera neste momento a oposição parlamentar e extra-parlamentar, não consegue fazer com a força dos votos e da sua política. Para isso o PCP serve-se dos sindicatos e das comissões negociadoras algumas vezes.

Assim, o governo, não abdica, a lei não se discute, cumpre-se e faz-se cumprir, pois é deste modo que tem de governar neste período.

P - A Aliança Democrática, a cujo governo o Senhor Dr. Sá Carneiro preside, defendeu na sua campanha eleitoral, a instalação dum estilo de ruptura, por assim dizer, com aquilo a que chamou a maioria de esquerda: o Partido Socialista e o Partido Comunista.

Não se poderá pensar que esta confrontação, especificamente no Alentejo, também interessa politicamente ao governo? Isto é, trata-se duma forma de o governo levar por diante aquilo que anunciou, também, durante a campanha eleitoral?

R - Não. Não interessa nada. Nós não anunciámos que governaríamos em ruptura, o que dissemos é que assumiríamos com clareza a política do país. De um lado, as oposições, do outro lado, o governo, e que só governaríamos com a maioria. Uma coisa é isso, outra coisa é desencadear a confrontação tal como tem sido desencadeada, sobre tudo porque isso prejudica os agricultores, os trabalhadores e o próprio país. Veja que o governo foi o primeiro a cumprir espontaneamente, voluntariamente, o estatuto da oposição, ouvindo os seus partidos. Cumpriu e continuará a cumprir, para governar com a sua maioria. A oposição tem procurado não criticar, mas fazer aquilo que o líder da oposição parlamentar e extra-parlamentar, o secretário-geral do Partido Comunista anunciou como tentativa de escorraçar o governo por todos os meios. É isso que se tem passado. Não abdi-

caremos das nossas responsabilidades. O governo tem um mandato que levará até ao fim, até as próximas eleições. Então os portugueses julgarão. Isso dificulta-nos a vida, concerteza, mas sabemos já muito claramente quem está connosco e quem está na oposição parlamentar e extra-parlamentar contra nós. Conosco está, indefectivelmente, a maioria da Aliança Democrática. É assim que governamos, como disse, com dificuldades acrescidas. Lamentamos, porque se não fossem elas, poderíamos conseguir rapidamente o nosso objectivo essencial, que é o de obter melhores condições de vida para os portugueses. Mas, apesar de toda esta confrontação, não desencadeada por nós, mas contra nós, estamos convencidos que vamos conseguir esse objectivo e já se estão a ver resultados palpáveis.

P - No entanto, ainda no que diz respeito à reforma agrária, a oposição acusa o governo de querer "dar cabo" dela nomeadamente recorrendo a todos os meios e favorecendo os proprietários. Além do mais, vêm no facto de o governo querer ter todo o processo de devolução de terras cumprido no fim do seu mandato, uma maneira de acelerar todo esse processo. E isso que se passa?

R - Não. Bem vê, a lei da reforma agrária que estamos a cumprir e a fazer cumprir, não foi feita por este governo nem sequer foi feita por estas forças políticas que hoje constituem a maioria da Aliança Democrática. É uma lei do primeiro governo do Dr. Mário Soares. Nós não negociámos o cumprimento dessa lei com o Partido Comunista, como foi feito no passado, e é isso que enfurece a oposição parlamentar e extra-parlamentar. Não fazemos quaisquer acordos secretos, como se fizeram no passado. A lei é lei. Cumpre-se. E vamos, sobretudo, fazer, estamos já a fazê-lo, uma coisa inédita, que é cumpri-la no aspecto de entregar não apenas reservas, mas a terra a agricultores sem terra. Isso, para mim, é que é o ponto chave da reforma agrária. A reforma agrária não é tirar a um proprietário latifundiário para o substituir pelo estado latifundiário e pelas quintas colectivas. É, sobretudo, distribuir a terra, incrementar a produção. Além disto, temos que pensar na verdadeira reforma agrícola que o país precisa, no Centro e no Norte, com o apoio efectivo à agricultura que não tem sido dado, em concentração de recursos humanos e financeiros, não apenas na zona de reforma agrária mas na agricultura do centro e no norte do país e do Algarve. Tivemos, logo de início, o problema da geada negra do Algarve. Felizmente, que o resolvemos rapidamente. Tomámos uma decisão muito importante, pouco divulgada, de não aumentar o preço dos adubos para a campanha de 79/80. Ora, o não aumento deste preço permite ultrapassar uma situação altamente injusta, que é a da falta de adubos nalgumas regiões, hipoteticamente, por estar armazenado à espera que o preço suba. A não subida vai obrigar a que seja rapidamente distribuído. Quem está a proceder assim, está de facto, quaisquer que sejam as intenções, a fazer o jogo da oposição parlamentar e extra-parlamentar, liderada pelo Partido Comunista. Está, sobretudo, a prejudicar os agricultores.

Mas, além disso, espero poder anunciar, e gostaria até de o fazer juntamente com as outras medidas, perto do 25 de Abril, para que essa fosse a nossa comemoração, um programa de apoio aos agricultores do Norte, que nunca se iniciou. Gostava, nessa altura, também, de anunciar outras medidas de justiça social, porque me parece que, e essa é a decisão do governo, as comemorações sejam

elas do 25 de Abril, sejam do 10 de Junho ou de Camões, mais do que com discursos, sessões e outras iniciativas, mas que são puramente exteriores, deve-se fazer na linha da melhoria completa das condições de vida. É assim que o governo pensa fazê-lo em critérios de fidelidade ao espírito do 25 de Abril, que é o de prosseguir a justiça social.

P - Tem sido criticada a forma como têm sido aplicados os fundos do crédito agrícola de emergência. Nomeadamente, neste momento, fala-se muito no caso do Secretário de Estado da Estruturação Agrária, João Goulão. O governo já investigou o que se passa acerca disso, e reafirma o seu apoio ao Secretário de Estado?

R - Sim, o Senhor Ministro da Agricultura foi-me sempre informando do que se passava e mandando-me os elementos. Essas acusações são totalmente infundadas. Há casos, até, de atribuição de créditos que vêm de governos anteriores. O assunto está, portanto, esclarecido. O Secretário de Estado conservar-se-á no governo dado que não há nenhuma razão para que assim não seja.

Esta operação, lembra-me, bastante, uma recente que vivi e em que participei: foi o ataque ao Secretário de Estado Ferreira do Amaral, no tempo do governo Mota Pinto. Disse, nessa altura, como líder de um partido da oposição que, com a substituição ou a demissão de Ferreira do Amaral, com a pressão que levou a isso, se tinha iniciado o processo de queda do governo Mota Pinto. Tinha sido desautorizado. É isso que se quer fazer em relação a este governo. É isso que o governo não tolerará. Se houvesse fundamento para essas acusações, se estivesse Ministro, Secretário de Estado ou qualquer personalidade nisso envolvida, se as acusações fossem reais, investigar-se-iam e punir-se-iam os responsáveis, sem qualquer dúvida. Não se pode pôr em causa a honestidade de uma pessoa e o governo não cederá a essa espécie de pressões, nem deixará de combater, pelos meios democráticos, esses métodos.

P - Mas, precisamente porque as acusações põem em causa, inclusivamente, a honestidade de um membro do governo, dado que o governo não tem quaisquer dúvidas acerca da honestidade desse membro, que lhe reafirma publicamente a confiança e afirma que ele não será demitido, pode-se admitir que o governo vai proceder contra aqueles que, publicamente acusaram o Secretário de Estado e funcionários do Ministério da Agricultura e Pescas de corrupção?

R - Bem vê, isso fez-se nalguns jornais e na Assembleia da República, os Deputados têm o direito de fazerem as acusações que entenderem. A propósito do outro caso versado na semana que se iniciou no dia 2 com as declarações do secretário-geral do Partido Comunista em Arraiolos, tive já ocasião de dizer que o governo não tenciona ser e não será polícia de imprensa.

A imprensa é utilizada como arma política, tenho alguma experiência disso mesmo, quando era líder de um partido da oposição. A resposta deve ser de serenidade, deve ser política, sobretudo, quando se trata do governo, de afirmação da sua política, de desempenho sereno da sua missão e da sua responsabilidade, nunca o entrar em polémica, o demandar jornalistas ou demandar órgãos de informação. Se o Secretário de Estado entender dever fazê-lo é livre de o fazer. O governo conservar-se-á - a não ser em casos clamorosos em que esteja

realmente em causa a dignidade do país - numa total serenidade, mesmo na altura dos processos.

Eu dizia que tinha uma certa experiência disso porque, não sei se se recorda, em 77, numa visita minha a Madrid, fiz algumas críticas à política do governo de então, o primeiro governo socialista do Dr. Mário Soares. Ia caindo o Carmo e a Trindade. Falou-se em incidentes diplomáticos. O Embaixador foi chamado, etc. Bom, eu tinha criticado a política económica, não tinha feito nenhuma afirmação que pudesse, sequer, ser contrária aos interesses do país. Hoje as coisas passam-se de uma maneira bastante diferente, o governo é acusado de tudo e mais alguma coisa, com prejuízo para a instabilidade política, com prejuízo para o país. E segue-se serenamente. Sem processos. Veja o que se passou nessa semana iniciada no dia 2 de Março com as tais declarações. No dia 3, salvo erro, é posta à venda em Roma, uma revista italiana onde se diz: "Portugal. Chega um golpe. Talvez dois."

Do que é que se tratava? Era uma entrevista do Tenente-Coronel Victor Alves, em que ele dizia que o governo da AD estava numa política tal que equivalia a um golpe de estado subreptício. Está-se produzindo qualquer coisa de muito preciso e inegável, e se quisermos chamar as coisas pelos seus nomes, devemos dizer que se está assistindo a um verdadeiro e próprio golpe de estado subreptício. Estas são as declarações constantes do panorama e depois explicadas, etc...

Bem, o governo perante isto, junto a outras declarações, juntamente com tudo aquilo que se estava passando nessa semana, examinou a situação e limitou-se a pedir ao Sr. Presidente da República, que nos esclarecesse, se considerava de facto que declarações deste tipo e outras, que as houvesse várias, se integravam em todo esse clima de apelo ao não cumprimento da lei, de instabilidade social, ele. se tudo isto, podia considerar-se admissível do ponto de vista ético, da moral política, da solidariedade institucional. A resposta veio, especialmente, no comunicado do Conselho da Revolução defendendo a licitude das declarações dos membros deste Conselho; quaisquer que elas fossem e sob a sua responsabilidade.

Foi uma clarificação da situação, mas mesmo nestes casos, o governo situa o assunto no campo puramente político, procurando esclarecer se há ou não há solidariedade institucional. A meu ver, verificou-se bem que não há solidariedade institucional sem haver solidariedade política. Não vejo como é que se possa dizer que há solidariedade institucional quando membros de um órgão de soberania, embora em declarações e posições pessoais, atacam o governo eleito pelos portugueses no dia 2 de Dezembro. Nem veria como, em sentido inverso, se podesse o governo pretender-se solidário institucionalmente com o Conselho da Revolução e os membros do governo atacassem o Conselho da Revolução, ou atacassem o Presidente de República, coisa que até agora não sucedeu nem sucederá. Nenhum membro do governo, nem o governo no seu conjunto atacou o Conselho da Revolução ou o Presidente da República, ou disse coisas equivalentes a estas. Portanto, é este aspecto político que interessa reter, a meu ver, de que interessa extrair consequências, por certo, para que as coisas fiquem bem claras e transparentes, como tem que ser em democracia. Para mim, a conclusão de toda esta, infelizmente, agitada semana, em que se quis causar sérios problemas ao governo

e a sua possibilidade de administrar e de seguir na calma e na serenidade o país, resultou claro que a solidariedade existe, política e indefectível, é entre o governo e a maioria que o apoia, o que de certo modo, é natural, porque os demais órgãos de soberania têm projectos políticos diferentes, não o ocultaram, nem sequer antes das eleições. Portanto, o meu desejo é que os órgãos de soberania funcionem e não se guerreiem entre si, nem desencadeiem confrontações ou rupturas. Quero que as coisas sejam claras para os cidadãos, num ano em que tantas pessoas já estão preocupadas com as escolhas eleitorais, assunto que não preocupa, sobremaneira, o governo.

P - Mas, o Sr. Primeiro Ministro acaba de referir algumas declarações do Tenente-Coronel Victor Alves, que teria afirmado que o governo procedia, de tal forma, que estávamos perante um golpe de estado sobreptício. Poder-se-á presumir, que quando teve conhecimento dessas afirmações, o governo pensou que essas afirmações eram, elas próprias um golpe de estado subreptício?

R - Não. Eu tive ocasião de dizer na própria terça-feira, dia 4, a uma entrevista à Rádio Francesa, que não via risco de qualquer golpe. A situação, tal como resulta de todos estes factos, é de uma ofensiva concertada e constante contra o governo, feita muito cedo. Veja que nós não temos, ainda, sequer, dois. meses de governo, desde que o programa foi aprovado no Parlamento. Logo a seguir a aprovação do programa, desencadeou-se essa ofensiva concertada, em que, normalmente, as declarações são feitas pelo Partido Comunista Português e são, depois, retomadas pelo Partido Socialista, pelos mesmos temas, às vezes, nos mesmo moldes, e por membros do Conselho da Revolução. Foi o Partido Comunista que, pela primeira vez, sustentou que a política externa devia merecer um ar de consenso, inclusive dos vários órgãos, de soberania, todos tinham uma palavra a dizer e, até os. partidos da oposição. Foi o Partido Comunista que sustentou que o Conselho de Revolução devia fazer o exame do art.º 191 da Constituição e de vários outros, temas. Foi o Partido Comunista, também, que já antes do dia 2 de. Março, quando surgiu esta ideia de o governo e a maioria estarem empenhados num verdadeiro golpe de estado, afirmou que p Conselho de Revolução no todo puem parte não ia ficar quieto, nem de mãos atadas. O secretário-geral do Partido Socialista, quando interrogado sobre estes temas diz, também, que, de facto, se pode chamar assim ao que se está passando em Portugal, e que as coisas até podem vir a redundar num outro tipo de golpe de estado, um golpe de força. Mas, apesar de tudo isto, destes rumores todos, que circularam e de outros, tudo isto alimentado pela confrontação permanente da oposição parlamentar e extra-parlamentar, o governo sente que esta oposição não. aguenta ou não quer aguentar. A escolha eleitoral é para ela insuportável que o governo governe até Outubro e é por isso está tão empenhada em derrubá-lo por qualquer meio.

Em face de tudo isto, o governo nunca admitiu a hipótese de um golpe de estado militar contra ele, porque as forças armadas não se confundem com o Conselho da Revolução nem com os seus membros. As forças armadas, cujo papel numa sociedade democrática é e continuará a ser fundamental, depois de determinado período de transição, em termos de defesa, de reforço de defesa da consolidação da autoridade do Estado, das instituições democráticas, da independência. Tem-se mantido um afastamento em relação à política em todas essas questões, um

aprumo e uma dignidade exemplares, e é por isso que o governo nunca acreditou, e disse-o publicamente, que pudesse haver um golpe de estado ou um pronunciamento em Portugal. As questões são outras, são políticas e são, realmente, do âmbito da oposição parlamentar e extra-parlamentar por não aguentarem e não quererem respeitar a escolha eleitoral.

P - Então, muito certamente o que está mal é o Conselho da Revolução?

R - Não, eu não falei em Conselho da Revolução. Repare, são membros do Conselho da Revolução. E o Conselho da Revolução diz que eles têm esse direito. O Presidente da República apesar da tese que defende da solidariedade institucional, diz que eles têm esse direito e que não intervirá, unem-se à oposição parlamentar e, estão, objectivamente, pelas suas declarações, em sintonia com ela. Isto ocorre apesar do respeito integral das forças armadas pelas instituições democráticas e pelo seu afastamento da política. Não sei bem qual é o mal, mas, de facto, nestes termos isto não vai contribuir para o derrube do governo nem contribuirá, a meu ver, para o derrube do governo porque ele deverá manter-se dado que foi essa a escolha eleitoral. Enquanto tiver o apoio da maioria da Aliança Democrática e, portanto, assim como nós ascendemos ao poder por uma escolha eleitoral, também só devemos ser afastados do poder, por outra escolha eleitoral, a menos que a maioria parlamentar queira uma substituição do governo no quadro da maioria.

V - No entanto, esses mesmos conselheiros da revolução e sectores da oposição, dizem que, a estratégia do governo, aponta para determinado tipo de agudização de tensões, até mesmo para desviar as atenções de determinados problemas concretos.

R - Bom, usarão os argumentos que quiserem, não parece que se possa mais falar agora, repito, na tal solidariedade institucional. Os portugueses julgarão o valor desses argumentos. Os portugueses têm o direito de exigir dos órgãos de soberania, e no meu entender, dos seus membros, e é aí que eu divirjo do Presidente da República e do Presidente do Conselho da Revolução. Quem desencadear confrontos deste tipo, e eles estão a ser desencadeados, terá a paga, quando em próximas eleições os eleitores optarem. O que é preciso é que o eleitorado saiba o que se está a passar, quem é que desencadeia os confrontos, qual é o tipo de oposição que está a ser exercida, liderada pelo Partido Comunista e Partido Socialista. A ele colocado neste estilo de oposição, alguns membros do Conselho da Revolução, grupos de trabalhadores e de sindicatos. Que tudo isto seja claro, para depois os portugueses poderem valorizar a acção do governo e a acção da oposição. Realmente agora está tudo de facto mais claro.

Mas porque é que me parece que o mal não está no órgão em si? Nós sabemos, e sabíamos antes, que o Sr. Presidente da República tem o seu projecto político, que, designadamente, manifestou quando no dia, salvo erro, 6 de Julho, a propósito da crise política então existente. Propôs um acordo PS-PSD, isto no dia seguinte à assinatura do acordo da Aliança Democrática. Expôs também a sua posição durante a campanha eleitoral, pouco antes das eleições e fez nitidamente aí a sua opção. O projecto político da Aliança Democrática é diferente. A Aliança Democrática ganhou as eleições, os portugueses escolheram o governo, o Sr. Pre-

sidente da República respeitou essa escolha e convidou-me para Primeiro Ministro e aceitou, portanto o governo da Aliança Democrática. Mas não há aqui solidariedade política, e, portanto, esta sociedade política em que vivemos, e a sociedade em geral, no nosso país, está cada vez mais polarizada: por um lado o projecto político e a maioria da Aliança Democrática e por outro lado o projecto político da oposição parlamentar e extra-parlamentar liderada pelo Partido Comunista.

P - Sr. Primeiro Ministro, segundo o quadro que acaba de descrever, se me dá licença, dá-me a sensação que não é bem uma bipolarização. Há três projectos: o da Aliança Democrática, o do Presidente da República, uma coligação do PS com o PSD e o do Partido Comunista. Como é que jogam estes três projectos e o Presidente da República com o do Partido Comunista e a oposição parlamentar e extra-parlamentar?

R - Neste contexto, como já então acontecia, a meu ver, o projecto político defendido pelo Sr. Presidente da República não era possível. E é por isso que eu não o tenho em conta. Mas que era o dele era! Simplesmente, isto podia ter sido possível em 1976, e em parte em 1977. Eu próprio propus, e fizemos o teste em 1978, quando abrimos negociações e não sei se se recordam, falei até nessa possibilidade. Verificou-se que era impossível, e daí que eu não volto com esse projecto. A sociedade está de facto, bipolarizada. Em meu entender há dois pólos: a Aliança Democrática e o Partido Comunista e, à volta desses dois pólos, sobretudo a volta do Partido Comunista, juntam-se, ou sendo utilizadas por eles várias forças...

P - ... entre as quais a do Presidente da República?

R - Não, o Sr. Presidente da República é, ele próprio, um órgão de soberania, unipessoal, que pode ter as suas opiniões políticas, que as apresenta na altura da resolução das crises, que pode optar, e que deve fazer claramente, mesmo quando, se recandidatar. Quando se recandidatar, deverá novamente dizer claramente, o que quer. Mas, neste momento, parece-me que deverá estafe está, numa posição de reserva, de distanciamento, porque, pela primeira vez, há um governo apoiado por uma maioria. Embora isso não coincida com o projecto político que o Sr. Presidente da República sustentou, precisamente porque a escolha eleitoral foi essa, ele deve respeitá-la. Não há, portanto, a meu ver, solidariedade política. Mas o Sr. Presidente da República coexiste com o governo, ambos funcionam, por isso, vou ao Sr. Presidente da República tem o direito a essa informação acerca da actividade do governo - semanalmente, trabalhar com ele, tratar em conjunto, pontos que devam ser tratados, sem hostilidade, e espero que assim continuem as coisas. Da nossa parte, tudo farei para que continue, mas sem quebra de clareza. Há um outro facto que podia, realmente, se não fosse, a serenidade do governo e a colocação dos problemas estritamente político, dificultar as coisas. É que, entre certas declarações, membros do Conselho da Revolução com o que falaram em nome do Presidente da República. Sustentaram, até, a sua candidatura. E o Presidente da República não disse nada sobre isso. Portanto, pode haver, aí, uma tentativa de identificação perigosa. Essa foi, também, uma das razões por que o governo, nessa semana que começou no dia 3,

pediu ao Presidente da República que esclarecesse a sua posição face a estas declarações. O Sr. Presidente da República disse que não tinha nada que esclarecer. Que os membros do Conselho da Revolução estavam no seu direito. É o que consta do comunicado do Conselho da Revolução.

E pronto, politicamente, as coisas ficaram clarificadas.

P - As suas palavras acerca do Presidente da República apontam para a impossibilidade total de um acordo, no sentido de apoiar a sua eventual recandidatura à presidência.

R - Bem, esse não é um problema do governo. O governo, se nem sequer está preocupado com as eleições legislativas, muito menos se irá preocupar ou entrar nas eleições presidenciais. É um problema da Aliança Democrática. Os partidos da Aliança Democrática já definiram a sua posição. Mas esse, também, é de facto um ponto que mostra bem, como a política portuguesa está clarificada e dividida, e o eleitorado, já teve de considerar à sua escolha. Como se recorda, a Aliança Democrática fez a sua campanha dizendo, muito claramente, como era seu dever - eu próprio o disse várias vezes - que não apoiaria a candidatura do Sr. General Ramalho Eanes e queria eleger outro Presidente. Foi assim que a AD se apresentou ao eleitorado e que foi escolhida. Disse, também; que faria todos os possíveis para terminar o período transitório; e que não substituiria o Conselho da Revolução por outro órgão político-militar.

O eleitorado deu-nos a maioria dos lugares no parlamento e nós vamos cumprir tudo aquilo que apresentámos no nosso programa... Estamos a cumprir, passo a passo, sem nos deixarmos desmoralizar e estamos conscientes de que esse cumprimento está, de facto, já a representar progresso. Veja que a taxa de inflação, apesar dos aumentos de preços realizados em Fevereiro, que eram infelizmente indispensáveis, mas que foram os menores de sempre e que implicaram um esforço grande para o orçamento do Estado, está a diminuir progressivamente, e esperamos que o limite que nos impusemos a nós próprios, como taxa de inflação, de 20%, possa ser alcançado. É um pedido que fiz ao Sr. Ministro das Finanças, que está empenhado e devotado em toda esta política global coerente, que é a primeira política económica que o país tem. Entre as medidas já tomadas repito a decisão de não aumentar o preço dos adubos na Campanha de 79/80, e de não haver aumento generalizado do preço dos transportes. No que diz respeito aos transportes poderão aumentar serviços especiais, de primeira classe nalguns comboios entre Lisboa e Porto, nas ligações entre Porto e Lisboa ou com Faro, mas, em geral, os transportes não aumentarão apesar do encargo que isso representa. O público tem sido muito sobrecarregado e, sobretudo; porque não há condições imediatas de dar uma compensação de qualidade que possa justificar o aumento dos preços. Teremos, depois, o abaixamento do preço de alguns produtos, especialmente os importados graças à revalorização.

É por verem que essa política económica resulta que os nossos adversários estão apostados em fazê-la falhar e o drama é que estão a utilizar; para isso, reivindicações sindicais que vão redundar em prejuízo dos trabalhadores.

Se houver aumentos de salários, como alguns que são pedidos, da ordem dos 25 e 30%, isso fará com que a inflação ultrapasse, possivelmente, a do ano passado, que foi de 24%.

A inflação é das grandes causas da injustiça social. Com o aumento dos preços, perdem muito mais os pobres, do que aqueles que têm recursos.

Deixam de se poder consagrar os recursos à satisfação das necessidades básicas. As pessoas deixam de poder contar com o mínimo indispensável, aqueles que têm o supérfluo vêm o seu supérfluo diminuído, mas aqueles que não têm o mínimo nível de vida indispensável ou que estão nesse limiar, veem-no diminuído em condições absolutamente injustas. Todos aqueles que não têm capacidade reivindicativa, como os reformados, os pensionistas, são dura e injustamente atingidos pela alta dos preços. Fazer baixar a inflação e defender o poder de compra, é o objectivo prioritário de quem quiser falar em justiça social e nas promessas do 25 de Abril. É essa a linha do governo, e é por isso que os nossos adversários da oposição parlamentar e extra-parlamentar querem fazer pagar esta crítica, sem se importarem com os prejuízos que causam aos portugueses. Nós defendê-los-emos intransigentemente, mas vamos ter dificuldades, estamos conscientes disso. O que eu espero é que os trabalhadores e as suas famílias pensem bem no que significa greves constantes, reivindicações de salários irrealistas que irão representar não a defesa do poder de compra, não o aumento do poder de compra, pelo contrário, diminuição de salários reais, diminuição do poder de compra, como tem acontecido todos os anos. O governo está apostado em que este ano, não só não haja diminuição do poder de compra, como, se for possível, e esse é o pedido que eu tenho feito insistentemente aos ministros e, em especial, ao Ministro das Finanças, que se possa aumentar um bocadinho o poder de compra.

Disse na campanha eleitoral, que ao fim de alguns meses de governo ficaria satisfeito se as donas-de-casa pudessem voltar da praça com a saca das compras um pouco mais cheia e com a bolsa um pouco menos vazia.

Espero que cheguemos a esta situação mas, para isso, é preciso uma grande firmeza da parte do governo e compreensão da parte dos trabalhadores e das suas famílias para não se deixarem instrumentalizar por aqueles que não tendo força política os querem lançar contra o governo, contra o país, contra a democracia e contra o regime.

É muito fácil falar em aumentos salariais, fazer reivindicações, mas, por exemplo, no caso das despesas com a função pública, o aumento médio dos funcionários públicos, foi no ano passado de 14% apesar disso, porque houve promoções, alterações na orgânica e correcção de anomalias, a massa salarial da função pública passou de 74 milhões de contos para 96 milhões de contos, como se verá no orçamento do Estado que está a ser ultimado.

Enquanto o aumento médio da função pública foi de 14% o aumento das despesas foi de 27%. São dados reais da grande injustiça.

Outro aspecto que o governo está empenhado a combater é o da evasão fiscal. Não há uma estimativa segura, mas o cálculo bastante aproximado que, neste

momento, as dívidas ao Estado, por falta de pagamento de impostos, atingem qualquer coisa como 50 milhões de contos.

Isto, comparando com os impostos cobrados no ano de 79, que foram no total de 140,8 milhões de contos, veja-se o que representa de impossibilidade de o Estado construir as escolas, os hospitais e os melhoramentos que são necessários. O que isto representa de injustiça para as pessoas que pagam atempadamente os seus impostos. É por isso que me permito apelar (e o governo fê-lo e continuará a fazê-lo) para todos aqueles que de facto não cumprem as suas obrigações fiscais e estão a tratar injustamente os seus concidadãos.

Estão a dar uma prova de falta de civismo e de imaturidade que o governo espera seja ultrapassado. Por isso, vai atribuir um período de tréguas fiscais no sentido de que dará oportunidade aos contribuintes em atraso para, com juro reduzido, com algumas prestações, porem rapidamente em dia as dívidas ao fisco.

É esse o imperativo da solidariedade nacional entre portugueses que nos deve unir. São problemas como estes que o governo tem enfrentado no dia-a-dia. Aparecem números importantes que se ignoram, para dar realce ao barulho que se faz, de confrontação permanente, que a oposição parlamentar e extra-parlamentar lança sobre o povo. O governo confia, acima de tudo, na maturidade dos portugueses, das próprias forças sociais e sindicais e dos trabalhadores e das suas famílias.

P - O Dr. Sá Carneiro disse há pouco que o governo projecta baixar os preços dos produtos importados. Ora como é que isso será possível se a revalorização do escudo em 6%, digamos que de algum modo, pode considerar-se quase anulada, uma vez que em relação ao dólar o escudo foi desvalorizado em cerca de 4%?

R - Bem vê, a revalorização implica com aquilo que nós importamos, no período em que esta revalorização está feita, desce 6%. Isto tem consequências importantes, até porque Portugal importa cerca do dobro daquilo que exporta, e a importação contribui para a inflação importada. Portanto, a alta dos preços dos produtos importados contribui para a inflação, para a alta dos preços internos, em cerca, de 50%.

A paridade entre as várias moedas depende, sobretudo, da taxa de inflação verificada nos vários países. Se Portugal tem uma inflação como teve o ano passado, de 24% e os Estados Unidos ou a Inglaterra têm uma inflação de 12%, o escudo deverá desvalorizar a diferença. Se nós baixarmos a inflação, podemos, também, controlar a desvalorização e podemos, por várias circunstâncias que o Ministro das Finanças explicou, revalorizar o escudo. O que está a acontecer na Europa e mesmo nos Estados Unidos, é um forte surto inflacionista externo. As previsões da OCDE de que falei no meu discurso de posse, e que eram já bastante desfavoráveis, estão a ser exigidas, desfavoravelmente, pelo que não será de admitir que alguns países da OCDE tenham, este ano, uma inflação de cerca de 18%, nalguns superior a 15%. Teremos o caso dos Estados Unidos, em que a inflação está a subir, em flecha, tendo já ultrapassado os 13%, ou talvez mesmo os 15%.

Se assim for, a desvalorização deverá, teoricamente, ser anulada, se a taxa de inflação aqui, a alta dos preços, for igual à alta dos preços dos países europeus e dos Estados Unidos.

Nos últimos tempos, tem havido, uma subida da cotação do dólar em relação a outras moedas, por exemplo, em relação ao franco suíço e em relação ao marco alemão...

P - E ao próprio escudo.

R - Necessariamente, em relação ao próprio escudo, mas não é só em relação ao escudo, por isso é que eu lhe citei o exemplo do franco suíço e do marco alemão. Isso relaciona-se com a política financeira e fiscal que lhes sai da política económica. A política que os Estados Unidos estão a desenvolver no sentido de apoiar e reforçar o dólar, relaciona-se também com a descida relativa que se verificou no preço do ouro. São factores que não dizem apenas respeito ao escudo e que, se podem ter consequências nas suas importações em dólares poderão até nem ser permanentes. A revalorização do escudo em 6% foi uma medida em que o governo procedeu acertadamente e se orgulha dela. Foi uma decisão devidamente compreendida pelo país, e deu renovada confiança aos novos recursos de trabalho, recursos humanos e nacionais. Manteve-se a desvalorização deslizando como uma medida de precaução que assegure a cobertura da diferença das taxas de inflação no país e que permite evitar a especulação lançada contra o escudo, que podia acontecer e que até já aconteceu noutros anos. Pois bem, se a evolução do controle da inflação for favorável, iremos reduzindo a desvalorização mensal deslizando, e se o resultado da nossa política económica excedesse mesmo as nossas expectativas, poderíamos pensar em anular a desvalorização ou em fazer a revalorização. Mas não sou demasiado optimista, nesse aspecto, sabemos as inúmeras dificuldades económicas que temos de enfrentar, sabemos que a crise internacional nos atinge duramente, que o aumento do preço do petróleo e dos bens que importamos nos atinge durissimamente e que Portugal, país pequeno e sem recursos, terá que ter uma grande disciplina, envolvendo todos os cidadãos, todos os portugueses. Terá de ter uma forte disciplina de trabalho e um aumento de produtividade, para melhorar a sua condição de vida. A política económica global, sem o esforço colectivo e geral, não sairemos da situação em que estamos, não poderemos contar com a melhoria das condições de vida que a justiça impõe. E, mais, não merecemos, sequer, e, também, não obteremos sem esse esforço, permanente e colectivo, o apoio que já nos está garantido nalguns aspectos, da Comunidade Económica Europeia, para acelerarmos a entrada e para fazermos descer o desnível que nos separa dos países desenvolvidos da Europa.

P - Como pensa que se poderão incentivar, em Portugal, os investimentos de portugueses, atendendo a que os valores atribuídos às indemnizações, em termos de 1974, estão, altamente desactualizados?

R - O meu governo espera entregar os títulos das indemnizações, o mais rapidamente possível, dentro de alguns meses. Esse é um ponto importante dos investimentos, mas não é o único! Haverá que fixar, depois, o valor definitivo das empresas, para cálculo das importações. Está já em estudo e vai ser rapidamente

lançado e desenvolvido, um plano global de incentivo ao investimento que se fará, espero, no quadro da nova lei que define os limites do sector público e do sector privado, nova lei de alargamento de limites que implicam uma economia pluralista. É essencial haver investimento, pois fará parte da luta contra o desemprego dado que se criam novos postos de trabalho. Para criarmos um modelo do tipo europeu, estou convencido que são fundamentais, estas reformas económicas. Este plano de incentivo ao investimento, que será em breve lançado pelo Ministério das Finanças, o alargamento da economia e a possibilidade de investir em quase todos os sectores, ficando, apenas, reservados à autorização do governo aqueles sectores mais importantes para que o poder económico continue a ser controlado pelo poder público.

É preciso que vamos além disto! O investimento dos portugueses diz respeito aos que vivem em Portugal e aos que cá não vivem, temos de ir mais além, dando um novo ordenamento jurídico ao nosso país, fazendo reformas jurídico-políticas que traduzam aquilo que, na realidade somos e aquilo que somos, neste momento, è um pequeno território de 90.000 km² e as ilhas atlânticas com um povo de muitos milhões de habitantes, aqui residindo pouco mais de 9 milhões. Os restantes, espalhados pelos quatro cantos do mundo. Ora, uma reforma que traduza essa dimensão daquilo que nós somos, da nossa nacionalidade, tem a ver com a apresentação da nova lei da nacionalidade que está em fase muito adiantada e que prevê que os portugueses que se queiram naturalizar, que se naturalizem cidadãos de outros países, poderão, se assim o quiserem, conservar a nacionalidade portuguesa. Isso parece-nos de inteira justiça, e é esse o quadro jurídico que permite de facto conceber a nossa nação como a que somos. Precisamos de reforçar a solidariedade entre os portugueses residentes e os que vivem e trabalham lá fora e contribuem para o desenvolvimento do nosso país. Para tal queremos que sejam devidamente valorizadas as remessas dos emigrantes, que duplicaram no ano passado e que constituem um factor fundamental no equilíbrio da nossa balança de pagamentos. É sobretudo como portugueses, como parte da mesma nação e da mesma pátria que eles devem ser encarados, e não apenas como fontes de remessas para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

P - Senhor Primeiro Ministro, se estivesse de acordo entraríamos agora numa área que foi ponto muito polémico da actividade do seu governo: A política externa. Parece assistir-se nos últimos dias a um certo descongelamento das relações entre Portugal e as antigas colónias portuguesas. O almoço no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a própria entrevista com o Sr. Primeiro Ministro teve com o Embaixador da República Popular de Angola constituem de facto sintomas de um descongelamento ou é uma forma de compensar a iniciativa de outros órgãos de soberania como, por exemplo, o Presidente da República, em relação aos países africanos de expressão portuguesa?

R - É uma forma de concretizar a nossa política externa constante no nosso programa de governo, supomos e estamos cada vez mais seguros, corresponde aos reais interesses do país. A política externa, no nosso entender, não pode ser defendida e desenvolvida por razões ideológicas, por preconceitos políticos ou por subserviência ou participação em planos de interesses de outras potências. Nós não concebemos a política externa portuguesa, ao contrário de certas forças,

como uma espécie de prolongamento do internacionalismo. seja do soviético, seja do terceiro mundista, seja de qualquer outro. A nossa política externa será a expressão da defesa dos nossos interesses e a expressão da política que seguimos em relação ao país, porque não se pode como é evidente, defender aqui uma coisa e andar a dizer outra lá fora, sobretudo, quando se fala em nome de Portugal. Em matéria de política externa temos como prioridade primeira a integração de Portugal no mercado comum, e a correspondente aceleração das negociações. No nosso programa expusemos entre as várias linhas de força o reforço das relações com os países africanos, árabes e da América Latina, para além da continuação das relações com os nossos aliados tradicionais.

O governo foi confrontado com um dos fenómenos mais graves dos últimos tempos em termos de política internacional, que foi a invasão do Afeganistão pela União Soviética. Esse fenómeno gravíssimo tinha tido um tratamento que nos pareceu inadequado pela Primeira-Ministro do governo que nos antecedeu. O governo, ao contrário da linha seguida pela Primeira-Ministro do V Governo, fez, e fi-lo logo no meu discurso de posse, uma condenação solene e formal da invasão do Afeganistão, denunciando-a com atentado à paz e à segurança internacionais. Isso desencadeou contra nós certas forças políticas. Quiseram falsear a realidade do que é a política externa do governo, quiseram mesmo dividir o governo, esse foi, nos primeiros tempos da nossa governação, um intuito evidente. Dividir o governo entre o Primeiro-Ministro e o vice-Primeiro-Ministro por este ser também, Ministro dos Negócios Estrangeiros. E foi sempre claro, que a política externa portuguesa e a política externa do governo e que o Primeiro-Ministro participou activamente com o vice-Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros nas opções, nas decisões mais importantes que tomámos logo ao princípio para reagir contra a invasão do Afeganistão pela União Soviética. Isso não impediu que nos concentrássemos, imediatamente, nos aspectos da aceleração das negociações com o Mercado Comum e que, imediatamente, quando tivéssemos contactos com os países árabes, procurássemos estabelecer aí, as relações que nenhum governo, até agora, estabeleceu. É neste quadro que se insere a recepção dos Embaixadores das antigas colónias e não apenas da Angola. Muitos Embaixadores pediram-me para receber mas tenho pena de não os poder receber imediatamente, pois estamos muito assoberbados com trabalho, mas vou recebendo, à medida do possível. Entendi que, dos vários pedidos, devia, o mais depressa possível, falar com os Embaixadores das antigas colónias e, assim, tive ocasião de receber o Embaixador da Guiné, o de Cabo Verde, o de Moçambique e o de Angola. Não há nenhuma ofensiva especial, mas sim, a defesa dos interesses de Portugal neste aspecto da aproximação com as antigas colónias que é do interesse do nosso país, e que pelas conversas que tive, vejo ser, também, do interesse das jovens repúblicas bem como a intensificação de uma cooperação de interesse mútuo, não por razões político-partidárias nem ideológicas, mas de interesse nacional e a nível de Estado.

São os Estados que se relacionam e se cooperam. As relações fazem-se Estado a Estado, governo a governo e não por intermédio de partidos políticos ou outras forças. Esses princípios foram plenamente aceites pelos meus interlocutores, Embaixadores das jovens repúblicas. É este papel que, na sua órbita específica, o

Ministro dos Negócios Estrangeiros tem desempenhado, dirigindo, como lhe compete, a política externa com bons resultados. É evidente que também este ponto levantou muita polémica, mas o governo não tem dúvida nenhuma que, nos termos da Constituição lhe cabe a condução da política quer externa, quer interna do país. A definição e a condução da política externa tanto como da interna, compete, pois, ao governo, sem prejuízo de poder haver outros órgãos que tenham funções legislativas, conquanto ao caso dos Tratados e Convenções Internacionais e que têm funções de representação externa. Espero que estes bons princípios de aproximação com as jovens repúblicas, que foram nossas colónias, que a aproximação com os países árabes, que intensificação das relações com a China e com outros países, designadamente, da América Latina, dê rapidamente os seus frutos.

P - O Sr. Primeiro Ministro acaba de se referir à intervenção militar soviética no Afeganistão, dizendo que foi um dos acontecimentos mais graves dos últimos anos. O governo assim que foi empossado, viu-se confrontado com ele. Sobre esta questão vou-lhe pôr duas perguntas: 1. O governo favorece o boicote dos Jogos Olímpicos de Verão? 2. O governo considera que a actuação dos Estados Unidos, nos últimos meses, tem sido insuficiente, fraca, ingénua, ou pura e simplesmente incompetente?

R - Bem vê, o governo, como lhe disse, condenando a invasão militar do Afeganistão, não descurou tomar medidas positivas nos vários sectores da política externa como mencionei. O governo procura, sobretudo, agir pela positiva, construir, melhorar, muito mais do que criticar e condenar apenas. Não o deixa de fazer com toda a autoridade, quando é necessário, mas, a sua preocupação fundamental é de facto, em política interna, como em política externa, construir.

Pergunta-me acerca do boicote dos Jogos Olímpicos. O problema foi já levantado na Assembleia da República e o esquema legal português é o de o Comité Olímpico ter autonomia, poder, portanto, com os seus atletas ir aos Jogos se assim o entender. Convém, que se tenha em conta a opinião pública e também, o que são os Jogos Olímpicos. Por outro lado, o desejo sincero e compreensível de os atletas, que para tal se treinaram, de participarem. Por outro lado, uma certa politização tem sido real nos Jogos Olímpicos e que, não é por haver boicote que esses Jogos Olímpicos são politizados, eles próprios, duma maneira geral, pelo facto de contribuírem para a aproximação dos povos, eles têm já um objectivo político louvável. Foram politizados várias vezes com incidentes, com discriminações em relação a certos países, mas, acima de tudo neste problema do boicote dos Jogos Olímpicos, o que me parece, portanto, é deverem-se respeitar os quadros legais. Uma coisa é certa: seja qual for a posição que as autoridades competentes adoptarem, os Jogos Olímpicos serão transmitidos em Portugal. Não me parece de maneira nenhuma, creio, que isso nunca esteve em causa, que se devessem deixar de transmitir os Jogos Olímpicos. O nosso país analisou a situação cuidadosamente. O nosso governo está em contacto com os governos estrangeiros e, nomeadamente, com os países da Comunidade, para ver qual é a situação geral. Creio que seria mau, e que nem os nossos próprios atletas se sentiriam confortáveis e gostariam de ir a uns Jogos Olímpicos que tivessem sido transformados totalmente em Jogos de propaganda soviética. Isso acontecia se os países do mundo ocidental, designadamente dos países europeus, tomassem, em conjunto,

a decisão de não participar. Então, seriam transformados, nitidamente, numa manobra de propaganda comunista e, creio, que nem os nossos atletas nem as nossas autoridades olímpicas se sentiriam bem. Depende muito, portanto, do conjunto, e o governo irá informando e contactando, mas respeitará, como em tudo, limites da sua competência e tentará ajuizar ao máximo, da melhor defesa do interesse do nosso país nesta questão.

Pergunta-me, também, da política americana internacional nos últimos tempos. É evidente, que não me compete a mim, como Primeiro-Ministro de Portugal, estar a criticar a política americana. Direi, apenas, e isso me parece ser o essencial, e responder à sua pergunta, o nosso governo, partilha da justa aflição do povo americano e do seu governo face à prolongada e desumana retenção dos reféns na Embaixada de Teerão. Foi o facto que, para além das consequências desumanas que tem, ainda pôs em causa um princípio básico da convivência política internacional, que é o respeito pelas isenções diplomáticas e que teve um efeito de arrastamento, como se tem visto, em relação às invasões e ataques a outras Embaixadas e que merece reprovação total e expressão da solidariedade com o povo americano e com o seu governo. A política americana parece-me ser de uma firmeza maior, agora. Pessoalmente, entendo que a época da "detente", do chamado desanuviamento, contribui essencialmente para o reforço das posições soviéticas, tanto na Europa como no mundo, e que os dois factos principais, que ocorreram na década de 70, no campo soviético, foram o relatório de Krutchev, denunciando o estalinismo, e a publicação do "Arquipélago de Goulag" de Sol-jenistsine, depois compensados pela política de desanuviamento. Esses factos foram importantes porque demonstraram a verdadeira face de um certo regime e, depois, foram ignorados, compensados ou ultrapassados por essa política de desanuviamento posta em causa, agora directamente. Foi a União Soviética que a pôs em causa pela invasão militar do Afeganistão.

P - Aceitaria, nesta perspectiva, o rearmamento do Ocidente e, por exemplo, a instalação de mísseis nucleares em território português?

R - Bom, como sabe, o governo não tem na sua dependência as forças armadas, e essas opções não são tomadas pelo governo. Eu diria que no Ocidente, o nosso país se deve preocupar seriamente com a situação internacional e com os perigos desencadeados por atitudes como a invasão do Afeganistão. Creio que os Estados Unidos estão conscientes cada vez mais, dessas dificuldades e desses perigos.

O que gostaria de ver, eram os países ocidentais unidos numa política comum, tendo consciência de que os perigos a todos afectam, sejam eles quais forem, o que implica o reforço da unidade das políticas, da solidariedade entre os povos e entre os países. Gostaria de ver isto traduzido, de facto, não só em opções militares de rearmamento ou de reforço de armamento, mas em opções políticas de aproximação, que se tivesse consciência de que o subdesenvolvimento económico, a falta de regimes democráticos em muitos países, põem em risco a paz e segurança mundiais. A boa organização da liberdade, é essencial para a segurança internacional, pelo que gostaria de ver os países cooperarem cada vez mais, e o nosso país e o nosso governo nisso estão inteiramente dispostos, neste quadro de reforço dos países que defendem os mesmos valores culturais, os mesmos valores

da humanidade, que acreditam acima de tudo na pessoa humana, na sua preservação e nos seus direitos.

P - Dr. Sá Carneiro, o nosso tempo está a terminar. Havia imensas questões que nós gostaríamos de ter abordado, mas em qualquer caso ainda vou fazer uma última pergunta que se prende com a ideia do referendo. A Aliança Democrática parece ter modificado um pouco a sua estratégia em relação a ele, digamos que parece tê-lo posto na gaveta, isto porque durante uma certa fase, nomeadamente, durante a campanha eleitoral, praticamente a palavra referendo constava de todas as declarações públicas de dirigentes da Aliança Democrática. No entanto, agora parece ter-se verificado uma alteração. É um recuo táctico ou a previsão de um eventual insucesso no caso do problema ser colocado à Assembleia da República?

R - Tive ocasião de dizer, quando foi discutido o programa do governo, que a Aliança cumpriria o seu programa e uma das promessas que nele consta é a apresentação duma lei quadro do referendo. Simplesmente o nosso método não é tentar ou dar a ilusão de que se está a fazer tudo ao mesmo tempo, como aconteceu muitas vezes neste país com muito maus resultados, mas pegarmos nos assuntos, um por um, dossier por dossier, caso por caso, e ir resolvendo, ir apresentando os nossos projectos de lei. Temos a lei eleitoral a apresentar, modificações à lei eleitoral em que espero também, se alargue significativamente a expressão política da participação a que portugueses emigrados têm direito, alargando, designadamente, as possibilidades de voto e o número de deputados. Temos a lei da nacionalidade, algumas outras leis importantes relativas ao poder local, várias reformas a fazer no campo económico, enfim, não vou fazer a enumeração nem daquilo que já fizemos, nem daquilo que temos entre mãos. Não me parece que esse seja o objectivo desta entrevista em que expontaneamente se quer tratar de problemas, conversando com os jornalistas, que representam a opinião pública.

A lei do referendo está a ser preparada e será apresentada em seu devido tempo. Será aprovada ou não pelo Presidente da República, reside aí uma dúvida nossa. Nós cumpriremos a nossa promessa dado que, de facto, o referendo, é uma instituição iminentemente democrática. Também aqui a oposição parlamentar e extra-parlamentar, que tanto nos acusam de cumprir, de exceder nas nossas promessas, como de não as cumprir. Mas enfim, nós gostamos, sobretudo, de trabalhar por nós e de falar, não tanto daquilo que fazemos e de nós, como do país e dos seus problemas e dos legítimos interesses e aspirações das pessoas que tão maltratadas têm sido. Creio que, o referendo não é só uma instituição plenamente democrática e uma necessidade para o nosso país, como que um direito das pessoas se pronunciarem sobre casos fundamentais que digam respeito a opções que se vão fazer ressentir nas suas vidas e nas próximas gerações. Neste caso, deve dar-se lugar ao referendo para que os cidadãos se possam pronunciar. Não percebo que em nome da democracia, se condene uma instituição iminentemente democrática como é o referendo.

Muito obrigado. Como disse há pouco muitas questões ficaram ainda por abordar, mas de qualquer modo o nosso tempo chegou ao fim.

1.10. Discurso de encerramento da interpelação ao Governo - 7 de Março de 1980

A oposição foi clara e totalmente derrotada no debate destas interpelações.

Primeiro: as interpelações não redundaram - como seria normal se a oposição tivesse saído vitoriosa - em moção ou moções de censura.

Segundo: o decorrer do debate e as duas intervenções finais que acabaram de ouvir mostram que a oposição ou melhor, as oposições, se souberam, e com legítimo orgulho seu, ser oposição à ditadura, não sabem ser oposição em regime democrático!

E é por isso que as oposições sempre criam o fantasma da ditadura e procuram identificar-nos com ela porque são incapazes de ser oposição de outra maneira. Elas sabem que é falso mas, inconscientemente (?), procuram criar o alvo a que estavam habituadas porque não se habituaram à democracia representativa, à alternância do poder e, sobretudo, a respeitar a escolha eleitoral e os seus resultados do dia 2 de Dezembro.

Mas o desespero das oposições face à sua derrota, aqui bem patente, é revelado por uma outra circunstância também resumida nestas duas intervenções finais: foi o nível, a linguagem, o estilo. Substância, nenhuma as oposições aqui trouxeram!

Mas trouxeram a falsidade e a calúnia; trouxeram insidia e tentaram, além disso, trazer para esta Casa uma suspeita sobre o Governo e sobre a maioria procurando envenenar as relações com os demais Órgãos de Soberania. Confirma-se, de facto, essa atitude censurável que as oposições aqui adoptaram e que é clamorosamente desmentida pelos factos.

E aqui, quando é certo que o Governo e a maioria serenamente ouviram os insultos, as calúnias e as falsidades, agora, já a oposição é incapaz de se manter serena perante esta afirmação dos factos e das realidades!

Isto diz bem da desorientação e da consciência da derrota das oposições.

Basta alguns pequenos exemplos. À míngua de razões sérias, a oposição trouxe aqui falsidades como esta, em que procurou alicerçar a sua argumentação ouvimo-las hoje repetidas aqui já as tínhamos ouvido durante o debate.

Teria eu dito, então, numa reunião de jornalistas estrangeiros que o objectivo do Governo, o principal, era ganhar as próximas eleições. Nem o disse, nem isso me foi imputado em nenhum órgão de comunicação social; inventou-o a oposição, para ne s acoimar de eleitoralismo quando foi ela que revelou durante este debate que está obcecada com as eleições e que sacrifica o bem-estar do povo português e que quer destruir a esperança que a Aliança Democrática e a sua vitória fizeram nascer no povo português, unicamente com objectivos eleitoralistas!

Um outro aspecto patente no debate e no seu encerramento pela oposição que revela a pobreza dos seus argumentos foi a circunstância de não ter apresentado qualquer solução, alternativa qualquer medida positiva bem ao contrário aliás, do

que o nosso partido aqui fez em 77 ao interpelar o I Governo Constitucional. Recordo a sugestão de um amplo pacote social aqui apresentado como complemento das medidas e como uma alternativa positiva que nós, então oposição, sabíamos apresentar e defender com lógica e sentido das realidades. Mas esse não o tem a oposição e foi isso que ela aqui demonstrou. De facto, ela não se quis esclarecer nem quis esclarecer os Portugueses a partir dessa Casa.

Ela quis apenas atacar, destruir e tentar forçar o ritmo do Governo, tentar ser ela a mandar no Governo, a controlar a sua política. Simplesmente, a essa vacuidade, a essa falta de substância e a esse estilo opôs o Governo e a maioria a serenidade, o rigor e a verdade dos factos.

Assim prosseguiremos; Assim se viu bem neste debate, e por isso é que as oposições não podem ouvir isto tranquilas e logo se manifestam.

Dói-lhes porque é verdade; por isso lhes dói tanto!

Nem a maioria nem o Governo desceram ao estilo da oposição. Não o farei, por certo, eu, fiquem embora sem resposta as calúnias e os ataques pessoais que me quiseram dirigir, mas que, obviamente, não me atingiram e não carecem de qualquer resposta.

O nosso discurso, a nossa substância e o nosso estilo situam-se na linha aqui definida desde o princípio e que se pode resumir nos dois grandes objectivos que têm o Governo e a sua maioria: a construção do Estado democrático e a prossecução da justiça social.

A construção do Estado democrático faz-se através da consagração e funcionamento da democracia representativa, do império da lei e do sentido da solidariedade. Assim o defini desde o princípio e assim o praticamos. Será sobre este assunto que me deterei, já que as questões económicas foram aqui amplamente respondidas, embora a oposição o negue. Tendo sido vencida, não tem outro argumento para opor às razões, teses e claras explicações que o Governo aqui amplamente forneceu!

Democracia representativa significa o funcionamento de órgãos de soberania eleitos e o pleno respeito pela acção da oposição parlamentar. Mas significa, também, que não se transigirá com quaisquer tentativas, de por meios não parlamentares, derrubar o Governo, sejam elas o apelo à insurreição, à desobediência e ao desrespeito da lei, sejam elas as tentativas de provocar afrontamentos entre órgãos de soberania, sejam elas as manipulações dos legítimos direitos dos trabalhadores.

De tudo isto temos vivido um pouco na curta vida do Governo e em especial nas últimas semanas. Não ouvimos nós chefes de um partido da oposição e o seu máximo líder defender no Alentejo o desrespeito pela Lei da Reforma Agrária, defender a reocupação de propriedade que tinham sido entregues em cumprimento da lei?!

Quem é que está contra ou a favor da democracia?

Quem é que está a favor ou contra o Estado democrático de Direito e o império da lei? A resposta é clara, e ficou aqui bem demonstrada sobretudo por um dos partidos da oposição: há quem esteja contra o futuro e pretenda contrariar os esforços pacientes da construção de um presente melhor que o Governo, apesar da sua curta vida, tem desenvolvido com resultados palpáveis para todos os portugueses.

O cumprimento da democracia representativa implica, pois, o respeito pelas oposições, pelas forças sociais e pela opinião pública, mas sem que a nenhum sejam atribuídos privilégios que levem a ser elas a ocupar o poder, o que seria contrário ao resultado das eleições. E é isso que as oposições querem.

Quiseram elas também julgar o Governo e a tática, infantil, foi esta: "ao fim de dois meses de Governo, a Aliança Democrática não cumpriu as suas promessas, logo deve ser reprovada." Como se não visse o que qualquer pessoa impreparada vê: que as promessas da AD serão cumpridas integralmente ao longo do mandato do Governo, que, pese embora à oposição, não é de dois nem de três meses, mas que é até as próximas eleições legislativas.

Eis uma circunstância reveladora: a oposição actuou como se, na linguagem de um dos líderes oposicionistas, o Governo estivesse para ser "escorraçado". Mas não o vai ser porque não têm as oposições força para isso e porque o povo português o continua a apoiar mais do que em 2 de Dezembro.

Quase parecia que as oposições julgavam que novas eleições estavam iminentes!

Mas qualquer ideia de novas eleições ou qualquer tática ou estratégia nesse sentido visto que o resultado das eleições de 2 de Dezembro, a sua proximidade e a inalterabilidade da maioria são uma realidade, constituiriam, de facto, uma violação dos princípios da democracia representativa, uma tentativa de falsear os resultados de 2 de Dezembro.

Resultados que as oposições são incapazes de aceitar democraticamente e com serenidade. O que elas querem, desesperadamente, é ser Governo, mesmo não tendo a maioria; é provocar, quiçá, afrontamentos que levem à queda deste Governo, e querem, se não conseguirem isso, ditar aqui o que o Governo deve fazer ...

Mas, Srs. Deputados das oposições, agora somos nós Governo e temos nós a maioria e vós estareis em oposição até às próximas eleições e depois delas, assim o esperamos confiadamente porque a Aliança Democrática cumprirá as suas promessas como ficou aqui cabalmente demonstrado, por medidas concretas: pela baixa da inflação e pela defesa do poder de compra, de que falaremos adiante.

Mas, não contente com isto, a oposição procurou juntar a estas interpelações, tanto na forma como no fundo, outras questões de natureza que excede o âmbito económico deste debate. Quis aqui trazer um debate sobre os meios de informação. Sobre isso alguma coisa direi, embora essa não seja matéria da interpelação. De facto, é requisito da democracia representativa o respeito integral pela liberdade da pessoa, e digo liberdade e não liberdades, em todos os domínios. Um deles é o da comunicação social e o da opinião pública. Não foi por acaso que

disse, no discurso de encerramento do debate do Programa do Governo o seguinte: "O Governo lutará contra todas as formas de pressão que sejam exercidas sobre jornalistas ou órgãos de comunicação social.

Tem como evidente que o direito ao sigilo profissional é condição essencial para o exercício de uma liberdade de informação responsável, que tem de se impor ao respeito dos órgãos de Soberania, nunca vergando sob a intimidação ou sob ameaças do poder.

Isto significa para o Governo que o papel da comunicação social é o de uma força independente que tem de se aferir por critérios de verdade e de serviço julgados em liberdade pelos profissionais da imprensa, e não invocando conceitos ou chavões como aqueles que aqui foram lançados pela oposição contra o Governo." Repito estas palavras que têm hoje inteira aplicação.

À míngua de argumentos, foi a oposição buscar para atacar, à imprensa certas práticas que só poderiam ser nefastas à estabilidade política e ao Governo e favorecer a oposição.

Seja como for, qualquer democrata tem a consciência de que o mal nunca está nas notícias, mas sim nos factos que os motivaram, sejam eles verdadeiros ou falsamente propalados.

O nosso Governo nunca aceitará ser polícia da livre informação, ser polícia dos jornalistas, seja por si ou para interposta pessoa. A liberdade de informação implica o respeito pelas leis, mas esse respeito é aferido pela observância dessas mesmas leis, julgadas em tribunais comuns e não por quaisquer medidas policiais preventivas ou repressivas, cerceadoras dos direitos dos profissionais da imprensa. Só os tribunais podem julgar, como é regra essencial em democracia, os abusos de direito, pese embora aqueles que querem fazer da imprensa livre, bode expiatório das suas faltas e arma de calúnia contra a maioria e o seu Governo!

A liberdade, condição da democracia representativa, deve estender-se a todos os campos. A construção dessa democracia, agora já em ligação com as condições para a obtenção de justiça social, tem de se traduzir por amplas reformas que nós prometemos e cumprimos. É aí que, mais uma vez, a oposição se contradiz, invocando a falta de cumprimento das promessas e atacando-nos noutras circunstâncias porque as cumprimos!

Faremos reformas políticas e apresentaremos aqui leis essenciais para a construção do Estado democrático e para o aperfeiçoamento da democracia representativa, como sejam a lei do referendo, as novas leis eleitorais e a lei da nacionalidade.

São condições essenciais para o aperfeiçoamento da nossa democracia na medida em que permitem estruturar melhor o nosso esquema jurídico-político, dar maior participação aos cidadãos, aproximar os eleitores daqueles que elegeram.

Introduziremos reformas no sistema económico e social, ao abrigo de uma autorização concedida pela Assembleia e que tanto inquieta e preocupa a oposição. Para ela, o sector estatizado, o sector empresarial do Estado é concebido como um fim

em si, que deve ser sempre preservado para que garantidos sejam os direitos dos burocratas, que a oposição tanto aumentou.

Para nós, o sector empresarial é definido como um meio necessário para a obtenção de melhores condições de vida e de controle do poder económico pelo poder político. Assim o pensamos e é por isso que é necessário introduzir reformas como aquela para que fomos recentemente autorizados. Ao contrário das oposições, concebemos a economia e o sector empresarial do Estado, que nela se insere, mas que não a deve dominar, como um meio de progresso das condições de vida dos trabalhadores e dos Portugueses em geral.

É para isso que são necessária as reformas. Designadamente para aumentar o investimento e o emprego é que é necessário rever, alterando-a profundamente, a Lei de Delimitação dos Sectores Público e Privado, já que a lei anterior não foi aproveitada nas suas potencialidades, antes foi esquecida para que perdurasse uma situação que em 1977 se quis alterar e que agora necessita, por isso mesmo, de modificações mais profundas. Faremos reformas para que seja a pessoa a beneficiar da economia, para que a economia esteja ao serviço da pessoa, e não ao invés, e para que nem a economia, nem a sociedade, nem os cidadãos estejam ao serviço dos burocratas e dos partidos que os controlam e os empregam.

Está visto - e a oposição aí mais uma vez não resiste à atracção do passado - que o sistema que pretendemos modificar falhou. Resultou em maiores encargos para o Estado, resultou em piores condições de vida, em menor poder de compra. Repito o que aqui disse há cerca de dois meses: não podemos curar os males do sistema com a mesma situação e com o mesmo sistema que lhes deu origem; para os remediar é necessário alterar a sua causa no quadro da Constituição, no quadro do respeito pela democracia e pela liberdade.

É necessário alterar a sua causa, porque está visto que com a cosmética, que até agora foi usada para perpetuar o sistema existente, não podemos sair da difícil situação em que nos encontramos e que se tem reflectido desfavoravelmente, sobretudo naqueles que piores condições de vida têm.

Senão veja-se a quebra de salários reais e do poder de compra...

Estamos aqui plenamente no segundo objectivo do Governo, a justiça social.

Uma outra reforma necessária que tem sido implementada - doa embora às oposições e especialmente a um dos partidos dela - é a Reforma Agrária, que até agora se não fez e que só agora se começa verdadeiramente a fazer designadamente pela distribuição de terra aos agricultores que a não tinham, pelo estabelecimento de unidades rentáveis de propriedade privada de dimensão familiar, satisfazendo os objectivos das verdadeiras cooperativas e do produtor autónomo.

Eis aqui outra das calúnias bolsadas pela oposição: que Unhamos esquecido, que estávamos a perseguir o sector cooperativo. Nada mais falso! O que não estamos dispostos é a confundir as cooperativas, feitas, formadas e funcionando segundo os princípios de Rochedale, com as falsas cooperativas que mais não representam do que o prolongamento de certos partidos políticos, mais não são que verdadeiras quintas colectivas, que não servem o País nem quem nelas trabalha, mas que

são utilizadas como manutenção de um domínio político ilegítimo sobre uma parte do território!

O debate sobre o sector público/sector privado, o debate sobre as grandes reformas estruturais que vamos iniciando e que prosseguiremos, não é um debate ideológico, pois esse foi decidido pelas eleições de 2 de Dezembro. Apresentámo-nos aos eleitores com um programa claro de reformas. Pese embora às oposições, os cidadãos têm o direito de dizer uma palavra definitiva sobre o funcionamento das empresas estatizadas, sobre a amplitude do sector público e do sector privado. E disseram-no no dia 2 de Dezembro ao perfilharem maioritariamente o Programa da Aliança Democrática.

A questão ideológica já está decidida, foi definida pelas eleições de 2 de Dezembro. Esta ilação tem de ser claramente posta, porque o debate já não é ideológico, o debate é funcional e visa saber como se deve reformar o sistema económico e o sector empresarial para que melhor sirva a economia, o País e os cidadãos.

É numa perspectiva de serviço, de criação de riqueza e de justa distribuição que se situa agora o debate. Poderá esse debate renovar-se nas próximas eleições, poderá e haverá certamente aí uma nova decisão do eleitorado, mas até lá a questão está definida, está decidida, restando tirar as devidas conclusões e conseqüências, como temos feito com pleno legitimidade democrática, seja na delimitação de sectores, seja na Reforma Agrária (que temos prosseguido de uma maneira inovadora, visto que não tinha beneficiado quem de facto não tinha terra e a queria cultivar). Assim passará a ser cada vez mais intensamente e essas é uma das realizações palpáveis de que este Governo e a maioria, decerto, se orgulham, que será prosseguida com determinação, modificando-se a perspectiva dos trabalhadores alentejanos que, deste modo, se tornarão donos das terras que nunca lhe foram dadas, nem sob a capa da pseudo-reforma agrária do PCP e do PS!

O prosseguimento da justiça social impõe estas condições, que satisfaremos em obediência às responsabilidades que o eleitorado em nós depositou. Ficou aqui claramente estabelecido, pese embora às oposições, que o nosso objectivo prioritário para a prossecução da justiça social é a defesa e, se possível, o aumento do poder de compra. Objectivo que, de resto, está em vias de concretização, pela contenção da inflação, pela melhoria dos salários reais resultante da baixa do imposto profissional e da baixa do imposto complementar, visto que o passado provou bem que não é com aumentos nominais de salários, corroidos imediatamente pela inflação, que se aumenta o poder de compra.

Inverteu-se agora a situação. Veremos a seguir os frutos da inversão da política económica.

Andámos à deriva de soluções monetaristas e de soluções mais ou menos desenvolvimentistas.

Tem agora o País uma política coerente, uma política económica global, como aqui ficou bem patente, que determinará e é isso que aflige tanto a oposição que até já

o começa a confessar à boca pequena através de alguns dos seus membros a melhoria dos salários reais.

Será uma constatação dentro de alguns meses, porque será nessa altura que caberá aos eleitores julgar os resultados do Governo da Aliança Democrática e do funcionamento da sua maioria. É, pois, falso, aquilo que hoje aqui se quis trazer sobre a inexistência de uma política económica global.

Queria a oposição ter sabido tudo a propósito do Orçamento e do Plano, a propósito das grandes linhas financeiras e das variáveis macro-económicas. Pois terá de ter paciência! Não é ela, somos nós que ditamos o ritmo. Atempadamente, aqui virão o Plano e o Orçamento e, atempadamente, aqui se poderá esclarecer a oposição. Mas como ela receia esse debate, quis deslocá-lo já, antecipá-lo, para esta interpelação. Não o consentiu o Governo, no uso do direito, de que não abdica, de cumprir os calendários legais, de ser ele a determinar da oportunidade das acções, da apresentação parlamentar dos documentos, da exposição sobre as políticas sectoriais e sobre a política económica global, para além do que neste debate foi exposto.

Repito: somos nós que no Governo ditamos o ritmo da política e da nossa acção, porque é a Aliança Democrática que governa e não a oposição, como sequiosa e desesperadamente quer!

O prosseguimento da justiça social impõe, portanto, todas estas reformas, uma participação cada vez maior dos trabalhadores e a reforma do sistema social.

Estão a maioria e o Governo perfeitamente conscientes de que não há soluções perduráveis, não há soluções de justiça e estabilidade social sem a participação dos trabalhadores e das suas organizações representativas. Desde o princípio dissemos que assim procederíamos, não aceitando, todavia, uma visão corporativista que leva a dar "o poder aos sindicatos". Não é essa a democracia representativa.

Não são os sindicatos nem os partidos, que por vezes os controlam, que detêm o Poder, mas sim os representantes do povo e os governos que esses representantes do povo escolhem.

Isso não impede que a definição e execução da política se faça com uma ampla participação sindical e dos trabalhadores, no respeito integral de todos os seus direitos, como é essencial às regras da democracia e à prossecução do objectivo da justiça social.

Mas isso não nos impede tão-pouco de qualificar determinadas atitudes, elas próprias confessadamente políticas, como uma ofensiva política contra o Governo. Esse é um ponto bem evidente da actual situação.

Para poder prosseguir estes objectivos da construção do Estado democrático e da prossecução da justiça social, necessita o Governo da estabilidade que aqui lhe é garantida pelo apoio da maioria.

Há, de facto, aqui, uma relação de "solidariedade institucional" entre o Governo e o Parlamento, que passa pela existência e pelo apoio da maioria.

A meu ver, não há possibilidade de solidariedade institucionais sem solidariedades políticas. Fora da solidariedade política, o que há apenas é funcionamento institucional ou, se se quiser, coexistência funcional dos Órgãos de Soberania.

E sabemos perfeitamente nada disso foi ocultado aos Portugueses que entre o projecto da Aliança Democrática e certos Órgãos de Soberania havia e há divergências políticas de fundo que não foram e não são ocultadas por nenhum desses Órgãos de Soberania. De facto, a situação ideal para o prosseguimento destes objectivos nacionais é a solidariedade institucional plena e é esse, a prazo, o projecto da Abanca Democrática.

Essa solidariedade institucional plena só existirá quando uma representatividade nacional do Presidente da República se conjugue com uma liderança política activa de um Governo apoiado por uma maioria.

Aí funcionará então em pleno a solidariedade institucional entre os três Órgãos de Soberania e esse pressuposto é condição da ultimação do projecto da Aliança Democrática, o que só pode conseguir-se no final das eleições deste ano.

É por isso que, conscientes da situação e conscientes de que a única solidariedade institucional presente é entre os dois Órgãos de Soberania -Governo e Parlamento, pois que só aí há solidariedade política, o Governo e a maioria tudo têm feito e continuarão a fazer para evitar quaisquer confrontos políticos entre Órgãos de Soberania.

Essa é condição essencial de estabilidade e, quanto mais não fosse, sempre o teríamos de a defender por uma razão meramente egoísta: é porque essa condição é indispensável, ou melhor, é necessária ao prosseguimento da acção do Governo.

Não é na instabilidade, não é no confronto, que o Governo pode desenvolver profícua e eficazmente a sua acção, é na ausência deles.

Por isso quem está interessado em provocar o confronto não somos nós que temos todo o interesse em evitá-lo. São as outras forças da oposição parlamentar e da oposição não parlamentar e da oposição não parlamentar que se têm manifestado contra o Governo.

São aqueles que estão interessados no "escorraçar" - para usar uma linguagem típica e que nem comento - ou que estão interessados no derrube do Governo, são esses, por certo, que fomentam esses confrontos, que procuram provocá-los, forjando crises artificiais que, depois, nos imputam com a maior desfaçatez e hipocrisia!

Temos estado sob uma ofensiva da oposição parlamentar e extraparlamentar. E se esta ofensiva é legítima, designadamente quando se traduz neste debate, já é ilegítima e tem de ser reprovada quando parte da oposição extraparlamentar, mesmo que de membros de Órgãos de Soberania, visto que com ele estão a prestar em mau serviço ao País, procurando criar condições - tenham disso consciência ou não, não discuto intenções nem faço juízos de intenção, julgo apenas

pelos factos -, para que o Governo não possa governar, não possa exercer pacificamente a sua acção e o mandato eleitoral.

Não! Se essas forças, consciente ou inconscientemente, estão interessadas no derrube do Governo e em eventuais e muito esdrúxulas eleições, não somos nós que faremos o seu jogo, não lhes daremos resposta, como talvez queiram, nesse terreno. Continuaremos serenamente, ao nível do Estado e a nível nacional, a desempenhar neste Parlamento e no Governo a nossa função, que é, por um lado, a vossa, Srs. Deputados da maioria, de legislar, e de fiscalizar e, por outro lado, a nossa, de governar, de administrar.

Isso é, até talvez por razões eleitorais que não nos movem, a nossa prioridade. É que estamos perfeitamente conscientes de que o Governo e a sua acção terão uma influência decisiva no resultado das eleições, mas de que elas serão ganhas pela Abanca Democrática porque o Governo se situará a nível de Estado, porque o Governo não terá actuação partidária mas actuação nacional, porque o Governo saberá governar e resolver os problemas concretos dos Portugueses, saberá assegurar as condições e a prossecução da justiça social.

E é por isso que ganharemos as próximas eleições e que as oposições as perderão!

Foi nítido neste debate e tem sido nítido nestes dois meses que a Oposição parlamentar e extraparlamentar não está interessada nem empenhada em construir. Está apenas empenhada e interessada ferozmente em não nos deixar construir, em não deixar que os Portugueses, pelo seu trabalho, pelas suas realizações, pela justiça, tenham melhores condições de vida. É por isso nítido, e é essa a nossa força, e é esse o nosso carisma colectivo, que estamos plenamente identificados com o povo português com o seu labor, com a sua calma, com a sua serenidade, com a sua capacidade de realização e de trabalho. É esse o nosso carisma, é essa a nossa força!

E essa é mais uma das causas do desespero da oposição. A oposição quis fazer deste debate, e daquilo que o rodeou lá fora, um verdadeiro jogo de massacre da maioria e do Governo, mas foi ela que saiu massacrada aos olhos da Câmara e aos olhos dos Portugueses!

E deste debate e da inegável vitória da maioria e do Governo, que é a sua conclusão, saíram ambos mais reforçados, com uma base ampliada de confiança, de apoio social e político dos Portugueses.

A oposição exerceu um direito legítimo, por certo que ninguém lhe contesta. Mas fomos nós, felizmente, que recolhemos os louros, e o País bem se apercebeu disso.

A conclusão do debate é, pois, esta, recolhemos de facto a vitória, não apenas nem sobretudo pela incapacidade que a oposição demonstrou pela falta de substância e pelo seu estilo condenável, mas pela capacidade, pela serenidade, pela determinação, pelo rigor e pela verdade que o Governo e a sua maioria aqui deixaram bem patentes.

É por isso que no fim deste debate continuaremos a governar e a ser maioria neste Parlamento, com essa segurança reforçada, mais identificados, se possível ainda mais, com o povo português que trabalha, que quer sofrer menos, que quer ter melhores condições de vida e que não dá ouvidos a intrigas nem a insídias que não dá ouvidos à tentativas de jogos de massacre, mas que saberá dar ouvidos, como está dando, ao trabalho de rigor e aos seus resultados. Isso se verá nas próximas eleições e nos seus resultados. Isso se verá ao longo do tempo deste Governo.

Prosseguiremos, pois, trabalhando com tranquilidade, pese embora às oposições parlamentares ou extraparlamentares, conservando totalmente a nossa serenidade, a nossa eficácia, porque assim nos impõe a responsabilidade que os Portugueses em nós depositaram.

1.11. Entrevista ao Primeiro de Janeiro - 30 de Março de 1980

O diálogo de Sá Carneiro com alguns jornalistas foi breve. Respostas rápidas e incisivas - e em muitos casos suficientemente clarificadoras. Reproduzimo-lo tal como ele se desenvolveu.

P. - Poderá explicar as razões da sua presença no Conselho Nacional depois de ter dito que abandonava as actividades partidárias enquanto se mantivesse no Governo?

R. - Já nessa altura ficou assente que viria de tempos a tempos sempre que eu ou o Conselho achássemos convenientes a minha presença.

P. - Projecta o Governo acções concretas para modificar a alteração da legislação que regula a eleição para a Presidência da República?

R. - Na reunião foram abordadas, em geral, a actividade do Governo e as perspectivas que se nos deparam a prazo de quatro anos e meio. Falou-se nas reformas da legislação eleitoral, até porque a legislação que regula a eleição para a Presidência da República e a das Regiões Autónomas são do período pré-constitucional.

Concretamente, a eleição para a Presidência da República é regulada por um decreto-lei, salvo erro de 3 de Maio de 1976 do VI Governo Provisório. Hoje, essa competência é exclusiva da Assembleia da República e por isso me parece necessário reformulá-la, legislação que a maioria e o Governo estão neste momento a aprofundar. É nesse âmbito que se põem os problemas.

P. - Candidato civil ou militar?

R. - A meu ver (e o Conselho Nacional continuará a debater a questão) não se põe o problema de uma alternativa civil ou militar. A identificação com o projecto AD e a identificação com o projecto nacional são princípios e requisitos do candidato. Depois, eles deverão ter os princípios e requisitos aplicados a uma personalidade, seja ela civil ou militar. A qualidade de civil ou militar não é, quanto a mim, de-

terminante. O determinante é a identificação com o projecto da AD e determinados princípios e requisitos a observar no candidato e na sua ligação com a AD.

P. - E quanto ao reaparecimento do nome de António de Spínola?

R. - Não falei em qualquer nome e creio que o Conselho também. O resto são tudo hipóteses teóricas.

P. - Sá Carneiro candidato à Presidência da República?

R. - Nunca pensei candidatar-me e foi isso que declarei ao Conselho.

P. - Fica então definido que não será presidente da República?

R. - Eu não me candidatarei a presidente da República. Essa é a minha posição. Hoje, aqui, não ficou nada decidido. O Conselho limitou-se a ouvir a minha exposição e a continuar os seus trabalhos

P. - Mas não compete ao Conselho Nacional designar o candidato do PSD?

R. - Não significa que o tenha de fazer agora.

P. - Pode fazê-lo em breve?

R. - O Conselho Nacional é soberano.

1.12. Discurso no almoço oferecido aos Ministros do Conselho da Europa - 10 de Abril de 1980

Excelências, Senhor Secretário-Geral, Senhoras e Senhores, caros amigos,

As minhas primeiras palavras são para vos desejar as boas-vindas a Portugal, em nome do meu Governo e dos Portugueses. Dizem-me não ser frequente que o Comité de Ministros do Conselho da Europa se reúna fora de Estrasburgo. É, portanto, para mim uma grande honra que o convite do Governo Português tenha sido aceite e que esta reunião tenha lugar em Lisboa.

Interpreto este facto como a indicação clara de que a democracia portuguesa se encontra estabilizada e que o Conselho da Europa é uma organização ímpar, cujo papel específico se destina a apoiar a democracia parlamentar em qualquer parte do Mundo onde esteja ameaçada.

Temos a tendência para tomar como certos os bens adquiridos, pelo que, para as democracias europeias, há muito estabilizadas, poderá ser um salutar aviso o facto da restauração dos sistemas parlamentares de governo, nalguns países do Sul da Europa, ter sido um processo longo, difícil e arriscado.

Em Portugal temos bem presente esse facto e talvez seja permitido acentuar que os tempos não são propícios a uma demasiada complacência, quando são postos em causa os valores essenciais da nossa herança política comum e o conceito, que compartilhamos, dos direitos humanos.

O Conselho realiza um trabalho válido em muitos campos especializados, e tem contribuído, mais do que qualquer outra organização, para harmonizar a lei e a prática da Europa Ocidental nestes campos.

Mas é justo referir agora outras das suas funções, para além de representante simbólico do papel de guardião da democracia parlamentar e direitos humanos individuais.

É principalmente por este símbolo, pela expressão visível e tangível da filosofia política ocidental, que nós desejámos que o Comité de Ministros se reunisse neste local. Isto mesmo foi claramente compreendido por Vossas Excelências e foi por este motivo, penso eu, que aceitaram comparecer.

Há pouco mais que eu queira acrescentar. Vós, e não eu, sois os peritos do Conselho da Europa, mas não posso deixar passar esta oportunidade sem vos felicitar e falar convosco, tanto mais que serei convidado da Assembleia Parlamentar no dia 21 deste mês.

Para um Chefe de Governo de um Estado membro, ser simultaneamente hóspede e convidado do Conselho em menos de 15 dias, é, julgo, uma espécie de recorde que eu francamente não quero perder.

A vossa reunião em Lisboa é um marco de importância política para Portugal e para a solidariedade democrática da Europa Ocidental.

Sobre o conteúdo do encontro não me cabe a mim alongar.

Há, no entanto, dois pontos em que eu queria tocar brevemente.

No actual estado das relações Este-Oeste estou certo que as nossas trocas de impressões serão muito úteis para a articulação de uma vontade comum quanto ao progresso da CSCE.

Sejamos francos: ou nós, democracias ocidentais, vamos a Madrid sabendo o que queremos e determinados a consegui-lo, ou seremos derrotados. E isto, no meu ponto de vista, seria um desastre no nosso próprio modo de viver.

O segundo ponto é o desenvolvimento equilibrado da Europa.

É com grande gozijo que vejo o Conselho abordar este problema.

Conhecemos os limitados recursos do Conselho, mas pensamos que os recursos limitados poderão ir bastante longe se forem adoptados projectos apropriados e métodos de os financiar, o que era o caso com o programa especial para Portugal.

A democracia não é só ajudada por investimentos maciços fora do alcance do Conselho pode ser também fomentada pela modernização de estruturas múltiplas que servem de intermédio entre os Governos e o público. Seria aqui que o Conselho deveria e poderia intervir. Senhores e Senhoras, tendes trabalho para realizar, pelo que não gostaria de me alongar mais. Deixem-me terminar com as mesmas palavras com que comecei: bem-vindos ao Portugal democrático e que tenham o maior sucesso nesta reunião.

Seria impróprio da minha parte falar-vos de assuntos de política interna portuguesa, mas poderei talvez sugerir que o tempo magnífico que vos conseguimos arranjar para estes dois dias, são prova bastante da eficácia do meu Governo.

Brindo à vossa saúde e prosperidade pessoal e à saúde e prosperidade das democracias europeias, simbolizadas pelo Conselho e reunidas hoje em Lisboa.

1.13. Discurso na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa - 21 de Abril de 1980

No passado mês, o Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, proferiu uma importante comunicação perante a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo, em que falou de temas da maior relevância, como a solidariedade europeia no seu relacionamento com o Mundo, a adesão do nosso país à C.E.E., os emigrantes e o contributo de Portugal para a estabilidade da situação política internacional.

Publicamos seguidamente a intervenção do Primeiro-Ministro, em tradução da responsabilidade do Povo Livre. Igualmente incluímos o título e subtítulos do texto original.

Esta é a minha primeira declaração pública no estrangeiro, desde que no princípio de Janeiro entrei em funções. É com grande satisfação que aproveito a ocasião que me é dada pela Assembleia do Conselho da Europa, para me dirigir a vós.

Esta ocasião é-me dada numa época de desafio e decepção para a comunidade internacional, e em particular para as democracias ocidentais, uma época em que a nossa determinação e a nossa coesão têm grande necessidade de serem reforçadas. No dia 10 de Abril, tive a honra de me encontrar em Lisboa com os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países membros do Conselho da Europa. Hoje tenho o imenso privilégio de ser hóspede desta eminente Assembleia Parlamentar.

É, creio, a prova evidente do apego do meu país a esta organização que tanto fez pela unidade da Europa democrática parlamentar e pelos ideais que ela defende.

Estou particularmente satisfeito que a reunião ministerial, decorrida em Lisboa, esteja de acordo e responda a um antigo desejo da Assembleia que estas reuniões tenham lugar de tempos em tempos nas capitais dos países membros.

Sou o segundo Primeiro-Ministro português que tem a honra de se dirigir a esta Assembleia. Em 1977, o Sr. Dr. Mário Soares, veio aqui. Desta vez coube-me a mim a honra. Há entre nós, como vós sabeis diferenças fundamentais de filosofia e de prática política. Nós defendemos, contudo, certos ideais democratas europeus comuns e lutámos ambos por esses ideais no decurso dos difíceis períodos recentes da história portuguesa. Actualmente a Europa Ocidental tem necessidade, mais do que nunca de apresentar uma frente unida para defender os valores que ela representa.

Isto pode tomar diferentes formas e realizar-se de diferentes maneiras, mas a unidade da Europa e a vigilância constante que ela exige pedem uma política mais activa e uma cooperação muito maior do que aquela que tem havido até agora.

Como o sublinhou recentemente nesta Assembleia o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal a primeira prioridade do meu País é a integração europeia, isto é, a adesão à CEE. Isto corresponde com efeito não só à lógica económica, mas também às realidades culturais e históricas e a um largo consenso político. Nós cremos que quaisquer que sejam as dificuldades que nós deveremos enfrentar e a dureza dos tempos que nos esperam. Portugal tornar-se-á um membro do Mercado Comum em 1980.

Integração na CEE acompanhada do desenvolvimento indispensável

De qualquer forma, devo precisar que a integração não é desejo do meu País se não for acompanhada de um desenvolvimento. A integração na Europa não terá significado a não ser que o fosso entre o meu País e a maioria daqueles que estão aqui representados hoje, não seja tão grande como o é hoje. Esse fosso será ultrapassado graças, à solidariedade europeia, especialmente por aqueles que nos aceitam como membro do Conselho da Europa.

Bem entendido, que nenhum esforço será coroado de êxito se nós não conseguirmos resolver os nossos próprios problemas e tomar as medidas que se impõem com o nosso próprio risco e a nossa própria iniciativa. Contudo, à luz das circunstâncias actuais, isto levaria a uma duração longa se não houvesse um esforço coordenador e solidário entre as nações que partilham os valores e os nossos objectivos fundamentais.

A solidariedade de que falei não se deverá contudo limitar ao continente europeu. Os acontecimentos recentes mostraram que os perigos aos quais a Europa, deve hoje em dia, fazer face têm um carácter global.

Estes perigos provêm, no fim de contas, da única potência verdadeiramente expansionista no mundo de hoje: a União Soviética. A invasão do Afeganistão ilustra bem a maneira, a mais gritante e a mais trágica deste fenómeno fundamental.

Por consequência, somente uma unidade ocidental de pontos de vista e objectivos, que nem sempre se manifestou ao longo deste período recente, nos tornará suficientemente fortes para dissipar os riscos de guerra e para preservar os valores fundamentais da nossa civilização. A fraqueza não nos levará a lugar algum.

Ninguém deseja confrontações inúteis que não nos conduzirão senão a uma destruição mútua. No entanto, não é mais perigoso evitar uma crise para cair noutras piores e maiores?

Para a URSS o desanuviamento é unilateral

Os acontecimentos do Afeganistão fizeram-nos compreender o sentido do conceito soviético de desanuviamento. Ele é unilateral e na melhor das hipóteses extremamente limitado no plano geográfico.

O meu Governo foi um dos primeiros a condenar firmemente a invasão do Afeganistão. Nós somos um país pequeno e a nossa contribuição para a solução do problema criado por esta violação escandalosa do direito internacional está necessariamente limitada. Contudo, os princípios em jogo têm uma tal importância que pensamos que a nossa voz deve ser ouvida.

No Irão, o problema é ligeiramente diferente, mas o silêncio da URSS foi significativo na perspectiva das relações Leste-Oeste. Como sublinhei em ocasiões anteriores, em tais momentos os Estados Unidos não têm necessidade das nossas críticas, mas da nossa compreensão e da nossa solidariedade. O meu Governo decidiu proceder a sanções económicas, que serão custosas a curto espaço, mas estamos convencidos, que terão como efeito que a razão e o bom-senso prevalecerão na solução deste problema.

Nós temos em conta particularmente a nossa situação geopolítica, e somos da opinião que o facto de ser um País aliado implica igualmente a adopção de posições tão claras quanto possíveis em momentos de crise.

Fazer progredir os ideais de solidariedade

Entretanto, não é fácil fazer progredir os ideais de solidariedade.

A Europa prosseguiu um diálogo permanente com os Estado Unidos e manifestou uma presença importante.

Acrescentei, que, a meu ver, estes dois principais domínios da presença europeia estão estreitamente ligados. O papel específico que a Europa é chamada a desempenhar em África representa uma importância primordial para o mundo ocidental no seu conjunto, e não poderá ser levado a cabo com eficácia por nenhum outro país ou grupo de países no seio da comunidade internacional.

O papel de Portugal em África mudou completamente depois de 1974, mas a nossa presença, deveria poder abrir novas perspectivas para as relações entre a África e a Europa.

O apoio a África

Creio que estamos em boa posição para o fazer, uma vez que é claro para o povo de Portugal que, depois do período colonial, a personalidade do nosso país não estaria completa se ele perdesse o seu envolvimento africano, definido sobre a base de uma verdadeira solidariedade com as novas nações independentes e de uma experiência vasta e muito concreta.

No momento da nossa adesão às diversas instituições, estamos conscientes do papel especial que nós deveremos ter em África e esperamos que os nossos esforços poderão ser coordenados com os dos países deste continente.

O caminho para a independência tendo chegado ao seu termo no Zimbabwe, o clima toma-se mais favorável ao desanuviamento das tensões na África do Sul.

Moçambique pode neste momento ocupar-se a melhorar a sua situação socio-económica e Portugal está apto, segundo creio a fornecer-lhe o seu contributo. A

Namíbia pode tirar proveitos destas experiências recentes para encontrar uma solução justa e equilibrada. E a África do Sul se lhe dermos tempo de se recompor, poderá envolver-se na procura de formas menos contestadas de governo, o que terá por consequência atenuar as dificuldades em toda a região.

Ali ainda, uma excelente ocasião se oferece aos países europeus, aos que em particular conhecem a região, de empreender uma acção convertada. Estou certo que é o único modo de impedir forças totalitárias de criar deliberadamente condições que lhes permitam controlar a situação. Tenho a convicção de que uma aproximação honesta e razoável terminará por a ultrapassar.

O decénio que acabou foi marcado pela boa vontade mas foi também fértil em ilusões: o que nós chamamos de desanuviamento, aparece cada vez mais como um meio de "mascarar" durante algum tempo questões perigosas mas reais.

A América Latina e os Países Árabes

A nossa geração deve ser mais directa no seu contributo e mais firme nas suas posições.

Deveria mencionar igualmente duas outras regiões em relação às quais nos guiam os nossos interesses. Em primeiro lugar a América Latina onde um certo número de países tiveram elos estreitos com Portugal, nomeadamente o Brasil.

Em seguida o mundo árabe com o qual a Europa tentou sempre com sucesso estabelecer relações de trabalho e cujos elos históricos com Portugal oferecem um excelente terreno de aproximação. A nossa recente experiência neste domínio é prometedora e a presente conjuntura internacional tomará, creio, esses elos ainda mais necessários.

No Médio-Oriente, o problema apresenta uma viragem decisiva. A recente tentativa dos soviéticos para estender a sua influência tornará ainda mais controversa a solução da questão palestina e os problemas que se põem no conjunto da região. O consenso que se pode obter, segundo creio, em relação aos direitos do povo palestino a uma Pátria, não deverá comprometer os próprios direitos de Israel a viver no interior de fronteiras seguras. Aqui, mais uma vez podemos desconfiar que aqueles que procuram tirar proveito da instabilidade, continuarão, como na África do Sul, a semear a agitação a fim de reduzir as vantagens de uma paz durável e estável.

Espero que a discussão que vai ter lugar aqui sobre a base do trabalho do sr. Baumel ajudará os países ocidentais a coordenar os seus esforços para estabelecer uma paz duradoura.

Por fim, gostaria de evocar uma questão que não deixa a mente daqueles que estão encarregues da política estrangeira de Portugal, a saber a emigração.

A solidariedade para com os emigrantes

Perto de um quinto dos nossos cidadãos vivem no estrangeiro.

Do dia 5 ao dia 8 do próximo mês haverá em Strasbourg uma Conferência de Ministros responsáveis pelas questões de migração.

A solidariedade europeia pode-se exprimir de várias maneiras, mas, para um país como o meu, como para outros países do sul da Europa, a protecção dos nossos cidadãos trabalhando nos países mais industrializados do continente é uma empresa tangível de uma tal solidariedade. Esperamos que a Conferência contribua para o reforço da cooperação entre as partes interessadas e que se adoptem propostas concretas que tendam a melhorar a sorte dos trabalhadores emigrantes e das suas famílias.

Um falhanço neste domínio, afectaria a imagem do Conselho e comprometeria o nosso esforço colectivo para preservar a estabilidade nas nossas democracias parlamentares.

Não mencionarei as outras numerosas actividades do Conselho mas sublinharei que continuaremos a ter o maior interesse nas iniciativas visando a levar o Conselho a corrigir os desequilíbrios, europeus na medida dos seus meios, com a ajuda do Fundo de Restabelecimento e graças aos novos projectos imaginativos que poderão obter a concordância do Comité dos Ministros. Espero que a Assembleia continue a insistir, para que este papel se torne mais visível e mais importante.

Não posso terminassem me referir ao papel mais específico, para não dizer único, do Conselho, no domínio da defesa dos direitos do homem. É verdade que a Assembleia e o comité dos Ministros são os órgãos do Conselho. Mas a Comissão e o Tribunal são, talvez as suas engrenagens mais importantes. No momento em que o individuo está submergido por todas as espécies de entidades colectivas, eles são os bastiões das liberdades fundamentais que estão no coração, da tradição cultural europeia. A Comissão e o Tribunal devem prosseguir a sua obra e tornarem-se mais fortes porque são um bastião contra o perigo que Benjamin Constant, melhor do que ninguém, denunciou por estas palavras "Imola-se ao Ser abstracto os seres reais e oferece-se ao povo em massa o holocausto do povo a retalho"

1.14. Intervenção na Televisão e Rádio - 27 de Abril de 1980

Boa Noite.

Nasceu este governo das eleições de 2 de Dezembro. Deram elas a maioria parlamentar à Aliança Democrática, que em democracia representativa, é uma verdadeira maioria nacional. Ela foi baseada num acordo político, que representou e representa o máximo consenso político possível entre partidos e garantiu-nos e continuará a garantir a estabilidade e a eficácia do governo.

Com base nesse núcleo de um acordo político, foi-se formando à volta da acção governativa, um consenso nacional. Com poucos discursos, poucas palavras e muito trabalho, fomos realizando e demonstrando a acção, a coerência duma

política e o serviço dum povo. Não servimos, nem procuramos servir nenhum sector, classe, nem tão pouco a maioria que nos apoia. Trabalhamos para o país, para a nação e é a favor dos portugueses que temos desenvolvido o nosso trabalho. É assim que, dessa vitória eleitoral, que se baseava numa confiança e numa expectativa - a expectativa que rodeava os líderes que não tinham sido governo se foi criando uma confiança e um consenso nacionais. Assumimos esse consenso e trabalhamos para ele.

Feitas as eleições e colocando-se o nosso governo no plano nacional, recusando-se a participar na luta política, todos os portugueses vão compreendendo e beneficiando da sua acção.

Por isso, a todos, tenho, neste momento, de manifestar a minha compreensão e, também, o meu apreço e a minha gratidão por aqueles muitos milhares que vão acompanhando e apoiando a acção do governo. É um esforço colectivo, em que vós e nós, unidos pelos mesmos interesses nacionais, embora com divergências políticas, que se traduzem em votos diferentes, assumimos o nosso papel e a nossa responsabilidade colectiva. Vamos, pois, continuar no caminho das realizações, consolidando o consenso, servindo o país. Assim procurámos fazer nas comemorações do 25 de Abril. Nas comemorações oficiais foi patente a habitual divisão política que se não deve ignorar e que, pelo contrário, se deve aceitar para, sobre ele, se construir um projecto nacional.

Mas essa divisão não se manifestou na acção do governo porque, de facto, procurámos apresentar medidas trabalhadas ao longo destes 4 meses e anunciadas na semana que hoje encerra. Mas as medidas, porque são verdadeiramente positivas e se traduzem em benefícios reais, já não traduzem a divisão dos discursos das comemorações oficiais. Traduzem sim, essas, o verdadeiro consenso nacional.

O governo está empenhado numa política económica e social que supõe e exige grande rigor. Sempre apresentámos como objectivo prioritário, de justiça social e de progresso, defesa do poder de compra dos portugueses e o aumento dos rendimentos reais das famílias. Para isso, é imperativo combater a alta dos preços e temos conseguido resultados concretos.

A inflação e a alta de preços, foi no ano passado, de 24,6%. Ao fim dos 3 primeiros meses deste ano, a taxa anual já estava reduzida para 22,3% ou seja, mais do dois pontos de abaixamento. Esse abaixamento vai continuar até ao termo do nosso mandato. A inflação máxima este ano não será superior a 20%, o que quer dizer que o nível geral dos preços não será portanto, superior a esse valor. É nisso que temos de nos basear para aumentar o poder de compra.

O ano passado, os preços subiram em média 24,6%, como disse, e os salários, apenas 17%. Os trabalhadores e as suas famílias ficaram a perder. Este ano, os preços não subirão mais do que 20% e se os salários subirem 18%, se os impostos baixarem, como vão baixar a partir de 1 de Janeiro, cerca de 4 a 6%, libertando, portanto, os salários nessa média, de cerca de 5%, teremos que, para uma inflação de 20%, há aumentos de salários de 18, diminuição de impostos de 5, num total de 23%. Os trabalhadores e as suas famílias ficarão a ganhar. Por isso, esperamos e contamos com a compreensão dos trabalhadores portugueses e das

suas famílias. Com a sua compreensão para esta política e, também, para que se não deixem instrumentalizar e utilizar por partidos políticos que procuram servir-se deles para os seus desígnios político-partidários.

Os aumentos de salários de valores superiores aos que mencionei, só contribuíram para que os preços crescessem de uma maneira incontrolável e para que todos fôssemos, afinal, prejudicados. Não é isso que queremos.

Quando se fala de política económico-social não se pode, apenas, falar nos aumentos de salários. Há que equacionar outros benefícios que contribuem para o aumento dos rendimentos das famílias.

Durante esta semana das comemorações governativas do "25 de Abril", foram anunciadas inúmeras realizações concretas. Não vou, aqui, fazer a sumarização. Muito menos a enumeração dos actos e medidas que praticámos e tomámos ao longo destes 4 meses de governo. Mas, dentro da linha que tracei, de benefício dos rendimentos das famílias, permito-me salientar algumas das medidas e anunciar outras: o poder de compra das famílias depende, não apenas dos salários, mas de todos os benefícios sociais auferidos e, como pensamos no todo nacional, temos de contemplar, não apenas os trabalhadores activos, mas todos aqueles que viveram do seu trabalho e que hoje se encontram reformados. De todos aqueles que gastaram a sua saúde no trabalho e que se incapacitaram através de doenças profissionais no exercício desse mesmo trabalho. É assim que, como já foi anunciado, o governo decretou o aumento das "pensões por doenças profissionais". A situação dos trabalhadores que contraíram doenças, por vezes graves e incuráveis, no seu próprio ambiente de trabalho, estava, oficialmente, esquecida há alguns anos, no que diz respeito ao montante dos benefícios sociais que recebiam. Com o nosso decreto, as suas pensões serão aumentadas em mais de 60% passando, em muitos casos, de um valor de cerca de três mil escudos, para cinco mil escudos, e mesmo mais. Outras medidas serão tomadas e posso já hoje referi-las:

- A partir de 1 de Maio e com o pagamento a efectivar desde o princípio de Julho, o governo deliberou aumentar em 21% as pensões de todos os reformados da previdência, cerca de 370.000 pessoas que não foram beneficiadas no último aumento, ou que, tendo-o sido, não beneficiaram daquela mesma percentagem de 21%.

Trata-se de um vasto leque de pessoas que nos últimos cinco anos tiveram, uma única melhoria de 500\$00 igual para todos em 1978 e que os governos anteriores tinham, neste aspecto, esquecido.

Também pela primeira vez nos últimos cinco anos, a segurança social preocupou-se com a população activa, a família, a infância e a juventude.

Foi, assim, deliberado aumentar o "abono de família", com especial benefício das famílias mais numerosas. Uma família de dez filhos, por exemplo, recebia até agora dois mil e quatrocentos escudos, passará a receber cinco mil trezentos e cinquenta escudos, se o seu rendimento familiar não exceder onze mil escudos.

Generalizou-se o abono de família, abrangendo agora os filhos dos trabalhadores independentes- os comerciantes, os vendedores ambulantes, os engraxadores, etc. Melhoraram-se acentuadamente as prestações pecuniárias a favor dos deficientes. Um menor deficiente que recebia até agora 250\$00 por mês, passará a receber 800\$00, além do abono de família normal e da prestação, em espécie, a que já tinha direito. Aumentaram-se em mais de 100% os subsídios de nascimento, aleitação e casamento que a previdência concede aos seus beneficiários.

Dentro ainda deste aspecto social e da política económica global do governo, cabe salientar, o plano de apoio aos rendeiros agrícolas de fora da zona de reforma agrária. Trata-se de um plano de apoio financeiro, que lhes permite comprar as terras que trabalham quando os seus proprietários as queiram vender, representa, de facto, um passo muito importante, no sentido de uma agricultura explorada, tanto quanto possível, por aqueles que possuem a terra e a trabalham. Este novo esquema implicará o financiamento de cerca de 10 milhões de contos, e será concretizado nos próximos dois meses. Na zona da reforma agrária não se aplica, porque, aí, há outros meios de actuação.

A lei da reforma agrária tem que ser cumprida e o governo tem-na feito cumprir. Há que resolver os casos dos expropriados, através das reservas e das compensações. Mas há, sobretudo, que pensar nos trabalhadores agrícolas, naqueles que exploram a terra mas que não a possuem - os rendeiros e seareiros. É assim que o governo prosseguindo na aplicação rigorosa da lei, inaugurou um novo aspecto que é o da entrega de terras nacionalizadas a trabalhadores agrícolas e a rendeiros e seareiros sem terras.

Estive, ontem, no distrito de Beja, concelho de Moura, participando na entrega a muitos dos 94 trabalhadores permanentes da Herdade dos Machados, que se inscreveram para receber parcelas individuais, de olival, figueiral e outros tipos de terra, que andam por algumas dezenas de hectares para cada um, em cerimónia, de grande simplicidade. Tive pena que a televisão não tivesse permitido que assistissem, tanto à cerimónia como ao convívio que se seguiu. Ninguém lhes perguntou a que partido pertenciam, nem qual a sua ideologia!

Bastava serem trabalhadores permanentes da herdade e terem manifestado interesse na aquisição da terra, dentro de condições fixadas. A esperança com que encararam o acto, foi extraordinária e todos eles demonstraram que estavam ultrapassadas há muito, as divergências partidárias patentes, alguns não ocultaram que pertenciam a partidos e a forças de oposição e até daquela mais aguerrida e que mais dificuldades tenta criar ao governo. Foi fácil e espontâneo participar nessa nova esperança que levaria à distribuição de terras. E aqueles que militavam ou simpatizavam com partidos mais contrários ao governo, que mais o têm atacado, tinham uma preocupação curiosa: a de que a terra lhes não fosse no futuro tirada, e que pudesse passar para os seus herdeiros e para os seus filhos. Foi fácil garantir-lhes de que é assim. Enquanto formos governo e maioria, ninguém lhes tirará a terra, e, depois da revisão da constituição, poderão mesmo adquiri-la em plena propriedade.

Este caso multiplica-se em todo o Alentejo. São já centenas, as parcelas individuais distribuídas, cobrindo alguns milhares de hectares.

Até ao fim do nosso mandato, nos quatro distritos da reforma agrária, serão milhares as parcelas individuais distribuídas, abrangendo dezenas de milhares de hectares.

Neste Alentejo que tão caluniado tem sido, que, na imprensa estrangeira e na opinião nacional se tenta transformar numa terra de luta, de morte, de confronto e de tiros, tivemos ontem uma tarde pacífica e de verdadeiro consenso nacional e regional.

É bom que esta realidade seja conhecida, pois até os turistas no seu caminho para o Algarve, chegam a falar para a Guarda Nacional Republicana a perguntar se podem atravessar em segurança o Alentejo. Quem lá esteja, lá vá e lá passe, pode verificar que apesar do esforço de certas minorias, muito pouco democráticas, se vive no Alentejo um clima de cumprimento da lei, e, portanto, de liberdade, um clima pacífico de trabalho e de esperança, porque surgiu uma nova maneira de ligar o homem à terra. A reforma agrária não se faz com a ocupação de propriedades, nem transformando os trabalhadores rurais em assalariados dos partidos. O Alentejo está em via acelerada de libertação. E esse é um passo importante e positivo sobre o qual me detive foi esta uma boa comemoração do 25 de Abril.

O 25 de Abril foi uma revolução. Mas Portugal é uma democracia a caminho da sua plenitude que será conseguida na altura da revisão constitucional. O 25 de Abril que foi revolução com tudo o que ela implica mas que, hoje, é liberdade sem que ninguém dela se possa considerar dono.

Não são apenas estes aspectos económicos e sociais que têm marcado a actuação do governo. Ela estende-se a todos os domínios. No domínio social, cabe destacar a introdução do passe social, na cidade do Porto, a política de transporte pode ser prosseguida sem que tivesse havido aumento generalizado dos transportes indispensáveis.

Para haver uma consolidação e avanço no caminho da democratização precisamos de alterar o sistema de ensino. Nova lei de bases e toda a reforma e democratização do ensino, que já foram iniciadas, serão concretizadas.

No plano agrícola, ainda, nova lei da baldios, seguros, enfim, toda uma acção concreta em que avulta, por exemplo, pela primeira vez, a fixação antecipada dos preços de géneros agrícolas, que nunca tinha sido feita.

Esta preocupação do concreto, do real, da acção e do seu predomínio sobre as palavras, estende-se a outros domínios. Temos de pensar e organizar o nosso país politicamente. E temos de o fazer a nível do poder local. O Instituto da Administração Local e o Conselho dos Municípios são passos importantes para o reforço de um poder local que tem de ser a malha de segurança, aquela armadura de ferro que se mete no cimento e que faz de facto, o betão da democracia.

Num outro plano, que já não é o da descentralização, temos a autonomia dos Açores e da Madeira. Não se trata aí de descentralização, trata-se, sim, de fazer corresponder a organização política às particularidades das comunidades insulares. A autonomia que é evolutiva e que se quer crescente, tem de corresponder às necessidades e aspirações dos povos dos Açores e da Madeira, sem quebrado fundo comum nacional, mas antes, com o seu pleno reforço. Cabe-lhes governarem-se a eles próprios, e, nesse sentido, têm encontrado, da parte do governo, e continuarão a encontrar, o maior apoio. Tudo isto para que se consolide e cresça a autonomia para que o governo próprio seja adaptado às necessidades.

Esse apoio estende-se, também, ao plano financeiro, designadamente aos Açores, devastados pelo terramoto, não faltará o apoio financeiro do governo, dentro das limitações que nos põe a situação económica nacional e o próprio contexto da economia internacional.

É um imperativo, também, levarmos a nossa organização ao povo que hoje somos, porque desta terra pequena nasceu uma grande nação que, hoje, é Portugal, daí, a apresentação duma nova lei da nacionalidade, que dá preferência à nacionalidade que se adquire pelo sangue em detrimento da nacionalidade que se adquire pelo território.

Aprovada essa lei, os portugueses não residentes, os nossos emigrantes, mesmo que tenham optado por uma nacionalidade por naturalização, no país onde trabalham, poderão conservar a nacionalidade portuguesa.

Assim, estaremos a harmonizar este povo, esta nação, com organização jurídica, com organização do Estado.

Conhecemos as limitações e dificuldades que são severas e que transparecem. Elas estão presentes no orçamento geral do Estado que, amanhã, começa a discutir-se na Assembleia da República. Foi organizado com grande rigor. E, como operação difícil, o aparecimento do déficit controlado. Este orçamento corresponde às necessidades de relançamento da economia e da justiça social. Ele apresenta o máximo permitido, se fôr excedido porá em risco a nossa credibilidade internacional.

O crédito, a que continuamos a ter de recorrer, poderá mesmo pôr em causa o apoio externo de que Portugal necessita.

Vamos caminhando num contexto internacional de grandes dificuldades e de tensões renovadas. Não vos oculto que se acumulam nuvens negras no horizonte internacional que já nos afectam, tanto no plano político, como no económico.

Países de grande riqueza e que, até há pouco tempo, dispunham de grandes recursos financeiros, recorrem maciçamente ao crédito internacional, para fazer face aos aumentos do preço do petróleo. As tensões são patentes e receia-se um novo conflito, mas há que evitar a guerra, a todo o custo. Há que preservar a paz.

Mas, isso não se faz com cedências nem com ambiguidades, ou tentando conciliar o impossível, pelo contrário, a paz defende-se com firmeza, com atitudes claras e frontais e com coragem.

O governo tem procurado agir nesse sentido e tem visto as suas posições crescentemente respeitadas e aceites pela comunidade internacional. As dificuldades de toda a ordem que vamos viver, obrigam-nos a um esforço acelerado para a integração na Comunidade Económica Europeia. Tudo isto, tem conduzido a que, como Primeiro Ministro, tenha sido obrigado a viajar mais do que pensava.

Continuarei a fazer, apenas, as viagens indispensáveis e a dar-lhes a mais curta duração possível. Mas, Portugal tem de se afirmar, no contexto internacional, pela nitidez das suas posições, já que o não pode fazer pela sua riqueza ou pela sua força económica. Contribuímos e continuaremos a contribuir para o reforço das alianças entre os países ocidentais.

É a única maneira de fazer face aos riscos generalizados e ao perigo que representa o expansionismo soviético.

Não regatearemos apoio aos nossos aliados dentro das possibilidades nacionais, visto que isso é essencial para a defesa dos nossos próprios interesses e dos princípios que partilhamos das regras da comunidade internacional.

Outras dificuldades têm sido criadas ao governo, mesmo no plano interno. Necessitamos de reformas e, por vezes, põem-nos obstáculos de toda a ordem. Procuraremos continuar a superá-los democraticamente, mas com determinação. Uma reforma tão importante como a da alteração da lei de delimitação entre o sector público e o sector privado da economia, fará com que o governo persista nessa linha. Trata-se de uma medida indispensável para o relançamento da nossa economia e para o combate ao desemprego. Trata-se, também, de uma medida do mais alto interesse, nesta nova situação de tensão e de potencial conflito internacional, em que Portugal, por isso mesmo e pelas condições de estabilidade política, aparece como país que pode atrair os investimentos estrangeiros, em nosso benefício. Mas, isso não é possível, sem que aos investimentos seja dada possibilidade de se exercerem em todos os sectores da economia. Por isso, o governo persistirá nesta reforma de fundo, e não deixará de, por todos os meios legítimos, fazer vingar o seu ponto de vista quanto a uma matéria tão importante como é esta.

Não nos falta determinação, não nos falta trabalho. Continuaremos na mesma linha.

Temos um projecto nacional, à volta do qual se vai formando e alargando o consenso. Não me parece possível alargar este consenso, pois, através da sua substituição por um outro projecto de colaboração inter-partidário, é impossível o nosso projecto, como disse de início, representa, a maior colaboração e o maior acordo inter-partidário possível. É possível alargá-lo com novas personalidades e, sobretudo, estabelecendo, como procuramos estabelecer, a consonância entre a maioria parlamentar, o governo e o Presidente da República. Nesse sentido caminhamos, e essa consonância, uma vez obtida, há-de transmitir-se, também, e consolidar, na próxima revisão constitucional. Parece-me nocivo tentar substituir este acordo e este consenso nacional, que hoje é uma realidade, por outros baseados talvez, em projectos que podiam ter feito o seu tempo, mas que não resultaram e, nem sequer aqueles que os podiam ter realizado ou que podiam tê-los apoiado, no

tempo em que eram possíveis, têm hoje credibilidade para virem reeditá-los, caminhemos, pois, com segurança. Porque, apesar das dificuldades internas e internacionais, foi possível, nestes 4 meses, assegurar a estabilidade, realizações e desenvolver uma política clara e coerente. Foi possível, apesar de todas as dificuldades internas e externas, fortalecer a esperança, encarar com mais confiança o futuro. Ainda há que fazer, não nos podemos considerar satisfeitos, nem os estaremos nunca, porque é isso que nos faz mover sempre mais para diante e com maior eficácia. O tempo exige acção e não discursos, por isso, termino dizendo-vos, muito simplesmente, que convosco e, para vós, continuaremos a trabalhar.

Boa Noite.

1.15. Declaração ao Primeiro de Janeiro - 22 de Junho de 1980

PROJECTO DE OBSTRUÇÃO É LIDERADO PELOS COMUNISTAS

É a reacção de desespero de uma Oposição que se sente cada vez mais enfraquecida, a perder apoios entre os eleitores, e em perda de poder de mobilização sindical e entre as classes trabalhadoras - disse, a O Primeiro de Janeiro, o Primeiro-Ministro Sá Carneiro, pouco antes de se iniciar a sessão de encerramento do encontro nacional das direcções distritais da campanha da Aliança Democrática, a propósito dos pedidos de autorização legislativa, que geraram uma das mais tumultuosas reacções na Assembleia da República, por parte dos partidos da Oposição.

De facto - prosseguiu o Dr. Sá Carneiro, em declarações exclusivas para o O Primeiro de Janeiro - os trabalhadores não estão com esta oposição, são realistas, querem melhorar as suas condições de vida, como é justo, e apreciam, ainda que criticamente, a acção do Governo. Logo, a oposição não procura aproveitar todos os pretextos para desencadear uma luta que não é de oposição propriamente, mas de tentativa de obstrução. Ora, é normal que um Governo, especialmente quando tem uma maioria a apoiá-lo, peça autorizações legislativas, para fazer, mediante elas, aquilo que, mercê dos trabalhos do seu desenrolar e, sobretudo, da obstrução que vem fazendo durante estes meses de actividade parlamentar, não foi possível fazer no Parlamento. Esse é o sentido das autorizações legislativas que o Governo pediu, para marcar que, de facto, a Aliança Democrática quer cumprir o seu programa, tanto governativo, como propriamente legislativo. E quer deixar bem claro que se isso não for possível, é por obstrução das oposições parlamentares extraparlamentares.

Esse parece-me ser, muito nitidamente, o significado da atitude, que me abstenho de qualificar, que a Oposição tomou no Parlamento. - salientou.

Quanto ao facto de os partidos da oposição continuarem a exercer a sua acção em bloco, o primeiro-ministro disse ao PJ: Repare que falei de oposições, quando me referia à parlamentar, e à extra-parlamentar, mas são lideradas pelo Partido Comunista, que, de facto, tem a cabeça de tentativa sistemática de obstrução da

actividade do Governo. Simplesmente, é uma tentativa votada ao fracasso, porque não só não assusta ninguém, como, pela nossa determinação, pelo apoio parlamentar e pelo apoio popular, o Governo tem realizado o essencial e fundamental, e vai continuar a fazê-lo com o mesmo optimismo, entusiasmo e determinação que têm demonstrado até aqui, convicto que o faz, por um lado, para corresponder a uma escolha eleitoral que ninguém pode ignorar, que ninguém pode contrariar, que foi a escolha eleitoral do dia 2 de Dezembro: por outro lado, porque está consciente que está a contribuir para a melhoria progressiva das condições de vida dos Portugueses.

Como o político que, pela primeira vez, chamou a atenção publicamente para a bipolarização que se havia instalado na sociedade portuguesa, o Dr. Sá Carneiro é agora acusado de ter, ele próprio, provocado essa mesma bipolarização. Solicitado a comentar essas acusações, o primeiro-ministro disse ao jornalista de O Primeiro de Janeiro:

Não me sinto nada responsável. Em primeiro lugar, porque uma pessoa, qualquer que seja a força que tenha, não pode bipolarizar. A bipolarização acontece mediante factores sociais, económicos e políticos que não dependem de uma pessoa. A bipolarização não é um acto voluntário. É repito, um facto político, económico e social. Voluntário é, apenas, o facto de alguém dizer a verdade. E dizer que bipolarização está feita, por isso existe, e tentar em face dessa situação criada encontrar uma saída democrática para ela.

Assumir essa bipolarização, isto é a Aliança Democrática, projecto para o qual eu me orgulho de ter contribuído. O facto de a oposição estar unificada demonstra apenas que, como tinha dito há muito tempo, e muitas vezes depois do 25 de Novembro, há aqui um projecto fundamental, que é o do Partido Comunista, que vai agregando colaboradores, às vezes serventuários, aos quais eu sempre me opus e continuarei a opor, agora no quadro da Aliança Democrática.

Quanto à questão de haver em Portugal um outro tipo de oposição, mais diversificada, capaz de contribuir para uma melhor consolidação da democracia, o Dr. Sá Carneiro foi peremptório ao declarar ao PJ.

Isso é verdade, e espero que essa oposição surja depois das próximas eleições parlamentares e presidenciais. Até lá, não me parece que seja possível, pela estratégia das várias forças que compõem a única oposição, visto que essa estratégia está polarizada não tanto nas eleições parlamentares, mas nas eleições presidenciais.

Qualquer que venha a ser a atitude do presidente da República, como candidato, o certo é que as forças da oposição, lideradas pelo Partido Comunista, têm um objectivo fundamental, tanto nas eleições parlamentares, como nas presidenciais: fazer eleger o general Ramalho Eanes.

Enquanto não se provar, através dos votos, que essa tentativa está votada ao fracasso, não surgirá essa oposição de que fala a democrática oposição que tem uma atitude não de obstrução, mas de crítica. Através dessa oposição, e dessa crítica prestigia-se, consolida-se a democracia, criam-se alternativas. Não é isso

que está a suceder, neste momento, mas espero que tal venha a acontecer, mas só depois das eleições presidenciais. É evidente que o Partido Comunista nunca o poderá fazer, portanto só o Partido Socialista é que pode. Depois das presidenciais, se reocupar o seu papel e o seu projecto próprio, e se deixar de ser um mero instrumento das forças eanistas, espero que o PS venha a ocupar essa posição.

1.16. Discurso à Chegada aos Açores - 22 de Junho de 1980

A minha primeira palavra é de saudação e profundo apreço a todo o povo açoriano, não só desta ilha, mas das nove ilhas dos Açores.

Não é sem alguma emoção que nesta primeira visita aos Açores, como Primeiro Ministro, digo estas palavras. De facto, desde a primeira hora que o Partido Social Democrata, graças a homens como os Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, compreendeu perfeitamente a ânsia e a necessidade da autonomia regional.

Assim, foi inserido no programa aprovado no Congresso de Novembro de 1974, esse plano que muito a custo foi levado a lei a fundamental do país, sob uma luta árdua, mas que finalmente obteve consagração. Não terminou aí esta luta pela autonomia regional feita em conjunto pelo Partido Social Democrata, pelos seus dirigentes nacionais e pelos seus dirigentes regionais.

Procurámos consolidá-la nas leis e fizémo-lo com os Governos Regionais quando éramos partido de oposição em relação ao Governo da República, demos todo o apoio nas crises difíceis que a autonomia conheceu nos anos 76/77/78. Hoje, podemos orgulharmo-nos como Governo da República de estar inteiramente sintonizado com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, neste plano de execução da autonomia progressiva, aquela que no fundo é uma ideia personalista, como tive ocasião de dizer há dias a representantes de órgãos de comunicação social açorianos, que parte do reconhecimento da especificidade das comunidades dos Açores e da Madeira, para lhes garantir que essa sua personalidade própria tenha tradução política.

Com o Governo a que presido, estamos e continuaremos a estar devotados para a construção de um Estado plenamente democrático, que se quer adaptado à realidade nacional, da qual fazem parte, com as suas características próprias, as comunidades autónomas dos Açores e da Madeira.

Por último queria acrescentar que tudo isto não teria sido possível sem o Governo Regional dos Açores, a sua Assembleia Regional e sem a luta constante que têm tido pela protecção dos interesses do povo açoriano. Esta autonomia radica-se também no aumento da unidade dos povos das várias ilhas. Foi esta unidade que permitiu consolidar a autonomia. Estamos, portanto, perante uma realidade evolutiva fortemente apoiada no passado do Partido Social Democrata, hoje totalmente apoiada pelo Governo da República, mas que se devem especialmente

orgulhar como seus principais obreiros, os povos dos Açores e da Madeira, respectivos Governos Regionais e Assembleias Regionais.

Esta visita é de interesse e de trabalho com o Governo Regional, e uma forma de contacto com o povo açoriano.

Não é de maneira nenhuma, ao contrário do que aconteceu nos anos passados com alguns órgãos, uma visita de soberania, trata-se sim, de uma visita de autonomia.

Venho prestar tributo a uma autonomia realizada e trabalhar para a resolução dos problemas reais, dentro e com respeito pela autonomia de que gozam os órgãos regionais, com consciência de que a situação geral do país é difícil, mas que dentro das dificuldades e limitações que temos, tudo faremos para avançar na resolução dos problemas concretos do povo dos Açores.

1.17. Discurso no Faial - 24 de Junho de 1980

Na continuação da sua viagem pelas ilhas dos Açores, o Primeiro Ministro Sá Carneiro visitou as ilhas de São Jorge e Pico, tendo chegado ao fim da manhã ao Faial, em cujo aeroporto era aguardado pelas autoridades civis e militares, e por muitos populares.

Do aeroporto, Sá Carneiro dirigiu-se à Assembleia Regional aonde apresentou cumprimentos ao presidente daquela assembleia, Dr. Álvaro Monjardino, que ofereceu ao Primeiro Ministro um almoço no Hotel Faial.

Por seu lado, Sá Carneiro, em resposta ao presidente da Assembleia Regional, começou por afirmar:

Os Açores caminham ao ritmo das realizações e não das palavras, realizações que passam desde logo pela concretização política através da consagração da autonomia, contributo essencial, para a construção do Estado Português.

Quando começámos, havia, mais no Continente, ou talvez mesmo nos Açores, a suspeita vaga de que os Açores podiam ser nove barcos ancorados na baía da Pátria, mas prontos a levantar ferro se as coisas não corressem bem.

Ora os factos confirmaram que assim não é e a consagração da autonomia mostrou que as amarras de parte a parte eram sólidas, desde que se reconhecesse e respeitasse a diversidade, desde que não se exigisse a solidariedade num só sentido, porque o que faltou, especialmente no passado, foi a solidariedade entre o Continente e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e não o contrário.

Sá Carneiro referiu-se em seguida ao esforço desenvolvido nas ilhas atingidas pelo sismo no sentido de uma reconstrução que considerou francamente positiva, além de salientar a recuperação que lhe fora dado verificar no campo económico e social.

Mais uma vez foi acentuada a solidariedade entre o Continente e as Regiões Autónomas, tendo feito um apelo para que em conjunto, se pudessem superar as dificuldades:

Vamos precisar da vossa confiança, alegria e esperança, face às crises que a comunidade internacional está atravessando e irá atravessar no futuro.

Solidários, pois, Continente e Regiões Autónomas, o mesmo povo, com as suas diferenças específicas, o mesmo conceito de liberdade que nos faz caminhar com as autonomias, para deixarmos também cada vez mais, especialmente depois das últimas eleições deste ano as palavras que nos concentrarmos nas realizações e também no trabalho.

Sá Carneiro terminou as suas palavras, considerando o estatuto como um documento de realidade histórica que não se pode ter como imutável.

O Primeiro Ministro e comitiva seguiram depois em helicóptero para a Ilha Graciosa, e dali para as Lajes, donde seguiram em avião militar directamente para Lisboa, ao contrário do que inicialmente estava previsto.

1.18. Entrevista ao Le Figaro - 30 de Junho de 1980

A DEFESA DA EUROPA PASSA PELA ADESÃO DE PORTUGAL À CEE

A adesão de Portugal ao Mercado comum dominará as conversações que Francisco Sá Carneiro vai realizar com o Presidente Valéry Giscard d'Estaing e o Primeiro-Ministro Raymond Barre, antes da viagem deste a Madrid. A agricultura portuguesa, com excepção de um único produto - o concentrado de tomate - parece de momento pouco competitiva (32% da população portuguesa trabalha no sector agrícola, mas são importados mais de 50% dos produtos alimentares). A entrada na Comunidade europeia é sobretudo considerada um estimulante para a reforma de certas estruturas e um factor de estabilidade política. Sá Carneiro não deixará de sublinhar o perigo que há em deixar isolado e subdesenvolvido, no flanco sul da Europa, um país com uma posição estratégica tão importante.

Nesta entrevista, o chefe do Executivo português define as suas concepções políticas e as perspectivas das próximas eleições legislativas e presidenciais.

P - Sr. Primeiro-Ministro, fez da adesão de Portugal à Comunidade europeia "a prioridade das prioridades". Não ficou desiludido pelas declarações do Presidente Giscard d'Estaing e por uma certa "assimilação" do seu país com a Espanha? Que argumentos vai defender?

R. - Evidentemente as declarações do Presidente Giscard d'Estaing provocaram muita agitação. Mas tenho encontrado por toda a parte, de Bona a Bruxelas, um apoio total à entrada de Portugal, no calendário previsto. O Presidente da República, aquando da sua conferência de imprensa, esclareceu a posição francesa: não se trata de uma pausa. Mas proceder de forma que os novos membros tenha uma consciência clara de possíveis novas regras.

Especialmente no que se refere à política agrícola comum. Isso não atrasará forçosamente a nossa adesão. Temos um "dossier" distinto do da Espanha. As negociações são separadas. De qualquer forma, a decisão do Conselho de Ministros da Comunidade não foi modificada. Em Veneza e França nem sequer levantou a questão. Acho, portanto, que as negociações prosseguirão.

P. - Como encara a sua contribuição?

R. - Para nós, é um projecto de fundo. Não um "sprint". Vivemos uma crise política internacional que aumenta para a Europa a necessidade de reforçar a sua defesa. Ora, essa defesa não pode ser perfeitamente assegurada sem a participação de Portugal, e não só no plano estratégico. Trata-se de ter uma política externa, uma política energética comum. E Portugal, apesar da sua pequenez e da sua fraqueza económica, pode dar uma contribuição muito válida. Há outros aspectos: a nossa experiência africana, os nossos laços com as antigas colónias, a América Latina...

P. - Precisamente, parece que as vossas relações políticas com Angola se degradam e a vossa posição na Guiné-Bissau e em Cabo Verde é sobretudo fortalecida por contactos pessoais de certos dirigentes portugueses com certos dirigentes africanos...

R. - Não diria isso. Com Angola, no primeiro trimestre do ano, triplicámos as trocas comerciais. Sem exagerar, as relações não são más. Na Guiné-Bissau e em Cabo Verde reforçámos a nossa cooperação política e económica. Mas não é preciso dar uma importância excessiva à nossa contribuição nesse domínio: a França tem uma política africana bem mais desenvolvida e estruturada...

P. - Acaba de receber o Presidente Cárter. O reforço das vossas relações com os Estados Unidos é por vezes apresentado em Portugal como um "cenário de reserva". Que forma poderia tomar? No caso, por exemplo, da instalação prevista de bases navais americanas no Tejo ou no porto de Sines?

R. - O reforço das relações do nosso Governo com os Estados Unidos é um facto. Não é um cenário de reserva. É importante para a Europa que Portugal tenha esses laços complementares. Verifiquei, no decurso das minhas conversações com o Presidente Cárter, que a firmeza do comunicado final de Veneza não era somente um movimento tático, mas uma estratégia de fundo que deverá manter-se durante anos, o tempo necessário para contrariar a influência soviética. A conferência de Madrid será muito importante (abordou-se também esta questão por minha iniciativa). Novos conceitos de dissuasão e de desenvolvimento dominarão. Portugal está pronto a examinar os pedidos que os Estados Unidos e outros países da NATO possam fazer para reforçar a defesa militar da Europa. É preciso apreciar os seus riscos e as suas vantagens. A possibilidade de bases para os seus porta-aviões está presentemente a ser estudada pelos Estados Unidos em vários países europeus. Está-se numa fase muito preliminar.

ACABAR COM O PODERIO MILITAR

P. - A guerrilha permanente entre a presidência do Conselho e a presidência da República, a perspectiva das eleições, da revisão constitucional parecem complicar

em extremo a vida política portuguesa. A Aliança Democrática apresenta, aliás, o seu próprio candidato às eleições presidenciais, o general Soares Carneiro. Pode explicar-nos a sua posição?

R. - Há tensões. É preciso saber que o nosso regime não é o da França. Só o Governo tem poder executivo. Há pouco tempo, um Governo maioritário exerce plenamente esse poder. Sem abandoná-lo ao Presidente da República ou a outros órgãos, como foi anteriormente o caso devido a um certo vazio, a uma certa instabilidade. É sobretudo com o Conselho da Revolução, presidido pelo Presidente da República, que os problemas existem. A revisão do monopólio de ramos do sector público, a possibilidade de investimentos privados em todos os sectores, foram aprovadas pela Comissão Constitucional. Mas rejeitadas pelo Conselho da Revolução, por motivos políticos. Foi a nossa confrontação mais importante. Evidentemente, uma vez que o Presidente da República preside ao Conselho da Revolução, isso revela o que alguns dos nossos amigos europeus pensam: Portugal não é uma democracia plena. Está ainda sujeito a um certo poder militar. É preciso rever a Constituição (o que só será possível depois das eleições). Porque é importante torná-la mais aberta, menos dogmática, menos programática. Mas também porque é preciso acabar com o Conselho da Revolução. O meu Governo não tem nenhum poder - é a única excepção - sobre as Forças Armadas, que dependem do Conselho da Revolução e dos chefes de Estado-Maior.

P. - E apoia a candidatura de um militar...

R. - Soares Carneiro declarou que não seria conjuntamente Presidente da República e Chefe do Estado-Maior, como é o caso do General Eanes que acumula as duas funções. Sinto-me feliz por sublinhar que as Forças Armadas portuguesas, no seu conjunto, estão prontas a reconhecer o poder político civil. Soares Carneiro foi escolhido pelas suas capacidades. É um homem inteligente, perfeitamente empenhado no processo democrático.

P. - No plano económico, tem o sentimento de ter, em parte, preenchido um certo atraso?

R. - Após cinco meses e meio de Governo, verifica-se que a inflação caiu de 25% o ano passado para cerca de 15%. Graças a um controlo muito severo das despesas públicas, dos preços, a uma procura constante do aumento da produtividade. Este ano, os salários reais aumentaram. Quanto ao combate ao desemprego, isso depende muito dos investimentos privados. Há um enorme interesse da parte dos investidores estrangeiros. A chave do relançamento, como lhe disse, era essa revisão dos limites dos sectores público e privado. O Conselho da Revolução recusou-no-la. Portanto, há que aguardar as eleições. Temos um projecto, possibilidades, com o nosso trabalho, de recuperar o atraso que nos separa dos outros países europeus. O rendimento "per capita" em Portugal é metade do da Espanha e 65% do da Grécia. Mas penso que os portugueses têm agora o sentimento de que muitas coisas estão por fazer e podem fazê-las. Nesse sentido, a revalorização do escudo tem um significado simbólico: demonstra que não nos resignamos à degradação.

1.19. Discurso no Almoço Oferecido por Raymond Barre - 3 de Julho de 1980

Uma visita a Paris para tratar de problemas de alargamento da Comunidade Económica Europeia teria sempre uma importância muito particular: devem-se à França contributos decisivos na definição e no impulso dos ideais europeus. Mas esta visita efectua-se numa altura em que a opinião pública dos nossos países está particularmente sensível aos recentes desenvolvimentos que conduziram à necessidade de aprofundar e rever as regras de funcionamento da Comunidade. Por isso as nossas conversações teriam de ultrapassar o quadro meramente formal e processual da adesão, para se centrarem nos aspectos mais profundos no sentido do alargamento da Comunidade e da adesão de Portugal.

Entendemos a Europa como uma Comunidade política baseada no mesmo conceito do homem e da sociedade e assente em idênticas formas de organização política, social e económica. Os factores de coesão e solidariedade política deverão por isso operar no sentido de criar o necessário suporte económico através dos processos de integração e de desenvolvimento concertado.

O ritmo de prossecução deste objectivo político através do processo de integração económica veio a revelar-se lento face às vulnerabilidades que pesam hoje sobre a Europa: a decadência demográfica; a dependência das matérias-primas, particularmente da energia; a fragilidade de um sistema de defesa que não é autónomo e assenta no potencial dum aliado externo. A transformação deste contexto tende a subalternizar o processo económico em favor de um processo político no qual o ajustamento económico reveste um carácter acessório e instrumental.

A adesão de Portugal não é antes de mais uma questão de direito natural que deriva da sua participação no processo de formação e de expansão da Europa. Para além desta razão de fundo, histórica e cultural, que define e integra a consciência dos europeus, a adesão de Portugal decorre do direito positivo e fundamenta-se no espírito e na letra do Tratado de Roma. Mas a este direito natural e positivo juntam-se os deveres de solidariedade política e a consideração das vantagens mútuas.

A decisão de Portugal aderir à CEE, apoiada por todas as forças democráticas do País, significou por um lado uma escolha clara do modelo de sociedade para os portugueses feita num período particularmente delicado e decisivo para Portugal e para a Europa; e por outro lado, define uma posição da Europa no contexto internacional. A solidariedade política, expressa na adesão de Portugal constitui um acto decisivo na defesa da sua identidade da Europa e da sua presença no Mundo e deve ter naturalmente uma correspondência por parte da Comunidade.

As conversações que tivemos permitiram confirmar a convergência dos nossos países sobre estas questões de fundo e vieram esclarecer quaisquer dúvidas ou mal-entendidos que porventura existissem quanto à posição da França sobre o futuro na Europa e da democracia em Portugal.

Não temos quaisquer dúvidas de que a entrada de Portugal no Mercado Comum não é a solução mágica que resolverá todos os nossos problemas. A restauração do regime democrático era condição necessária mas não suficiente; a estabilidade política era o pressuposto indispensável. Estão pois criadas as condições para que a adesão seja negociada com tempo e com cuidado de forma a não constituir uma hipoteca sobre o nosso futuro.

É pois no quadro europeu, bem como no bilateral que se colocam as relações entre os nossos países, relações que queremos desenvolver com o maior vigor. É aliás de ressaltar que as áreas definidas para a cooperação estão colocadas em sectores de especial relevância no quadro da nossa adesão às Comunidades.

Foi por isso com profunda satisfação que confirmámos o empenho das autoridades francesas no prosseguimento do esforço de consolidação e alargamento da Comunidade à luz dos princípios que me permito sintetizar:

- A concepção da Europa e da sua identidade, a autonomia, presença e actuação no Mundo.
- A consagração da pertença natural de Portugal à Europa e as vantagens mútuas da sua participação no reforço da sua identidade e intervenção política, da sua capacidade económica e do seu esforço de defesa.
- O reconhecimento de que o ajustamento económico de Portugal ao operar no período intercalar, deverá ser objecto de programas coordenados de cooperação com a Comunidade e com os países membros.
- A garantia de que os actuais fluxos económicos e financeiros se reforçarão e aproximarão progressivamente do tratamento que a adesão consagrará.

Senhor Primeiro-Ministro:

O meu país atravessa uma fase em que a solidariedade europeia é chamada à desempenhar um papel fundamental. Esta etapa importante que acabamos de cumprir agora, confirma-nos a certeza de que os ideais europeus mantêm a sua vitalidade e continuam portadores de fundadas esperanças.

1.20. Conferência de Imprensa à Chegada de Paris - 3 de Julho de 1980

CALENDÁRIO ESTIPULADO NÃO SOFRE ALTERAÇÃO

O Primeiro-Ministro Sá Carneiro, que ontem regressou de uma visita a Paris, declarou à sua chegada a Lisboa que, "as negociações de Portugal com a CEE prosseguirão paralelamente com a tentativa de solução interna dos problemas agrícolas e financeiros que afectam o mercado comum.

Sá Carneiro, afirmou que o calendário estipulado para as negociações sobre a adesão de Portugal, não sofrerá alterações. O Primeiro Ministro, que era aguardado no aeroporto por familiares dos pescadores portugueses raptados pela Frente Polisário declarou, por fim, que tinha debatido com Giscard d'Estaing e Raymond Barre problemas relativos à preparação da economia portuguesa na perspectiva da adesão à CEE.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Depois de se ter colocado à disposição dos jornalistas presentes, respondeu a algumas questões que lhe foram postas.

P - O facto de ter havido, digamos, um reajustamento na política agrícola do Mercado Comum, não pode, de certa forma, atrasar mesmo assim a entrada de Portugal?

R - Depende muito do que se passar no Mercado Comum, mas isso é uma circunstância que nos escapa. O que ficou assente é que a reflexão que está a ser feita e que tanto pode conduzir à alteração das regras comunitárias como à sua confirmação - e se conduzir à confirmação não há nenhum retardamento - mesmo que conduza à alteração, podem as negociações concluir-se no segundo semestre do próximo ano. Portanto, o que interessava é que não houvesse suspensão, que a reflexão não fosse suspensiva em relação as negociações e isso ficou claro. Isso era o mais importante, para além do apoio político no empenhamento da França na adesão de Portugal. E isso foi plenamente confirmado.

P - Está de acordo com a situação da Espanha ser a mesma?

R - Não estamos. É evidente que não nos competia tratar do caso espanhol, sobretudo na véspera de uma visita do primeiro-ministro francês a Espanha. Como já disse na segunda-feira, não estamos em competição com a Espanha, queremos ver também a Espanha no Mercado Comum. Mas, são negociações separadas, dossiers separados. Cada um segue, portanto, a sua trajectória de harmonia com os méritos próprios e as dificuldades próprias de cada um dos dossiers.

P - Sr. Primeiro-ministro. O País atravessa um período de grande agitação laboral. Há greves em terra, no ar e no mar. Como é que o Governo interpreta este período de grande agitação?

R - Interpreta como tem sempre interpretado, aliás, em conformidade com a serenidade. Ninguém contesta o direito à greve. Quem decreta as greves e as faz, assume as suas responsabilidades. Cada um assume as responsabilidades e depois será oportunamente julgado, de um modo político nas eleições, de um modo sindical nas eleições para os próprios sindicatos. Vamos a ver quem é que os portugueses entendem que defende melhor os interesses dos trabalhadores.

P - Isso significa que o Governo vai tomar uma atitude muito firme perante estas greves, nomeadamente, no caso da TAP?

R - O Governo mantém a sua posição. Já o responsável pelo sector, o ministro dos Transportes, teve ocasião de se pronunciar sobre ela. É possível que ele entenda

levá-la amanhã ao Conselho de Ministros. Ainda não tenho essa confirmação visto que ainda não pude trabalhar com eles e o Governo pronunciar-se-á, portanto, sobre a situação, eventualmente, amanhã no Conselho de Ministros.

Como disse à minha saída, acabar com a TAP seria a última coisa a fazer. Mas que estas greves põem em risco a TAP, isso é verdade que põem. Vamos estudar, possivelmente amanhã em Conselho de Ministros, as medidas necessárias para debelar a situação, controlar a situação, evitando o desastre final de acabar com a TAP. Mas não somos nós que a pomos em risco."

P - Sr. Primeiro-Ministro. Como sabe foi criada uma nova Frente política. Um dos seus membros, ex-membro do PSD, fez uma crítica à situação económica portuguesa, ou seja, o Governo AD. Tem algum comentário a fazer?

R - Não vi o texto dessa posição. Estou agora pela primeira vez a tomar conhecimento dela. Os jornais franceses não a reproduziram, como é natural. Mas, os factos falam por si. O resultado da nossa política económica, tive ocasião de, designadamente agora em Paris o verificar, tanto na longa conversa que tive com o Secretário-Geral da OCDE como nas conversas com o Presidente Giscard e o Primeiro-Ministro Raymond Barre, encontrei um enorme apreço pela actuação do Governo em geral, pela actuação e resultados da política económica. Assim aconteceu nas diversas capitais e creio que isso marca. Portugal recuperou prestígio, o Governo tem um prestígio alto por toda a sua actuação em geral, pela actuação do sector económico em particular.

Creio que, críticas de campanha eleitoral não prevalecem contra os resultados que os portugueses sentem, contra a apreciação que os nossos amigos estrangeiros - e as instâncias internacionais exigentes como é a OCDE - fazem. Não sobrevalorizemos as posições eleitorais; estou convencido que essa posição de um membro da Frente Republicana e Socialista é, meramente, uma posição eleitoral. E isso, como sabe, quanto a posições eleitorais, normalmente o que vem ao de cima é o despeito por não ter conseguido fazer o que os outros fizeram.

1.21. Discurso na Comissão de Coordenação da Região Norte - 4 de Julho de 1980

Senhor Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Senhor Presidente definiu e muito bem esta visita ao dizer que era testemunho de apreço e de muita consideração pela obra realizada por esta comissão, por todos os presentes e pelos autarcas que detêm o poder municipal desta região.

Não se trata de uma inauguração, pois este Governo não as cultiva. As obras utilizam-se com naturalidade e não precisam de ser assinaladas com cerimónias de engrandecimento pelos governantes ou mesmo por aqueles para quem elas contribuem.

O que aqui se passou hoje tem o significado da enorme esperança que aqui deixamos no trabalho da Comissão, do conselho, do coordenador da obra de navegabilidade do Douro e de todos os que estão incumbidos da enorme responsabilidade de deterem o poder e de o exercerem em benefício da Região Norte. Honramo-nos de ter contribuído para o início de uma etapa decisiva: a que passou das palavras às realizações. Das palavras estamos todos fartos e cansados, pois da sua multiplicidade o único contributo que houve foi o esquecimento dos interesses reais das nossas terras e das suas gentes.

No poder, como disse o Sr. Eng. Valente de Oliveira, é indispensável que o seu exercício seja descentralizado e desconcentrado. Qualquer poder numa sociedade moderna, deve ser hoje repartido e multiforme e quaisquer tentativas, e muitas foram feitas no passado em Portugal, para o concentrar, denotam exclusivamente incapacidade para o seu exercício. Aqueles que de facto mais poder queriam ter, sempre foram os menos capazes de o exercer. Exercer o poder é praticar, com coerência, coragem e competência, a responsabilidade de que a comunidade nos incumbiu.

A coerência é indispensável para que na nossa actuação de hoje não ponhamos de lado os princípios e as ideias que ontem defendíamos e não esqueçamos as promessas justas que foram feitas.

A coragem é indispensável para que nos libertemos das ideologias e nos mantenhamos firmemente apegados aos ideais e aos princípios comuns às nossas terras e às nossas gentes.

A competência será, obviamente, para bem realizar, detectar os problemas e ser capaz de construir, impulsionar a realização e apoiar a todos os níveis.

É esta a nossa filosofia e esperança comuns que já vai mostrando os seus frutos em actos e realizações. O Governo, como único órgão de soberania a quem cabe a responsabilidade de condução das políticas interna e externa, não se pode dar ao luxo fácil que outros usam de passear pelo país, dando opiniões, vertendo palavras e distribuindo apenas promessas de benesses. Cabe-lhe trabalhar nas realizações e como executivo que é, terá de conceber e apoiar a execução dos outros órgãos do poder.

Esta visita ao Porto, que por imperativo de tempo e de programa só agora foi possível, ganha, felizmente, dimensão quando foi estendida a toda a região. Só assim se pode sentir o pulsar da obra realizada e o clamor de todos aqueles que sentem o que falta realizar. É esta uma maneira de nos estimularmo-nos e de aumentar o nosso grau de responsabilização.

Estou de acordo com a preocupação do Sr. Eng. Valente de Oliveira com as enormes responsabilidades que a nossa geração tem de ter no desenvolvimento regional do país. De facto, lutamos numa hora em que podemos e vamos iniciar uma obra que não tem paralelo fácil nos últimos séculos da nossa história.

As desigualdades regionais do país, a desertificação e o abandono do seu interior foram fruto e consequência das descobertas e da aventura marítima. A atracção de Portugal para poios muito longínquos, levou as nossas populações ao litoral e

fez perder a riqueza gerada no período da conquista do território e do seu desenvolvimento inicial. Hoje estamos voltados para a Europa, isto é, para nós próprios, para o nosso interior e para as nossas capacidades. A Europa já não é miragem como era a Índia, já não é a panaceia que tudo vai resolver, é sim a oportunidade que se nos dá de, com o nosso próprio esforço e a nossa riqueza, acedermos a um nível de desenvolvimento e de dignidade que hoje não temos.

Para vermos a enorme dimensão das nossas desigualdades regionais, e das dificuldades que vamos originar para a própria Europa, basta citar este pequeno facto: Hoje, com os países que compõem o Mercado Comum, a diferença entre regiões desenvolvidas e menos desenvolvidas é de 1 para 6, após a entrada de Portugal, como região mais atrasada da Europa, essa diferença passa a ser de 1 para 14! Não há muitos dias, na reunião da Comissão em Bruxelas, as autoridades comunitárias dos países membros demonstravam ter consciência desta realidade e afirmavam estar prontas a ajudar-nos, desde que nós próprios saibamos receber essa ajuda. Por tudo isto cumpre-me, ao felicitar os empossados quer da Comissão de Coordenação, quer do Gabinete do Douro, chamar-lhes a atenção da responsabilidade a nível do país, que hoje partilham e incentivá-los a, com o muito trabalho que irão desenvolver, engrandecerem a base comum.

Antes de ir dar continuidade a esta visita de trabalho, quero, com toda a sinceridade, expressar os meus agradecimentos ao Sr. Eng. Valente de Oliveira e ainda agradecer a todos, não só pela presença como pelo acolhimento que nos concederam.

Que esta visita seja um marco de trabalho no Norte, no imenso trabalho que a todos nos espera.

Vamos, pois, todos ao trabalho!

Muito obrigado.

1.22. Discurso aos Empresários do Norte - 5 de Julho de 1980

Senhor Presidente da Direcção,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não posso dizer que não me tenha sensibilizado a recepção que aqui me fizeram, recordando-me que uma vez eu fora Presidente da Associação Comercial do Porto. Para mim é-me muito fácil aqui estar e, muito sensibilizado, dizer muito obrigado. Estando aqui em visita de Estado, como Primeiro-Ministro, não quero referir-me às minhas ligações familiares a esta Associação de que tanto me orgulho, nem mesmo ao facto de ser do Porto o que muito me enobrece.

É pela política que estamos praticando, que viremos a ser julgados e é, também, sobre ela que vou fazer uma breve exposição. Nesta visita de Governo ao Porto

quero acentuar desde já que não vimos distribuir benesses, nem fazer promessas de campanha eleitoral, mas para marcar o seu interesse e pagar um tributo a uma região que tem sido fundamental para o desenvolvimento do país.

Em séculos passados, o centralismo régio que se seguiu às descobertas, implicou a diminuição do poder e da actividade comercial da região, o que veio contender com o princípio da iniciativa privada de que já então dispunham os burgueses do Porto.

De facto, a iniciativa privada dos burgueses do Porto deu-se mal com o centralismo régio representado por essas multinacionais que afinal eram o poder de Goa a explorar o comércio das especiarias. O país, devido a esse centralismo, definiu de tal maneira que foi ao ponto de perder a sua independência.

Estou certo que nessa altura haviam concertos belos discursos a favor da importância dos burgueses do Porto e da iniciativa privada do país, que cobriam uma realidade cada vez mais centralizadora e que não compensavam de facto o esmagamento da iniciativa privada.

Assistimos nos últimos anos a algo de parecido ao centralismo cada vez mais feroz, isto é, a uma noção de Estado que esmagou as forças e as capacidades da sociedade civil e que à iniciativa privada apenas fez belos discursos e belas promessas com as quais ela obviamente se deu mal.

A partir de 2 de Dezembro surge uma mudança apoiada numa linha de fundo diferente, onde as realizações, mais do que as palavras, surgem no horizonte e onde a linha de valorização da sociedade civil se sobrepõe à do Estado.

Esta é uma política que recusa colocar-se nos planos partidários e que quer apenas situar-se nos campos das realidades, dos interesses das nossas terras e das nossas gentes e dos grupos de interesses que existem na sociedade portuguesa para a fazer progredir e crescer, sejam esses interesses de carácter empresarial ou sindical. De facto, a sociedade multiforme de hoje, dá lugar a um poder também multiforme. Nada pode ser unificado numa sociedade diversa como é a moderna. A função dirigente não pode substituir-se aos vários interesses em jogo, nem sequer dominá-los. A função do Governo, como responsável único a nível executivo pelas políticas interna e externa do país, é de assumir o poder que lhe foi confiado democraticamente pelo eleitorado, não podendo haver de modo algum obediências a uma ideologia ou a clientelas partidárias.

Esta forma de exercer o poder em prol do país não é cómoda e tem o seu preço, tanto para o Governo como para a maioria que o apoia, não tanto pelas resistências e críticas que se lhe deparam, mas pelas tentativas de desestabilização e de intriga que origina. No entanto, o reconhecimento da sua acção também tem acontecido connosco e permite assim que as forças sociais desenvolvam a sua iniciativa e a sua capacidade.

Estamos, como foi assinalado nas palavras introdutórias do Sr. Presidente da Direcção da Associação, num período de pré-adesão de Portugal ao Mercado Comum Europeu. Temos a perfeita consciência, como disse durante a manhã na visita à Comissão de Coordenação da Região Norte, que a Europa não é a nova Índia, o

novo Brasil ou a nova África, que nos vem permitir viver à custa de riquezas alheias. Trata-se de uma possibilidade, como nas últimas dezenas de anos não tivemos, de vivermos com as nossas próprias iniciativas, esforços, trabalho e valorização dos valores próprios, apoiados por uma organização de vários países europeus que nos concederá, estou certo, a ajuda que nós próprios soubermos merecer. Mais do que um auxílio, é um desafio feito aos homens e mulheres de Portugal que detêm a responsabilidade, a vários níveis, no país e que, ao ser aceite, irá permitir o desenvolvimento da Nação.

Confinados agora às nossas fronteiras de 90 mil quilómetros quadrados mais as ilhas atlânticas, sabemos que temos que viver com os nossos recursos, o nosso engenho, a nossa iniciativa e o nosso trabalho, como vivem os europeus desde a Segunda Guerra Mundial. Não sofremos, felizmente, dos males da Segunda Guerra Mundial, mas também acabamos por não usufruir de todo o período de reconstrução, nova maneira de viver, de agir e de trabalhar que se lhe seguiu e que forjou a Europa de hoje, tendo por base o auxílio americano consubstanciado no "Plano Marshall".

Estamos perante a oportunidade de desenvolver Portugal no quadro da Europa, mas temos de assentar nos nossos recursos e nas nossas capacidades sob uma óptica diferente da que tivemos nestes 6 anos passados.

Além de termos perdido muitas ilusões, nestes últimos 6 anos perdemos as nossas reservas cambiais, apesar de, felizmente, termos conseguido preservar a maior parte das reservas de ouro. Este Governo orgulha-se de ter feito com que as reservas de ouro portuguesas, que no ano passado estavam oneradas em mais 9%, mercê dos pagamentos aos estrangeiros, o estejam neste momento em menos de 4%, ou seja, praticamente livres.

Estamos a desenvolver a política económica de uma forma integrada, apresentando como objectivos essenciais combater a inflação que, como sabem, é uma arma geradora de injustiças, de falta de competitividade e também de um domínio do sector público e de uma esperança de que deste sector venha tudo.

Um outro ponto da nossa política económica refere-se à restrição das despesas públicas que está sendo levado a cabo através de um severo controle que se vai traduzir numa redução de 20% dessas despesas. O crescimento de Portugal está dependente do aumento da sua riqueza e da sua justa distribuição e isto depende da resposta da iniciativa privada e dos empresários que, estou certo, tudo farão com as condições que lhes estão sendo dadas.

Não devemos ter vergonha de dizer que nestes 6 anos o nosso atraso em relação aos países europeus e aos nossos próprios vizinhos aumentou significativamente. Em 1974 Portugal era um país que tinha um rendimento "per capita" de cerca de 80% do espanhol e superior ao da Grécia. Neste momento, com 2000 dólares "per capita", temos menos de 50% do espanhol e 65% do grego, que está na ordem dos 3300 dólares, isto para não falar na média europeia de 8000 dólares "per capita"! É a toda a nossa geração que compete fazer face a este problema e não a nós, políticos, que incumbe recuperar este atraso, através do esforço do sector

público que precisa de ser racionalizado, que defronta graves carências e defeitos e que urge ser redimensionado e esclarecido.

Quando atrás me referi que o sector público necessitava ser esclarecido, foi no sentido de que me parece essencial distinguir no futuro, entre empresas de serviço público, isto é, aquelas que devem de facto assegurar a satisfação das necessidades essenciais básicas de um país, em termos, não de exploração comercial ou de lucro, mas de serviço, e aquelas que interessa que o Estado seja associado, mas que não devem ser empresas públicas, ou seja, empresas em que o Estado está empenhado com os seus capitais mas que se regem pelas regras das empresas privadas, entrando na competitividade e na concorrência, sendo indispensáveis para o saneamento da nossa economia.

Entendo que o Estado não pode substituir-se à sociedade civil nos seus vários aspectos, entre os quais o da iniciativa privada, mas construir politicamente e economicamente um quadro em que as forças da sociedade civil se possam manifestar e mostrar a sua vitalidade. Só assim se pode fazer crescer o país e criar riqueza.

O nosso terceiro projecto para um novo sector público ainda não foi conseguido, não por falta de vontade própria, mas por termos esbarrado na rejeição do Conselho da Revolução a despeito do parecer favorável da Comissão Constitucional. Eis um sintoma de que o regime que temos em Portugal ainda não é plenamente democrático.

Apesar de todos estes encalhes, penso que nos próximos dois anos não só iremos caminhando para uma democracia mais conseguida, como iremos conseguir modificar o quadro estrutural da nossa economia, fixando as regras da concorrência e da iniciativa privada.

São imperativas para o desenvolvimento do país, alterações profundas a todos os níveis de manifestação das forças da sociedade civil, sejam elas económicas, sociais, culturais ou de qualquer outra natureza. Temos, de facto, que exigir tudo isto para que Portugal possa viver como um Estado democrático com a autoridade suficiente para não se deixar governar pelas flutuações da opinião pública ou por pressões de interesses. Só assumindo com clareza o poder se pode desenvolver um programa que foi aprovado pelo eleitorado, sempre sem procurar satisfazer ninguém em particular, mas sim criando situações para que cada um possa, pelo seu trabalho, engenho e iniciativa, criar riqueza.

É num quadro exigente de democracia, que em qualquer país civilizado significa cumprimento das leis, que todos nos temos de habituar a viver, com a implicação de respeito, quer do ponto de vista social, quer do fiscal. Em qualquer país desenvolvido, todos aqueles que têm ou criam riqueza têm que compreender que o facto de a terem ou de a produzirem tem um custo social que se traduz no pagamento dos seus impostos. Só satisfazendo as suas obrigações perante a sociedade, poderão usufruir da riqueza que eles próprios criaram e de a transmitir aos seus descendentes.

Apesar de termos apenas 6 meses de Governo, penso que a minha qualidade, e nisso não tenho falsa modéstia, foi a de ter congregado à minha volta, como Primeiro-Ministro, os melhores ministros que Portugal podia encontrar. Não falo pela minha competência, mas pelas dos meus ministros que formam um Governo de que me posso orgulhar pelo trabalho já produzido. Creio que agora todos podemos olhar o futuro com um pouco mais de confiança, não porque tenhamos sido perfeitos ou isentos de erros, mas, porque, de facto, dificilmente se poderia fazer melhor.

Saio daqui confiante e satisfeito com a reafirmação de que a gente do Porto e do Norte sabe criticar construtivamente, combater e confiar e jamais perderá a esperança de ir viver num país com futuro.

Muito obrigado a todos.

1.23. Entrevista ao Jornal Globo - 9 de Julho de 1980

P. - O Governo a que Vossa Excelência preside prometeu aos portugueses uma mudança para melhor. Passado quase meio ano de acção governativa, considera o Senhor Primeiro-Ministro haverem já sinais dessa mudança?

R. - A melhor forma de constatar os primeiros resultados positivos originados pelas eleições de 2 de Dezembro é a comparação entre a situação que actualmente se vive em Portugal com a crise permanente que até àquela data existiu. Antes do mais, é de realçar que pela primeira vez, de há muito a esta parte, Portugal tem um Governo, dotado das características necessárias de estabilidade e coerência. Em consequência temos vindo a criar as condições mínimas para o reforço da autoridade do Estado, pressuposto indispensável para a crença dos portugueses nas instituições que os regem. Temos procurado desenvolver a nossa acção com a afirmação cabal das responsabilidades direitos e deveres que nos assistem e cabem enquanto único órgão de soberania responsável pela condução das políticas interna e externa do País. E, facto muito importante, temo-lo feito remetendo o Partido Comunista, real detentor, de modo mais ou menos claro, do poder político até 2 de Dezembro de 1979, para o papel que tem que ser o seu numa democracia do tipo da que o povo português pretende ver construída e solidificada: oposição sem qualquer tipo de influência na acção governativa.

Estamos assim a ser fiéis ao mandato que recebemos do eleitorado e coerentes com os propósitos que levaram à constituição da Aliança Democrática, iniciativa que os portugueses demonstraram reconhecer em tudo o que ela contém, incluindo o espírito de respeito supremo pelo interesse nacional e consequente subordinação de eventuais anseios partidários. Mas se este processo de clarificação política era indispensável para que Portugal começasse a mudar, não o era menos a luta por uma recuperação económica que conseguisse atingir os objectivos prioritários de reposição no poder de compra dos portugueses e de desenvolvimento e progresso das estruturas sócio-económicas. E creio que também aqui os sinais de mudança começam a ser sensíveis. Repare, por exemplo, que a manter-se o

nível de subida dos preços dos primeiros meses deste ano teremos uma taxa de inflação, em 1980, inferior a 15%, enquanto que a do ano passado foi de 24%. Em Maio deste ano a taxa de inflação foi negativa: menos de 0,2%. O aumento médio dos salários no ano passado foi de 17%. O deste ano será superior. Também em Maio os preços dos produtos alimentares desceram 1,17%. Os impostos profissional e complementar baixaram e as pensões e benefícios sociais aumentaram.

Podemos portanto afirmar que conseguimos o objectivo que nos tínhamos proposto para este ano: não deixar diminuir o poder de compra dos portugueses, e, mais do que isso, aumentá-mo-lo ligeiramente, embora ainda muito aquém do que é desejável e que pretendemos realizar em caso de continuarmos a ser Governo.

E quero frisar que toda esta acção no campo económico e social se desenvolveu apesar da situação económica internacional e do estado económico-financeiro em que encontrámos o País.

P. - O Senhor Primeiro-Ministro tem denunciado nas suas intervenções vários tipos de oposição nas quais inclui desde outros órgãos de soberania a oposição parlamentar e certas forças sociais. Não entende que tanta agitação poderá ser sintoma de insatisfação pela actividade do seu Governo?

R. - Não. A oposição existente e que se vem exercendo nas sedes, e pelos meios que se referiu, varia, sem dúvida, no tom e métodos de actuação mas reconduz-se toda ela à luta desesperada por um mesmo projecto político que os portugueses já rejeitaram.

É incontestável que muito barulho tem sido feito e que, por exemplo, muitas greves têm sido convocadas.

No entanto, é sabido que tem havido uma grande diferença entre as greves convocadas, que o são na maior parte por motivos políticos, e as realizadas. O Governo, por si, não se incomoda com esse barulho. Sabe muito bem donde ele vem e as intenções que o animam tal como o sabe a maioria dos portugueses. As manifestações convocadas pelo Partido Comunista têm sido as menores de sempre. E os comunistas perdem manifesto poder de mobilização dos trabalhadores contra o Governo, cuja acção os tem beneficiado.

Posso-lhe garantir é que o Governo não se deixou, não se deixa nem se deixará intimidar com essa campanha de agitação e continuará a trabalhar para devolver a Portugal e aos portugueses, o bem-estar e a justiça a que têm direito.

P. - A Constituição Portuguesa instaurou um regime político a que se costuma chamar de semi-presidencialista ou seja um regime em que o Governo para se manter necessita de possuir simultaneamente a confiança política do Presidente da República e da Assembleia da República. Sendo conhecida a oposição do Presidente Eanes em relação à linha política do Governo de Vossa Excelência como explica que ele ainda não o tenha exonerado?

R. - Fomos eleitos em 2 de Dezembro. Assim terminou uma longa crise. Só se a maioria da Aliança Democrática se quebrasse, o que não acontece, o Governo poderia legitimamente ser demitido. Caso contrário contrariar-se-ia a vontade do eleitorado e atirar-se-ia o País para uma crise de consequências incalculáveis.

P. - O seu Governo tem sido acusado de prosseguir uma política externa demasiadamente alinhada com a linha dura do Ocidente, concorda com essas críticas?

R. - É óbvio que essas censuras partem ou de quem gostaria de ver Portugal sancionar a política expansionista e agressiva da União Soviética, ou então de quem por ingenuidade ou por visão distorcida da realidade dos factos pretenderia para Portugal um estatuto de pretensa insensibilidade perante as grandes questões internacionais.

O Governo, por si, não segue nenhuma linha, seja ela "dura" ou "mole". Tem a sua concepção da problemática internacional e está perfeitamente consciente, como o demonstrou nos casos do Afeganistão e do Irão, de que a neutralidade, numa situação tão complexa como a actual, é uma fórmula muito sofisticada de favorecer aqueles que violam os princípios básicos da liberdade e da dignidade da pessoa e dos povos e as regras primeiras das relações internacionais.

P. - Portugal é frequentemente apontado como tendo possibilidades de ser o interlocutor privilegiado entre o Brasil e a Europa do Mercado Comum da qual o seu País em breve fará parte. Perfilha Vossa Excelência essa concepção?

R. - Antes de mais, o meu Governo preocupa-se em desenvolver e materializar as boas relações existentes entre Portugal e o Brasil. Devemos ter essa preocupação como ponto prioritário no relacionamento entre os dois Estados antes de cuidarmos de estabelecer pontes com outros países com os quais os dois povos, embora de formas diferentes, pretendem ter laços especiais. Mas Portugal empenhar-se-á profundamente, posso assegurar-lo, na construção de relações profundas e proficuas entre o Brasil e a nova Europa que queremos ajudar a construir.

P. - Qual a sua reacção à frente da esquerda democrática lançada pelo Partido Socialista? Acha que isola o Partido Comunista ou prejudicará a Aliança Democrática?

R. - Essa federação de forças presidenciais agora lançada pelo Partido Socialista é a imagem pública do desespero. É preciso estar-se completamente desorientado para se quebrar uma promessa que durante anos tem sido proclamada aos quatro ventos. Com efeito aquele partido desde há muito que apresentava como característica de que muito se orgulhava e que o superiorizava na sua opinião, em relação aos outros, a de não fazer, nem o desejar, alianças com qualquer outro agrupamento político.

No entanto podemos constatar que perante o seu desastre eleitoral não restou ao Partido Socialista outra alternativa do que chamar para a sua volta certas personalidades que em Portugal são tidas no geral como pessoas com pouco prestígio e menos futuro político.

É uma tentativa desesperada de conseguir a reeleição do General Eanes, com o apoio dos comunistas, pois isso seria a única forma de continuarem a ter alguma importância na vida política portuguesa.

Não receamos essa federação. É que ela nasceu sob o signo da derrota e com os complexos próprios de quem não tem esperança enquanto que nós nos preparamos para nos próximos actos eleitorais aumentarmos a expressão da nossa vitória depois de Dezembro último.

1.24. Discurso na Câmara Municipal de Leiria - 13 de Julho de 1980

Em resposta às palavras de boas-vindas que o Presidente da Câmara Municipal de Leiria proferiu, nos Paços do Concelho, o Primeiro-Ministro, Dr. Sá Carneiro, em breve improvisado, disse:

Senhor Presidente da Câmara,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ao aceitar o convite feito pela Câmara Municipal de Leiria, o Governo fê-lo, de facto, numa perspectiva de trabalho e não de mera perspectiva protocolar e muito menos por motivos eleitoralistas.

O Governo andou conscientemente arredado do convívio com as autarquias locais e com as populações, durante seis meses. Assim o impunha o muito trabalho a efectuar, a dedicação exclusiva ao trabalho de gabinete, designadamente por parte do Primeiro-Ministro. Os resultados deste labor estão à vista.

Entendemos que é tempo de agora continuarmos esse labor em contacto directo com as autarquias e até com as próprias populações, não para andar a distribuir benesses ou fazer promessas, pois, nem nunca foi esse o nosso estilo.

Conscientes de que o governo detém a totalidade do poder civil executivo em exclusivo, encaramo-lo com responsabilidade. Sabemos que, tal como o poder que é detido pelas autarquias locais, o poder que os eleitores nos confiaram não é para ser exercido em benefício próprio, nem sequer em benefício dos partidos, mas em benefício das populações que realmente esperam os actos do poder e que a política adquira finalmente o seu verdadeiro significado de contribuir para a melhoria das condições de vida de um povo.

Conscientes desta responsabilidade, sabemos que não compete ao governo passear pelo país, dando sentenças ou dando opiniões, fazendo críticas e muito menos servindo-se do poder para combater outros órgãos de soberania ou forças da oposição. Desde o princípio que nos situamos no plano nacional, rejeitando colocarmo-nos no plano da luta política-partidária ou mesmo da luta institucional de que alguns nos culpam. Conscientes, pois, de tudo isto, temos governado

pensando apenas no interesse nacional, no serviço que deve ser o exercício do poder.

Arrostamos com críticas, oposições, campanhas sistemáticas de difamação e obstruções, que são legítimas em democracia, porque das eleições veio o poder e as eleições o podem tirar. Arrostamos com tudo isto, sempre com a mesma cara, coerência, clareza e a convicção de sempre. Desenganem-se os nossos adversários, onde quer que estejam, que este governo não se demitirá das suas responsabilidades, do poder que lhe confiou o eleitorado de 2 de Dezembro. O único julgamento a que nos sujeitamos será feito nas próximas eleições. O julgamento dos representantes do povo português na Assembleia da República, sempre foi favorável ao governo, desde o primeiro momento. Foi este governo, que pela primeira vez viu numa moção de confiança inequivocamente aprovada no Parlamento. Legitimados pelo voto popular do dia 2 de Dezembro e pelo apoio parlamentar, não nos deixaremos intimidar nem paralisar, continuaremos a governar na mesma linha de rumo e de serviço que temos seguido. Não responderemos às campanhas de insultos, de calúnias e de difamações, a não ser na medida do indispensável, para repor a verdade, aguardando serenamente o julgamento que os órgãos de soberania e o eleitorado devam fazer. De facto, como governo, como partido, como políticos, nada temos a esconder, nada temos de que nos envergonhar, porque sempre fizemos os nossos acordos às claras. Foi este o consenso estabelecido pela Aliança Democrática. Nunca fizemos política de bastidores, sempre seguimos uma linha de escrupulosa verdade e respeito pelas leis e pelos direitos das pessoas e das comunidades. É por isso que nos sentimos sempre à vontade onde quer que estejamos e sempre aptos a trabalhar. Aqui estamos a trabalhar no dia de hoje. Pedi aos vários Ministros e Secretários de Estado que aqui se encontram presentes que me acompanhassem nesta visita de trabalho, que vamos concretizar na sessão que agora se segue, para debatermos os problemas, vermos as carências e as necessidades e estudarmos as soluções, para, se possível, desde já, anunciarmos, pelo menos algumas delas.

Leiria pode e deve ser mais do que é hoje. Pode e deve ser um polo de

desenvolvimento ainda mais importante, dado que tem condições mais do que suficientes para isso. A sua situação, a zona industrial que pode desenvolver-se, a forte zona agrícola e piscatória que já possui, implicam que Leiria seja de facto um grande polo de desenvolvimento desta região. Tem carências e necessidades, é certo, que urge pouco a pouco ir resolvendo. Não posso deixar de assinalar que dois pontos da política do governo foram especialmente importantes para esta região. Refiro-me ao cumprimento da lei das finanças locais e ao apoio que o nosso governo deu aos agricultores, quer com a fixação antecipada dos preços, quer com o desenvolvimento do crédito agrícola.

Quanto ao primeiro ponto - o apoio às autarquias locais - para além de uma linha de crédito bonificado de 5 milhões de contos, que já foi anunciada e que tive ocasião de referir aquando da minha visita aos Açores, posso anunciar que, pelo fundo de desemprego, vai ser distribuída pelas Câmaras Municipais a importância de 2 milhões de contos de modo a permitir fazer face aos encargos assumidos antes da lei das finanças locais e que não tinham cobertura no Orçamento Geral

do Estado. É mais um passo que se dá para reforço financeiro do poder local - poder local que é a malha de segurança da democracia portuguesa, isto é, da realização da democracia a nível local.

Se no passado tivéssemos tido, como temos hoje cada vez mais, um poder local sólido, apoiado técnica e financeiramente, não teríamos, com certeza, passado anos de instabilidade, desde a República, e mesmo antes, na Monarquia, seguido dos anos da ditadura. Desenvolver o poder local é um imperativo.

É com enorme prazer que anuncio mais outra medida. Temos de caminhar para o apoio ao sector primário do nosso país - à agricultura e às pescas. Sabemos que não há economias válidas, nem sãs, sem uma agricultura forte. Sabemos que o país tem possibilidades piscatórias que estão longe de ser aproveitadas e exploradas.

Nos seis meses passados fizemos alguma coisa, fizemos o máximo que podíamos ter feito. Cumprimos a nossa promessa única, que foi trabalhar. Encaramos o futuro com tranquilidade e continuaremos a trabalhar até à última hora, rejeitando a demagogia e o eleitoralismo, mas cumprindo o mandato que o povo nos deu, repito, sem nos deixarmos intimidar, sem deixar que nos paralisem, mesmo que nos acusem de campanha eleitoral. Temos a perfeita consciência de que é outrém quem a faz e não nós. Fiéis ao nosso compromisso, continuaremos como até aqui, seja no Terreiro do Paço ou no país, desenvolvendo os nossos esforços, porque tal é o nosso dever.

Agradeço, finalmente, o convite que me foi formulado e que aqui estamos hoje a aceitar, que me permite estreitar o contacto com esta Leiria tão bem conhecida e tão minha querida.

1.25. Discurso no Almoço do Presidente Carstens - 16 de Julho de 1980

Senhor Presidente,

Permita-me V. Exa. que comece por lhe transmitir a mais sincera alegria dos portugueses e do meu Governo em tê-lo entre nós durante estes dias, infelizmente breves.

O facto de nos conhecermos de ocasiões anteriores fez com que nas nossas conversações pudéssemos avançar de forma particularmente frutífera, na análise e nas conclusões sobre os diferentes problemas que interessam os nossos dois países.

Ao falarmos hoje de uma opção europeia bem clara por parte de Portugal, convém lembrar a maneira como a Alemanha Federal apoiou o meu país numa altura em que não estavam ainda reunidas as condições para tomar essa opção.

Hoje temos um largo consenso sobre essa matéria e mais uma vez estamos certos que a qualidade das nossas relações se irá repercutir sobre a forma como deverá evoluir o processo da nossa adesão a breve prazo.

Neste caso, como no contexto da NATO e noutras zonas do globo que mais nos interessam, abrem-se novos campos de cooperação que não deixaremos de aproveitar.

Ao fazermos uma apreciação cuidada e realista da situação internacional em que vivemos, torna-se evidente que todos os propósitos que se possam fazer e os objectivos que se pretendam alcançar, quer a nível externo, quer no âmbito da política interna, são sempre postos em causa se não há condições de estabilidade democrática e se não existe a coragem política necessária ao exercício consciente e firme da actividade governativa.

É possível verificar, como a conjugação da estabilidade interna e externa dos países e das alianças, produzem as condições óptimas para tratar de questões que se põem com frontalidade aos países democráticos.

Não há possibilidade de detente, se não existirem políticas firmes que determinem uma dissuasão verdadeira.

Não há política externa e de defesa claras, nem progresso social e económico reais, se não existirem as condições de estabilidade que permitam aplicar com rigor políticas definidas com clareza.

Acresce em Portugal, que para além dos resultados económicos que tem sido possível obter, põe-se ainda diante de nós a tarefa de completar a democratização do regime.

Não estamos alheios às dificuldades que se põem nesta fase da construção da Europa, mas ao sublinharmos a nossa vontade de construir uma Europa que seja mais do que um mercado comum, sabemos que estamos com aqueles que querem aproveitar o momento actual para avançar em direcção a estratégias comuns, baseados na vontade comum que soube fazer da CEE o maior conjunto económico do mundo.

Mercê da estabilidade que existe em Portugal, foi possível ao actual Governo dar novo e decisivo impulso as negociações que irão determinar a adesão de Portugal à CEE.

Foi também possível assumir, na altura oportuna, posições frontais sobre os acontecimentos ocorridos no Afeganistão. A tentativa de aniquilamento dos que se batem pela liberdade, a que se assiste neste momento, exige dos países democráticos e livres, uma condenação ainda mais firme da acção da União Soviética. O mesmo sucedeu quanto à situação que se prolonga no Irão, onde se continuam a violar os princípios fundamentais dos direitos humanos.

Em ambos os casos pudemos apreciar a forma determinada como a Alemanha Federal definiu a sua posição contribuindo para o reforço do Ocidente.

Estamos empenhados em encontrar soluções para estes e outros problemas e constatamos com satisfação que o Governo alemão está disposto a colaborar na prossecução desse objectivo, reforçando a coesão e a solidariedade da aliança e dos países democráticos e não prescindindo de nenhum dos seus valores fundamentais.

O esforço de defesa que nestes dias se constata existir por parte de países aliados, corresponde a uma visão realista da situação que apoiaremos, particularmente no quadro da NATO, pois só a partir de uma posição de paridade poderão as democracias aliadas defender os seus valores.

Sabemos que não serão fáceis os próximos tempos, tanto no campo económico, como a nível político, mas sabemos que é um desafio aos que têm sobre si a responsabilidade de encarar esses problemas. Os países aliados contam com instituições estáveis e que já deram provas da sua credibilidade.

A próxima sessão da CEE, em que ambos iremos participar, será uma ocasião importante para que se clarifiquem posições. Haverá que saber em que bases deverão os países democráticos ir a Madrid e quais os pontos sobre os quais deverão haver conclusões bem defendidas.

Senhor Presidente,

A primeira visita do Chefe de Estado da República Federal da Alemanha a Portugal é uma forma de relançar, com base nas relações sólidas que já existem, uma co-operação de que nos orgulhamos e que queremos ver estendida e aprofundada nos diversos campos, nomeadamente nos domínios da defesa, da economia e da tecnologia.

Estou seguro de que os Governos dos nossos dois países encontrarão as formas práticas que correspondem ao vigor das suas vontades.

1.26. Discurso na Câmara Municipal de Vila Real - 20 de Julho de 1980

Senhor Presidente da Câmara,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grande alegria que posso aqui agradecer o vosso acolhimento e as boas-vindas que, nas palavras sinceras e verdadeiras do Presidente da Câmara, foram a expressão do sentir da boa gente portuguesa desta região, desta cidade e deste concelho. Ignorava ser o primeiro Primeiro Ministro a estar aqui neste salão. Aumenta a honra que tenho em me encontrar presente em Vila Real.

A partir de um convite para uma iniciativa cultural, foi possível aproveitar as horas desta presença para pensarmos e realizarmos trabalho que traduza a consciência de que se tem de aproveitar todas as horas e minutos.

O governo tem a consciência de que, tal como os representantes do poder local, não lhe cabe fazer turismo político pelo nosso país, dando sentenças, fazendo críticas e desenvolvendo muitas vezes oposição. Não. Ao executivo não compete a palavra fácil ou a sentença muitas vezes injusta. Cabe-lhe o esforço e o resultado da realização. Realização que é premente, visto que vivemos anos de desorientação e de palavras em torrentes de promessas incumpridas. Não é esse o nosso estilo, nem é essa a nossa linha, não é disso que o País necessita. O País precisa de ver que o governo e os autarcas que livremente escolhem, têm capacidade para lhe dar apoio e ajuda. Aqui está, também, um ponto em que há diferença profunda na orientação. Quiseram quase habituar-nos, nestes anos passados, a aceitarmos viver conformadamente como um país sempre em crise, em permanentes dificuldades e que não tinha mais do que ter pena de si próprio. Era aceitar o triste fado e ir sobrevivendo o melhor possível. Cada um procurava arranjar-se sem curar do interesse comunitário ou colectivo. Fomos, assim de crise em crise, mas sentimos que essa não era nem a via da nossa dignidade, nem o caminho do nosso futuro.

Temos hoje, creio, como portugueses, mais confiança em nós próprios e mais certeza de que só pelo trabalho árduo, e não pelas esmolas do estrangeiro, podemos recuperar o nosso atraso e fazer progredir o nosso país. Deve-se isso a vós, representantes das autarquias locais, presidentes e membros das câmaras e dos vários órgãos, porque em contacto com as comunidades, com o sentir e a exigência do povo, soubestes fazer eco da sua voz junto ao governo da República e dos vários governos, exigir e protestar, mas não apenas, realizar também, na medida das possibilidades. Tudo isto se deve aos portugueses que, no seu bom senso, perceberam o sentido das escolhas políticas e que era preciso acabar com o período anterior que há pouco descrevi e iniciar uma vida nova de estabilidade, seriedade, coerência e coragem. Estamos aqui para testemunhar um pouco desse novo estilo e dessa nova vida. Estamos aqui para realizar um pouco mais e andar um pouco mais para diante. Sabemos que são enormes as dificuldades, todos temos a consciência delas e o governo não deixará de as apontar com verdade. Mas isto não chega, pois não é nas dificuldades que pararemos, nem é nelas que nos instalaremos. Sabemos que é muito mais empolgante a resposta que se nos pede de vencer as dificuldades e começar a melhorar o nível de vida. Melhorar a vida - eis o fim essencial da política séria e da política que vale a pena. É forçoso dizê-lo que é preciso melhorar muito mais para recuperar da injustiça e do atraso de que estas regiões são bom exemplo, porque foram discriminadas e esquecidas. Mas não basta dizê-lo, porque não é fazendo crítica do centralismo ou da injustiça que se resolve a dificuldade.

Falou, Senhor Presidente da Câmara, em todos os aspectos relevantes, e, um focou que é o projecto europeu. De facto, a nossa história ensina-nos que Portugal como conjunto, como desenvolvimento harmonioso e justo, sempre se deu muito bem com a Europa e sempre se deu pior com o isolamento em relação a ela. Portugal enquanto foi até ao século XIV-XV um país eminentemente europeu, viu o seu interior desenvolvido, viu percorridos esses caminhos, circulada a riqueza, em suma viu um país que não era apenas uma capital imperial que subordinava tudo a ela, mas era um país de dimensão e realização humana de norte a

sul. Aí estão tantos e tantos monumentos a demonstrá-lo, desde Miranda do Douro até aqui. Pois bem, quando Portugal voltou as costas à Europa, e se lançou nos descobrimentos, foi-se acumulando todo o país na capital e o resto foi definindo em injustiça e muitas vezes em miséria que ainda hoje vivemos. Eis um dos aspectos do sentido profundo do projecto europeu. Portugal integrado na Europa será um Portugal desenvolvido do litoral até ao interior, e não será mais o Portugal duma pequena faixa, com o esquecimento do restante. Isto não são apenas palavras ou ideias. O nosso governo procurou dar, e, já o conseguiu, um impulso às negociações para que a adesão se faça o mais rapidamente possível. Imediatamente procurou concretizar a ajuda para o período da pré-adesão que lhe tinha sido oferecida pela própria comunidade em 1978 mas não aproveitada, ajuda que não é monetária mas de construção e desenvolvimento de infraestruturas. O governo procurou concretizá-la neste plano de desenvolvimento do interior, apresentando um programa de construção de estradas para que o interior do país quebre o seu isolamento, atraia riqueza e possa, com a possibilidade de trabalho que aos seus habitantes são dadas, recuperar esse esquecimento. Mas quem diz a Europa, a nossa história e o desenvolvimento, diz também necessidade de educação e cultura. Sem elas o desenvolvimento poderá ser apenas crescimento económico e maior injustiça, e é preciso que seja o desenvolvimento integral do homem, melhor condição de toda a vida e não apenas do aspecto material.

Tem o governo procurado dedicar aos sectores de educação e da cultura o seu esforço de acção administrativa, política e financeira, mas as carências são de tal modo que há que intensificar esse esforço designadamente no plano financeiro. Por isso, o governo, anuncia, hoje, que através do fundo de desemprego foi reforçado programa de construções escolares em todo o país, com a quantia de dois milhões e quinhentos mil escudos. Assim, será um pouco dessa verba distribuída por todo o país, que permitirá acelerar aqui o programa de construções escolares. Teremos ocasião durante as nossas reuniões de trabalho, de ver outros pontos e de, em contacto com os representantes do poder local, procurarmos rapidamente encontrar algumas soluções para os casos pendentes.

Meus amigos, é esta uma sessão informal e ainda bem porque não viemos aqui buscar aplauso fácil ou quaisquer louros. Viemos conviver e trabalhar. Assim deve ser, assim concebemos a nossa actividade e assim temos sempre procedido. Mas isso não tira a alegria deste convívio e deste trabalho, porque, apesar de tudo o que significa, de injustiça e de ataques reprováveis e incorrectos, ser governo, nós de consciência tranquila, procurámos trabalhar no quadro de um projecto nacional. Quando se sabe que se exerce o poder, não como serviço próprio mas como serviço do povo e dos cidadãos, há uma coisa que ninguém nos pode tirar: o entusiasmo da acção concreta e a alegria de sabermos que estamos, na medidas das nossas possibilidades, com todos os portugueses que continuam a acreditar no nosso país e a viver de cabeça levantada. É a nossa acção que nos permite continuar com serenidade, firmeza, toda a dedicação, a alegria e entusiasmo, em busca do dever cumprido.

Muito obrigado a todos.

1.27. Conferência de Imprensa à Chegada à Madeira - 26 de Julho de 1980

Repudiada existência do Conselho da Revolução numa democracia plena e o boicote "constitucional" ao Estatuto da Madeira

"A primeira coisa que quero fazer, ao chegar na minha primeira visita oficial à Madeira, é saudar efusiva e amigavelmente, calorosamente a população da Madeira e do Porto Santo" disse ontem à noite, na Sala dos VIP's aos jornalistas, o Primeiro-Ministro, Dr. Francisco Sá Carneiro.

Continuando, afirmou que ambas as ilhas do arquipélago da Madeira, "são terras para mim bem conhecidas, populações que antes sempre me apoiaram (embora não como Primeiro-Ministro) com uma grande amizade, e às quais estou ligado há muitos anos. Para elas é-me grato dizer esta palavra".

Ao caracterizar, de seguida esta deslocação "uma visita de trabalho", o chefe do executivo da Aliança Democrática salientou que "o Governo da República e os governos dos Açores e da Madeira trabalharam sempre, desde a nossa posse, dia 3 de Janeiro, em íntima colaboração. Era isto necessário para fazer avançar e consolidar a autonomia, não nas declarações retóricas ou nas palavras, (muitas haviam sido empregues e continuam a ser) mas ao nível das realizações e dos actos".

"E assim se progrediu" - sublinhou o Primeiro-Ministro. "Concluimos no entanto que era útil uma vinda de uma delegação do governo à Madeira para avançar em contacto directo com alguns "dossiers" mais complicados que exigiam conversações mais laboriosas e uma consulta directa com os serviços. Foi assim grato ao meu governo corresponder ao interesse e solicitação do Governo Regional para esta reunião".

Esclarecendo não querer adiantar pontos concretos daquilo que vai ser o resultado da reunião e do que foi já o seu trabalho preparatório, o que será feito hoje, o chefe do Executivo AD, todavia, aproveitou o ensejo para frisar que "se a íntima colaboração existente entre o Governo da República e o Governo Regional da Madeira é necessária para consolidação e o progresso da Autonomia, é-o também para a estabilidade política do todo nacional".

"Temos um País ~ prosseguiu -- com Regiões Autónomas e a estabilidade nacional tem de ser encontrada dentro dessa diversidade. Assim o temos procurado fazer com êxito. Um aspecto que facilitou a nossa tarefa foi também a facilidade e a naturalidade em conciliar e harmonizar a maioria nacional da Aliança Democrática com as maiorias regionais dos Açores e da Madeira. Partilhando do mesmo projecto nacional, que se vai continuar nos próximos anos, essa harmonização facilitou as relações entre os órgãos que detêm, em exclusivo, o poder executivo a nível nacional e a nível regional".

"E é por isso - concluiu a sua declaração o Dr. Sá Carneiro - que com alegria aqui nos encontramos e com entusiasmo continuaremos a trabalhar".

O DIÁLOGO COM OS JORNALISTAS

Embora prevenindo que sobre os assuntos a debater e resolver no Conselho de Ministros que terá lugar hoje no Palácio de São Lourenço, conjuntamente com o plenário do Governo Regional, não poderia adiantar nada, o Primeiro-Ministro aceitou responder às perguntas que lhe pusessem os representantes dos meios de Comunicação Social (entre os quais se encontravam na sala dos VIP's, alguns vindos à Madeira expressamente do Continente para cobrir esta visita governamental).

Imediatamente foi levantada a questão se existiria termo comparativo entre a visita do Presidente da República, General Ramalho Eanes, aos Açores e a do Primeiro-Ministro Dr. Sá Carneiro à Madeira. Para o Chefe do executivo da AD, estas visitas não se podem comparar.

"As visitas - asseverou - têm um conteúdo completamente diferente. O Presidente da República, como é sabido, não tem poder executivo. As suas visitas, são visitas de representação e visitas protocolares. Quem tem, na área civil, o exclusivo do poder executivo é o governo. As nossas visitas, são visitas de realizações e de trabalho".

Eanes não promulgou ontem o estatuto dos Açores mas sim no dia 21!

A propósito de estar a ser referido, na imprensa portuguesa, que o Presidente da República iria promulgar ontem o Estatuto da Região Autónoma dos Açores, o Dr. Sá Carneiro confirmou que disso tomou conhecimento de que a visita do General Eanes àquela Região segundo o declarou o próprio era "partilhar a Autonomia e contactar com as populações açorianas, mas depois vi-lhe realmente imputado, que iria promulgar o Estatuto dos Açores. Creio que há aí um lapso. Porque o Estatuto dos Açores já eu, como Primeiro-Ministro o referendei ontem! (Anteontem, para os nossos leitores). E já estava promulgado pelo Senhor Presidente da República no dia 21. Ontem (anteontem), entre as leis que foram da Assembleia da República para eu referendar- eram três- estava, o Estatuto dos Açores, já promulgada pelo Presidente da República e que seguiu já hoje (ontem) para o "Diário da República".

O estatuto da Madeira em questão

O redactor do "Jornal da Madeira", de seguida, inquiriu o Dr. Sá Carneiro acerca do Estatuto da Madeira:

J.M: - E em relação ao Estatuto da Madeira? O Conselho da Revolução decidiu enviá-lo à Comissão Constitucional. Isto sabe-se que é o mesmo que lhe dar um NÃO e declará-lo inconstitucional. O que pensa disso o Senhor Primeiro-Ministro?

- "Bem vê- começou por responder o Dr. Sá Carneiro numa democracia plena, as leis aprovadas pelos órgãos legítimos de poder, como o são o Governo e a Assembleia da República, não estão sujeitas a outra tutela que não seja a fiscalização da Constitucionalidade. É um sintoma da existência do órgãos, como é o Conselho da Revolução, que tem um poder de fiscalização prévia, o que não existe nas democracias plenas".

"Quando fizermos a revisão da Constituição e terminarmos com o Conselho da Revolução prometeu o Dr. Sá Carneiro acedendo então à democracia plena que o País exige de nós, isso não se verificará!"

O caso do "Rio Vouga" a grande vitória do Governo é "cumprir a sua obrigação"

A libertação dos pescadores do "Rio Vouga" aprisionados pela Frente Polisário, no Norte de África, também foi tema duma pergunta colocada ao Primeiro Ministro. Inquirido se considerava essa libertação "uma vitória política", com incidência eleitoral, o Dr. Sá Carneiro explicou que "as grandes vitórias do governo - as que tem tido e as que espero continuará a ter - são cumprir a sua obrigação. Fazê-lo o mais possível discretamente e sem alardes. Realizar é obrigação do governo; cuidar dos portugueses e assisti-los em caso de necessidade. Foi o que aconteceu com os pescadores. Fizemo-lo desde o princípio com todo o esforço, conseguimos a sua libertação! Estamos satisfeitos".

"Tenho sempre dito - avançou ainda o Primeiro Ministro - desde a campanha eleitoral do ano passado, que as eleições são um julgamento. Aguardamos com toda a serenidade o julgamento, em face das realizações, mais do que das palavras e dos festejos.

Cumprimos mais uma vez o nosso dever ao conseguir a libertação dos quinze pescadores portugueses que estavam detidos".

Recusando que o enviado português tenha excedido os deveres de que estava encarregado conforme o sentido da interrogativa proposta pelo jornalista, o Primeiro Ministro revelou sucintamente: "Consegui a libertação dos pescadores portugueses. O Governo Português já se pronunciou, quer ontem (anteontem) através do vice-Primeiro-Ministro, quer hoje (ontem) através de uma nota oficiosa da Presidência do Conselho e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobre a interpretação do comunicado, essa é a posição que conta!" Sobre o resto laconicamente disse o Dr. Sá Carneiro: "Ainda não falei com o nosso enviado..."

Novamente instado a pôr os pontos nos is se o Governo da AD "reconhece a Frente Polisário como legítimo representante do povo Sarauí", o chefe do executivo nacional acentuou que "esse problema não foi posto, nem consta do tal comunicado".

Autonomia e o sector económico-financeiro

O representante do "Jornal da Madeira" lembrou ao dr. Sá Carneiro que sendo "a consolidação da Autonomia" um dos objectivos da sua visita, era pena que até ao momento a regionalização do sector económico-financeiro não tenha sido ainda levado na devida conta. "O Senhor Primeiro-Ministro - questionámos - não acha que seria de avançar quanto antes nesse sentido Qual a opinião que tem a esse respeito?

Porém, o Primeiro-Ministro relegou para o dia de hoje esclarecimento: "Esse é um dos tais pontos de que só falo amanhã. Como a reunião de trabalho é só amanhã, se eu vou já adiantar alguns pontos e a minha opinião primeiro... Até que a minha opinião não será necessariamente o resultado do trabalho. Ainda temos que acer-

tar alguns pontos e trabalhar que é isso que viemos aqui fazer! Esse é um dos pontos concretos que remeto para amanhã".

Os temas do Aeroporto Intercontinental da Madeira, Zona Franca e muitos outros ligados ao quotidiano dos madeirenses serão tratados no decorrer do Conselho- de Ministros de hoje. Na declaração do Dr. Sá Carneiro se assevera que "há uma boa trintena de pontos mais! Tal como na primeira fase havia mais de quarenta..."

Perante a insistência se "vai haver ou não vai haver novo aeroporto para a Madeira", o Dr. Sá Carneiro pediu, que se aguardasse a resposta para hoje. "Para já - disse sorrindo - aterrámos muito bem!"

Este ano o preço da gasolina não aumentará!

Abordado acerca das diferenças de preço, em cada litro de gasolina, existentes entre a Madeira, Açores e o Continente, o Primeiro-Ministro não se escusou de informar que, "infelizmente, as actualizações são inevitáveis, em função do aumento do preço do petróleo. O que iremos nós fazer?! O preço do petróleo não pára de aumentar! Se ele parasse, o preço da gasolina também não aumentava. Agora este ano, o que está dito e será mantido, não haverá revisão dos preços dos combustíveis. A gasolina, portanto, não aumentara em 1980".

Eanes não ganhará as eleições!

Uma nota de humor, no decorrer da informal conferência de imprensa que o Dr. Sá Carneiro facultou aos jornalistas no aeroporto, foi a intervenção de uma repórter continental.

- Sr. Primeiro-Ministro - interrogou - era só uma pergunta. O Dr. Lucas Pires em Aveiro disse que a geração do Dr. Sá Carneiro dirigia o País nos próximos dez anos! O Dr. Sá Carneiro já anunciou oportunamente que se o Presidente Eanes for reeleito não será Primeiro-Ministro. Quem é que acerta em termos de continuidade política?

- "Acertamos os dois!" - assinala o chefe do executivo da Aliança Democrática.

- Porquê? - insiste a jornalista.

- Porque o Senhor Presidente não será reeleito!"- respondem quase simultaneamente o Dr. Sá Carneiro e a jornalista acompanhados pelos risos mútuos, a que se juntou o Presidente do Governo Regional, Dr. Alberto João Jardim.

- Muito obrigado!, diz a repórter,

Zona Franca:

Problemática estudada pelo Governo

A criação da Zona Franca na Madeira e a consideração pela AD dos estudos elaborados pelos governos anteriores, nomeadamente quando era Ministro o Prof. Sousa Franco, foi o contexto de outra interrogação, a última desta conferência de imprensa. O Dr. Sá Carneiro consentiu crer que sim. "Creio ter sido considerado

no dossier, o qual ainda não conheço em parte. O assunto já foi estudado e tal problemática também o foi por parte do governo".

1.28. Comunicado do Governo - 16 de Agosto de 1980

O Governo tomou, na passada quinta-feira, posição na questão das acusações dirigidas contra o Dr. Sá Carneiro, quanto a uma alegada dívida à Banca nacionalizada. A posição do Governo foi lida pelo primeiro-ministro, com o Governo presente, perante as câmaras da RTP e consta da seguinte declaração do Conselho de Ministros sobre a situação política:

- O País encontra-se envolvido no processo preparatório das eleições para a Assembleia da República. As listas de candidatos á deputados foram apresentadas e tudo decorre com inteira normalidade democrática. Em breve iniciar-se-á a campanha eleitoral e a 5 de Outubro os portugueses serão chamados a pronunciar-se sobre a acção do Governo e a composição do novo Parlamento. Enquanto isso, as instituições funcionam, as liberdades estão asseguradas e há tranquilidade social. O Governo trabalha com afincos e serenidade.

Não é esta a altura para se proceder ao balanço da actividade governamental. Mas é importante sublinhar que desde janeiro os portugueses sentem que há estabilidade, melhor ritmo e maior eficácia na condução dos assuntos do Estado. A mudança necessária e prometida vem-se fazendo, sem sobressaltos, mas com firmeza. Reduziu-se a inflação, os salários reais dos trabalhadores e as pensões sociais aumentaram e os impostos diminuíram. As reformas continuam a fazer-se e o País caminha finalmente para melhores dias.

É neste quadro que, de súbito, se intensificam do lado da oposição as vozes e os movimentos destinados a conseguir a queda do Governo antes das eleições. É isso que políticos socialistas e comunistas, em coro, reclamam com linguagem cada vez mais violenta.

O Governo compreende e respeita todos os direitos da oposição e não se surpreende com as suas críticas, mesmo quando as julga infundadas ou injustas.

Mas o Governo não pode, com o seu silêncio, pactuar com tentativas que não têm outro significado e objectivo que não sejam o descrédito das instituições, o desrespeito da democracia e a destruição dos fundamentos da dignidade do Estado português.

Tem por isso o Governo o dever de manifestar perante o País a sua mais viva condenação pelas práticas e pelos métodos que socialistas e comunistas, em uníssono, vêm empregando para alcançar os seus fins.

Quando a crítica política é substituída pelo ataque pessoal e pela calúnia, quando a análise e a fiscalização dos actos do Governo dão lugar à pura difamação, quando o respeito devido às instituições do Estado cede o passo a pressões intoleráveis - então, é altura de relembrar que o Governo de Portugal não está em

leilão, que não se verga a ameaças, e que sabe muito bem assumir, perante o povo que o mandatou, as suas responsabilidades.

E é bom, igualmente, recordar, diante dos portugueses, que os membros do actual Governo, enquanto na oposição, nunca utilizaram em relação, aos seus adversários políticos da época, e seus detractores de hoje, os meios reprováveis que, também neste ponto, se compreenda a distância que vai, quanto a processos políticos, entre quem governa e quem se lhe opõe.

Claramente, socialistas e comunistas deixaram já entender o seu objectivo: conseguir, que o Presidente da República nomeie um Governo que lhes seja mais favorável, antes das eleições de 5 de Outubro próximo, à semelhança do que já tinham conseguido antes das eleições de Dezembro de 1979.

Nem sequer o insucesso do método do ano passado lhes serviu de lição. Querem repeti-lo e não olham a meios.

Tentaram, primeiro, que a agitação social conduzisse à paralização da economia e do trabalho. Perderam essa batalha, pois os trabalhadores portugueses já mostraram que rejeitam aventuras. Tentaram, depois, que amplas mobilizações populares mostrassem que o Governo estava isolado. Também essa batalha perderam, pois não só tais tentativas foram um fracasso como muitos portugueses participaram activamente em manifestações de apoio ao Governo. Tentam, agora, a última arma: o ataque pessoal e a difamação.

O pretexto não é novo e tem vindo a ser agitado por sectores comunistas, desde 1976, em versões grosseiras, contraditórias e sempre caluniosas. Em causa estavam, como estão mais uma vez, supostas dívidas do actual primeiro-ministro à Banca nacionalizada. Em Agosto de 1979, a campanha de ofensa à sua honra e à sua dignidade recrudescceu e tornou-se sistemática, até às eleições de 2 de Dezembro. O actual primeiro-ministro apresentou então queixa, por abuso de liberdade de imprensa, contra o principal responsável da campanha jornalística em curso. Já este ano, em Abril, e perante novos avanços da campanha, voltou a ser instaurado novo processo-crime, por difamação e injúria, contra o mesmo responsável comunista. O assunto foi entregue aos tribunais, como é devido num estado de direito.

O poder judicial deveria ter julgado o caso em Julho passado, mas, por iniciativa do difamador comunista, réu nesse processo, o julgamento foi adiado para data indefinida.

Estavam, pois, criadas condições para, com os tribunais fechados, e beneficiando das férias judiciais, prosseguir a campanha caluniosa que, com fins políticos evidentes, os sectores comunistas vinham alimentando.

O primeiro-ministro repetidamente declarou e declara que nada deve à Banca nacionalizada e, em particular, à instituição bancária que tem sido referida, a qual também já o afirmou expressamente e por escrito há mais de um ano.

Perante a iniciativa do primeiro-ministro de proceder judicialmente contra quem o acusava de dívidas inexistentes, os seus detractores procuraram lançar novas

calúnias para manter acesa a difamação, acusando-o de alegadas fraudes e delitos.

Também por essa nova calúnia os seus autores responderão em tribunal. O primeiro-ministro nunca praticou qualquer acto ilegítimo ou ilícito e sempre as suas relações com a Banca se processaram dentro da mais estrita legalidade e correcção.

Só resta aguardar que os caluniadores sejam punidos pelo poder judicial. E o simples facto de que o assunto, por iniciativa do primeiro-ministro, se encontra entregue aos tribunais, demonstra também a má-fé daqueles que dizem estranhar um suposto silêncio do primeiro-ministro em torno desta lamentável questão.

Perante esta situação, que não pode oferecer dúvidas a ninguém com o mínimo de dignidade e de boa-fé, a calúnia, tal como no ano passado, antes das eleições, volta a ser agitada em total desrespeito pelo poder judicial.

Desta vez, porém, há um facto novo. O Partido Socialista e os seus aliados de agora mais uma vez se associaram aos comunistas e, aproveitando o trabalho difamatório por estes realizado, procuram dele retirar proveito político. Não surpreende que isso aconteça. Mas não deixará, certamente, de constituir motivo de condenação para a generalidade dos democratas que os socialistas tenham escolhido estes métodos, moral e politicamente tão repulsivos, para oferecer aos portugueses a imagem de uma frente unida de socialistas e comunistas.

O comportamento do P. S., do P. C. e dos seus aliados de circunstância, é significativo. Revela que não têm mais argumentos, senão os da calúnia, para denegrir o Governo. Revela que deixaram de acreditar na vitória eleitoral. Revela desespero e derrota.

Mas, se o seu comportamento é significativo, não o é menos aquilo que proclamam como intenção. O que está em marcha é um processo antidemocrático destinado a tentar derrubar o Governo por meios ilegítimos. O que está em curso é uma indigna tentativa de instrumentalização da instituição parlamentar. O que está à vista é uma evidente violação do respeito devido ao poder judicial.

O Governo declara, solenemente, que recusa pactuar com o clima desestabilizador que, recordando 1975, os comunistas, agora com a colaboração prestimosa e solícita dos socialistas, estão a procurar criar.

O Governo garante, firmemente, aos portugueses que não se demitirá e que responderá, pelos meios políticos e judiciais ao seu alcance, a esta triste campanha que procura anti-lo, primeiro, para derrubá-lo, depois.

O Governo não se deixa nem deixará intimidar.

O Governo continuará a trabalhar e a prosseguir com vigor a verdadeira defesa das instituições democráticas, da dignidade do Estado e do bom nome de Portugal.

1.29. Discurso no Seminário de Candidatos a Deputados pela Aliança Democrática - 30 de Agosto de 1980

Quando os candidatos da Aliança Democrática se reúnem para pensar politicamente, creio que a primeira coisa que devemos tomar consciência é que sobre nós todos pesa a responsabilidade de transmitir ao país quão decisiva é a escolha que se aproxima. Porque se as eleições passadas foram um ponto de passagem obrigatório, e indispensável, estas são as eleições verdadeiramente decisivas da Revolução do 25 de Abril.

Gostaria de começar por falar do que foi e do que é a revolução. Porque o recuo temporal que já temos permite-nos ver mais claramente coisas de que no dia-a-dia destes seis anos passados, nem sempre nos apercebemos. Quando surge uma revolução, quando ela é acompanhada de um processo de descolonização, como foi o nosso caso, há e houve concretamente duas tendências, dois projectos. Não só de sociedade, mas de política e de regime. E hoje é para mim claro, que aquilo que estamos a viver e que vivemos no passado é consequência do confronto e do embate desses dois projectos. O primeiro projecto é o projecto de institucionalizar a revolução, de manter um certo poder nas mãos de quem a fez e de congregar à volta desse núcleo o consenso passível para se impor o projecto de revolução institucionalizada. O segundo projecto, é o projecto da liberdade, da livre escolha dos caminhos a seguir. Falando concretamente e porque estamos entre candidatos e sem órgãos de informação, à vontade podemos falar, é hoje para mim claro que o primeiro projecto de institucionalização da revolução foi tomado por um grupo militar que é hoje muito claramente "o grupo dos nove", de que fez e faz parte o Presidente da República, tendo a si associado o Partido Socialista e o Partido Comunista.

Logo no início foi isso que estive na base da crise do 1.º Governo Provisório, da chamada crise Palma Carlos. E a aparência da luta em 1975, dum certo grupo militar desse "grupo dos nove" e do Partido Socialista contra o outro sector, foi o embate no seio desse grupo amplo na luta pelo poder. Convencidos que o Partido Comunista estava empenhado em tomar o poder para longo tempo, afrontávamos o grupo de militares com o PS, e combatemos nós também contra esse Partido Comunista, e essa facção militar de extrema-esquerda que lhe estava associada. Mas o Partido Comunista, ao contrário do que então se julgava, não pretendia assenhorar-se do poder em Portugal, por longos anos. Pretendia apenas controlá-lo o tempo suficiente para fazer a descolonização à sua maneira e é por isso que a partir da data da independência de Angola, de 11 de Novembro de 1975, o Partido Comunista consegue livrar-se da extrema-esquerda e do acordo que com ela fizera e volta a formar-se o entendimento "grupo dos nove", PS e PC

Foi o 25 de Novembro e a afirmação feita ao País por um dos membros do "grupo dos nove", coronel M. Antunes na altura, em nome desse grupo e por esse grupo mandatado como hoje é sabido, de que não podia construir-se em Portugal a democracia e o socialismo sem a cooperação do PC

E a luta e a crise no PSD, por haver no PSD quem quizesse sair do Governo se ficassem no Governo os comunistas.

É todo o processo posterior. E de 26 de Novembro em diante, vemos de facto o PS cada vez mais influente e o PC em cada vez maior recuperação. Não vale a pena dar mais detalhes daquilo que se seguiu olhado a esta luz é bem revelador, a meu ver.

Estamos hoje nesta situação. E o elemento perturbador de todo este projecto que teve aceleramentos visíveis e denunciados como foi o Governo Pintassilgo, o elemento perturbador foi a vitória da Aliança Democrática no dia 2 de Dezembro. E a Aliança Democrática com a sua maioria e formando Governo veio demonstrar ao País que se podia dirigir Portugal, no Executivo e no Parlamento, sem socialistas, sem comunistas e se necessário contra eles. A experiência foi feita e devia ter sido feita, embora na altura se tivesse discutido se valia a pena ganhar as eleições e investir tudo nas eleições de 79 ou deixarmo-nos para as deste ano. Creio que foi a estratégia seguida de investir plenamente nas eleições de 79. Sem isso a AD não teria hoje credibilidade no duplo aspecto da governação e da sociedade. Estamos já muitas vezes esquecidos daquilo que de nós se dizia, que não resistíamos aos primeiros embates e que nos cindiríamos. Daquilo que o PS almejava e era, no caso de acedermos ao poder, no entender deles se possível sem maioria, falharmos na experiência da governação, na capacidade da governação. Provou-se ser ilusório. Mostrámos ser um entendimento interpartidário, coeso e firme, capaz de governar e de governar melhor do que aqueles que nos tinham antecedido. E esta experiência fatal para a oposição, feita pela primeira vez depois do 25 de Abril, explica a sanha dos nossos adversários.

Sendo estes dois projectos, repito não só de sociedade mas de regime e de política inconciliáveis, tenho para mim muito claro que é impossível qualquer acordo com o PS. Qualquer acordo com o PS representa sempre, segundo a lição dos factos, um aumento do poder do PC. E aquilo que a princípio parecia sólido revela-se no final minado e conquistado pelo PC. Dois exemplos apenas: a eleição do General Ramalho Eanes. Feita em circunstâncias que justificaram a escolha do candidato, e estou à vontade para o dizer porque fiquei vencido no Conselho Nacional do meu partido que se pronunciou pela escolha do candidato Ramalho Eanes, embora estivesse no dia seguinte disciplinadamente, como Secretário-Geral, então, a convidá-lo para ser nosso candidato, o General R. Eanes parecia ser o sólido Presidente da República do regime democrático e de opção democrática. E hoje vemos que é afinal o candidato dos socialistas e dos comunistas.

Acreditou, pois, o CDS de boa-fé que podia responder à crise política, económica e financeira do País fazendo um governo de coligação, ou melhor, de acordo com o PS. E cedo verificou, meses passados, que isso apenas reforçava o poder do P.C., designadamente na zona da Reforma Agrária. Toda a tentativa do projecto que se nos opõe, projecto militar/marxista, chamemos-lhe assim, foi o de atrair para a sua órbita o maior consenso possível, por isso falam tanto em consenso.

Vivi por dentro, ou melhor, por dentro do partido, o que foram as tentativas desde o início para atrair o PSD para esse projecto. Esteve o PSD quase que nele imerso, sem possibilidade de regresso. Assim o vim encontrar, quando depois dum período de doença regressei em 1975. E as crises que o PSD viveu, e não foram poucas nem pequenas como sabem, hoje, olhando para trás, explico-as, no fundo precisamente por essa tentativa de fazer, mesmo a troco de algum poder, o meu partido agregar-se ao projecto militar/marxista. E se isso tivesse sucedido, aí não tenhamos dúvidas nenhuma de que esse projecto se consolidaria e governaria o País por muito tempo, seria de facto regime.

Com todas as dificuldades a opção foi outra; a opção é a nossa. Daqui deriva, portanto, e eu não queria alongar-me muito nesses factos históricos, embora todos tenhamos muito que contar e muito que recordar e muito que interpretar a esta luz, se ela é correcta, de que não podemos esperar nem acordo com o General Ramalho Eanes, nem acordo com o PS, mesmo para a revisão da Constituição.

Veremos depois as consequências práticas que isto implica. Sendo esta a situação, como devemos encarar o País e a política numa perspectiva de Estado que é aquela em que nos devemos situar sempre, nós políticos e todos o somos, especialmente nós candidatos a deputados. Creio que a primeira reflexão deve ser sobre a Nação que somos. Da Nação que somos partir para a que Estado e Constituição lhe deve corresponder. Para depois definir a política necessária para que o Estado e a Constituição estejam conformes à Nação que nós somos.

Ora Nação que somos é uma Nação profundamente traumatizada, profundamente descrente de si própria, que se viu de súbito reduzida à sua dimensão continental e insular sem as colónias em que durante longos anos, longos séculos, acreditou, porque se vê desprovida de recursos naturais significativos, porque se vê numa situação de atraso económico e social impar na Europa com excepção da Turquia.

Como sabem o nosso atraso em relação à Grécia é patente, visto que o nosso rendimento por cabeça é cerca de 65% apenas daquilo que é o rendimento por cabeça na Grécia e menos de metade do da Espanha.

Os países com maior rendimento "per capita" estão cinco ou seis vezes à nossa frente, nós com os nossos magros dois mil dólares. E sentimos isso, mas não é só isso. Somos um país com profundas desigualdades regionais, a tal ponto que a taxa de desigualdade entre as regiões desenvolvidas e menos desenvolvidas na Europa é de 1 para 6 na Europa, na Europa dos 9. Depois da entrada de Portugal será de 1 para 14, especialmente pela presença da região de Trás-os-Montes, a mais atrasada da Europa dos 12. Somos, portanto, um País, uma Nação bastante à deriva, que se sente sem confiança em si própria, sem capacidade de iniciativa, com poucos conhecimentos, com pouca ciência, ciência e conhecimentos que são a base da sociedade de hoje, da sociedade desta década e do próximo século. Passamos de facto, estamos a passar da sociedade do capital, da sociedade dos recursos naturais para a sociedade em que a chave é o conhecimento e a informática. E sentimo-nos perdidos no meio disto, no meio das crises do petróleo, no meio das tensões internacionais. Mas somos uma Nação com possibilidades, se

nos organizarmos, mais como povo do que como território com as suas riquezas. Temos de nos organizar porque assim somos, como Nação de regiões em primeiro lugar. Das regiões do Continente e das Regiões Autónomas e como Nação de Comunidades. Já o somos por impulso natural dos nossos emigrantes, do ponto de vista financeiro. Disse-o há tempos no colóquio dos emigrantes e volto a dizê-lo porque é verdade, não sei se teríamos capacidade de sobrevivência como País, se não fossem as remessas dos nossos emigrantes que atingiram no ano passado qualquer coisa como 130 milhões de contos, mais de 2,4 biliões de dólares. Previa-se que este ano não crescessem. Cresceram 20% no primeiro trimestre, devem atingir qualquer coisa como 140 a 150 milhões de contos, 2,8 a 3 biliões de dólares.

Esta noção de Nação de regiões e de Nação de comunidades tenho-o como indispensável para a nossa estruturação futura. Somos, por outro lado uma Nação de pequenos proprietários, uma Nação com engenho, uma Nação que precisa que se lhe estimule a iniciativa e que se dê possibilidades à sociedade civil de revelar a sua iniciativa em todos os aspectos, desde o económico ao cultural. Não somos decididamente uma Nação, porque somos de regiões e de comunidades, com vocação de Nação estatista, de Nação de socialismo de Estado, de Nação marxista. Esta Nação que tanto precisa de um Estado que se liberte da Constituição que temos, que vai ao arrepio daquilo que é o nosso ser. Nem os emigrantes têm nesta Constituição uma participação adequada, nem a sociedade civil pode nela expandir-se, nem temos possibilidade de fazermos, com esta Constituição, progredir o nosso País. Se continuássemos no caminho que seguimos desde o 28 de Setembro, para não dizer o 12 de Março de 1975, em breve seríamos uma colónia dos internacionalismos, quaisquer que eles fossem e eles entendem-se bem. Precisamos, portanto, para modificar este estado de coisas e para adequar o Estado à Nação, de uma política que só pode ser no concreto a política da Aliança Democrática.

Só pode ser o projecto de liberdade, o projecto de democracia a todos os níveis e para isso é necessário uma maioria, um Governo, um Presidente da República. Sem isso não poderemos fazer a revisão da Constituição nos moldes em que ela é necessária. Mas caíam em ilusões, uma revisão feita dentro dos limites da actual Constituição, como a maioria de 2/3 e com os apertados limites do art. 290º seria a continuação do regime actual que não é plenamente democrático, que não é o adequado às nossas necessidades de Nação. E para conseguirmos libertar-nos dessas limitações necessitamos de um referendo. Não podemos ver homologado o Referendo sem um Presidente da República que esteja de acordo com ele e conosco. Logo, destas duas eleições depende tudo aquilo que eu já disse e que ficou para trás. Sem essa consonância haverá sempre a impossibilidade de chegar ao âmago das coisas e o compromisso com o outro projecto é impossível.

Que campanha devemos conduzir e como é que isto se traduz na nossa campanha e nas opções políticas, nas respostas que nós vamos ter que dar aos nossos eleitores para os convencer daquilo que cremos que é a verdade e o necessário para o País.

Em primeiro lugar quem escolhe o terreno da luta somos nós, e não é o adversário, e não devemos cair na armadilha de ir atrás das sitas dos adversários para lutar politicamente no seu terreno. É por isso que me parece que aquilo que o arquitecto Ribeiro Telles, há pouco disse, a propósito das respostas, deve ser entendido, e por certo ele assim o entendeu e de resto o salientou quando falou na parte positiva, como a resposta necessária apenas para repor a verdade e seguir afirmando a verdade sem fazer caso das calúnias e das difamações do adversário. Não entrar nesse jogo da resposta/contra-resposta/contrargumentação, porque é isso mesmo que ele espera e o que lhe convém. Porque não quer ir ao essencial.

Devemos, portanto, dizer aos Portugueses claramente aquilo que está em jogo, valorizar aquilo que fizemos, por certo, e temos de recorrer sempre a isso, porque aquilo que fizemos é a demonstração da verdade e da adequação do nosso projecto ao País. Da nossa capacidade de governação e actuação parlamentar, também por certo, mas sobretudo da validade do nosso projecto.

Nunca se fez uma política social tão avançada como neste Governo. Para empregar a linguagem do adversário, nunca se fez uma política tão de esquerda como neste Governo, nunca se fez uma política tão nacional como neste Governo.

Este Governo pode orgulhar-se de apesar de, pelo menos ao nível do Primeiro-Ministro, não ter vulgarizado o diálogo com os parceiros sociais, quando fez sindicatos democráticos e confederações saírem de lá a dizer bem, coisa inédita em Portugal.

Mas aquilo que me parece fundamental é de facto ir ao fundo das coisas e pôr os eleitores perante a responsabilidade desta escolha e daquilo que dela depende. Eles querem segurança e estabilidade, por certo, e comungamos desse anseio porque sem a estabilidade resultante da maioria de um Governo e de um Presidente, o País não pode sair do estado em que ainda está. Seria lançado para trás, seria lançado em novas perturbações. Precisamos portanto de uma campanha afirmativa de realizações, uma campanha que possa dar, como é justo, ao eleitor a perspectiva de que continuaremos no caminho das realizações, uma campanha que no fundo se resume a isto: nem reacção, nem revolução.

Nós vamos acabar com a revolução, com a institucionalização da revolução. Essa é uma das razões porque o nosso candidato não é um militar revolucionário, é um militar da hierarquia. Mas também não queremos a reacção e é por isso que nem nós nem o nosso candidato comungamos de projectos de regresso ao passado.

Somos, ele mais do que nós até, atacados nesse aspecto, mas não se esqueça de que o próprio Conselho da Revolução o promoveu duas vezes, prova bem provada de que é considerado um militar de Abril, com todas as capacidades, visto que foi promovido a brigadeiro e a general pelo actual Conselho da Revolução.

Estou certo de que a Aliança Democrática baseada nas suas realizações, na sua capacidade, na firmeza do entendimento que representa, e, baseados todos nós no bom senso dos portugueses, que o demonstraram nas passadas eleições em que nos deram a maioria parlamentar sem sequer termos feito a experiência de

governo, pois foi uma confiança dada no entendimento partidário e uma capacidade de governo que não estava sequer demonstrada. Hoje que ela está, dar-nos-ão uma maioria alargada nas próximas eleições de 5 de Outubro e com ela o nosso candidato será eleito à primeira ou à segunda volta.

Tenho dito e com sinceridade que a minha única dúvida quanto à eleição do nosso candidato é sê-lo à primeira ou segunda volta e digo e repito com sinceridade, baseado em que teremos um aumento da maioria no dia 5 de Outubro.

Então podemos arrancar para aquilo que é de facto o grande projecto da história dos últimos séculos de Portugal. Organizados como somos, e continuaremos a ser, sem dependências das colónias, mas baseando-nos na capacidade do nosso povo, na liberdade - e modificando para isso livremente a Constituição - sujeitando-a antes ou depois da revisão a um referendo, porque a Assembleia poderá talvez trabalhar na revisão constitucional e só depois submeter a Constituição a um referendo e então sermos de facto fundadores do novo regime democrático.

Cometeu o Dr. Mário Soares um erro de dizer que General Eanes é um candidato do regime. É-o de facto, mas é o deste, o do regime ainda militarizado, ainda sob controlo militar, ainda em regime de transição, ainda em revolução institucionalizada na ligação constitucionalmente consagrada, porque isso será inserto na nossa Constituição, a ligação Povo/MFA.

Nós e o nosso candidato somos a promessa do verdadeiro regime democrático, ocidental e europeu de integração de Portugal na Europa, da organização de Portugal como um País livre. E devemos sempre batalhar nisto e batalhar nesta ligação essencial entre maioria e Presidente da República. A nossa posição não pode ser outra, tem de ser sempre esta bem afirmada porque esta é essencial não só para nós, mas sobretudo para o País. Mas o adversário, jornalista e eventualmente quem estiver nas sessões de esclarecimento, pode perguntar: - Mas se assim não fôr? Mas se o vosso candidato não fôr eleito e se fôr eleito o General Ramalho Eanes?

E nós insistiremos e voltaremos a reafirmar que o nosso candidato será eleito, até porque o General Eanes é já muito claramente, diga o que disser, o candidato dos comunistas e socialistas.

A maneira como se processou o anúncio do apoio ao Partido Socialista, a romagem, a romaria que foi feita a Belém, do PS, da ASDI, do Centro de Estudos Socialista, da reflexão socialista e mais não sei quantos, do próprio partido de Lopes Cardoso, mostra bem que há um vínculo entre o PS, os seus acólitos e o General Ramalho Eanes. E sabemos que, onde está o PS está, e neste caso muito claramente, o PC. Sabemos também que o actual P.R. tem sido claramente o líder da oposição. Se amanhã o Dr. Mário Soares me desafiar para um debate na TV, se pretender dar a esse desafio um convite do líder da oposição ao PM, a minha resposta será sim, estarei pronto a debater com o líder da oposição, mas o líder da oposição é o Sr. General Ramalho Eanes. Quem a conduz e de facto é o PC mas o seu líder aparente é o General Ramalho Eanes. Isto é nítido nos discursos presidenciais sobretudo desde o de 10 de Junho.

Isto necessitará, na campanha, não antes dela, só após o seu início, porque tudo isto tem o seu timing, de ir sendo convenientemente explicado.

Mas quem pergunta insiste e volta a insistir depois da nossa insistência e nós próprios devemos reflectir. Não sou adepto do sistema dos cenários que é um bom sistema para não se tomar decisão nenhuma e para se fazerem exercícios intelectuais estéreis. Mas a AD pode, em teoria apenas, ver-se confrontada com essa situação: de ter maioria e maioria alargada e não ver o seu candidato eleito; repito, tenho para mim que isso não sucederá. Mas é uma hipótese que se põe, porque assim como no ano passado, os analistas políticos, os comentadores estrangeiros, os jornalistas e os nossos adversários não acreditavam na vitória da AD, hoje vemos que acreditam na nossa vitória mas que põem em causa a vitória do nosso candidato.

E gostam de seguir por esses caminhos. Que sucederia, pois, se isso se verificasse? Hoje já está declarado e será mantido que o Vice-Primeiro-Ministro não aceita nenhum cargo de Governo e eu não serei Primeiro-Ministro. Também não serei Ministro, como é evidente.

Esta declaração foi feita em Fevereiro. Foi feita por mim em Fevereiro, a princípio no encontro com jornalistas estrangeiros e depois da primeira entrevista que dei na TV. E não me arrependo de a ter feito. Era, na altura, absolutamente necessária porque o primeiro movimento da oposição, e falo da oposição toda para não estar a repetir constantemente quem é que a compõe, para destruir a AD, foi a de tentar recuperar mais uma vez o Primeiro-Ministro e o PSD e dizer que afinal aquele senhor que diziam que era instável, que tinha mau génio e que partia a loiça toda, estava a provar que tinha dimensão de estadista e que sabia governar e que até era dialogante, etc. Foi todo o jogo da primeira fase até à primeira crise do Governo quando se falou na demissão do Governo, no Conselho da Revolução e se falou em golpe até Fevereiro.

Por outro lado criticava-se acesamente a política estrangeira do País, punha-se a política estrangeira como uma política de conflito como os discursos do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, como entrando em conflito com o Presidente da República. Essas manobras acabaram a partir dessa declaração feita em Fevereiro.

E de facto ela era necessária, não apenas pela conjuntura, mas para cortar cerce quaisquer ilusões de que o General Ramalho Eanes, actual PR, podia recuperar a AD ou alguns dos partidos que a compunham para seus apoiantes.

Era impossível, já o disse, porque os projectos são inconciliáveis, porque chegávamos sempre ao PC e à colaboração com o PC.

Se os líderes dos dois partidos no Governo dizem que não estarão no Governo, tem isto que significar, nesta hipótese meramente teórica: a AD não formará Governo? Qual será então a atitude da AD perante esta hipótese?

Deve ir reflectindo nela, devemos fazer estas reflexões, devemos estar preparados para estas possíveis respostas mas a AD só deve tomar uma decisão posta perante os acontecimentos, que se não vão verificar. Mas exprimo uma opinião pes-

soal, portanto, agora ao dizer o que vou dizer a seguir: se isto se verificar creio que os líderes partidários devem estar no parlamento e assumir aí a luta política.

A AD, nessa hipótese, não se demite nem se deve demitir, em minha opinião pessoal, de ser maioria no parlamento.

A resposta está no acordo de 5.7.79: a AD será Governo se tiver maioria e oposição se a não tiver.

É do regime constitucional e da nossa experiência de Governo, que o PR pode paralisar muito da acção legislativa do Governo e das reformas estruturais. Vimo-lo a propósito da Lei dos Sectores Produtivos que foi considerada inconstitucional pelo CR. Vejo-o constantemente, a nível do Governo nos Decretos-Lei que o PR não promulga ou sobre os quais nem sequer dá resposta. Isto porque se o Presidente da República tem o prazo de 15 dias para promulgar, ou dizer que não promulga as leis aprovadas pela AR, não tem qualquer prazo para se pronunciar sobre os Decretos-Lei do Governo e alguns estão há meses em Belém.

Nesta hipótese entrariamos concerteza numa guerrilha constante, Governo/PR. Poderia haver cosméticamente uma tentativa do PR se continuasse a ser o General Eanes, de se dar bem com a AD, de recuperar a AD. Não deveríamos, nessa hipótese, ter quaisquer ilusões, isso seria pura cosmética. Teria sempre atrás o PS e o PC, não tenhamos ilusões. Não é possível qualquer acordo com o General Ramalho Eanes mesmo que ele venha a ser reeleiro, porque não é possível qualquer acordo entre os dois projectos políticos. Mas nem por isso, nessa hipótese, a AD se deve demitir de ser maioria e de a exercer a todos os níveis que julgar necessário.

A grande luta dar-se-ia então no parlamento e teríamos nessa hipótese um Governo AD muito mais empenhado na gestão do que na legislação. Fazendo a gestão correcta do País e fazendo no parlamento a aprovação das leis fundamentais. Com o regimento rapidamente modificado, o que é essencial, permitindo à maioria funcionar expeditamente no parlamento, podíamos aprovar as leis fundamentais que possibilitassem a gestão do Governo. Mas não podíamos, e disto devemos ter bem a consciência, avançar com o nosso projecto que defini como de Nação e de Estado, na revisão da Constituição. O acordo que nessa hipótese teria de ser feito com o adversário, com pouco mais teria do que o fim do CR. Haveria, portanto, uma modificação de palavra, de pontuação e de pormenores na Constituição, mas creio que mesmo o adversário teria de aceitar o fim do CR. E nessa hipótese, hipótese que, repito e torno sempre a insistir, estou convencido que não se verificaria, creio que valia a pena aceitar a revisão da Constituição mesmo que implicando o fim do CR. Isto, de resto é facilmente sustentável que qualquer revisão da Constituição leva ao fim do CR. porque implica o fim do período transitório.

É que acabado o CR, o Governo passaria a ser Governo com plenos poderes que, não é hoje visto que, como sabem, eu sou PM civil e o CEMGFA é o PM militar.

Haveria, com o fim do Conselho da Revolução, também o fim da fiscalização preventiva de constitucionalidade das leis tudo aquilo hoje existe, e então daqui talvez a um ano e meio, dois anos, pudesse equacionar-se o problema novamente

em termos de Governo, com um Governo dotado de plenos poderes. Isto implicaria uma demora de anos, para um projecto fundamental do País, implicaria um atraso, um congelamento. Espero que nessa hipótese o país pudesse ultrapassar mas entendendo que a nossa função se fosse essa a escolha dos eleitores era aceitá-la e dar a luta no terreno que os eleitores decidirem. Nunca abdicar da maioria. A AD se tiver a maioria nunca se demitirá dela nunca abdicará dela, utilizá-la-á pela forma que for entendido mais conveniente que a mim pessoalmente me parece ser esta.

Isto dito na altura própria derrota o argumento dos nossos adversários. Convém deixá-los ir dizendo, porque os argumentos facilmente respondíveis quanto mais usados pior colocam quem os utiliza, que a AD, porque os dois líderes que se encontram no Governo declararam que nele não estariam se o General Eanes continuasse Presidente da República, não é democrática, não aceita a decisão do eleitorado. Não é isso, a decisão que tomamos sem sequer sobre ela termos entre nós conversado, corresponde àquilo que é profundo no nosso projecto, e à nossa situação. Por isso comecei por vos falar e fazer uma análise da revolução de 25 de Abril e daquilo que se seguiu.

Esta portanto é a perspectiva dos nossos adversários. Mas nesse jogo de cenários, que esboçam, que só por isso vale a pena considerarmos, outro é que a AD pode não ter a maioria. E então talvez os nossos adversários proponham finalmente o acordo entre o PS e a AD. Essa hipótese tem de ser total e firmemente rejeitada. Se a AD não tiver a maioria será a oposição e os nossos adversários serão governo; será governo socialista/comunista, independente/presidencial, o que quiserem, mas se não tivermos a maioria seremos intransigentemente oposição. Como se tivermos a maioria intransigente e democraticamente a exercermos, conforme estipula o acordo de 5.7.79.

Está feita a experiência que já referi no passado, de que qualquer acordo com o PS é impossível e temos de colocar os adversários e os eleitores perante esse dilema: ou somos maioria e estamos no governo e usamos a nossa maioria democraticamente assumindo o poder com responsabilidade, ou estamos na oposição. As escolhas têm de ser feitas com clareza e assumindo cada um a sua responsabilidade.

Seria impossível, para mim, no caso improvável de não termos uma maioria, qualquer acordo de governo ou parlamentar entre a AD, ou qualquer dos partidos que a compõem, com o PS.

Todos sabem que se isso se verificasse teríamos talvez o maior número de pastas no governo, que podiam ser até as mais significativas, mas o verdadeiro eixo do poder estaria entre o PS e o General Eanes, se ele fosse reeleito.

Esse é que seria o comando, aí é que se decidiriam as coisas, esse seria de facto o verdadeiro poder e nós seríamos apenas não a rosa na botoeira, mas o crisântemo em cima da sepultura; não tenhamos ilusões meus amigos, sobre isto não quero alongar-me mais e gostava de vos dizer a situação política.

Estou absolutamente optimista; o que não quer dizer que esteja seguro da vitória. Creio que temos todas as possibilidades de termos a vitória nas duas próximas eleições; mas estar seguro da vitória é melhor forma de caminharmos para a derrota.

Estarmos seguros da vitória, nós ou o eleitorado, é sempre a tentação que enfiar as pantufas e ficar em casa à espera de que a vitória nos entre pela porta dentro.

E a vitória como poder - a vitória é para exercer o poder democrático pela política não se ganha, conquista-se. Conquista-se com o esforço e o trabalho, e temos as maiores possibilidades de, com o nosso esforço e com o nosso trabalho constantes aumentar a nossa maioria. Ficaria algo desapontado se a AD não tivesse nas próximas eleições a maioria dos votos. Acho que temos condições para ter a maioria dos votos e isto que digo, digo-o muito seriamente.

Se o ano passado, sem nada quase nas mãos, a não ser um entendimento entre partidos que nunca tinha sido feito, uma proposta de mudança e uma proposta de confiança, tivemos 44,5%; hoje que temos a Abanca consolidada, temos realizações, que temos obra feita, que temos a segurança de poder continuar com o nosso projecto, não podemos chegar aos 50%? Só se não trabalharmos todos para esse resultado. E este resultado é essencial ao País e é essencial à concretização do nosso projecto. Podemos ter a maioria parlamentar pelo menos, por certo, mas aquilo que buscamos é a maioria de votos, é a maioria que nos permite depois, à primeira volta fazer eleger o nosso candidato. É uma obrigação nossa, porque é uma responsabilidade.

Se isto está ao nosso alcance, temos que fazer tudo, mas tudo, para que este objectivo se concretize, precisamos de o concretizar e podemos concretizá-lo. Sabemos que temos muitas coisas contra nós, sabemos que toda a acção do Governo desgasta, porque desgasta, e que se calhar pessoas que votaram em nós estão desiludidas com a acção do Governo, ouve-se às vezes dizer, ou chega-nos que se diz, a algumas pessoas, que com o PS se ganhava mais dinheiro, com o PS no Governo se ganhava mais dinheiro. Fico contente quando ouço dizer isso porque se quem o diz deixa de votar em nós, o que não acredito muito, por isso ser verdade muito mais gente votará em nós.

Porque se a actuação do Governo não foi favorável a quem queria com menos esforço continuar a ganhar mais dinheiro à custa de lucros especulativos ou à custa do sector paralelo da economia, a acção do Governo para além de dinamizadora foi eminentemente social.

Pela primeira vez os salários reais aumentaram, tiveram um aumento médio de 21%, com uma taxa de inflação que deve ser da ordem dos 15% a 16% em Dezembro e neste momento já com um período do ano anterior de 18%. As pensões sociais aumentaram 21%, sem contar este último aumento, ainda não tenho as contas deste último aumento, mas excede portanto em muito os 21%. Pela primeira vez foram aumentadas todas as pensões sociais, tudo isto foi feito sem o clima que os nossos adversários descreviam de insegurança, de greve geral, de desorganização. Pelo contrário, estou convencido que se o poder desgasta, com desgasta sempre, se descontenta como descontenta sempre, porque decidir é

tomar opções e tomar opções é desagradar a um dos lados interessado nessas opções, a oposição foi muito mais desgastada nestes 8 meses passados do que o Governo e a maioria.

E a prova está à vista. Os métodos que usa, os processos de que se serve mostram o desgaste da oposição. Por isso repito que se em 2 de Dezembro passado éramos uma esperança, hoje podemos dizer aos portugueses que somos um caminho certo, que pode prosseguir, e que somos já, comprovadamente, nestes oito meses os mais capazes de executar o projecto que interessa, não aos partidos nem as pessoas que estão no Governo, mas o projecto que interessa ao País.

E é possível seguir neste rumo e com isto termino. Aquilo que no campo democrático e social se pode fazer no próximo ano, isto independentemente da definição que será feita, é sobretudo manter a inflação controlada, mais ou menos ao nível que está hoje e a nossa promessa como se recordam, era de não a deixar exceder os 20% e de trazer para níveis europeus, e a níveis europeus já estamos. No próximo ano, nos próximos anos deveremos sobretudo relançar o investimento, apontar para um crescimento rápido e harmónico do País, relançando investimentos como primeira prioridade, preparando a estrutura produtiva do país para a integração no Mercado Comum. Isso significa criação de mais riqueza, desenvolvimento harmónico do país, possibilidades de maior justiça social. E combate ao desemprego, e o combate ao desemprego como o Arqt.º Ribeiro Telles salientou deve-se dar sobretudo na zona do primeiro emprego, porque é aí que o problema é de facto aflitivo em Portugal, conjugado com o estrangulamento inevitável no ensino universitário com a má estruturação do nosso ensino que é urgente rever. Não podemos modificar e se devemos, isso devemos dizer claramente ao eleitorado muitas coisas a estrutura como pretendíamos, é verdade, mas não o podemos porque tivemos a obstrução, oposição e obstrução de outros órgãos de soberania, Conselho da Revolução e Presidente da República e da própria obstrução Parlamentar. Mas temos o suficiente para dizer aos portugueses que connosco podem continuar com segurança, com honestidade, com sentido nacional e que o nosso projecto ao nível parlamentar, de Governo e ao nível de Presidente da República é o único verdadeira democrático, o único que garante liberdade, o único que interessa à própria defesa do mundo ocidental. Porque nestes tempos conturbados que vamos viver nesta década, a defesa e a segurança do Mundo ocidental passam pela existência de regimes democráticos e de estabilidade dentro dos países e não sei o que se passaria se Portugal regressasse a um período de instabilidade em que facilmente avançaria a influência da União Soviética que nós combatemos e combatemos fortemente.

A experiência está feita. O nosso projecto pode ser executado com proveito para o País, a nível de Governo, como se provou durante estes oito meses.

Pode-se governar em Portugal sem os socialistas e os comunistas, e se necessário contra eles, sem o PR e mesmo com ele contra nós, conseguimos governar. Assim, podemos fazê-lo no futuro, vamos então trabalhar para os 50% e boa sorte para todos nós.

1.30. Discurso na Assembleia Geral da NATO - 3 de Setembro de 1980

Ao ter a oportunidade, que muito me satisfaz, de usar da palavra nesta Assembleia Geral anual da Associação do Tratado do Atlântico, compreenderão, por certo, que não poderei deixar de sublinhar, tanto o local, como o momento que decorre.

A Ilha da Madeira, conjuntamente com os Açores e o continente, formam um espaço geográfico único num país da NATO. A importância de Portugal nos planos estratégicos da NATO e como ponto de apoio em qualquer situação de conflito na área da Aliança, tem sido sublinhada por muitos observadores em diversas ocasiões, mas não será de menor relevância os papéis que os domínios marítimo e aéreo estão destinados e dispostos a assumir.

O arquipélago dos Açores coloca-se a meio caminho entre o continente americano e os pontos onde poderão situar-se conflitos armados que envolvam as forças aliadas.

Ao triângulo continente, Madeira e Açores corresponde uma zona económica exclusiva que é 18 vezes superior ao território nacional e uma zona marítima e aérea de importância vital para a segurança dos países da NATO.

O tráfego marítimo e aéreo desta zona é dos mais intensos do Mundo, tanto em termos comerciais, como militares e é fundamental que seja feita uma protecção cabal das nossas rotas comerciais e um controle efectivo dos movimentos militares dos nossos adversários.

Portugal está disposto a assumir as suas obrigações, quer por si próprio, quer em ligação com as forças aliadas. Esperamos, em breve, reforçar a nossa capacidade para cumprir essas missões.

Os acontecimentos políticos deste ano, no que respeita aos países da NATO, são de uma gravidade até agora desconhecida. O que está uma vez mais em causa é saber como devem os países aliados responder aos reptos que, um após outro, se colocam diante de si e não me refiro apenas aos de carácter militar, mas a todos os que, de uma forma ou de outra, põem em causa a segurança individual e conjunta dos nossos países.

A resposta só pode ser baseada num conceito amplo de defesa, que saiba valorizar a importância da estabilidade política, da capacidade de ultrapassar as dificuldades económicas e financeiras e que valorize a contribuição dos valores culturais e humanitários como forma de reforçar a determinação dos nossos povos e dos governantes por eles eleitos.

Saber transformar todos estes aspectos em formas práticas de combate político é um desafio que se põe aos líderes políticos da nossa geração. Trata-se de conseguir um novo arranque, de fazer acreditar com redobrado ânimo no valor dos nos-

os princípios e na justeza das nossas posições, não deixando dúvidas aos nossos adversários quanto à perseverança que nos anima e ao apoio que nos é dado com a força que decorre de uma participação política em condições de democracia e liberdade.

Todos estamos cientes do êxito da Aliança no cumprimento do seu objectivo principal: a manutenção da paz na Europa como condição essencial ao prosseguimento da justiça e da prosperidade dos nossos Estados. Creio que a razão deste êxito reside fundamentalmente na coesão dos aliados americanos e europeus, no que se refere aos princípios e preocupações primordiais da Aliança.

Sendo a solidariedade um factor chave na Aliança, particularmente em tempos difíceis, torna-se necessário compreender a sua incidência no quadro da NATO. Se o papel dos Estados Unidos da América é muito importante, a situação geopolítica da Europa não o é menos.

A minha própria experiência leva-me a frisar a importância de manter uma consulta permanente, a todos os níveis, entre os países de ambas as margens do Atlântico, tornando claros os pontos em que concordamos e aqueles sobre os quais há divergências. De facto, a sólida amizade e confiança que nos ligam aos nossos parceiros, permitem à Europa exprimir com toda a clareza e frontalidade os seus pontos de vista.

Esta aproximação positiva e sincera é a única que poderá, nas actuais circunstâncias, satisfazer e ajudar a resolver as dúvidas que parecem existir entre alguns dos nossos amigos.

Nos últimos tempos a Europa tem definido posições que possibilitam a sua actuação como uma entidade unificada. Isso constitui um progresso salutar e ao mesmo tempo um desafio à nossa posição. Esta integração é o resultado de um processo que se iniciou há um quarto de século e que tem dificuldades sérias. É um processo que o meu país segue com particular interesse e ao qual penso poderemos dar um importante contributo.

A nossa adesão à CEE, que está prevista para o início de 1983, terá como resultado, entre outros, o de reforçar a coesão no seio da comunidade de nações que formam o núcleo da contribuição europeia para a segurança dos países aliados.

Em parte alguma é hoje mais importante o papel histórico da Europa do que em África.

As condições económicas e sociais de mais de metade da população mundial são uma fonte de insegurança, tão real quanto representa a ameaça soviética, no plano político e militar. Esses são, de facto, os dois grandes perigos que o Mundo enfrenta: o subdesenvolvimento e o imperialismo soviético. As nações democráticas não podem observar estas condições de pobreza e de fome sem se sentirem obrigadas a tomar medidas de ordem prática. Têm de pôr de lado o comodismo que por toda a parte do mundo industrializado se vai instalando, para se lançarem num combate criativo e ousado à miséria e à fome que ainda hoje dominam, infelizmente, o Mundo.

Coragem e realismo são atributos necessários para que alguma coisa de concreto se possa realizar e não nos fiquemos pelos exercícios verbais.

Os países menos desenvolvidos não poderão sair da sua pobreza se tiverem que continuar a pagar os preços actuais da energia de que necessitam em quantidades crescentes para se desenvolverem.

Por outro lado, a pressão a que são, por esta forma, sujeitas as suas balanças de pagamento, não lhes permitem adquirir a tecnologia igualmente indispensável para a transformação e modernização dos sistemas económicos.

A resposta tem que vir dos países produtores de matérias energéticas, na sua política de preços em relação aos países menos desenvolvidos e dos países mais avançados no que se refere ao acesso à tecnologia por parte dos países que mais dela necessitem.

Falei em coragem e realismo. Coragem porque é necessário ver mais longe do que o imediato quanto aos nossos interesses de fundo e valorizar os princípios de justiça e liberdade que reclamamos como nossos. Realismo porque é esta a única forma de conseguir ultrapassar o fosso que se vai tomando cada vez maior entre ricos e pobres, e que a continuar porá em causa a nossa segurança e abrirá novas possibilidades de intervenção aos nossos adversários.

O procedimento da União Soviética na cena internacional, ajuda-nos a prever as dificuldades e problemas que irão surgir nos próximos anos. A intervenção no Afeganistão revelou-nos um novo e perigoso padrão de comportamento, que origina novas fontes de preocupação.

Embora mantendo canais de comunicação com a URSS, não podemos admitir que as circunstâncias e os interesses económicos nos levem por si só, à aceitação de situações totalmente inadmissíveis.

Vivermos como os nossos adversários implica a necessidade de negociar em certas ocasiões, mas também recusarmo-nos à conciliação quando os pontos em questão não são de modo algum negociáveis, mesmo que daí resultem sacrifícios. Se não estivermos preparados para tal, então estaremos a vender a próxima geração a troco de mais algum conforto, meramente efémero, aliás.

A URSS é hoje em dia o único poder imperialista. Para compreender os seus objectivos no Médio Oriente, em África e no Mundo em geral, é necessário estarmos conscientes desse facto. É neste contexto que deverá ser analisado o verdadeiro significado do princípio da détente.

Entendemos a détente como um processo de convivência em ambiente de confrontação. Numa perspectiva histórica constatamos terem sido essas as características dos últimos anos, mesmo quando se avançaram conceitos que apontavam para a cooperação.

Hoje, a détente continua a ser necessária, mas há que defini-la, tanto do ponto de vista geográfico, como sectorial. Só há verdadeira détente se ela for mundial, pois ela é inseparável de dissuasão.

Não pode haver déttente na Europa, se ela é violada às portas da zona da NATO, tal como aconteceu no Afeganistão, ou noutras partes do Mundo como em África, na América do Sul ou no Sudoeste Asiático.

Mas também é necessário ter em conta que não serão possíveis avanços nos campos económico ou militar, quando se constatarem retrocessos no campo político e dos direitos humanos.

Por isso, ao defendermos a ida à Madrid dos países aliados e dos nossos parceiros ocidentais, fazemo-lo na certeza de que não haverá aí formas sinuosas de contornar a verdade, de que sabemos o que é negociável e o que não o é e de que iremos com uma posição clara e firme para a fazer triunfar.

Na estratégia dos países ocidentais para a conferência que dentro de dois meses se inicia num país a que nos unem laços muito particulares de amizade, haverá que ter presente a necessidade de impor como condições para se avançar nos campos militar e económico, que se verifique o progresso e haja garantias claras no campo da circulação de pessoas e ideias. Sem isso, estaremos a esconder o problema fundamental e poderemos estar a lançar as bases que serão o convite para as novas aventuras soviéticas.

O que se passou no Afeganistão está a ter e irá ter no futuro consequências graves. Não há nenhuma doutrina defensável por um país aliado quanto às relações Este-Oeste, que justifique uma atitude de resignação ou de esquecimento perante os factos que se estão a desenrolar cada vez com maior violência.

Ao contrário da Hungria e da Checoslováquia, trata-se agora de uma invasão por forças da União Soviética num país que não se encontra na zona onde aquela potência tem exercido um domínio directo.

Deixar cair no esquecimento das opiniões públicas uma situação como esta, será, também neste caso, abdicar perante o imperialismo soviético.

A ATA, como organização capaz de influenciar a opinião pública, deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para impedir que se perca de vista o significado que tem o sofrimento do povo afegão e a necessidade de fazer sentir à URSS o alto preço que terá de pagar enquanto permanecer naquele país. Estou certo que a Comissão Portuguesa do Atlântico não deixará de dar todo o seu apoio a este objectivo.

Senhor Secretário Geral, Senhoras e Senhores.

Desde os meus primeiros dias de governo que tornei absolutamente clara a posição que Portugal deveria assumir no seio da Aliança. As posições que tomámos nas questões do Irão e do Afeganistão foram consequência da análise que Portugal fez da situação internacional e dos interesses portugueses e aliados em jogo.

A nossa posição geopolítica e a nossa história, obrigam-nos a assumir posições claras e até duras como aquelas a que me referi. As incoerências e as conse-

quentes confusões que o meu Governo herdou quanto ao papel de Portugal na comunidade internacional, estão hoje ultrapassadas por completo.

Não temos deixado de repetir a diferentes níveis da NATO, que Portugal está preparado para participar nos esforços da Aliança tendentes a aumentar a nossa segurança colectiva e para estudar as possibilidades do total aproveitamento das capacidades que o meu país poderá oferecer no campo da cooperação militar e política.

Precisamos que os países aliados cooperem para que possamos assumir por completo esse papel.

Como disse no início, o facto de estarmos na Madeira facilita a compreensão da nossa dimensão atlântica. Uma dimensão que é tanto histórica como geográfica e política.

A nossa Zona Económica Exclusiva é quase contínua desde a costa europeia até ao meio do Atlântico. O triângulo formado pelos Açores, Madeira e continente tem, como já disse, uma inquestionável importância estratégica. Propomo-nos estudar todas as possibilidades de usar este factor para a segurança da Aliança, tendo como único limite os princípios definidores da nossa independência.

Este esforço corresponde também à necessidade que têm as forças armadas de renovar os seus equipamentos e actualizar as suas técnicas de acção. As forças armadas portuguesas contam com um atributo raro no âmbito da NATO, isto é, têm uma larga experiência de combate.

Assim, a armada portuguesa prepara-se para adquirir três fragatas equipadas de forma a poderem ser integradas nas acções do Stanavforlant e que irão trazer uma nova capacidade de controle sobre as águas territoriais portuguesas.

O exército está ultimando a preparação da primeira brigada mista de intervenção, cuja participação, ainda este mês, em exercícios importantes da NATO em zonas relativamente afastadas do território nacional, é uma etapa com um significado a que atribuímos grande importância.

Finalmente, a força aérea, que no contexto geoestratégico em que se insere Portugal tem uma relevância muito particular, conta poder a curto prazo melhorar as suas capacidades estruturais com a aquisição de novos aviões, incluindo os A7/P.

É este um esforço coordenado a que o Governo se tem dedicado com total empenho e sobre o qual o Senhor Ministro da Defesa vos dará pormenores adicionais nos próximos dias.

A eficácia de acção de um pequeno país no contexto internacional depende sobretudo da coragem e clareza das suas posições e da estabilidade da situação interna que lhes serve de suporte, tal como a coesão dos aliados. A confrontação com os nossos adversários e a estabilidade política que temos conseguido em Portugal, é a base que nos permite optar com liberdade e actuar com toda a determinação nos diversos campos, tornando útil a participação de Portugal nos quadros da NATO.

São estes os critérios com os quais o Governo tem sabido escolher as posições que defendem os interesses portugueses que coincidem com extensão invulgarmente importante com os da Aliança a que pertencemos.

Estamos confiantes que assim continuará a suceder e se soubermos garantir a firmeza quanto aos valores essenciais e coesão na política a utilizar, poderemos garantir às próximas gerações uma continuação do crescente bem estar de que podemos usufruir, mas que não será possível manter se não fôr transformado em objectivo principal.

A liberdade que Portugal reconquistou há apenas seis anos, e para nós um bem a que não se pode dar preço. Cabe-nos agora lutar, em conjunto, para que nenhum dos nossos países a possa perder e para que a liberdade avance em todos os países do Mundo. Ela é, afinal, a melhor garantia de defesa e de segurança.

1.31. Discurso na Herdade da Malhada Velha - 6 de Setembro de 1980

O Primeiro-Ministro, Dr. Sá Carneiro, rodeado pelo Ministro da Agricultura e Pescas e Secretário de Estado do Fomento Agrário e da Estruturação Agrária e após a entrega de prémios de expansão da cultura do arroz, pronunciou, na Herdade da Malhada Velha no momento em que entregava aquela herdade nacionalizada em parcelas individuais, a trabalhadores rurais e agricultores, o seguinte discurso:

Meus amigos, somos governo e estamos certos de ser essa a vontade dos portugueses. Podemos governar com autoridade, serenidade e firmeza, mas sempre com respeito pela liberdade de cada um, fazendo progredir as instituições democráticas e nunca perseguindo ninguém. Como governo, e de acordo com a vontade que os portugueses exprimiram no dia 2 de Dezembro, não distinguimos, entre os portugueses, aqueles que são dum ou doutro partido, nem distinguimos entre bons e maus. Governamos para todos, porque a pobreza, a opressão, o esquecimento e o abandono a que são deixadas populações inteiras do interior do país, são os nossos inimigos. Eis os verdadeiros inimigos dos portugueses, que nós combatemos com denodo, com firmeza e acima de tudo, realizando, não com palavras mas com obras. As obras vão-se vendo. Aqui estamos hoje a partilhar convosco algumas delas. Pode-se dizer, que mercê desta acção e desta firmeza, executando o projecto, a política que os portugueses perfilharam maioritariamente no dia 2, pudemos conduzir a reforma agrária, fazendo-a sair do assunto político, para a conduzir ao assunto agrícola, económico e social, que ela deve ter.

Há uma grande parte da agricultura portuguesa, que só pode ter desenvolvimento, assistência e progresso, se não fôr instrumentalizada por partidos políticos, nem transformada em questão política, se fôr pensada nas pessoas que trabalham a terra e na terra que produz para as pessoas que somos todos, o nosso povo. É assim que se deve pensar e agir em termos de reforma agrária, e é por isso, que fizemos a entrega destas 109 parcelas, hoje, a quem se inscreveu

para as ter e para as trabalhar, sejam agricultores individuais, sejam eles associados ou cooperativas, ou ainda trabalhadores ou membros da antiga UCP, dado que ela própria não quis sobreviver. Quis que os seus membros recebessem terras para as trabalharem.

Na cerimónia anterior, na Quinta de S. Paulo, disse que a entrega das terras, à exploração familiar, individual ou cooperativa, são o meio de pôr a agricultura a produzir mais e fazer crescer o nosso país. Assim é de facto, mas para tanto é preciso, que haja assistência técnica, crédito e capacidades para os agricultores, para aqueles que trabalham a terra, e agora a possuem a título transitório. Depois da revisão da Constituição, esperamos que a possam possuir em propriedade plena uma vez que a actual não o permite. Estamos certos, que toda a assistência será dada. Mas um outro facto importante, aponta para um aspecto da política agrícola: é o fomento de novas culturas, ou melhor, o fomento de culturas de que Portugal já foi muito rico, e que foram, por falta de assistência e por vários motivos, decaindo, até, como no caso do arroz que nós exportávamos, ter de importá-lo em grandes quantidades. Por isso se instituiu o prémio que eu atribuí, de 10 mil escudos por cada novo hectare de seara de arroz e, fui trocando breves palavras com aqueles que vieram recebê-los.

"Estamos muito satisfeitos com as novas searas" diziam alguns, "são as searas do futuro". Vamos pois, todos irmanados neste esforço colectivo, fazer progredir o nosso país, fazer aumentar a riqueza e distribuí-la bem. Mantemos intocável a liberdade de aprofundar cada vez mais a democracia, permitir que com iniciativas como esta, da distribuição de terras e das explorações familiares e de cooperativas, o Alentejo possa ser cada vez mais povoado. É preciso estabelecer uma cada vez melhor ligação do homem à terra, um povoamento cada vez melhor e melhor aproveitamento da terra, porque é com os esforços de cada um e de todos, que se constrói um país mais próspero, mais livre, mais justo, mais avançado que a nossa geração tem de entregar à futura.

Aqui está, hoje, a nova geração dos agricultores, ao nosso lado, a receber terras ao abrigo do estatuto do jovem agricultor. É a primeira vez que isto se faz e não quero deixar de realçar este ponto que mostra como a nossa juventude se interessa pela terra, para a fazer produzir e dignificar a produção do trabalhador agrícola e do agricultor. Queremos dignificar todo o mundo rural, porque o país não são as cidades, ele é o mundo rural que tem de ser dignificado para ter cada vez melhores condições de vida. Assim, mandam a justiça e os interesses dos portugueses.

Quero prestar uma última homenagem, sobretudo ao povo desta terra, de Figueira de Cavaleiros pelo exemplo que tem dado de liberdade, de apego à democracia e de trabalho. A todos muito obrigado.

1.32. Mensagem aos Militantes - 11 de Setembro de 1980

Ao reassumir, com a concordância unânime do Conselho Nacional, as funções de Presidente do PSD; saúdo os militantes cuja acção foi e é decisiva, a todos os níveis, não só para o fortalecimento do nosso partido como para a vitalidade da Aliança Democrática. Tal como num passado ainda próximo tiveram uma actuação fundamental na defesa dos valores da liberdade ameaçada, os militantes sociais democratas podem hoje orgulhar-se do contributo importante que deram para o êxito e saldo positivo dos nove meses de Governo da Aliança Democrática.

De acordo com os princípios que sempre defendi, abandonei a presidência do partido ao iniciar as funções de Primeiro-Ministro. O Governo a que presido sempre norteou a sua acção por princípios nacionais de razão de Estado, e não por quaisquer orientações ou interesses partidários. Havia, portanto, que não confundir os dois planos, o do Governo e o do partido. No momento actual tal está estabelecido e esta preocupação mantém-se.

É como candidato a deputado, e como Presidente do PSD que participarei na campanha eleitoral e me submeterei ao sufrágio no próximo dia 5 de Outubro.

A dias do início da campanha eleitoral, a tradicional militância do PSD está mais uma vez posta à prova, e com entusiasmo. Do nosso esforço, da capacidade de intervenção e de esclarecimento da Aliança Democrática depende a vitória em 5 de Outubro, que permitirá consolidar e alargar o trabalho já feito de construirmos um Portugal mais justo, mais digno e mais livre.

1.33. Comunicação ao País na R.T.P. - 12 de Setembro de 1980

Vai começar a campanha eleitoral e durante ela eu não intervirei como Primeiro-Ministro. Participarei na campanha como Presidente do PSD e como candidato a Deputado. Eis a razão porque, embora o Governo continue a governar até ao fim do seu mandato, me pareceu oportuno vir hoje juntamente convosco fazer um balanço genérico e breve da actuação do Governo.

Não pretendo fazer uma enumeração das medidas tomadas pelo Governo, nem sequer das várias políticas sectoriais.

A opinião pública conhece-as, os vários Ministros foram mantendo contacto com a opinião pública e o próprio Conselho de Ministros o fez. Pretendo apenas, portanto, apresentar-vos aquilo que penso ser o resultado da acção do Governo e aquilo que foi a sua actuação nas suas linhas fundamentais, nos seus objectivos e também nas dificuldades que encontrou e nos apoios que teve.

Começo por recordar a situação que se vivia antes das eleições de 2 de Dezembro do ano passado e da formação deste Governo.

Foi um período em que tivemos governos de uma duração média de 6 meses, onde era geral a descrença dos portugueses na própria democracia. Infelizmente, isto é, na própria capacidade do regime democrático para dar resposta às promessas por cumprir, as soluções por encontrar e às dificuldades por resolver. Tudo isto devido a uma desorientação generalizada, na qual havia pouca esperança.

Surgiram as eleições de 2 de Dezembro de 1979, como único meio de pôr termo à crise política que estava na raiz dessa situação angustiante para todos nós. Eram e foram eleições indispensáveis, com base nelas se formou o primeiro governo de maioria eleitoral, depois do 25 de Abril, ou seja, essas eleições foram uma opção do povo. Os portugueses quando votavam sabiam que se dessem o voto num determinado sentido, poderiam contar com um determinado projecto e programa e com o apoio de certos partidos e que se o dessem noutros sentidos seria um governo com um projecto, um programa e um sentido contrários e completamente diferentes.

Deram-nos os portugueses a maioria no Parlamento no dia 2 de Dezembro e com base nela exercemos o poder. Assumimos uma responsabilidade, desenvolvemos uma política. E, hoje, creio que todos reconhecerão que a situação anterior se modificou por completo. Goste-se ou não da política do governo, concorde-se ou não com ela, há um governo, uma política, uma confiança renovada nas instituições e no próprio futuro e também resultados concretos. Isto aconteceu, porque de facto fomos um governo democrático, que exerceu o poder de acordo com a vontade da maioria, com o apoio da maioria parlamentar e um governo que não perseguiu nem saneou ninguém. Um governo, portanto, que soube exercer o poder nos limites da democracia, exigindo o cumprimento das regras democráticas. Fomos um governo plenamente democrático, que teve contra si órgãos não plenamente democráticos, que deram origem a alguns conflitos e ataques, que referirei.

Fomos também, e isso explica essa mudança de situação, um governo nacional, um governo de e para portugueses e não de partidos e para partidos ou para interesses sectoriais. Um governo que pensou acima de tudo na acção concreta que somos, ou seja, no território continental com as suas diferentes regiões, com as suas populações. Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Essa é a nação que somos e é para ela que temos de governar e governamos.

Não somos uma potência económica, nem um território rico em recursos, não somos um grande povo, temos uma grande língua, e cultura e somos uma sociedade e um povo com virtualidade e capacidade - e foi nisso que sempre constantemente pensámos, bem como nas dificuldades, no atraso em relação a outros países da Europa, são estes os problemas nacionais.

Os nossos únicos inimigos como governo, e na acção concreta, foram os inimigos dos portugueses. Esse desânimo que já se gerava e que passou. Essa desconfiança e desesperança em relação ao futuro. O atraso, as promessas por cumprir. As estradas por construir, as escolas por edificar, os hospitais por organizar e por

lançar. A situação económica que ia de mal em mal e que a todos nos afectava - tudo isso que nós todos sabemos e que me dispense de enumerar.

Governo nacional, contando com as qualidades nacionais, mas também com as dificuldades e os problemas do país.

Fomos um governo de Estado e aí está também a modificação que se gerou no clima. Recuperámos o Estado democrático, o respeito da autoridade e da legalidade, exercidas com inteiro respeito, pela liberdade de cada um, mas exigindo a cada um que respeite a liberdade dos outros.

Um governo de Estado significa também, que não atende a interesses de sectores ou interesses de classes. Que assume a responsabilidade de decidir por si, ouvindo todos como ouvimos e que devem ser ouvidos. Tomámos decisões com base em todos os elementos, ou seja, não governámos, não exercemos o poder para agradar seja a quem for, não exercemos o poder nem governámos para exercer o projecto dos nossos adversários, mas precisamente porque somos um governo democrático, nacional e de Estado. Governámos segundo o projecto que o eleitorado e a maioria parlamentar escolheram, ou seja, o programa do governo e o projecto da Aliança que esteve na origem e está na manutenção deste governo, de acordo com aquilo que julga-mos ser, assumimos a responsabilidade de uma política, tendo em conta, os interesses de todo o país, e não de um sector, isoladamente.

Tivemos uma política e uma política significa capacidade e responsabilidade de decisão.

Uma política de governo não pode ser, nem é, a soma das políticas de cada um dos Ministérios. A política de cada um dos Ministérios é que é o desdobramento da política comum e geral do governo e isso pela primeira vez houve em Portugal: um governo coeso em que nunca se falou de partidos, mas de questões concretas, de possibilidades e de realizações, em que cada um dos Ministros se empenhou, na política definida em Conselho de Ministros. Um governo que assumiu a direcção da política interna e externa, como lhe comete a constituição.

Uma política significa tomar decisões, que podem desagradar. Significa pensar não só nesta geração, mas também na próxima. Significa, tomar opções, que têm reflexo no dia a dia de cada um de nós.

Foi assim, pois, que governámos, mas com dificuldades, por certo. A primeira delas, era a escassez do tempo. As eleições foram a 2 de Dezembro. O Presidente da República convidou-me para formar governo e nesse mesmo dia entreguei-lhe a lista completa dos Ministros. Fomos empossados em 3 de Janeiro. Mas só em 18 de Janeiro ficou aprovado no Parlamento o nosso programa.

A partir dessa data, ficámos habilitados a governar, ou seja, há menos de oito meses. Trabalhámos contra o tempo, o que significa desdobrámo-nos em esforços, em pormos à prova a nossa capacidade de realização até ao seu máximo limite.

Esbarrámos ainda com outras dificuldades, como a da conjuntura económica internacional, uma conjuntura de recessão, que se está fazendo sentir por toda a Europa e por todo o Mundo.

Tivemos, no fim do ano passado, um dos maiores aumentos do preço do petróleo, ou seja, um aumento de mais de 130%. Isso representou um grande encargo para o país. Tivemos as dificuldades da escassez dos recursos financeiros do país e de uma estrutura económica, pela qual não somos responsáveis, mas que tivemos de gerir e que não tivemos capacidade de modificar por oposição de outro órgão de soberania.

Tivemos falta de apoio, para não dizer mais, de outros órgãos de soberania, que discordavam, e discordam, do projecto que o eleitorado perfilhou e que, com base nessa discordância, se permitiram muitas vezes opôr-se e várias vezes obstruir a acção do governo. Contámos com o apoio na Assembleia da República, da maioria que está na base deste governo. Contamos com o apoio e a compreensão dos portugueses. Sem isso, seria impossível ter obtido os resultados que obtivemos graças à política que o governo seguiu, nos vários domínios, fruto da política geral que assumimos, pois encontrámos o nosso país numa situação económica e social injusta e difícil. O Estado, no passado, estava a consumir, cada vez mais, para alimentar a sua máquina. As despesas de consumo estavam em crescimento. Em contrapartida, os cidadãos dispunham de cada vez menor rendimento. Tinham cada vez maiores dificuldades. As despesas de Estado sendo de consumo, não eram investimentos para amanhã, não eram introdução de melhoramentos, nem criação de riqueza, eram apenas para a alimentação de serviços. Encontrámos a degradação do poder de compra, com uma alta de preços constante que foi no ano passado superior a 24%, e que, ia roendo, os rendimentos reais, os salários, as pensões, os rendimentos de que as pessoas e as famílias dispõem. Este é o inimigo que não é económico. A inflação e a alta de preços, não é apenas um inimigo económico, é um inimigo social, porque gera por si próprio a injustiça social. Aumenta as desigualdades e os preços afectam todos. Aqueles que têm maiores rendimentos, podem compensar o aumento dos preços com o que têm de superfluo, mas os que têm apenas o necessário para viver, infelizmente às vezes menos do que o necessário, têm de cortar naquilo que é indispensável, para fazer face ao aumento dos preços. Vivemos estes anos passados numa constante depreciação com diminuição dos salários reais, e dos rendimentos.

Tivemos no passado, o desemprego a aumentar. Concentrámos aí, como objectivo principal da nossa política a acção do governo. Não foi uma actividade meramente tecnocrática ou económica, porque este objectivo, estende-se a todos os domínios. A política social e económica, como política integrada, estende-se a todos os domínios e neles tem reflexos. Até no domínio da defesa e da política externa. Procurámos dar combate, prioritário, pelas razões que resumidamente expus, conseguimos resultados que já estão à vista e que os portugueses já sentem, mas que não são ainda aquilo de que necessitamos, mas que são já um começo.

A alta de preços foi, nos primeiros sete meses deste ano de 6,9% contra 11% nos primeiros sete meses do ano passado. Vamos chegar ao fim do ano, disso esta-

mos neste momento já seguros com os elementos que dispomos, com uma alta de preços e com uma taxa de inflação, entre 15 a 16%. É uma grande baixa em relação aos 24,2% do ano passado. É um objectivo atingido pelo governo, porque como se recordarão dissemos que íamos limitar a alta de preços até 20% e que não seria mais do que isso.

Prometemos baixar a taxa de inflação para níveis europeus. Hoje a Europa está com uma taxa média de inflação de cerca de 14-15%, sendo bastante mais nalguns países, que no ano passado tinham uma inflação menor. O importante, porém, é que esta taxa de inflação de 15 a 16%, significa que, pela primeira vez, desde há vários anos, os rendimentos reais das pessoas e das famílias vão crescer. Os salários e as pensões sociais, sem contar com o último aumento destas feito pelo governo, aumentaram em média 21%.

Baixámos os impostos, e as pessoas sentiram-no ao receberem a restituição do que tinham pago a mais, desde Janeiro. A diminuição de impostos, libertou, algo que é 3 a 4%, em média. Tudo isto combinado dá um aumento de salários e pensões, numa média de 21%. A redução de impostos, que liberta o rendimento de cada um em média 3 a 4%, e taxa de inflação de 15 a 16%, pode significar para cada um, dispor de um pouco mais de rendimento geral. Aumentando um pouco mais o seu poder de compra.

De facto, é preciso criarmos cada vez mais riqueza, para distribuir com mais justiça. Mais riqueza significa, maior investimento, mais postos de trabalho. Quanto à melhor distribuição, pudemos, com a utilização racional e muito económica dos recursos públicos, e também com a cobrança intensiva das dívidas fiscais e da previdência, fazer aumentos generalizados de pensões, em que procuramos contemplar aqueles que mais desfavorecidos estavam, e que pensões mais baixas tinham. O último aumento decretado, vai ter efeito a partir de 1 de Outubro e a partir de 1 de Dezembro, e é preciso que seja já decidido, para se prepararem as coisas, para se processarem nessa altura, os pagamentos. Era de toda a justiça que a situação dos pensionistas, dos reformados, a situação das famílias, em matéria de abono, de subsídios, fosse considerada, dentro das possibilidades dos nossos recursos da previdência social e dos recursos financeiros.

Por outro lado, a esta política de mais justa distribuição e utilização social dos recursos financeiros e da previdência, correspondeu uma política de austeridade pública. No passado, falou-se muito de austeridade e ela foi pedida muitas vezes aos portugueses, prometendo um futuro melhor. Nós continuamos a entender que temos de trabalhar intensamente, para um futuro melhor, que é de toda a justiça e que a dignidade do povo português merece, mas devemos é sobretudo, pedir austeridade pública, e fazer uma justa distribuição dos rendimentos! Foi por isso que limitámos as despesas do Estado, que em termos reais não aumentaram, o que significa um decréscimo nominal nas despesas da Administração Pública e no próprio défice orçamental como meio necessário para diminuir a alta de preços. Por outro lado, a concentração dos recursos públicos e do investimento produtivo, nas estruturas necessárias ao bem estar das populações e ao desenvolvimento económico e social de todo o país, e não apenas de uma ou de outra região permitiu-nos conseguir aquilo que é considerado muito difícil, que é diminuir a infla-

ção e continuar o crescimento da economia. O ano passado não houve crescimento nos investimentos. Houve aquilo que os economistas chamam o crescimento zero. Este ano haverá um crescimento nos investimentos de 6%. Temos de continuar a aumentar esta percentagem. Precisamos que para o ano haja um crescimento dos investimentos de pelo menos 10%. Este ano haverá um crescimento do produto nacional bruto, portanto de toda a riqueza produzida no país de cerca de 4%, o que é mais do que inicialmente se tinha previsto, depois de se conhecer o aumento do preço do petróleo. Portanto, este objectivo integrado, de desenvolver a economia controlando os preços, e defendendo o poder de compra, foi conseguido este ano, com estes números, dentro destes limites apertados em que funcionámos.

Concentrámo-nos por outro lado, em matéria de política industrial, no lançamento de investimentos, que vão significar mais postos de trabalho e maior produção de riqueza. Muitos deles, estavam já estudados anteriormente, mas não tinha havido a capacidade de decisão, nem a integração de uma política económica geral para que fosse assumida a responsabilidade do seu lançamento e da sua concretização. Tomámos essa responsabilidade e nós próprios lançámos investimentos industriais que vão até à exploração, aproveitamento e transformação feita em Portugal de recursos minerais que temos, não muito abundantes, mas valiosos, que têm estado completamente subaproveitados, senão esquecidos.

Iniciámos uma política social e económica que se traduziu também por uma política de rápida elaboração, das convenções sociais e dos contratos de trabalho. Isto consegue-se, assumindo o governo o seu papel e deixando que a sociedade civil funcione. Não impusemos aumentos de salários e não estabelecemos o leque salarial que vigorou no passado, mas demos indicações de política económica geral às empresas do sector público e ao próprio sector do Estado e deixámos que se fizesse a negociação para se chegar a resultados. A medida que as partes interessadas, designadamente os sindicatos, iam vendo que, de facto, a taxa de inflação diminuía, foi mais fácil aceitarem, eles próprios, a política global económica e social do governo. Houve greve? Por certo que houve, como há em qualquer sociedade livre e democrática. Só nas que o não são, as greves são reprimidas e esmagadas, e há dificuldade em formar sindicatos livres e a exercer o direito à greve, como vimos por acontecimentos recentes. O governo não interveio, mas mesmo assim as greves ficaram abaixo do nível europeu, pois foram menores que nos anos passados. Não houve aquela paralização da economia e do país, com que nos ameaçavam, precisamente porque os trabalhadores tomaram consciência daquilo que estava a acontecer na política nacional, na política económica e social e não se deixaram instrumentalizar, qualquer que fosse a sua posição política. Limitaram-se, na maior parte dos casos, a defender os seus interesses e, a tentar encontrar uma solução com os empresários. Mas sobretudo, a política económica e social do governo, dada a estabilidade conseguida também nesse aspecto, e não apenas no aspecto político, permitiu criar condições que antes não existiam, para que se os parceiros sociais assim o quiserem, no futuro, possam fazer um pacto social ou um contrato social. Isso é provável, quando há estabilidade na evolução dos preços, dos salários, quando há uma política definida e quando se saiba para onde vai o país.

Desenvolvemos uma política comercial de conquista e abertura aos tradicionais e novos mercados externos. Isto relacionado com a política internacional e com o estabelecimento de relações diplomáticas com a Arábia Saudita, com a aproximação a outros países Árabes e países da América do Sul. De facto conseguimos ir alargando as possibilidades das nossas exportações que cresceram, felizmente muito, no ano passado. Este ano crescerão um pouco menos devido à recessão internacional. Em todo o caso, vamos ter uma taxa de crescimento das exportações, muito superior à média da Europa e à dos países industrializados. Conseguimos um aproveitamento e uma expansão para novos mercados, a manutenção de mercados já existentes, uma política de abastecimento e de contenção dos preços, tudo isto sem artificialismos, antes em diálogo constante com os empresários.

Somos um país muito rural e agrícola que é um dos nossos traços de que nos devemos orgulhar, embora não nos orgulhando nada e lamentando profundamente o esquecimento a que a agricultura e o mundo rural têm sido votados. É um dos traços das nossas características nacionais, o apego à terra, à produção, à propriedade e à iniciativa. Propriedade e iniciativa privadas, entendidas como espaço e liberdade da pessoa, como meio de realização pessoal e de progresso social. É assim que instintivamente, nós portugueses, a concebemos e a exercemos e assim também que sempre a defendemos quando ela é atacada. Falava de agricultura e, portanto, deste conceito que vivemos não só na agricultura, mas também nos outros ramos de propriedade como projecção pessoal. O mundo rural que deve ser encarado, de facto, numa perspectiva de pessoa, como toda a organização política. A pessoa humana como justificação e como limite de toda a actuação e como devendo sempre estar presente para se conseguir a melhoria das condições de vida das pessoas. Fizemos pois uma política agrícola e não apenas como no passado, - uma política de reforma agrária política, (perdoem o reforço da expressão). Pusemos fim à reforma agrária ideológica e política que estava dependente de influências partidárias e que o poder anterior, supunha que não se poderia resolver sem cedências a forças partidárias, sem compromissos político-ideológicos, arrastando uma situação que não beneficiava a agricultura, que não prestigiava o Estado nem correspondia à legalidade. Cumprimos a lei e cumprimo-la com total isenção, sem confrontações. Pudemos cumprir a lei entregando as reservas, pondo termo ao período revolucionário. Fizemos distribuição de terras a trabalhadores rurais e a agricultores independentes. Para isso fui várias vezes ao Alentejo que é parte integrante de Portugal, que o sente, e que quer ser tratado como parte de um Portugal livre e democrático e não instrumentalizado por acção de quaisquer forças partidárias. O Alentejo que é sentido no resto do país e que gosta de se ver tratado como parte de Portugal livre e democrático. Fizemos entregas de terras a 959 trabalhadores rurais, parcelas essas totalizando 20.800 Ha. Regularizaram-se ainda situações fundiárias de propriedade abrangendo 400 pequenos agricultores e cumpriu-se o programa de entrega de reservas que decorria da lei. Neste, como no campo empresarial, falta pagar as indemnizações pelo que estamos dando passos nesse sentido, através da entrega dos títulos de indemnização, embora provisórios, como no caso dos fundos de investimento.

Temos cerca de 1/3 da nossa população trabalhando na agricultura, no entanto esta só contribui com 12% para o produto nacional e continuamos a importar 55% dos produtos alimentares de que carecemos. Há cerca de 20 anos não tínhamos uma balança agrícola deficitária ou seja, mesmo importando alguns produtos agrícolas, o que exportávamos de produtos agrícolas compensava as importações. Hoje não é assim, infelizmente, e Portugal com estas percentagens de população trabalhando na agricultura, importa em divisas metade da factura do petróleo. A factura dos produtos agrícolas que importamos é cerca de 50 milhões de contos e a do petróleo de 140 milhões de contos. Esta situação agrícola resulta de erros de estrutura que levarão muito tempo a corrigir e a reformar, mas também duma política que se concentrou nos aspectos ideológico-políticos da reforma agrária e desprezou a agricultura do resto do país. Temos consciência de que em oito meses, era impossível resolver todos os problemas, e fazer o necessário. Todos os portugueses, de resto, o sabem. Mas, tivemos uma política agrícola que se estendeu a todo o país e que agiu nos vários sectores, conforme as necessidades. Por exemplo, temos em desenvolvimento um plano de apoio aos arrendatários rurais, que lhes permite, num prazo de 20 anos e a juro baixo, adquirirem as terras, se os proprietários das terras lhes quiserem vender, e que se aplica fora da zona da reforma agrária. Tivemos várias intervenções nos preços do vinho, do azeite e da batata, para garantir aos agricultores um preço mínimo que compensasse a baixa do preço, devido ao excesso de produção. Encontrámos situações anteriores que não estavam resolvidas e que, tivemos de resolver recorrendo a linhas de crédito. Intervimos e garantimos que houvesse um preço mínimo e fixámos preços mínimos em devido tempo para cereais, pensando nos interesses do país em diminuir as exportações. Conseguimos, para além do bom ano agrícola, aumentos de produção e de áreas de cultivo utilizadas, por exemplo, para o arroz. Houve um aumento de mais de 1200 hectares para novas culturas de arroz. Há uma grande produção de cereais, para além do trigo, que nos compensarão e possibilitarão que não importemos tanto milho. Foi uma política deste tipo que procurámos seguir na agricultura, desenvolvendo o seguro de colheita e concretizando e dando apoio ao agricultor onde quer que ele esteja e, sobretudo, onde é mais carecido, quer pela distância, quer pelas dificuldades de exportação. cremos que os agricultores, e os portugueses, (porque isso também tem influência nos preços e nos abastecimentos) sentem já os resultados dessa política. De facto, ela é indispensável para o país, a fim de nos libertarmos do espectro da reforma agrária colectivista para termos uma política agrícola e uma reforma da política agrícola em todo o país.

Houve um sector que mereceu também a nossa particular atenção. Foi o sismo dos Açores, no princípio de Janeiro, que criou uma situação que reclamava especial apoio do governo. Foi prestado rápido e efectivo auxílio, mas com respeito pela autonomia regional e pelos seus órgãos. Desenvolvemos, de facto, uma política de transferência de poderes para as regiões autónomas, que ainda estavam na administração central e de apoio financeiro.

Desenvolvemos uma política regional que lançou novas perspectivas de regionalização do país, do continente, e que prestou, desde logo, um apoio efectivo às autarquias locais. Cumprindo a lei das autarquias locais e aumentando em 40% as

transferências de verbas do Estado para as autarquias locais, dando-lhes linhas de crédito para investimentos inter-municipais e para melhoramentos. Não se concederam só linhas de crédito, (em parte foram postos fundos directamente à disposição) como foi o caso dos investimentos inter-municipais, mas também apoio financeiro e técnico que permitiu realmente ao poder local assumir as suas responsabilidades e funcionar. É uma política, como disse, de Estado porque esta é a nação portuguesa.

Considerámos sempre o mais possível, as comunidades de portugueses não residentes no território que trabalham no estrangeiro e que, embora na maior parte do tempo passado, lançados no esquecimento, e vistos do ponto de vista político e social com desinteresse, por parte do poder político. Apesar disso as comunidades portuguesas mantiveram-se integradas no nosso país e interessadas e efectivamente integradas, transferindo para aqui grande parte daquilo que ganham. As remessas dos emigrantes continuam em aumento, simplesmente os emigrantes, as comunidades portuguesas que fizeram e mantiveram essa integração económica, devem ser respeitadas também quando concebemos o Estado. Alguma coisa pudemos fazer, embora outras como a lei da nacionalidade, tenham sido vítimas da obstrução parlamentar, que não deixou aprovar muitas leis essenciais.

Nos campos do ensino e da cultura creio que todos nós temos de nos congratular com a circunstância de o ano escolar ter decorrido pacificamente, sem problemas, além daqueles que existem e são sérios, decorrentes do sistema educativo, da sua má estruturação e dos estrangulamentos que nele existem. Mas, para além disso, houve no passado, sempre dificuldades que felizmente este ano não tivemos, implementando uma política serena de reformas efectivas. Acabámos com o ano propedêutico, lançámos a lei de bases do sistema educativo e considerámos o ensino privado e cooperativo como até aqui não tinha sido considerado.

Desenvolvemos uma política económica e social, abrangendo portanto os vários sectores, política de administração regional e local, respeito de autonomias, de desenvolvimento do poder local, uma política de cultura e de ensino que passou também pela defesa do nosso património, uma política de respeito pelos órgãos de comunicação social, e da exigência pela sua isenção e respeito pela sua liberdade. Nenhum Director de jornal foi substituído no nosso governo, ao contrário do passado. Uma política também, que no plano externo, se ateve à defesa intransigente dos interesses portugueses, assumindo pela primeira vez, pelas razões que eu já expus, e pela nossa determinação, a condução da política externa portuguesa como política dum governo, que se sabe situado no plano nacional e de Estado e que não entrega por isso, os seus poderes aos outros órgãos de soberania, embora com respeito por eles mas, acima de tudo com respeito pela responsabilidade que assumiu perante o eleitorado, que foi de exercer com modéstia, com moderação, com disposição, mas com firmeza, tenacidade e resolutamente, o poder que o eleitorado lhe confiou. Fizemo-lo também em política externa, definindo as prioridades e agindo em consequência. Assumindo as posições de firmeza, para fazer face aos riscos, que no ocidente são os criados pelo poder imperialista, e que a nós, como país ocidental, nos ameaçam, assumindo o aspecto construtivo da política externa, criámos e desenvolvemos relações e laços nos aspectos políticos e económicos.

Lançámo-nos no reforço e na aceleração das negociações para a adesão de Portugal ao Mercado Comum. Consideramos isso, a prioridade das nossas prioridades, e de facto, a adesão de Portugal ao Mercado Comum é um projecto que excede em muito, os meros aspectos económicos. Tem repercussões evidentes, repercussões históricas e culturais, que são fundamentais para nós confinados que estamos ao nosso território continental e às ilhas atlânticas. A nossa cultura e língua espalhadas por todo o mundo, é um aspecto que está presente na integração de Portugal no Mercado Comum. Integração que tem de ser o mais rápida possível, mas nas melhores circunstâncias, e em mercê do esforço, que implicou de resto viagens que eu não tencionava fazer ao princípio, mas que hoje reconheço que foram necessárias e úteis, indispensáveis mesmo, pela aceleração que permitiram imprimir às negociações, e pelas relações que permitiram que se esteja em contacto directo com chefes de governo de outros países, para tratar constantemente destes problemas. Conseguimos, portanto, desbloquear uma situação que estava bastante paralisada e, pela confiança que incutimos, fá-la-emos avançar hoje nas melhores condições, embora as negociações não sejam fáceis. Para que Portugal possa entrar no Mercado Comum no princípio do ano de 1983, nas melhores condições, a política externa estabeleceu relações com países, com quem era incompreensível que as não tivesse, como era o caso da Arábia Saudita, com quem não tínhamos relações diplomáticas e com quem temos todo o interesse em as manter. Reforçámos a nossa cooperação e os nossos intercâmbios com os novos países de expressão portuguesa, melhorando também a posição de Portugal. Essas melhorias devem-se a não ligarmos a diferenças políticas e ideológicas mas sim respeitarmos a independência e as características de cada povo. Exigimos, é evidente, que respeitem a nossa independência, e a independência da nossa política, e procuramos, com base nisso, construir relações que façam valorizar os laços da língua e históricos que temos com essas jovens repúblicas de expressão portuguesa.

Não quero deixar de mencionar também a política de defesa. A política de defesa que como não é só a política militar, pertence também ao governo. As forças armadas, neste período transitório que terminou com a revisão da Constituição, não dependem do governo. Nos regimes democráticos, as forças armadas dependem do governo no sentido de que é a este que cabe a sua direcção, apontar e definir as políticas e dar as instruções. No nosso caso não é assim, apenas o Parlamento aprova o orçamento das forças armadas, mas a política de defesa entendida como conjunto dos valores de defesa da liberdade e da segurança, incluindo o reapetrechamento das forças armadas na parte política, que não na parte técnica ou militar, essa compete ao governo e foi por este exercida tendo-se dado passos para nos lançarmos num projecto que foi bem acolhido na NATO e no qual estamos empenhados, de reapetrechamento da nossa armada com a construção de três fragatas. A política de defesa é necessária num regime democrático e estamos a lançar as bases para a concretização, para quando tivermos o regime plenamente democrático, duma política de defesa nacional que nos compete não só como país independente e livre que preza a sua segurança interna e externa, mas como país que pertence ao Tratado do Atlântico Norte e que está disposto e interessado em assumir as suas obrigações e a partir desse enquadramento tirar partido para renovar o equipamento das nossas forças armadas.

Tracei, aquilo que julgo ser o essencial do balanço da acção e dos resultados do governo. Governo que tive e tenho muita honra em presidir, porque foi uma equipa coesa, de qualidade e que não se poupou a esforços. Sentimos ao fim destes meses os resultados positivos e o desgaste, mas valeu a pena. Um governo que soube portanto assumir o seu papel nacional plenamente democrático e de Estado e por isso mesmo se conservou indiferente ao alarido que à sua volta certas forças de destruição provocaram e provocam. Aos ataques, insídias e calúnias que fizeram parte desse alarido, não nos deixámos perturbar, porque de facto a noção de Estado implica saber distanciarmo-nos e saber separar o que é importante, do que não é importante, o que é urgente, do que não é urgente, sabermos distanciar das intrigas e não ligar importância àquilo que os outros sobre nós lançam como arma de destruição.

Importa também estar atento, a saber captar as propostas positivas, mesmo da oposição, saber conservar os resultados positivos, que houve nos anos passados, porque os houve, e eles foram conservados e desenvolvidos, mas também tivemos a coragem de enfrentar as dificuldades, corrigir os erros, suprir as deficiências e abrir um caminho novo.

Queria neste momento, testemunhar a todos os portugueses o meu grande apreço e consideração que estes meses de governo reforçaram, apreço e consideração pelas qualidades do nosso povo.

Os resultados positivos que o país obteve nos vários campos, não foram só fruto da acção do governo. O governo possibilitou-os, deu apoio, definiu políticas e trabalhou e pôs também a administração pública a trabalhar nesse sentido. Mas, se não fosse o esforço de cada um dos portugueses, a sua confiança e o seu patriotismo, não se teria melhorado como melhorou a situação concreta das pessoas. Por isso faço esta menção à consideração e apreço que aumentaram nestes meses em que desempenhei e desempenho as funções de Primeiro-Ministro. Por melhor conhecimento das dificuldades e, por, a partir do governo ver a resposta da sociedade civil, no fundo a nossa acção foi também de libertação da sociedade civil para que pudesse exprimir as suas capacidades, iniciativas e energias e com isso ajudar a levantar e a recuperar o nosso país. Temos ainda muito que fazer, por certo que temos, ficou muito por fazer, com certeza que ficou, e em campos em que era urgente fazê-lo mas em que encontrámos uma situação tal, que nos forçou a concentrar sobretudo e especialmente na recuperação dos atrasos. Foi o caso da habitação, por exemplo, em que embora lançando dezenas de milhares de fogos, dando apoio às cooperativas de habitação como demos em geral a todas as cooperativas (agrícolas, de produção, comerciais e aprovámos o código cooperativo que constitui a súmula da legislação cooperativa), mesmo assim, neste sector, muita coisa ficou por fazer.

Falei dos portugueses e não quero deixar de destacar um sector que tem razões para se considerar com menos esperança do que era justo que tivesse: a juventude, os jovens têm de facto uma perspectiva melhor do que no ano passado, mas ainda não a perspectiva suficiente de confiança no seu futuro.

Lançámos as bases para que o desemprego seja combatido e falo no desemprego, a propósito dos jovens, porque estes problemas incidem sobretudo nos jovens à procura do primeiro emprego.

Mas para isso temos de lançar um programa de investimentos que implica abertura da economia a investimentos privados e como sabem não podemos fazê-lo porque o Conselho da Revolução se lhe opôs. Mesmo assim o desemprego global diminuiu. Mas os jovens têm direito a exigir maiores possibilidades de emprego e melhores possibilidades de ensino a todos os níveis. Falo especialmente neles porque compreendo as suas dificuldades e faço um apelo à sua confiança como à de todos os portugueses e à manutenção da esperança do patriotismo e do bom senso.

Vamos, como disse, entrar em campanha eleitoral, embora o governo continue a exercer o seu mandato até ao fim. O governo tudo fez, faz e fará para que na medida em que de si dependa, a campanha eleitoral seja totalmente livre, isenta e imparcial, para que permita uma escolha consciente dos portugueses nestas eleições. Se as do ano passado, foram indispensáveis, estas são decisivas e cruciais para o futuro do nosso país. É por isso necessário que a campanha decorra em condições de serenidade e de esclarecimento.

Aguardamos o futuro e encaramo-lo com confiança e com esperança, apesar de tudo aquilo que tivemos de atravessar nestes anos passados. Apesar das dificuldades encontradas nestes oito meses de governo, apesar de se ter manifestado de muito lado, incompreensão, e outras coisas que não têm demasiada importância, porque o importante é sentir que cumprimos o nosso dever, cumprimos a nossa responsabilidade, demos o nosso melhor, não nos poupámos a esforços. Fomos governo, repito, de portugueses para portugueses. Apreciei e apreciamos todos nós a muita confiança, o apoio que os portugueses nos deram no caminho que se iniciou da construção de um país mais justo, mais livre e mais solidário.

1.34. Entrevista ao Tempo - 18 de Setembro 1990

O Primeiro-Ministro do VI Governo Constitucional, dr. Francisco Lumbralles de Sá Carneiro, concedeu ao Directo do Tempo a mais importante e extensa entrevista que concedeu a um órgão da imprensa portuguesa depois que assumiu a chefia do Executivo da Aliança Democrática, em Janeiro último. Num encontro de cerca de duas horas, efectuado no seu gabinete da Rua Gomes Teixeira, o Dr. Sá Carneiro respondeu a todas as perguntas que lhe foram formuladas, mesmo as que se relacionam com a sua vida pessoal (o curso do seu divórcio) e as que tiveram como base a campanha difamatória do quotidiano comunista "O Diário" a propósito das relações que teve com a banca. Revelando uma grande concepção do Estado Democrático, o Dr. Sá Carneiro abordou todos os problemas da política interna, as eleições legislativas de 5 de Outubro, as eleições presidenciais de Dezembro e fez uma ampla declaração quanto às suas opções em matéria de política interna-

cional. O Primeiro-Ministro, numa voz fluente e firme, declarou que se as eleições de Dezembro último foram indispensáveis, as próximas serão decisivas .porque vão pôr de novo em confronto dois tipos de sociedade. "O nosso Governo provou - disse - que se pode governar Portugal sem o Partido Socialista e contra o Partido Comunista". O presidente do Partido Social-Democrata Português atacou os conselheiros da Revolução e criticou, sem tergiversações, o general Ramalho Eanes, Presidente da República. "O Presidente da República - disse - nunca teve uma palavra de apoio para o Governo mesmo quando este era atacado pelo Conselho de Revolução".

O Dr. Sá Carneiro chamou a atenção para o caso flagrante em que a Comissão Constitucional aprovou um diploma relacionado com a delimitação dos sectores público e privado e o Conselho da Revolução rejeitou-o. O Primeiro-Ministro disse ao "Tempo" que o seu Governo não fez política partidária e assinalou que, graças ao seu Governo o produto crescerá 4%, os salários aumentaram em média 20 a 21%, a inflação situou-se entre 15 e 16% e as pensões sociais aumentaram 21%. Referiu, ainda, que o ano escolar decorreu sem perturbações, que houve paz social e que a agricultura teve um apoio como nunca havia recebido. Também as autarquias - disse - receberam largos benefícios técnicos e financeiros. "A vitória da Aliança Democrática em 2 de Dezembro - acentuou - foi o verdadeiro 25 de Novembro político e civil". Depois declarou que qualquer acordo com o Partido Socialista serve o projecto político do PC. Sobre o Presidente da República disse nomeadamente: "Eanes afastou-se dos partidos que perfilham o projecto democrático europeu e é, hoje, o candidato nitidamente apoiado por socialistas e comunistas. "O Primeiro-Ministro disse não ter dúvidas de que o general Eanes defende para Portugal o conceito de país terceiro-mundista com crescente influência do Partido Comunista. Revelou que, em 1976, se opôs, no seio do seu partido, à candidatura do general Eanes mas que foi vencido, assim como revelou que propôs a abstenção do seu partido quando da votação da actual Constituição. Mostrou-se um grande defensor da social-democracia do tipo da que é aplicada na Alemanha Federal. Não queremos ser - disse - uma sociedade do capital". E fez uma revelação importante, entre outras: "Quando conseguir para Portugal um regime plenamente democrático, terei cumprido o meu principal objectivo."

No caso de ganhar as eleições, como espera, e de ver o "candidato-presidente" general Soares Carneiro eleito Presidente da República, em Dezembro, o Dr. Sá Carneiro propõe-se fazer aprovar no Parlamento leis importantes no sentido de modernizar Portugal, de pôr fim à miséria e de deixar a economia expandir-se livremente.

Foi num gabinete sóbrio, impecavelmente arrumado, amplo e com vasta panorâmica sobre o Tejo, que o Dr. Francisco Sá Carneiro, primeiro-ministro do VI Governo Constitucional, recebeu o director do "Tempo" para lhe conceder a entrevista que hoje publicamos com todo o relevo e consideramos um documento indispensável ao conhecimento político e da personalidade humana do presidente do Partido Social-Democrata Português. Junto da pequena mesa onde nos sentámos, uma fotografia emoldurada: o Dr. Sá Carneiro junto do "chanceler" da República Federal da Alemanha, Helmut Schmidt.

Sempre muito calmo, expondo as suas ideias sem hesitações, rememorando factos e datas com extrema facilidade e precisão, o Dr. Francisco Sá Carneiro nunca se mostrou incomodado com qualquer pergunta, mesmo aquela que o fez referir-se à sua vida familiar. Sobre este ponto, disse que os portugueses estavam em condições de o julgar em 5 de Outubro próximo, mostrando-se no entanto convencido de que em política os homens são julgados pela sua acção no Estado, visto que a sua vida privada pertence exclusivamente ao foro íntimo de cada um.

Fumando por vezes um cigarro, sob o olhar atento da sua assessora para a imprensa, o Dr. Francisco Sá Carneiro foi extremamente amável com o director do Tempo e durante toda a longa entrevista não olhou uma só vez para o relógio.

A entrevista foi gravada e depois revista pelo próprio Dr. Sá Carneiro. Os subtítulos são da responsabilidade da nossa Redacção.

A importante entrevista é a seguinte:

Tempo - Sr. Primeiro-Ministro, terminada a acção do Governo nestes sete meses, enfrenta as eleições. Eu gostava de saber, exactamente, com que espírito é que vai dirigir a campanha para as legislativas de 5 de Outubro:

Dr. Sá Carneiro - As eleições do ano passado foram indispensáveis, não apenas para resolver a crise política mas porque eram, para a Aliança Democrática, um ponto de passagem obrigatório. Era necessário ganhar as eleições de 2 de Dezembro para garantir a estabilidade ao País, que a não tinha tido nos últimos anos, para com um Governo de maioria, com uma política clara, obter realizações em proveito dos portugueses. Para fazer a demonstração também de que era possível e necessário governar sem o Partido Socialista, sem o Partido Comunista.

As eleições do dia 5 de Outubro são decisivas. Se as outras foram indispensáveis, estas são decisivas, não apenas para continuar o caminho de estabilidade e de realizações que nestes oito meses passados se concretizou, mas para dentro deste caminho tomar opções fundamentais para o futuro dos portugueses. Em termos de estrutura económica, de política social, de desenvolvimento, de progresso, de segurança e de política de defesa também. E, como é evidente, de integração europeia. Acresce que o Parlamento tem poderes constituintes - terá de fazer a revisão da Constituição pôr termo ao Conselho da Revolução e promover a institucionalização de regime plenamente democrático. É com a consciência desta grande responsabilidade que devem ter, quer os governantes, quer os candidatos, quer os eleitores, que eu encaro a campanha eleitoral, seguro de que os portugueses escolherão entre o que se realizou com a Aliança Democrática e a tentativa de destruição preparada pelos nossos adversários.

SITUAÇÃO DE HIPOCRISIA INSTITUCIONAL

T - Quais foram, realmente, os grandes problemas que enfrentou desde que assumiu a chefia do Governo?

SC - A premência de tempo foi um deles. Sabíamos que havia muito para realizar e pouco tempo para o fazer. Esse foi um risco conscientemente assumido, que nos obrigou a trabalhar sempre sob pressão para aproveitar ao máximo o tempo. Con-

seguimo-lo. Tivemos a obstrução da oposição parlamentar logo desde o início da discussão do programa do Governo, que depois se revestiu dos aspectos desagradáveis e condenáveis - diria mesmo ignóbil a que temos assistido nos últimos tempos. Tivemos a guerrilha institucional desencadeada contra nós, desde Fevereiro ou, ainda, de Janeiro, com as declarações de total oposição de membros do Conselho da Revolução. Esse foi um problema que, nessa altura, eu apresentei ao Sr. Presidente da República e a resposta que obtive é que eles eram livres de fazer as declarações que entendessem, mesmo as mais contundentes e mesmo aquelas que tentavam e tentam, ainda, desprestigiar o Governo e os seus membros, dado que não vinculavam o Conselho da Revolução. E assistimos, então, a esta situação, que é além do mais de uma grande hipocrisia: os membros do Conselho da Revolução têm o direito de falar, porque são membros do Conselho da Revolução, mas se fossem simples militares não tinham esse direito. Fazem-no na sua qualidade de membros do Conselho da Revolução, mas entende-se que essa qualidade já não pode ser invocada para os responsabilizar, e ao órgão, por essas declarações que foram desde o início, desde Fevereiro, totalmente inaceitáveis contra o Governo. Além disso, o Presidente da República é também Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Mesmo nesse tempo, em que se faziam as piores declarações contra o Governo, nunca o Senhor Presidente da República teve uma palavra de condenação de tais posições, inaceitáveis em Democracia e da parte de militares. Pelo contrário, revelou-se sintonizado com eles, vindo a adoptar nos seus discursos posições semelhantes, embora sob a forma de insinuações e em linguagem diferente. E, depois, houve todas as dificuldades vindas do Presidente da República quanto à promulgação de diplomas, quanto ao movimento de diplomatas. O caso mais grave de todos, mas muitos houve, foi o da recusa pelo Conselho da Revolução do Decreto-Lei, aprovado em cumprimento de uma autorização legislativa do Parlamento, sobre os limites dos sectores público e privado da economia. Era uma peça essencial que estava no nosso programa, que o eleitorado aprovou e que o País necessitava, designadamente para combater o desemprego e para se lançar em caminhos de desenvolvimento. A Comissão Constitucional aprovou o terceiro projecto, o Conselho da Revolução rejeitou-o. Foram dois tipos de obstrução que constituíram dificuldades e que impediram o Governo e a própria maioria parlamentar de avançar com reformas que estavam no seu programa.

CONSEGUIMOS A ESTABILIDADE E SEGURANÇA PARA O PAÍS

T - O Sr. Primeiro-Ministro falou dos grandes problemas e eu gostaria que me falasse, agora, das grandes conquistas destes sete meses de Governo.

SC - Creio que a primeira foi conseguirmos, na base da maioria, a estabilidade e a segurança do País. Passou a falar-se do Governo sem lhe pôr nenhum número, do Governo de Portugal e não do Governo da Aliança Democrática. Isso prova que, efectivamente, a opinião pública e os portugueses sentiram que: como havíamos prometido, nos colocamos no plano nacional. Não fizemos política partidária e, com isso, também contribuimos para o prestígio das instituições e para o reforço da confiança na democracia. Porque o fizemos, pudemos avançar no desenvolvimento da economia, que crescerá este ano mais do que estava previsto, neste momento 4% é o número previsível e no controlo da inflação, peça funda-

mental da nossa política económica - porque é geradora de grandes injustiças sociais e impede qualquer política económica realista e proveitosa para o País - na defesa e aumento do poder de compra dos portugueses. As pensões sociais e os salários aumentaram mais do que os preços, os impostos pessoais que cada um paga baixaram, o poder de compra aumentou portanto, embora ainda insuficientemente. Essa foi uma das principais conquistas, e veja que para além dos benefícios directos, hoje, mercê desta política global do Governo, estão criadas as condições para que, se os parceiros sociais assim o quiserem, poderem fazer um pacto social, um contrato social para os próximos anos. Isso, que era impossível anteriormente, mercê das flutuações, da inflação exagerada, hoje é possível. Os aumentos de salários contiveram-se a um nível geral não superior a 20%, porque houve a garantia de que a inflação não seria superior a esse número. Ela deve ser, no ano de 1980, entre 15 e 16%. O aumento médio dos salários foi de 21% - há aí um benefício concreto -. As pensões sociais aumentaram 21% em média, sem contar com o último aumento que vigorará a partir de Outubro e de Dezembro. A baixa dos impostos libertou cerca de 3% a 4% dos rendimentos. Há a segurança de que esta política económica com a Aliança Democrática, vai prosseguir. Teremos, na fase seguinte, de dar ênfase ao relançamento do investimento, à reforma das nossas estruturas produtivas. Nos outros sectores, todos eles, embora com algumas desigualdades entre si, fizeram-se progressos. O ano escolar decorreu sem quaisquer perturbações. A Agricultura teve apoio como nunca. As autarquias locais receberam também em termos técnicos e financeiros um apoio que nunca haviam recebido. Lançaram-se projectos industriais de grande vulto, de grande interesse e repercussão para o País, designadamente criação de postos de trabalho. Alguns desses projectos já vinham de trás, mas fomos nós que tomámos a decisão e avançámos, o que já se podia ter feito no passado. E alguns outros sectores lhe poderia citar, mas parece-me que a grande realização geral foi não ter havido política partidária, não ter havido um Executivo ao serviço de uma política partidária nas prosseguindo uma política nacional de desenvolvimento, de estabilidade e de segurança.

T - A constituição da Aliança Democrática correspondeu aos objectivos que tinha planeado?

SC - Essa foi também uma demonstração dos últimos meses. Como se recorda, quer quando constituímos a Aliança, quer quando ganhámos as eleições, dizia-se que a Aliança Democrática não resistiria. Ora, o que se passou foi que a Aliança se consolidou, se revelou, quer a nível parlamentar, quer a nível de Governo, quer a nível geral como aquilo que é, um projecto político estratégico, com duração até o fim da legislatura que detém poderes de revisão constitucional, com credibilidade e com força política.

É evidente que isto desorientou os nossos adversários parlamentares e extra-parlamentares. Porque a vitória da Aliança Democrática no dia 2 de Dezembro passado foi o verdadeiro 25 de Novembro político e civil, inutilizou o prosseguimento do projecto político que vinha sendo desenvolvido, pelo menos desde 28 de Setembro de 1974, que se opõe ao projecto político da Aliança Democrática. Há aqui dois projectos políticos em confronto: um que é do regime actual, um regime de controlo total do Conselho de Revolução um regime actual, um regime

de socialismo de Estado, que foi aquele por que sempre se bateu o Grupo dos Nove, que continua ligado a este projecto a vários níveis, com o Partido Socialista e o Partido Comunista em grau diverso. E o projecto democrático, que era o daqueles que queriam de facto, a partir do 25 de Abril rapidamente institucionalizar a democracia plena e europeia. Olhando para trás, vemos que, na revolução, como acontece em quase todas elas, houve anos nebulosos, em que estes projectos não se distinguiam nitidamente. Hoje é muito claro que eles são inconciliáveis. E a demonstração está feita, serve o projecto político dos nossos adversários e representa sempre avanços para o Partido Comunista. Foi assim no II Governo em que o CDS acreditou na possibilidade do acordo com o Partido Socialista. Cedo verificou que, designadamente na Reforma Agrária, o Partido Comunista avançava, embora o CDS estivesse no Governo. Foi assim com o próprio candidato à Presidência da República, General Ramalho Eanes; apoiado pelos três partidos vemos que, ao fim destes anos, ele se afastou dos partidos da Aliança Democrática, que hostiliza, e os quais perfilham o projecto democrático e europeu. Hoje é o candidato nitidamente apoiado por socialistas e comunistas. Está para mim claro, portanto, que os projectos, clarificada a situação, se apresentam ao eleitorado tal como são. Nestas eleições, optar-se-á por um ou por outro. Eu estou convencido que os portugueses, conscientes disto, optarão necessariamente pelo projecto plenamente democrático. Porque senão teremos, ou o Conselho da Revolução sob uma ou outra forma, ou tutela militar e sempre influência do Partido Comunista, influência crescente. O Partido Comunista que, em 26 de Novembro, parecia de facto em situação de grande inferioridade - e era justo que o estivesse visto se ter envolvido no 25 de Novembro na tentativa de golpe -, recuperou imensamente: e, hoje, está mais forte do que em 1975, graças a esses acordos com o Partido Socialista, graças à actuação do Grupo dos Nove. Não deve ser surpresa, dado que o Grupo dos Nove, num documento de 1975 que eu tive ocasião de criticar em entrevistas que dei ao "Tempo" e ao "Jornal Novo" quando estava ainda em convalescença, rejeitava abertamente a social-democracia. E no Plano da Acção Política publicado em Junho de 1975, no Verão de 1975, pretendia-se, até apresentar o MFA como um movimento de libertação do povo português, o que é a negação da democracia. É evidente que, quando falo em Grupo dos Nove, em Conselho da Revolução, não incluo as Forças Armadas. As Forças Armadas portuguesas não têm nada com isto, têm tido uma atitude democrática, querem o fim do período transitório e afastar-se da política. Mas há um grupo político-militar que é esse, sempre em contacto com o Partido Socialista e com o Partido Comunista, que perfilham o projecto a que eu sempre me opus, desde a crise do I Governo, desde a crise Palma Carlos e ao qual continuo a opôr-me. E a Abanca Democrática é, de facto, a grande barreira, foi e será a grande barreira à concretização desse projecto político-militar que nos transformará em país de tipo terceiro-mundista, com permanência de um grupo militar na política e com influência crescente do Partido Comunista.

EANES PARTILHA DO PROJECTO POLÍTICO-MILITAR MARXISTA

T - Sr. Primeiro-Ministro, como vê, então, a relação das eleições presidenciais com as legislativas? Pensa que umas têm importância nas outras?

SC - Sendo tudo isto que está em jogo, as duas eleições são cruciais porque os dois projectos confrontam-se a nível de Parlamento, de Governo e de Presidência da República. Estou à vontade para o dizer porque não propus o General Eanes para candidato à Presidência da República. Ao contrário da ideia feita, de que eu é que lancei no meu partido a candidatura do General Ramalho Eanes, a verdade é que na altura do Conselho Nacional, pronunciei-me por outra candidatura. Mas a maioria optou pelo General Ramalho Eanes e eu, como secretário-geral do Partido, no dia seguinte, estava a comemorar. Hoje, é claro que o General Ramalho Eanes partilha do projecto que será a político-militar marxista, digamos assim. O projecto democrático da Aliança opõe-se-lhe. Daí que as eleições reflitam essa divisão, esse conflito entre os dois projectos.

Além disso socialistas e comunistas estiveram nos Governos passados. As eleições serão escolha entre a capacidade de Governo dos nossos adversários e a nossa.

Além da maioria parlamentar e do Governo de maioria, o País necessita de um Presidente da República que partilhe do projecto democrático da AD como projecto nacional.

T - Em síntese, porque se afastou do General Eanes?

SC - Eu não me afastei do General Ramalho Eanes. Entendo que ele é que se afastou da área democrática, da maioria dos partidos democráticos que foram o seu grande eleitorado em 1976.

Quando lancei em 1978 o projecto da criação do grande bloco democrático reformista que veio a ser a Aliança Democrática, tive a convite do general Ramalho Eanes, uma longa conversa com ele, expus-lhe as minhas ideias e disse-lhe que estava pronto a aceitar uma ligação desse bloco democrático com o Presidente da República em exercício, visto que era necessário que houvesse consonância ente a futura maioria e o Presidente. Não lhe ofereci a direcção desse bloco mas sim ligação que me parecia necessária entre o Presidente da República em exercício e esse bloco em formação. Nunca me deu resposta. E pela sua atitude, ao adiar o mais possível as eleições intercalares que eram a única resposta para a crise e, depois, pela nomeação da engenheira Pintassilgo, ficou claro que o projecto político do General Ramalho Eanes é de facto o projecto político-militar da zona marxista ou socialista de Estado e não o projecto democrático da Aliança e dos partidos que a compõem.

ATAQUES DO PS NÃO SÃO SÉRIOS NEM DIGNOS

T - Mário Soares queixa-se da ausência de relações entre o Governo e ele próprio. O que é que o Sr. Primeiro-Ministro me pode dizer sobre isso?

SC - Quando eu era o líder do maior partido da oposição, não tinha dúvida nenhuma, quando entendia que era conveniente falar com o Primeiro-Ministro, em pegar no telefone e pedir ao Dr. Mário Soares que me recebesse ou como algumas vezes sucedeu, ir conversar informalmente com ele. O Dr. Mário Soares nunca fez isso. De resto, o Partido Socialista tomou logo no início - antes de conhecer o programa do Governo já tinha apresentado uma moção de desconfiança - uma posição de obstrução. Eu disse sempre muito claramente que estávamos no Gov-

erno para desenvolver uma política nacional mas para o fazer ao abrigo e em consequência do nosso programa, não para fazermos a política dos adversários. O Dr. Mário Soares era Primeiro-Ministro sem maioria; eu sou Primeiro-Ministro de um Governo com maioria. O Ministro Adjunto manteve contactos com a oposição, designadamente com os socialistas. E o Vice-Primeiro-Ministro contactou pessoalmente com o Dr. Mário Soares.

T - O que pensa dos ataques pessoais que o Dr. Mário Soares tem feito ultimamente?

SC - Não foi apenas ultimamente. Tais ataques não são sérios nem dignos. O Partido Socialista e o próprio Dr. Mário Soares lançaram-se numa campanha que teve a expressão parlamentar, a meu ver lamentável, aí por Maio, precisamente na altura em que eu estava imobilizado em consequência do acidente que eu tive em Londres. Fizeram-no hipocritamente, inventando pretensas dificuldades protocolares resultantes da minha situação familiar. Fizeram cavalo de batalha disso no Parlamento, pondo em causa a própria política europeia do País. E essas dificuldades protocolares, sabiam-no bem, nunca existiram, não só em relação aos Governos estrangeiros que nunca levantaram qualquer dificuldade, antes nos receberam com as maiores atenções, mas porque não podiam existir. A questão protocolar ficou esclarecida, porque na primeira conversa que eu tive com o Sr. Presidente da República, fui eu que a levantei. E disse ao Presidente da República que sendo a minha situação familiar conhecida e assumida desde há vários anos, lhe punha o problema, porque sendo o protocolo do Estado também o protocolo do Presidente da República, não queria com isto criar quaisquer dificuldades.

A solução perfilhada pelo Presidente foi aquela que se seguiu, ou seja a de a minha actual Mulher me acompanhar, isto logo em Janeiro. Ora, se não havia dificuldades protocolares no País, como poderia havê-las no estrangeiro? E, de resto, aí, nunca foi levantada a menor dificuldade; pelo contrário, os Governos estrangeiros, embora se tratasse de visitas de trabalho, trataram-nos quase como visitas oficiais, consideraram-nos como hóspedes dos Governos. Esse aspecto dos ataques pessoais foi o único em que o PS se antecipou ao PC. No resto das calúnias limitou-se como habitualmente a segui-lo. Tudo isso demonstra da parte do Dr. Mário Soares e do Partido Socialista uma atitude indigna do ponto de vista político e pessoal, mas condenável também do próprio ponto de vista nacional, porque quiseram inventar com países estrangeiros dificuldades para combater a política do Governo. Tais ataques e processos atingem e desprestigiam quem os faz. Mas podem também levar a desprestigiar até a própria política em geral e as instituições democráticas. Aparte isto, acho que não devemos dar-lhes importância - eu próprio nunca dei - e continuar serenamente a trabalhar com a mesma imperturbável determinação.

T - E o sr. Primeiro-Ministro pensa que a situação familiar a que se refere, que é corrente e que é conhecida, terá alguma influência no eleitorado?

SC - Eu não creio, porque os portugueses e os eleitores apreciam as atitudes claras e frontais e que cada um assuma as consequências das suas atitudes. Estou separado da minha primeira mulher há mais de quatro anos. A minha actual situa-

ção familiar existe desde 1977 e sempre foi publicamente assumida. Aguardo poder obter o divórcio para formalizar perante a lei. Tudo isso é conhecido de há muito, não é de agora. O Partido Social Democrata e a Aliança Democrática entenderam que isso não representava obstáculo a que eu fosse Primeiro-Ministro. Assim também o Presidente da República e o Parlamento.

O PARTIDO COMUNISTA É SEMPRE O MESMO

T - Como caracteriza o Partido Comunista Português neste momento?

SC - Continua a ser, como resulta de todas as suas declarações, um partido estalinista, um partido de Moscovo, que não está interessado em que Portugal tenha um regime democrático de tipo ocidental, como se vê até no seu empenho na continuação do Conselho da Revolução. Continua, portanto, com a mesma posição, que vem seguindo desde 1974 e que foi patente em 1975. A tática é diferente, porque pretende apresentar-se com uma fachada democrática que não engana ninguém. Simplesmente, como referi o actual Presidente da República, general Ramalho Eanes, fez por duas vezes, em declarações a um jornal americano e a um jornal francês, o elogio do Partido Comunista. Ora, aquilo que o Partido Comunista está a fazer em Portugal, é aquilo que já fez e está a fazer em muitos outros países. No próprio Afeganistão, o Partido Comunista procura apresentar-se com carácter nacional, pondo quase de lado a construção do socialismo, falando apenas nas liberdades, em temas nacionais. É uma evolução muito semelhante. Entretanto as tropas soviéticas massacraram o povo afegão. Já o ano passado o secretário-geral do Partido Comunista declarou a um semanário que não visava para já a construção do próprio socialismo - nem falou de comunismo. O PC-APU, usa as cores nacionais, procura em suma enganar os eleitores e os portugueses, mantendo a sua linha fundamental que é a de combater o regime democrático ocidental, a de aumentar a influência da União Soviética em Portugal. E também impedir que Portugal, através de uma economia de tipo europeu se desenvolva e os portugueses tenham melhores condições de vida. Ao Partido Comunista interessa que os portugueses vivam pior, que se transformem cada vez mais em proletários, para que ele possa estender o seu domínio. Tentou-o na zona da Reforma Agrária, onde está em recuo, mercê da nossa acção e do apego dos alentejanos à liberdade e está a tentá-lo noutras zonas do País, com métodos de penetração que revelam estar a trabalhar em planos de médio e longo prazo para manter a sua influência. Isto é francamente nocivo e na campanha eleitoral tem de ficar claro que sob a capa da APU, sob as cores nacionais que usa, o Partido Comunista é sempre o mesmo - o partido soviético, estalinista e antidemocrático.

T - Como encara as relações que foi tendo com os sindicatos, com as forças das massas trabalhadoras?

SC - O Governo manteve, através de vários ministros, e em especial do Ministro do Trabalho contactos com os sindicatos e com as organizações patronais. Desde o princípio que eu deixei claro que respeitávamos, como respeitamos, a opinião pública, os meios de comunicação social, as forças sindicais e patronais. Mas o Governo somos nós e não nos sujeitamos ao Governo dos sindicatos, ou das confederações, ou ao Governo dos órgãos de Comunicação Social ou de quaisquer

interesses sectoriais. Isso não excluiu o diálogo - que foi mantido através dos membros do Governo. O Primeiro-Ministro não tem que tratar de problemas específicos do sector com os sindicatos, com as confederações sindicais ou com as confederações patronais. Deve, quando necessário, tratar com eles de temas de política geral. Assim o fiz recentemente com a UGT e com as Confederações da Indústria, Agricultura e Comércio com utilidade e proveito.

NATO, CEE E EX-COLÓNIAS

T - Que concepção tem da política externa portuguesa? Prevê relações preferenciais com alguns países? E como encara o problema do alinhamento de blocos?

SC - É evidente que nós somos parte dum bloco, somos parte da NATO e devemos assumir essa qualidade sem quaisquer constrangimentos ou sem qualquer má consciência. Optámos por dar, como é do interesse do País, uma grande prioridade à integração de Portugal no Mercado Comuna. Tivemos uma política claramente pró-ocidental sem ambiguidade. Isso não sucedeu no passado. Como se recorda, na última entrevista dada pelo Primeiro-Ministro Enga. Pintassilgo, ao Diário de Notícias de 3.1.80 a propósito do Afeganistão, quase se desculpava a entrada das tropas soviéticas naquele país. Nós fizemos logo no início - eu comecei por fazê-lo no meu discurso de posse - a condenação desse facto gravíssimo, e isso é emblemático em relação à atitude da nossa política externa. Entendo, e referi-o também logo de início, que a política externa portuguesa deve ser a continuação da nossa política interna, a defesa dos nossos interesses, e não uma política externa ao sabor de ideologias ou da conveniência de outros países. Mas isso não exclui, antes pelo contrário, reforça a solidariedade com a NATO, a solidariedade ocidental, a solidariedade dentro dos países da OCDE.

Desenvolvemos também os contactos com as antigas colónias, fizemos progressos nas relações com todas elas. Por exemplo o comércio com Angola triplicou no primeiro trimestre deste ano. Apesar da oposição do Partido Comunista e das influências que procura mover nesses países, continua-se em bom caminho e estou convencido que a partir das eleições de 5 de Outubro se vai desenvolver essa aproximação, o que é útil para nós e para uma política europeia que tem de ter uma relação preferencial com a África. Desenvolvemos também (mas eu não gostaria de me alongar muito nisso visto que o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros já o referiu recentemente ao "Tempo"...) a aproximação com os países árabes moderados, estabelecendo relações diplomáticas com a Arábia Saudita, e o incremento dos contactos e das relações com os países da América Latina. Tudo isso aumenta a nossa projecção como País e tem benefícios concretos em termos de comércio, em termos de cultura e em vários outros aspectos.

IMPERIALISMO RUSSO: O ÚNICO EM ACÇÃO

T - Como observa a situação mundial a propósito da Polónia, da posição da China, da União Soviética e dos Estados Unidos? Preocupa-o uma Terceira Guerra Mundial, por exemplo?

SC - Esta vai ser das décadas mais difíceis no plano internacional. Não só os soviéticos mostraram claramente, com a invasão do Afeganistão e outras acções que já tinham tido, em África designadamente, que o seu intuito imperialista não pára, como tiraram partido de um certo conformismo do mundo ocidental. Creio que os dois maiores perigos que o Mundo, nesta década, com acuidade enfrenta, são o imperialismo soviético, que é o único imperialismo em acção, o subdesenvolvimento, a fome e a miséria em grande parte do mundo, atingindo a maior parte da Humanidade. Para além de situações de gritante injustiça são situações de grande perigo político potencial que o imperialismo soviético aproveita. Isso põe um problema grave ao mundo desenvolvido. É preciso um esforço de defesa, incluindo defesa militar, mas é preciso levar mais longe o esforço de defesa a outros domínios que na defesa se integram, como o do apoio à liberdade (a generalização da liberdade democrática é a melhor garantia contra o avanço dos regimes totalitários imperialistas soviéticos), o desenvolvimento económico que passa por coisas tão graves, tão sérias e tão-pouco resolvidas como a garantia do preço das matérias-primas, a necessária transferência de tecnologia para os países subdesenvolvidos para que possam desenvolver-se. Se os países da OCDE, os países da América Latina, e os países árabes exportadores de petróleo não tomam em conjunto consciência desta situação, que se vai tornando cada vez mais explosiva, se deixarmos continuar a arrastar este conjunto de perigos potenciais podemos ter uma guerra, embora me pareça que caminharemos possivelmente nessa hipótese, que eu quero afastar e acho que todos devemos afastar, para guerras localizadas que podem ser o prenúncio de um conflito generalizado.

A crise económica e tudo isto que eu acabei de referir colocam-nos numa situação, juntamente com o imperialismo soviético, que tem fortes paralelos com a situação anterior à guerra de 1939-45. E a palavra de ordem da construção da Europa "Nunca mais a Guerra", tem de ser uma palavra de ordem actual, mas prosseguindo este objectivo a paz nunca mais a guerra por meios inéditos, porque a situação também é inédita. É mundial e exige um grande esforço de criatividade, exige a rejeição do comodismo em que se instalaram as sociedades industriais e de consumo, comodismo e conformismo que poderão levar a uma situação catastrófica. É preciso, pois da parte dos países que referi há pouco, e da China, um grande esforço para em conjunto encontrarem a criatividade suficiente para que a década de 80 em lugar de ser a década de um grande perigo de uma nova guerra, seja a década em que o progresso rápido dos países do Terceiro Mundo, dos países subdesenvolvidos, permita a continuação do progresso dos países desenvolvidos. Progresso harmónico, difusão da liberdade, são as únicas coisas que a meu ver podem parar o imperialismo soviético.

Espero que seja positiva a solução do caso da Polónia, mas ainda é cedo para ter a certeza. Oxalá se consolidem as conquistas e ao mesmo tempo se permita o acesso à liberdade, à cultura e a condições de vida humanas da maior parte da Humanidade.

RELAÇÕES COM ESPANHA E BRASIL

T - Sr. Primeiro-Ministro: quanto às relações com a Espanha e com o Brasil. Têm alguma característica especial?

SC - São desde longa data países com que temos e devemos ter uma relação preferencial. Com a Espanha pela sua vizinhança, porque temos muitas coisas comuns, a nossa única fronteira terrestre, os nossos grandes rios comuns, costas antigas e interesses em cooperar e em intensificar essa cooperação. Alguma coisa se fez no meu Governo, dadas de resto também as óptimas relações entre o Governo espanhol e o Governo, mas muito mais há que fazer.

Quanto ao Brasil tenho falado pouco nisso porque acho que é necessário passar das palavras - tantas foram ditas e tão desacreditadas estão quanto às relações com o Brasil - aos actos concretos fizeram-se progressos mais e deram-se passos preparatórios. Será possível estou convencido, fazer um intercâmbio muito maior, aproveitar muito mais em benefício de Portugal a presença maciça de portugueses no Brasil. Mas isso supõe também a abertura da economia portuguesa a reformas estruturais. E supõe mais do que isso, designadamente quanto ao Brasil. Supõe que tenhamos consciência da nação que somos e definamos o que somos. E somos sobretudo um povo, uma língua e uma cultura, num território pequeno e com poucos recursos. E se concebermos o nosso País como uma nação de regiões, incluindo os Açores e a Madeira, e de Comunidades, então devemos estruturar o Estado designadamente com a nova Constituição, para corresponder a essa Nação que somos. E então teremos possibilidades de desenvolvimento não só económico, mas social e cultural, digno de aproveitar os nossos recursos humanos que não se encontram apenas em Portugal e de ganhar prestígio e de ganhar confiança, de termos um projecto de fundo para a nossa sociedade. Mas isso supõe que não haja socialismo de Estado e supõe a liberdade em todos os domínios, designadamente no domínio económico, supõe uma economia aberta e pluralista para se valorizarem todas as potencialidades da sociedade civil da Nação de Comunidades que somos. Ora, esses objectivos essenciais, históricos e essenciais, só podem ser prosseguidos por uma política tal como a que vem desenvolvendo a Aliança Democrática.

A NOVA DIMENSÃO DA EUROPA

T - Em relação à CEE, pensa que vai cumprir-se o calendário estabelecido?

SC - Estou confiante que sim. É evidente que não sabemos como vão evoluir os problemas internos da CEE. Mas há uma tendência para ver na CEE, na Europa das Comunidades, hoje, uma Europa de dificuldades. E isso gera uma certa descrença, o que é negativo, porque quando comparamos a Europa de hoje com a Europa do fim da guerra e o início das Comunidades, vemos que os progressos que a Comunidade Económica Europeia permitiu e garantiu foram imensos. Já não damos conta deles porque já não nos recordamos como se vivia em 1945 e em 1955, antes de todo esse surto de progresso que foi para a Europa a Comunidade Económica Europeia. Em termos sociais, de nível de vida, de emprego, de cultura, de economia, de ciência, a obra construída é enorme. Não podemos deixá-la perigar por particularidades conjunturais. Seria trágico para o Mundo que a Europa deixasse de acreditar em si própria, não resolvesse as suas dificuldades internas e rapidamente se não alargasse aos Doze. Estou convencido que essas dificuldades serão vencidas, o alargamento feito rapidamente. A Europa reestruturada e alargada tomará um novo élan. Acredito com uma grande confiança no novo impulso,

na nova dimensão da Europa, no grande papel que a Europa do Mercado Comum e dos outros países europeus que dele não fazem parte venha a ter no mundo, em contacto com os nossos aliados, em contacto com os países árabes, em contacto com a China e com o Japão.

A INCOMPATIBILIDADE DA SOCIAL-DEMOCRACIA COM O MARXISMO E O SOCIALISMO DE ESTADO

T - Que pensa da posição da social-democracia no contexto actual dos países desenvolvidos?

SC - Eu creio que nestes anos passados se verifica um maior afastamento da social-democracia em relação ao socialismo de influência marxista ou socialismo de Estado. Uma e outro são, de facto, incompatíveis. A social-democracia é uma resposta pragmática, de obediência a determinados princípios e ideias, mais do que uma ideologia, para conciliar a liberdade em todos os domínios com a necessidade do prosseguimento de uma grande justiça social. É portanto um caminho de harmonização de forças sociais, de não imposição do Estado, de não domínio do Estado nos sectores produtivos, mas sim de controlo do poder económico pelo poder político. É evidente que seguem políticas sociais-democráticas partidos e Governos que mesmo de social-democrata não têm o nome. A evolução da social-democracia a partir dos fins dos anos 50 foi nitidamente esta: a conciliação dos valores liberais fundamentais com um regime económico que rejeita o capitalismo liberal. Para que as liberdades sejam desenvolvidas e se dê satisfação à justiça social a social-democracia rejeitou, e bem, o capitalismo liberal e enveredou por outras formas económicas em que é mais importante uma política de preços de rendimentos, de salários, de justa distribuição de rendimentos, de participação dos trabalhadores nas empresas e nas próprias decisões conjunturais do que propriamente da propriedade dos meios de produção. Esta social-democracia representa ideias modernas e actuais e contraria e combate ideias do século XIX absolutamente desactualizadas e incapazes de resolver os problemas, como são a ideia da propriedade dos meios de produção pelo Estado e das nacionalizações sistemáticas.

A social-democracia está muito mais adaptada à sociedade pós-industrial, à sociedade dos conhecimentos, da informação e da informática que tende a ser a nossa sociedade de hoje. Deixamos de ser sociedade de capital e por isso deixaram de interessar sobretudo a propriedade dos meios de produção, para sermos uma sociedade de conhecimentos e de transmissão desses conhecimentos. Esse será o futuro e a social-democracia como outros caminhos embora não sociais-democratas, está muito mais actualizada e muito mais apta a interpretar e a governar as novas sociedades de conhecimento, de informação e de informática que já existem no mundo e que se terão de generalizar mesmo ao Terceiro Mundo. Creio que essa vai ser uma das características desta década e do futuro: transferir para o Terceiro Mundo esse conceito actual de sociedade e de conhecimentos, da informação. Por isso é tão necessária a transferência da tecnologia.

T - É essa a social-democracia que gostaria de ver aplicada em Portugal?

SC - Com certeza que sim. E a política que temos seguido, embora não partidária, comunga destas linhas. Linhas que são participadas também e defendidas por partidos sociais-cristãos e por partidos democratas-cristãos e até por alguns partidos liberais. São linhas profundamente reformistas que vão ao encontro dos novos valores, para com eles defenderem o essencial da política que está presente nas várias posições partidárias, sejam elas sociais-democratas, democratas-cristãs ou liberais: a pessoa humana.

Essa é a base, sendo os meios adoptados às novas circunstâncias: a defesa e a promoção da pessoa humana. É por isso que é fácil e tem sido fácil, o entendimento na Aliança Democrática, tal como nos outros países.

T - Em que países pensa que esse tipo de social-democracia já está mais implantado? Há alguns modelos, ou ainda não há?

SC - Há. Nunca se conclui nada em política, vai-se avançando conforme as circunstâncias, mas um deles é a Alemanha, por exemplo. Outros são os países escandinavos, embora aí tenha havido alguns episódios em que se quis praticar a nacionalização indirecta, a transferência da propriedade das empresas, não para os trabalhadores mas para os sindicatos, o que era uma nacionalização mais grave do que a estatização, visto que a estatização pode ser desfeita pelo poder político e essa transferência do capital das empresas para os sindicatos era uma solução capitalista em que os sindicatos ficavam com o controlo do poder. Há variações nas políticas, mas eu creio que a linha fundamental que vai frutificar no futuro, apesar de toda a crise económica, é esta linha.

CONSONÂNCIA DA AD COM SOARES CARNEIRO

T - Sr. Primeiro-Ministro, voltemos à política interna. Eu gostava de saber porque apoiou ainda a escolha de um militar para Presidente da República.

SC - Tudo ponderado e dadas as qualidades do General Soares Carneiro dadas as suas ideias políticas que coincidem com o projecto nacional e democrático da Aliança Democrática, pareceu-nos que era a pessoa mais indicada, para com uma total isenção, contribuir para concretizar o projecto democrático e acabar com os aspectos político-militares do regime, que ainda subsistem. Reconhecemos-lhe qualidades de Presidente da República e uma especial capacidade para dentro deste projecto democrático e nacional, contribuir decisivamente para que os militares regressem definitivamente à sua função normal em democracia, ou seja para o fim do período transitório Conselho da Revolução dependência das Forças Armadas, etc. Escusado será dizer que a consonância entre o Presidente da República e a maioria neste caso da Aliança Democrática, é essencial para levar a cabo o projecto democrático e nacional em todos os aspectos - na revisão da Constituição, em leis fundamentais e designadamente no próprio referendo que deve ser institucionalizado e que pode ser necessário para rever a Constituição.

T - Sobre a Constituição, neste momento em que estamos a falar, creio que ainda não há uma ideia definida, mas na abertura da campanha haverá já um projecto de Constituição perfeitamente aceite pela Aliança Democrática. Qual será o projecto?

SC - A Aliança Democrática apresenta as linhas fundamentais do seu projecto de revisão da Constituição. Não um projecto articulado e completo, visto que esse será proposto ao Parlamento, mas as opções fundamentais que orientarão esse projecto. Pareceu-nos que esta era a solução mais adequada, mais facilmente compreensível pelo eleitorado, que naturalmente teria dificuldade em analisar todo o articulado e que só se interessa sobretudo pelas opções fundamentais, o que não tira que dentro dessas linhas vamos já aprontando o nosso projecto.

T - Pessoalmente, o Sr. Primeiro-Ministro é adepto de uma democracia parlamentar ou de características semipresidenciais?

SC - Entendo que ainda por vários anos será conveniente para o País um regime semipresidencial. Um Presidente eleito por sufrágio directo é uma garantia de estabilidade: é uma garantia de que se houver problemas de qualquer ordem, - Governo, maioria, Parlamento -, ele representa sempre um factor de estabilização e de solução desses problemas dentro do regime democrático. Mas um regime semipresidencial não implica, pelo contrário a meu ver exclui, que o Presidente da República tenha poderes executivos. O poder que essencialmente caracteriza o sistema semipresidencial é o poder de dissolver a Assembleia. Entendo que o Presidente deve acompanhar de perto os assuntos do Executivo como os assuntos nacionais, sem neles interferir. Mas desde que haja consonância entre a maioria, o Governo e o Presidente, eu por exemplo sou favorável a que o Presidente assista, de acordo com o Primeiro-Ministro a Conselhos de Ministros em que discutiam os grandes problemas políticos do País e não aspectos concretos do Executivo.

INSTAURAR UM REGIME PLENAMENTE DEMOCRÁTICO

T - O que pensa da forma como poderá ser revista a Constituição?

- SC - Eu creio que dificilmente se conseguirá um acordo com o Partido Socialista, para rever, como é necessário, a Constituição. Revê-la com amplitude, revê-la sem limites estritos, de maneira a fazer instaurar um regime plenamente democrático. Estas eleições vão ser eleições fundadoras de um regime democrático, terminando com o regime de transição, e o general Ramalho Eanes é um candidato deste regime actual, do regime tutelado desta Constituição, a partir de normas que estão na Constituição e que ele, o PS e o PC, querem conservar. O programa do meu partido, exige que as leis da revisão da Constituição, sejam submetidas a referendo. É uma coisa que foi inserta desde 1974 no programa do meu partido. E já agora também lhe digo, que, contra a ideia feita, no Conselho Nacional que deliberou a atitude a tomar sobre a votação da Constituição, a minha opinião é que não devíamos votar favoravelmente, devíamos abster-nos. Como sabe, por motivo de doença, não pude participar nos trabalhos da elaboração da Constituição. As pessoas que estiveram presentes do meu partido tiveram um trabalho valioso em muitos pontos. Eu não queria que uma votação contrária implicasse uma negação desse trabalho ou uma desautorização dessas pessoas. A decisão do partido foi no sentido de votar favoravelmente a Constituição. Hoje, é claro, que é indispensável revê-la profundamente para que ela não seja um espartilho da sociedade, nem da Nação. Para que não seja um factor, por isso mesmo, de divisão dos portugueses, quer dos residentes quer dos não residentes, que constituem as nossas Comuni-

dades. E, quando eu tiver contribuído para isso, para a instauração do regime plenamente democrático e, contribuído o mais possível, considero que a minha tarefa política está alcançada, o meu grande objectivo está alcançado. É por isso que venho lutando desde 1969, a princípio na Assembleia Nacional, depois do 25 de Abril no Partido Social-Democrata e em todas as circunstâncias. O meu grande objectivo é conseguir para Portugal um regime plenamente democrático. Conseguindo isso estará realizado o meu objectivo fundamental.

PAÍS SOFRERIA ENORME ATRASO COM REELEIÇÃO DE EANES

T - O Sr. Primeiro-Ministro, está convencido que o Sr. General Eanes perde as eleições presidenciais e que o Sr. General Soares Carneiro as ganha. Eu gostava de saber porque é que pensa que o General Eanes perde e porque é que pensa que o General Soares Carneiro ganha?

SC - De facto a minha única dúvida é se o Sr. General Soares Carneiro será eleito à primeira ou à segunda volta. O General Eanes dispõe de trunfos e de que tem utilizado o seu cargo de Presidente da República. Mas hoje está identificado com as forças socialistas, é nitidamente o candidato apoiado pelos socialistas e comunistas. A atitude que ele tomou aqui há meses numa conferência de imprensa, dada numa associação de jornalistas, foi nitidamente a de não rejeitar os votos dos comunistas. Quase os solicitou abertamente, ao declarar que concorreria de novo. O País está suficientemente esclarecido sobre os dois projectos em confronto para ver que a reeleição do General Ramalho Eanes seria o triunfo, a nível de Presidente da República, do projecto político-militar marxista. E o País rejeita esse projecto. De resto, para além disto, as qualidades e a personalidade do General Soares Carneiro são um forte contributo da sua vitória, com o apoio da Aliança Democrática. A democracia faz-se com partidos políticos, com posições claras. Não pode haver de novo candidatos pretensamente suprapartidários que queiram com isso manter-se numa permanente ambiguidade. Se não se desse, mas eu confiante e certo que se dará a vitória do General Soares Carneiro, poderia o País ver-se a braços com uma grave crise política, regressando a períodos tais como aqueles que vivemos nos anos de instabilidade e de sucessão de Governos, e mesmo a períodos semelhantes aos de 1975. Sempre sofreria o País um enorme atraso, visto que o projecto plenamente democrático só poderia ser plenamente realizado daqui a uns anos com um novo Presidente da República.

T - Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre os outros candidatos à Presidência da República..

SC - Terei ocasião de me pronunciar mais detalhadamente quando chegarmos à campanha presidencial. A ligação das duas eleições não quer dizer que as campanhas sejam as mesmas. Quando esta entrevista sair estaremos em plena campanha legislativa, devemos concentrar-nos na campanha legislativa e depois dar toda a força à campanha presidencial.

Eu creio que os outros candidatos, sem quebra das suas boas intenções, não representam uma alternativa de vitória em relação à candidatura de Eanes. Neste momento o General Eanes é o Presidente-candidato: o General Soares Carneiro é o candidato-Presidente.

REACÇÕES FAVORÁVEIS AO GOVERNO E À AD

T - Tem notado reacções populares favoráveis nas visitas que vai fazendo pelo País e pressente que o Partido Comunista ainda tem muita influência nos sindicatos, nas universidades, nos meios operários?

SC - As reacções populares são muito favoráveis à AD e ao Governo. A influência do Partido Comunista diminuiu sensivelmente, sobretudo desde as últimas eleições, com a vitória e o Governo da Aliança Democrática. Eu sempre disse que a melhor maneira de combater o Partido Comunista, para além dos meios políticos, era dar melhores condições de vida aos portugueses. E isso já conseguimos, os portugueses vivem um pouco melhor. E por isso mesmo deixam de acreditar na propaganda comunista. A influência do Partido Comunista reduz-se. Mas não podemos subestimá-la. Ainda é muito forte em vários sectores públicos, sindicais e do Estado e temos de continuar a combatê-la sistematicamente por meios democráticos. O desenvolvimento do País, a liberalização da economia e da sociedade, a possibilidade de a sociedade civil fazer valer as suas capacidades, as suas iniciativas, serão armas poderosíssimas para que o Partido Comunista daqui a alguns anos esteja fortemente reduzido, não só na sua influência, mas na expressão eleitoral.

T - Se a Aliança Democrática ganhar as eleições de 5 de Outubro, quais são os primeiros grandes problemas com que vai defrontar-se, o que vai querer resolver?

SC - Vamos continuar a execução do nosso programa eleitoral do ano passado, que é um programa para quatro anos. Vamos no plano parlamentar dar prioridade - pelo menos essa será a minha proposta - às leis estruturais da nacionalidade, do recenseamento dos emigrantes, da participação dos emigrantes nos actos eleitorais, à lei do referendo e às leis da estrutura económica. Considero também prioritárias acções necessárias para modificação e adaptação da nossa estrutura produtiva à estrutura produtiva europeia, ao relançamento do investimento e ao combate ao desemprego, sobretudo ao desemprego dos jovens à procura do primeiro emprego. Esse é o problema fundamental, não só em termos quantitativos como qualitativos. É indispensável continuar a desenvolver os programas de construção de habitação, de melhoria de ensino, de investigação científica, porque o nosso atraso é enorme.

"DÍVIDA DOS MEUS CALUNIADORES À JUSTIÇA"

T - Como é que analisa a campanha que o jornal comunista "Diário" desenvolveu acerca das relações que o Sr. Primeiro-Ministro teve em tempos com a banca?

SC - Trata-se de uma campanha que embora tenha tido alguns afloramentos anteriores foi desencadeada já em 1979, curiosamente numa altura em que eu fiz uma crítica forte à actuação do Presidente da República, especialmente numa série de artigos que publiquei no jornal do partido O Povo Livre, intitulada "Hipocrisia Institucional". Já então a minha resposta foi a resposta que eu acho que deve ser dada institucionalmente em democracia: apresentei queixa aos tribunais, que é a melhor negação dos factos que me são imputados. Essa campanha recrusceu há meses e eu, como Primeiro-Ministro, tive a mesma resposta serena e

institucional: apresentar novas queixas aos tribunais. Além disso, para que dúvidas não pudesse haver, intentei uma acção declarativa contra a banca nacionalizada para que o tribunal pudesse decidir, com intervenção de todos os bancos nacionalizados, se de facto eu devo ou não devo alguma coisa à banca. Recusei-me, portanto, a entrar na polémica, para que o Partido Comunista, através do Diário me queria conduzir. A única dívida que existe é a dívida dos meus caluniadores à justiça portuguesa. E eu exigi nos tribunais, que me merecem o maior respeito e que são órgãos de soberania, que aí os meus difamadores pagassem a dívida que têm para com a Justiça, caluniando e difamando.

Tudo isto são processos que não visam apenas desacreditar o Primeiro-Ministro e o Governo, mas desacreditar também o próprio sistema bancário e desacreditar por aí também as possibilidades de recuperação da economia. Encaro isso com uma grande serenidade, com a distância necessária, certo de que a verdade vem sempre ao de cima, que os tribunais julgarão com isenção e com verdade.

Esta campanha é a meu ver negativa para o Dr. Mário Soares, para os socialistas e para os comunistas que a desenvolvem. É de tal forma ignóbil, chocante e falha de seriedade que desacredita quem a faz e não quem com ela se pretende atingir. Isto prova que os nossos adversários não têm alternativa, não são alternativa, não têm propostas concretas, não têm projectos alternativos. Nem sequer se preocupam com os problemas reais dos portugueses; preocupam-se apenas com o ataque, a perseguição pessoal, a tentativa de destruição das pessoas e das instituições. E perante isto fica claro como seríamos governados se os nossos adversários acessem ao poder. Que métodos de perseguição política, de perseguição pessoal, de calúnias, eles, se estivessem no Governo, utilizariam para destruir quem se lhes opõe. Em suma, tudo isto revela que as oposições parlamentares e extraparlamentares não são alternativa e que a única alternativa nacional continua a ser a Aliança Democrática. O que é preciso é que não apenas ele se mantenha como maioria, mas que se alargue. Quero terminar com o tema com que iniciámos, o meu espírito e o espírito da Aliança Democrática face à campanha eleitoral: alargar a nossa maioria; possibilitar aos portugueses a escolha entre a alternativa que nós continuamos a ser, a alternativa nacional que nós continuamos a ser, e os métodos ignóbeis que usam os nossos adversários, preocupados apenas em chegar ao poder por quaisquer meios, para se servirem do poder e não para exercerem a responsabilidade do poder em termos nacionais. Crêem eles que os fins, que para eles são a conquista do poder, justificam todos os meios, mesmo os mais indignos. Não é assim em regime democrático, nem é assim em política, nem é assim para quem tem uma concepção ética da política, uma concepção moral da política. Isso vai ficar claro nas próximas eleições legislativas de 5 de Outubro e nas eleições presidenciais de Dezembro. Em 5 de Outubro ganhará a Aliança Democrática e em Dezembro o General Soares Carneiro será eleito Presidente da República.

T - Sr. Primeiro-Ministro: qual seria a sua posição e da AD no caso de o General Eanes ganhar as eleições?

SC - O General Eanes não vai ser reeleito. É o candidato dos socialistas e comunistas. Continuamos a governar, com maioria, sem acordo com o Partido Social-

ista e sempre que necessário contra o Partido Comunista. É por isso que o general Eanes se nos opõe. Invoca contra nós a teoria do consenso, mas o que quer com isso é reintroduzir a tentativa de acordos impossíveis e os compromissos e transigências com socialistas e comunistas que vigoram no passado, consentidas e estimuladas pelo General Eanes. Quer reintroduzir afinal a instabilidade, para ficar com maior poder, e fazer vingar o seu projecto, o projecto político-militar marxista do Grupo dos Nove, anti-social-democrata. Isso não é democrático. Democrática é a regra da maioria e da liberdade das escolhas eleitorais. A AD é o máximo consenso político possível em Portugal. Representa liberdade, estabilidade, segurança, progresso e justiça social, e alargar-se-á.

Sempre que tiver a maioria dos lugares no Parlamento a AD formará Governo, seja quem for o Presidente da República.

1.35. Entrevista ao Primeiro de Janeiro - 26 de Setembro de 1980

AD ULTRAPASSARÁ A BIPOLARIZAÇÃO INICIADA POR EANES EA OPOSIÇÃO

Até este momento teve o Governo de viver em grande medida com modelos e situações herdadas, tentando apenas melhorá-las. Nos próximos quatro anos haverá tempo, e com um Presidente da República como o General Soares Carneiro haverá também condições políticas para alterar o quadro existente no que ele tem de antidemocrático, mas também no que ele tem de ineficiente e retrógrado no campo da administração pública, da organização social e económica até às distorções adquiridas pela sociedade civil. Estas palavras são do Dr. Sá Carneiro, numa entrevista concedida a O Primeiro de Janeiro, num dos poucos intervalos da sua intensa actividade política, entrevista em que são sucessivamente analisadas algumas das grandes Unhas do programa e do projecto defendidos pela Aliança Democrática.

Situando a importância histórica das próximas eleições, Sá Carneiro estabelece um balanço da realizações do seu Governo para acentuar que, passado menos de um ano sobre a campanha eleitoral de Novembro de 1979. O Governo da Aliança Democrática enfrenta com confiança o julgamento do eleitorado que irá às urnas a 5 de Outubro.

Primeiro de Janeiro - Que significado atribui às próximas eleições legislativas face ao futuro do País, neste advento da década de 80?

Sá Carneiro - As próximas eleições são as mais importantes de sempre. Delas resultará o rumo do nosso país nos próximos 10 anos.

Tenho dito repetidas vezes que as próximas eleições não são apenas legislativas e constituintes, mas também eleições capazes de permitir o estabelecimento da democracia plena em Portugal. Ao cabo de seis anos e meio depois do 25 de Abril

as promessas então feitas não estão ainda cumpridas. Não falo só no campo da melhoria das condições de vida dos Portugueses, mas, neste caso, na definitiva adopção de instituições democráticas, que não existem ainda plenamente em Portugal.

É imperioso que se termine com o Conselho da Revolução, mas não permitindo que se viabilize um seu sucedâneo, mudando-lhe apenas o nome, no estilo das reformas marcelistas.

Só dessa forma se poderá garantir a subordinação das Forças Armadas ao poder político democrático, princípio cuja inexistência colocava Portugal em posição isolada no âmbito dos países membros da NATO.

Para além deste e de outros aspectos que a próxima Assembleia da República deverá rever na Constituição, (nomeadamente o relacionamento mais claro entre os diferentes órgãos de soberania e a redefinição do sistema da organização económica), as próximas eleições permitirão que a maioria da AD e o Governo continuem a sua acção.

Na verdade, se muito se fez nestes oito meses de trabalho muito mais há, no entanto, que fazer, continuando o caminho iniciado a fim de que Portugal possa consolidar a via do progresso, da liberdade e da justiça social efectiva que iniciamos.

Por tudo isto creio que se pode e deve esperar, em 5 de Outubro, que todos votem e que a maioria da AD seja reforçada.

A ALIANÇA DEMOCRÁTICA É O CONSENSO POLÍTICO POSSÍVEL

PJ - Admite que o próximo acto eleitoral irá decorrer sob o espectro da chamada bipolarização da sociedade portuguesa?

SC - Quando já há alguns anos falei da bipolarização não foi em termos de a criar, porque já era uma realidade, mas sim porque via necessidade de a encarar de frente, de a assumir, e a partir daí, de a ultrapassar.

Creio que desde então tem sido claro que a AD é a única força capaz de ultrapassar a bipolarização provocada pelos nossos adversários e pelo Presidente da República, a qual ainda existe porque as forças da oposição, mercê da sua incapacidade para produzir uma alternativa política, da violência e dos processos utilizados nesta campanha pretendem exacerbar.

De facto, a Aliança Democrática é hoje o consenso político possível. E à medida que as suas políticas de reforma e de progresso vão sendo implementadas, o consenso vai aumentando.

Também por isso creio que o apoio que iremos ter nas próximas eleições será maior que em 1979, acontecendo o inverso com a FRS/PS e com a APU/PC.

No fundo, o que está em causa é encontrar a linha do rumo histórico de Portugal, de lhe devolver a sua dignidade, mas também de procurar formas práticas de organização do Estado e da sociedade civil que, sejam aceites pela maioria dos portugueses. A guerrilha política, a oposição apenas ideológica e mais ainda os

discursos da frustração apenas poderão prolongar por tempo desnecessário a bipolarização do País.

O BINÓMIO GENERAL EANES-FRS

PJ - Que influência poderá vir a ter, no presente acto eleitoral, o facto de as eleições presidenciais decorrerem a cerca de dois meses das legislativas?

SC - O projecto político que a AD propõe ao País passa pela obtenção de uma maioria parlamentar que permita: uma acção estável do Governo, como a que já conseguimos.

Mas passa, em segundo lugar, pela revisão da Constituição nas linhas que já divulgámos. Dessas linhas constam formas mais claras de relacionamento entre os órgãos de soberania. Nomeadamente a do Governo com o Presidente da República, entre os quais é indispensável que exista um diálogo e uma sintonia política. Daí o terceiro ponto do nosso projecto constante do acordo de 5 de Julho de 1979, a eleição de um novo Presidente da República. A vitória do candidato Soares Carneiro era assim o prolongamento da vitória de 5 de Outubro, em termos de projecto nacional, e de fundação da democracia plena para Portugal. Mas cada eleição tem os seus aspectos específicos e é bom que não se confundam.

A FRS, por exemplo, tem utilizado abertamente o seu candidato presidencial - o general Eanes - como muleta para as eleições legislativas. Parece-me mau sistema. Não só porque denota a incapacidade de ter uma alternativa de Governo para Portugal, mas também porque é uma ajuda que parece contraproducente.

É, no entanto, esclarecedor quanto a total identificação entre o binómio general Eanes-FRS.

O PC escolheu uma estratégia diferente: aguardar o resultado das legislativas para decidir se há-de apoiar um candidato próprio ou o candidato Ramalho Eanes logo na primeira volta.

Mas sempre o apoiará, como tem apoiado. Creio que ao propor claramente ao eleitorado uma opção coerente para as duas eleições, com um empenhamento real no mesmo projecto político, a AD deu, mais uma vez, provas da sua frontalidade e da sua capacidade de propor soluções concretas para os problemas que se deparam ao País.

A Caminho de um Modelo de Sociedade Viável

PJ - Em relação às eleições de Dezembro último, a Aliança Democrática apresenta-se, agora, ao eleitorado com uma experiência governativa de oito meses. Considera esse facto determinante na futura escolha das forças políticas que nos irão governar nos próximos quatro anos?

SC - Disse na campanha eleitoral de Novembro de 1977, que passado menos de um ano seríamos julgados pelo eleitorado de acordo com o que tivéssemos podido e sabido fazer como Governo.

Regozijo-me por poder agora encarar com confiança esse julgamento. Tal como tínhamos prometido, falamos pouco e trabalhamos muito. Ao fim de oito meses, o saldo é francamente positivo. Nalguns casos, como por exemplo no domínio da inflação, fomos mais longe do que tínhamos previsto. A meta de 20% como taxa de inflação foi ultrapassada e deveremos ficar próximos dos 15%, juntamente com a diminuição dos impostos pessoais que cada um pagou e com os aumentos das pensões e subsídios, demos aos Portugueses, o que não tinha sido cumprido pelos anteriores governos, quer os socialistas, de Mário Soares, quer os presidenciais, de Ramalho Eanes - a melhoria real dos salários e das condições de vida. Possibilitamos, assim, a diminuição dos sacrifícios que ainda têm de fazer no seu dia-a-dia. Em termos mais gerais, creio que trouxemos uma atitude diferente quanto à forma de encarar as possibilidades do Governo, que permitiu aos Portugueses voltar a acreditar em Portugal, como destino comum de um povo que vive em vários continentes, mas que por isso mesmo precisa de se orgulhar da sua Pátria e da sua história.

Hoje Portugal encontra-se a caminho de encontrar um modelo de sociedade viável. Isso faz-se com a coragem necessária para reformar que não deve ser conservado e com a estabilidade suficiente para permitir aos Portugueses olhar o futuro com confiança.

Até este momento teve o Governo de viver em grande medida com modelos e situações herdadas, tentando apenas melhorá-las. Nos próximos quatro anos haverá tempo, e com um Presidente da República como o General Soares Carneiro haverá também condições políticas para alterar o quadro existente no que ele tem de antidemocrático, mas também no que ele tem de ineficiente e retrógrado no campo da administração pública, da organização social e económica e até nas distorções adquiridas pela sociedade civil.

Os Eleitores é que Decidem Quanto ao Princípio da Alternância

PJ - Partilha a opinião expressa pelo presidente da República, poucas horas antes de se iniciar a presente campanha eleitoral, de que o respeito pela regra de alternância é o novo marco fundamental de diferenciação indiscutível entre o sistema de democracia política e qualquer sistema autoritário e ditatorial?

SC - É evidente a importância do princípio da alternância do poder, pois faz parte das regras de democracia que queremos para Portugal. Sublinhá-lo o Presidente da República no início da campanha pode ser interpretado como convite a votar noutras forças que não na AD. Seria então mais um acto de hostilidade do Presidente da República para connosco e uma tentativa de influenciar o eleitorado, à semelhança do que aconteceu nas eleições passadas, o que não obstou a vitória da AD.

Como referi, cabe ao eleitorado julgar os actos praticados pelos políticos que servem o País. Serão pois, os eleitores a decidir quando é de utilizar ou não o princípio da alternância. Dado que se vão realizar duas eleições de âmbito nacional - as legislativas e as presidenciais - terão os eleitores possibilidade e sabedoria para escolher a melhor forma de aproveitar essa possibilidade de alternância. Tudo indica que não será em 5 de Outubro.

1.36. Declarações a O Dia - 7 de Outubro de 1980

O Governo não se demitirá das suas funções, optando antes por apresentar uma moção de confiança ao novo Parlamento logo que o plenário de deputados se possa reunir, o que em princípio sucederá já no fim do mês.

Tal decisão foi ontem tomada pelo Conselho de Ministros em sessão extraordinária exclusivamente dedicada à análise dos resultados eleitorais de domingo que deram espectacular vitória à coligação governamental. A atitude do Executivo, pressionado nas últimas horas por elementos do Conselho da Revolução a apresentar o pedido de demissão ao Presidente da República, é justificada no comunicado final do Conselho de Ministros, que transcrevemos na íntegra, pela omissão do texto constitucional quanto ao procedimento a adoptar pelo Governo em funções quando é confirmada a sua maioria parlamentar, sublinhando, no entanto, não ter qualquer dúvida em fazê-lo caso a lei fundamental o determinasse ou fosse essa a praxe constitucional.

Em declarações prestadas ao nosso jornal, o Primeiro-Ministro sublinharia a "excepcional qualidade de carácter dos portugueses" patente nas opções políticas tomadas anteontem, dando nelas clara resposta à "sementeira do ódio" que alguns quiseram fazer desta campanha, superando com "exemplar manifestação de civismo" a violência e a baixa política com que as forças marxistas brindaram esta nova chamada de soberania popular.

ANÁLISE E DECISÃO DO GOVERNO

"O Conselho de Ministros congratulou-se pela forma elevada, digna e democrática como decorreu o acto eleitoral de 5 de Outubro através do qual o Povo Português escolheu com exemplar civismo os seus deputados à Assembleia da República para os próximos quatro anos, apesar de deploráveis e intoleráveis manifestações de violência que se verificaram da parte de grupos minoritários.

À sementeira de ódio que alguns quiseram fazer, o povo português soube dar uma resposta firme que constitui uma manifestação da sua grande qualidade, do seu amor à paz e à tolerância.

Os resultados eleitorais exprimem uma grande ratificação popular do Governo investido em funções desde 3 de Janeiro. Neste momento tão importante para o futuro do País, o Governo reafirma o seu carácter de Governo de todos os Portugueses, empenhado numa política de concórdia nacional, de diálogo e concertação em favor da liberdade, da justiça social e do progresso na nossa Pátria e em nome da maior dignidade de Portugal.

O Governo respeita e respeitará as forças oposicionistas derrotadas, mantendo-se fiel ao cumprimento do Estatuto da Oposição, convicto de que é indispensável à consolidação da democracia pluralista no nosso País.

A Constituição da República é omissa sobre o procedimento que deve ser adoptado pelo Governo em funções quando é confirmada a sua maioria de apoio parlamentar.

O Governo não teria qualquer dúvida em apresentar o seu pedido de demissão ao Presidente da República caso a lei fundamental o determinasse ou fosse essa a praxe constitucional estabelecida. Essa atitude, porém, não é exigível e, nas presentes circunstâncias, caso fosse adoptada, prejudicaria gravemente a melhor defesa do interesse nacional, quando têm de ser preparados e discutidos documentos tão importantes como as propostas da lei do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1981.

Por outro lado, as próximas eleições presidenciais obrigarão a que, logo depois da tomada de posse do Presidente da República, o Governo adopte iniciativas que consintam ao Presidente eleito e à Assembleia da República, no exercício das suas competências constitucionais, pronunciar-se sobre a composição e o programa do Governo. Não faria, pois, sentido, com três meses de intervalo, que o país se confrontasse com a formação sucessiva de dois governos, com base na mesma maioria parlamentar.

Nestes termos, e por respeito para com a renovação operada na instituição parlamentar, o Governo apresentará à Assembleia da República uma moção de confiança, tão cedo o plenário dos Deputados se possa reunir. Essa moção de confiança incidirá sobre uma declaração de política geral acerca da acção a prosseguir pelo Governo até ao momento da tomada de posse do Presidente da República, subsequente às próximas eleições. O Governo procurará, assim, contribuir para o prestígio do Parlamento, pois a apresentação de uma moção de confiança é, em termos constitucionais, a atitude politicamente mais clara para que a Assembleia da República se possa pronunciar acerca do Governo.

Após a tomada de posse do Presidente da República, subsequente às eleições presidenciais, o Governo será reformulado nos termos constitucionais sendo, naturalmente, apresentado à Assembleia da República o Programa do Governo para o restante período da legislatura, após as nomeações a que o Presidente eleito venha a proceder.

Deste modo, o Governo adopta um procedimento de escrupuloso sentido democrático, de respeito pela Constituição e pela natureza semi-presidencialista do regime, procurando a máxima transparência e eficácia de processos, de forma a se evitar ao País o sobressalto, os atrasos e as incertezas que qualquer outro procedimento implicaria".

1.37. Discurso no Conselho Nacional - 18 de Outubro de 1980

Aproveito a circunstância de estar no uso da palavra para endereçar, através do Conselho Nacional, a todo o Partido as saudações mais calorosas e amigas e um grande abraço pela vitória da Aliança Democrática, que é do Partido Social Democrata, nas últimas eleições. Isto era a primeira coisa que queria dizer ao Conselho Nacional porque, de facto, aqui estão os representantes das Comissões Distritais, os escolhidos pelo Congresso para representarem o mesmo Congresso, a CPN, o Conselho de Jurisdição e a Comissão Permanente do Grupo Parlamentar.

Parece-me que este é o órgão próprio para com toda a simplicidade mas com todo o calor, expressar aqui as felicitações ao Partido pelo resultado das últimas eleições. Foi uma vitória da Aliança Democrática e foi uma vitória do Partido Social Democrata. Foi também e talvez sobretudo, pelo que significa em termos históricos, uma vitória e um reconhecimento do bom senso, das qualidades humanas, de inteligência, de um bom senso político do povo português.

Temos hoje 3 pontos na ordem dos trabalhos, e a meu ver todos 3 intimamente ligados:

- Resultados eleitorais
- Campanha Presidencial
- Situação político-partidária

Não vou fazer nenhuma exposição exaustiva, mas gostaria de fazer aquilo que eu creio ser uma síntese desses 3 pontos para nós Sociais Democratas.

Resultados eleitorais com o crescimento generalizado, em todo o País, da Aliança Democrática, com o aumento do número de lugares no Parlamento com um voto acrescido de confiança na maioria Parlamentar da Aliança Democrática e seu Governo, provaram que a estabilidade democrática, a maioria e o governo maioritário, uma política nacional, uma política de Estado e uma política democrática podem, apesar de todas as dificuldades, que não foram pequenas, concitar um apoio alargado dos portugueses.

Prova também que a Aliança Democrática é o máximo consenso possível e um consenso nacional em alargamento. Isso dá-nos as garantias de estabilidade para o futuro, para os próximos 4 anos, mas para nós PSD, isso significa também a prova da vitalidade, da organização, do bom funcionamento do nosso Partido. Com estes resultados eleitorais somos, muito mais do que éramos em 79, o maior Partido Português.

Dispomos de 82 lugares no Parlamento contra 74, salvo erro, do Partido Socialista. O PSD vê assim acrescida, em percentagem superior ao aumento dos lugares da Aliança Democrática, a sua representação parlamentar.

E é justo que esta consagração do Partido Social Democrata em termos parlamentares tenha tido lugar. Em primeiro lugar, porque prova aquilo que nós sempre sustentamos, de que a social democracia, uma política social democrata é aquilo que mais convém, é a linha política que mais convém ao País, à recuperação nacional, ao termo das desigualdades, ao progresso social, ao progresso económico.

É também aquilo que mais convém a um combate democrático em liberdade, aos projectos totalitários, designadamente ao projecto do Partido Comunista Português. Pela 1.ª vez desde 1976, o Partido Comunista Português entrou em perda, e nós sempre dissemos que a vitória da Aliança Democrática nas eleições de 2 de Dezembro de 1979 ia significar a diminuição da influência do Partido Comunista em Portugal.

Contra aqueles que não acreditaram nisso aí está hoje o resultado eleitoral a provar que o Partido Social Democrata no quadro da Aliança Democrática pode com o seu Governo e a sua maioria desenvolver uma política de justiça social, de liberdade e de progresso, que bateu em todas as frentes o Partido Comunista Português, e a provar também o projecto ambíguo sempre coincidente do Partido Socialista e do Presidente da República não tem condições de vingar, apesar dos vastos meios empregues pelo Partido Socialista e pelo Presidente da República durante a campanha eleitoral, apesar de todas as táticas e algumas reprováveis usadas, o Partido Socialista teve, melhor, a Frente Socialista teve nestas eleições menos votos do que o Partido Socialista mais a UEDS nas eleições de 1979. Somos, portanto, o PSD na Aliança Democrática, uma política social-democrata nacional, política de combate democrático às tentativas totalitárias do Partido Comunista e às ambiguidades do Partido Socialista, o que significa que somos de facto um projecto nacional.

Por outro lado, para aqueles que queriam que fosse possível realizar em Portugal a Social-Democracia num acordo político com CDS e com o PPM, os nove meses passados e os resultados das eleições provam que de facto esta era a melhor aliança. A única aliança possível para realizar os valores fundamentais da social democracia.

É mérito nosso, do Partido Social Democrata, sem dúvida, mas é também mérito dos nossos parceiros da coligação que puseram os valores de uma certa linha social-cristã acima dos valores de um certo conservadorismo que também coexiste em algumas democracias cristãs. Foi o nosso impulso, foi a nossa vivência, foi também o bom funcionamento do Governo, foram as necessidades do País. Tudo isto dá-nos uma segurança para o futuro e uma responsabilidade acrescida. É que, verificado que é possível conciliar os ideais de liberdade e de justiça social e de progresso e de igualdade com uma aliança com o CDS e com o PPM, e isso é possível em 9 meses de um horizonte limitado, num horizonte cheio de dificuldades, pois seremos cada vez mais responsáveis para o futuro de prosseguir nessa linha de progresso social.

Tenho para mim, já o disse num Conselho Nacional, que a Social Democracia é incompatível com o Socialismo de Estado, com o socialismo colectivista e que a Social Democracia reúne em tempos modernos, sobretudo desde os fins dos anos 50 em termos políticos europeus e partidários europeus, o melhor que há dos valores de liberalismo e da justiça social. Que haja partidos de orientação diversa que partilham dos mesmos valores, que possam fazer um acordo comum, possam fazer uma política comum, sós nos regozija em Portugal, e é isso que está a acontecer em vários países da Europa.

Creio que uma pista de reflexão destas nos deverá levar longe, a nós Partido Social Democrata, e que espero ter a ocasião de me referir a isso daqui a pouco.

Mas o resultado das eleições provou também que o Partido Social Democrata que para além de ser o maior Partido Português é o Partido que está, mais do que nas eleições de 1979, confiante da validade do projecto da Aliança Democrática, e não é segredo para ninguém aqui do Conselho saber que esse projecto foi controver-

tido desde o próprio acordo em si até às listas comuns. E que o Partido Social Democrata tem uma organização actuante, uma organização viva, uma organização capaz de se mobilizar designadamente em termos de campanha eleitoral. Devo dizer que não foi fácil a vida do Partido Social Democrata nestes nove meses pelo ineditismo da situação e da experiência que vivemos. Tivemos nós Sociais Democratas um grande treino de Partido de oposição, isso nos levou a viver crises, a combater e sempre em alturas de oposição nos reunimos, nos dinamizamos e soubemos ultrapassar as crises.

Vimo-nos de um momento para o outro, e o momento foi o dia 3 de Dezembro, confrontados com uma situação nova para nós, o de ser Partido de Poder, o de sermos Partido de Governo e além disso o de termos por deliberação do Conselho, o Presidente do Partido - por isso cessou funções - na qualidade de Primeiro-Ministro.

Isso criou, repito, uma situação nova que deixou o Partido no seu todo - e assim o senti, posso estar errado - um tanto perplexo e pode ter parecido algumas vezes, e a mim me pareceu algumas vezes devo dizê-lo, e não o ocultei aos responsáveis partidários, que isso levava a um certo apagamento do Partido, tanto no plano Parlamentar como no plano político geral, a uma certa quebra de vivacidade, mas já no Conselho que teve lugar no Hotel Roma antes das eleições, tive ocasião de dizer que tudo visto e olhando para trás, essa situação é perfeitamente explicável e que não nos deve de maneira nenhuma inquietar, mesmo aqueles que como eu, algumas vezes se deixaram impressionar por ela, foi uma situação superficial. Porque o Partido, nesta nova situação inédita, repito, soube desempenhar a sua função principal ou seja as suas funções principais.

Por um lado ser apoio ao Governo. Isso era fundamental na crise política, no limite do tempo em que o Governo teve que desempenhar as suas funções. Por outro lado, como o resultado das eleições revelou, soube manter a vitalidade e a eficácia da sua organização. Sem isso nós não teríamos tido o resultado que tivemos nestas eleições. Sem qualquer triunfalismo Social Democrata, creio que é de toda a justiça reconhecer que as organizações locais e nacional do Partido Social Democrata, foram o principal animador e dinamizador da Campanha Eleitoral. Sem qualquer crítica aos nossos parceiros da coligação, fomos altamente o motor da Campanha Eleitoral. E o Partido soube compreender e aceitar que nesta situação dos nove meses passados, a liderança política, pertencia mais ao Governo do que ao próprio Partido. É certo que o Partido esteve pouco nos jornais, teve muitas vezes poucas posições públicas, o que constituiu para alguns de nós, entre os quais me incluo, alguns motivos de crítica e de inquietação - Era infundada, tenho hoje todo o prazer de o reconhecer, porque o Partido com a sua organização e a sua direcção desempenhou as suas tarefas fundamentais e essenciais sem o que não estaríamos aqui a celebrar justamente esta vitória eleitoral. E sem desprimor para ninguém, quero destacar aqui a actuação que nestes nove meses passados tiveram duas pessoas, pelas circunstâncias conhecidas de eu estar no Governo e o Leonardo Ribeiro de Almeida estar na Presidência da Assembleia da República, nesta fase decisiva da vida do Partido. Refiro-me a Carlos Macedo e ao António Capucho, que souberam assegurar a máquina do Partido, o seu funcionamento, o desempenho das suas funções políticas fundamentais. Creio que é de toda a

justiça reconhecê-lo, embora como todos sabemos tenha sido este esforço, um esforço conjunto: Governo-Maioria-Grupo Parlamentar-Partido-Organizações Distritais-Militantes Sociais Democratas, todos a puxar no mesmo sentido, estas duas pessoas tiveram um papel fundamental que é de toda a justiça reconhecer, até porque foi um papel que nem sempre transpareceu nos Órgãos de Comunicação Social nem sempre transpareceu na opinião pública, pelo contrário, muitas vezes até desapareceu bastante da opinião pública, mas não deixou por isso de ser mais fundamental, e por isso mesmo ser de toda a justiça reconhecê-lo e salientá-lo. Estamos portanto numa situação em que a Social Democracia vingou, o Partido Social Democrata se alcançou por esforço e mérito próprio o lugar de 1.º Partido Português, de longe, e em que viu triunfar nas políticas de Governo, nas políticas de poder, visto que no poder incluiu a maioria da Assembleia da República a linha social democrata. E dá-nos, repito, uma maior responsabilidade para o futuro visto que, nos próximos quatro anos, nos quatro anos próximos, não nos quatro que já estamos neste momento a viver, se vai decidir, o essencial dos próximos 20 ou 30 anos do nosso País em termos de recuperação e atraso nosso, em relação aos países da Europa, com os quais nos podemos comparar e dos quais estamos cada vez mais longínquos. Recordo-me que em 1971/72, a questão dos novos tecnocratas que alinharam com a abertura marcelista, era de saber em que prazo e em que termos é que Portugal poderia recuperar o atraso em relação aos países mais desenvolvidos da Europa, como era na altura a Inglaterra, a Alemanha, os países Benelux, os países Escandinavos, a própria França, Infelizmente hoje a questão é outra! Hoje é de saber como é que Portugal pode recuperar o atraso em relação aos países que estão atrasados na Europa, em relação aos países mais desenvolvidos, designadamente em relação à Espanha e à Grécia.

Esta foi a diferença da situação entre 1972/73 e 1980. Se na altura nós estávamos ao mesmo nível ou relativamente próximo pelo menos da Espanha e acima da Grécia hoje pelos últimos números, temos cerca de um terço do rendimento por cabeça do que tem a Espanha e cerca de metade daquilo que tem a Grécia.

Durante a campanha eleitoral de Setembro do ano passado e deste ano, eu falei em metade do rendimento da Espanha e cerca de 60/65% do rendimento da Grécia - os últimos números apontam para uma diferença ainda maior. E temos um outro atraso ainda a recuperar que é o atraso em relação às nossas próprias necessidades, que é talvez maior e mais profundo que aquela que nos separa dos outros países.

Necessidades que vão desde as infra-estruturas básicas que se sentem sobretudo no mundo rural, até às necessidades urbanas de transportes e habitação, mas estamos imensamente atrasados em relação às próprias necessidades. Isto tudo muito sinteticamente diz da responsabilidade tremenda e quando digo tremenda, não digo com qualquer sentido de dramatismo, mas com perfeita consciência da situação que é ser Poder, hoje em Portugal, que é hoje ser o maior Partido Português.

Vamos concerteza encontrar várias tentações, no percurso, tentações de facilidade, tentações de acomodação, tentações de servir-se clientelas, tentações de nos considerarmos satisfeitos com o mero exercício do poder. Estou certo, por

tudo quanto sei, e sei-o desde o princípio do Partido Social Democrata e da própria Aliança Democrática, que saberemos vencer todas essas tentações, não nos deixarmos instalar no poder com o sentido de estarmos satisfeitos porque somos poder antes mantermos a nossa insatisfação de ser poder em relação ao País que nós somos, atrasado como disse, em relação aos outros da Europa, aos mais atrasados da Europa e às suas próprias necessidades.

Sempre dissemos em vários Conselhos e alguns deles bem polémicos que acima dos interesses da Social Democracia, estava a democracia e que no mesmo plano da democracia estavam os interesses do País. E é isso que nos interessa manter como linha fundamental de perspectiva do Poder, como responsabilidade assumida, como o serviço das populações, como realizações concretas. Não tenho aí, qualquer dúvida que o Partido saberá sempre escolher as pessoas mais competentes para os cargos que lhes compita preencher e que saberá manter-se exigente também no exercício do Poder, a vários níveis, imobilizado para a sua tarefa, mas há aqui uma nota que gostava de deixar que é mais política do que político-ideológica do que de poder, que é a manutenção e o incentivo de uma reflexão social democrata no seio do Partido Social Democrata. As lutas passadas que vivemos, contribuindo a certa altura, para que fosse aprofundando essa reflexão, hoje que somos poder podemos ter a tentação de prescindir da reflexão e do aprofundamento do que é Social Democracia e do que deve ser a Social Democracia em Portugal.

Estou convencido que também esse erro saberemos evitar. Tenho para mim que se impõe ao Partido Social Democrata, e já o disse na Comissão Política, uma reflexão sobre o que é e o que deve ser sempre a Social Democracia em Portugal. Quais os valores fundamentais a prosseguir, como prossegui-los, quais as implicações para os vários estratos desde a juventude aos sócio-profissionais, às empresas, à orientação económica, à orientação da política-social. Tudo isso tem de ser aprofundado por nós.

E sê-lo-á com certeza, porque o poder não nos afasta e não nos afastará da social-democracia. Mas também não teremos aí, estou convencido, qualquer ambiguidade de pretender aquilo que é cada vez mais claro rejeitado pela história, que é a confusão da social-democracia, com qualquer socialismo de estado, com qualquer socialismo colectivista. Tenho para mim que são incompatíveis. Estou disposto a participar em reflexões sobre essa matéria, mas creio que é útil portanto que aprofundemos esse aspecto nos vários níveis.

Esteve para realizar-se por iniciativa do Carlos Macedo, com meu assentimento e empenhamento nos meses passados, um encontro de reflexão Social Democrata que abrangesse não apenas sociais democratas do Partido Social Democrata mas outros sociais democratas. Não foi possível, mas creio em todo o caso que num futuro imediato será necessário aprofundar essa linha.

Isto porque a Aliança Democrática, a vitória da Aliança Democrática, o poder da Aliança Democrática não pode fazer de maneira nenhuma esquecer, antes pelo contrário revitalizar e os factos aí estão a demonstrar que essa revitalização é possível, pelo Partido Social Democrata. O Partido Social Democrata, a sua linha

programática, a sua linha de princípios e de ideias, para mim, mais do que de ideologias deve ser revalorizada, aprofundada, por essa iniciativa em correspondência aos resultados eleitorais.

É um facto que hoje, repito, o Partido Social Democrata é o maior partido português. Que cresceu significativamente em relação às eleições de 1979, isso foi possível no quadro da Aliança Democrática. Mas o Governo, a maioria, o poder da Aliança Democrática devem estimular a personalidade da reflexão interna, a dinamização do Partido Social Democrata, enquanto Partido, enquanto representante em Portugal da Social Democracia.

Aos vários níveis, repito, de juventude, de militantes, de empresas, de sócio-profissionais, essa é também uma tarefa complementar do exercício do Poder. E por aqueles que estão no Partido Social Democrata no Governo, pois posso garantir que jamais a linha social democrata será esquecida, que pelo contrário será e há todas as possibilidades para o ser, desenvolvida nos próximos anos. Desde logo através de uma política salarial de rendimentos e de preços, uma política social-democrata que deve apostar como apostará, estou convencido, no programa do Governo e no plano de médio prazo, para que os salários reais continuem a crescer, para que o poder de compra aumente e para que a percentagem dos salários no rendimento nacional aumente em lugar de diminuir como nos anos passados. Para isso é necessário que os aumentos de produtividade revertam a favor dos trabalhadores e não a favor do aumento de lucros e isso está previsto na base da política económica e social do Governo. Mas a reflexão ideológica não dispensa portanto o êxito em termos económicos e sociais de uma política. Por outro lado sabemos que o projecto da Aliança Democrática e portanto também do Partido Social Democrata é inexecuível sem que seja eleito o nosso candidato à Presidência da República. Fomos os primeiros a ter a consciência, a assumi-la publicamente de que uma Maioria, um Presidente e uma Revisão da Constituição são indispensáveis para resolver a crise político-económica e social da crise histórico-cultural do nosso País. Apostamos nisso quando em 5 de Julho assinámos o acordo da Aliança Democrática e estamos nisso empenhados. Escolhemos o nosso candidato à Presidência da República, o resultado das eleições legislativas aumentou extraordinariamente as possibilidades da eleição à 1.^a volta do nosso candidato e é esse o projecto conjunto em que o Partido Social Democrata está também empenhado e é incontestável que o levamos a bom termo, porque sem isso teríamos um retrocesso evidente. Teríamos o País de novo em crise e é por isso que o Partido Social Democrata com a Aliança Democrática tem de estar, deve estar, e não pode deixar de estar totalmente empenhado com todos os seus membros com todos os seus militantes, com todos os seus responsáveis na eleição do General Soares Carneiro e se possível, como possível cada vez me parece mais à 1.^a volta. Sem isso não haverá nem as reformas que queremos introduzir e que o País necessita, nem a revisão da Constituição, nem o fim do poder político-militar.

Já tive ocasião de dizê-lo mais rapidamente no Conselho Nacional mais estritamente numa reunião dos candidatos, os grandes projectos que neste momento se afrontam são o projecto revolucionário, melhor são os restos, e um projecto democrático.

Projecto democrático somos nós a Aliança Democrática e o Partido Social Democrata que a encabeçamos, porque os restos do projecto revolucionário são encabeçados, assumidos e desenvolvidos pelos nossos adversários, o General Ramalho Eanes e o seu grupo político-militar ou seja o Coronel Melo Antunes e outros, o Partido Socialista com as suas ambiguidades, não se quer libertar da influência dos militares na política e no próprio Partido Comunista que esse quer abertamente manter a influência dos militares na política. Nós não admitimos num País em que os militares sejam essenciais na política, por isso mesmo, apoiamos a candidatura do General Soares Carneiro que sendo militar é um General e um militar no activo e não é um militar revolucionário, ao contrário do General Ramalho Eanes, que é assim um militar democrático.

E sem deixar de reconhecer que os militares revolucionários, designadamente os do grupo dos nove, prestaram numa determinada fase serviços ao País, o certo é que eles não se libertam nem sabem libertar desses aspectos revolucionários de conspiração, de tentativa de liderança, de ataque mais ou menos camuflado aos Partidos, vícios que adquiriram durante a ditadura em guerras em África, nos períodos conturbados de 1974/75, e portanto não sabem sequer, como não tem sabido ser oposição em democracia, não sabem funcionar plenamente em democracia. Têm sempre a tentação revolucionária, tentação da conspiração, a tentação de ultrapassar os Partidos. Nós escolhemos um candidato que não sendo revolucionário é democrata, participa no nosso plano, no nosso projecto político-económico como projecto nacional e que é por isso mesmo o mais capaz de conjuntamente connosco, com o poder político e a Maioria fazer regressar os militares aos quartéis e transformar Portugal no País europeu em termos de poder político, em termos de poder militar. Infelizmente a campanha eleitoral e aquilo que já depois dela se passou, designadamente com a conferência de imprensa do Presidente da República deu-nos a nós a imagem e ao estrangeiro de sermos ainda um País politicamente atrasado, de sermos aquilo que um dos leaders da oposição disse: "um País da República das Bananas" simplesmente se isso é assim por parte dos nossos adversários, não é pela nossa parte nem por parte da maioria do povo português. Nós temos capacidade e qualidades nós Maioria, nós Partido Social Democrata, nós maioria dos portugueses, de sermos um País evoluído, europeu, amadurecido politicamente, inteligente, com hábitos políticos de respeito pelos adversários, de tolerância, sabemos nós estabelecer o consenso que os nossos adversários falam, mas que nunca jamais conseguiram estabelecer, e portanto é nisso que temos de insistir até para prestígio do nosso País. Temos, repito, de repensar em termos de política, em termos de revisão da Constituição, a Nação e o País que somos, de nos libertarmos daqueles complexos que os militares revolucionários e designadamente os do grupo dos nove ainda têm do colonialismo, para pensarmos na Nação que somos, numa Nação de comunidades portuguesas, numa Nação de cultura, de língua e não de força económica e de território nem de império, seja ele império de colonialismo, seja ele império de influência terceiro-mundista revolucionário e vandalista. E se soubermos ser e nós já demonstrámos que somos capazes de o ser, temos uma Constituição organizada para a Nação que somos, um poder político democrático, um desenvolvimento harmónico à custa do nosso esforço, do nosso empenhamento.

O último ponto da nossa ordem de trabalhos, a situação político-partidária já o aflorei nesta introdução, que já vai um pouco mais longa que aquilo que eu desejava. Creio que a nossa tarefa principal neste momento é consolidar e exercer o poder da Maioria e o papel do Partido Social Democrata, consolidação, reflexão ideológica da social democracia, mas também preparar o futuro de todas as eleições presidenciais, preparar o nosso próprio Congresso e preparar portanto os anos que se avizinham em que o Partido deverá consolidar-se com a vitória do General Soares Carneiro e ser poder para 4 anos.

Digo consolidar-se porque mesmo que essa vitória não tivesse lugar, e apenas ponho isso como hipótese teórica, pois a Aliança Democrática e o Partido seriam poder durante 4 anos, simplesmente o que parece é que nessa circunstância, recuaríamos em termos de estabilidade nacional, recuaríamos em termos de execução de projecto social democrata e correríamos o risco de sermos de novo lançados para certas instabilidades que a figura do actual Presidente da República já demonstrou protagonizar, é um protagonista da instabilidade, é um protagonista do conflito, da divisão dos partidos, não é de maneira nenhuma, como os factos revelam, um protagonista do consenso e do entendimento. Por muito que queira hoje colar-se à Abanca Democrática aquilo que essa tentativa de colagem com indigna tentativa de descolagem e de ataque à Frente Socialista, revela que o actual Presidente da República candidato General Ramalho Eanes não tem nenhum projecto de sociedade.

Quando disse que o seu projecto de sociedade hoje é igual ao da Aliança Democrática isso prova como ontem era igual à Frente Socialista ou do Bloco Central aos sociais democratas e socialistas da FRS, é que ele não tem nenhum projecto de sociedade, tem apenas um projecto de poderes, do poder político-militar e de caça ao voto. E se isso triunfasse, não acredito que possa triunfar depois do resultado destas eleições, aí seríamos conduzidos a novos afrontamentos, a novas lutas em que nós sociais democratas não abdicaríamos no quadro da AD da nossa maioria, nem abdicaríamos de dar combate a essa ideologia que nada tem de democrático, que nada tem de nacional e que nada tem de consenso. Não é isso que vai acontecer e portanto o PSD deve a tempo e portanto para o próximo ano, pensar no seu congresso, na sua dinamização, e fazer os acertos necessários, mas isso é uma questão a pôr, a meu ver depois das eleições presidenciais. Uma última nota que quero deixar é que o Governo entendeu, em face dos resultados das eleições, não se demitir. Como sabem, e tornou essa posição conhecida através de um comunicado em que a especificava. Foi essa posição quanto a nós Partido Social Democrata precedido de uma reunião do Comité Permanente e da Comissão Política com as pessoas que estavam nessa altura no Hotel Altis na madrugada do dia 6 de Outubro e creio que foi a posição mais adequada em política e constitucionalmente mais justa, manter-se o Governo tal como está sem qualquer reformulação do Governo, sem quaisquer remodelações, baseado no resultado de umas eleições que deram à Aliança Democrática uma maioria acrescida, baseada na circunstância do Presidente da República ser o mesmo e portanto se manter a mesma confiança embora contrariada, por certo, a demonstrou ao nomear este Governo, e aguardar que o Parlamento se reunisse para lhe apresentar uma moção de confiança, para lhe apresentar as suas linhas essenciais

programáticas, o seu Plano e o seu Orçamento, pelo menos até Janeiro de 80 aguardando as eleições do Presidente da República para então em face dos resultados das eleições presidenciais e quaisquer que elas sejam, o Governo pedir a demissão ou pôr o seu lugar à disposição e pensar a tempo numa reestruturação do Governo. Creio que os factos e as reacções dos nossos opositores sejam eles Presidente da República, membros da Comissão Constitucional ou leaders dos Partidos Socialista e Comunista aprovou que esta atitude estava certa e creio que a situação do País, e que os problemas que temos, a nível de Governo de enfrentar, mais o comprovou. Partindo de uma vitória eleitoral que reforçou a vitória eleitoral de 1979, da consagração do projecto da Aliança Democrática, da consagração do crescimento do Partido Social Democrata que esse projecto possibilitou, e acima de tudo e é isso sobretudo que nos interessa da Maioria que se pôde imprimir ao País em termos de confiança, de dignidade e de condições de vida das pessoas, tendo contribuído nestes nove meses passados para uma nova ideia do Estado, para uma nova ideia e realizada no concreto de justiça social e de melhores condições de vida para as pessoas, podemos hoje, todos em conjunto, considerarmo-nos satisfeitos pelo caminho percorrido, considerarmo-nos responsabilizados pelo caminho que há a percorrer contando com todo o PSD mobilizado no aspecto da eleição presidencial do nosso candidato, no aspecto da conciliação do Poder da Maioria da Aliança Democrática, da ideia dos princípios, das ideias e das realizações da Social Democracia. Muito obrigado.

1.38. Discurso no Conselho Nacional - 18 de Outubro de 1980

Queria dizer-vos apenas duas palavras.

A primeira reflexão que queria fazer tem algo de melancólico. Num conselho Nacional do maior partido Português, depois duma vitória da Aliança Democrática, olhar para a sala e vê-la meio vazia não pode deixar de causar uma certa tristeza, até porque se nota a maior parte dos presentes são de fora e alguns de longe, e a sala está muito mais desguarnecida do que quando começou. Uma de duas: ou o que aqui se diz não é importante e esta reunião não é importante ou de facto as pessoas têm muito mais que fazer do que as que estão aqui presentes, o que não é muito fácil também. De maneira que não queria deixar de fazer esta reflexão melancólica à consideração do Conselho.

Não há muito mais para dizer. Em todo o caso queria ainda, quanto aos resultados eleitorais, frizar que não os considero ainda a expressão política do País. Acho que não são ainda a expressão do máximo que cada uma das forças deve ter ou daquilo que certas forças devem ter. Quero com isso dizer que me parece que o Partido Comunista ainda tem uma expressão eleitoral superior à sua implantação efectiva - os 17% não correspondem à força política do Partido Comunista - O PC deverá no futuro, se nos encaminharmos realmente para uma democracia consolidada e para um progresso e justiça social como tem de ser, vir para o limite dos 10%, ou menos. A Aliança Democrática, os partidos que a compõem, têm possi-

bilidade de crescer em conjunto para o limite ou além do limite dos 50% e o PS ou Frente ou o que fôr na altura, pode ainda ir para o nível dos 30%. Portanto se não são resultados que nos satisfaçam no futuro, satisfazem-nos muito no presente. Mas muito ainda há que fazer para que os resultados eleitorais correspondam aquilo que me parece que o nosso País é. Temos dois objectivos fundamentais, como objectivos nacionais: a eleição do nosso candidato à Presidência da República e a revisão constitucional. São, para mim, os dois objectivos nacionais que devem marcar a nossa acção. E eles estão intimamente ligados. Intimamente ligados ao nosso Projecto porque representam a possibilidade do Regime plenamente democrático que ainda não temos. Daí, volto a frizar, o empenho indispensável na eleição do General Soares Carneiro.

Foram aqui trazidas várias sugestões. Aquelas que o Amândio designadamente trouxe: um dossier de candidatura presidencial que, a meu ver, podia começar já com a publicação no Povo Livre de documentos que interessa conhecer para a campanha Presidencial. Lembro-me do documento dosnove, por exemplo e da rejeição da Social Democracia no documento dos nove, com os nomes das pessoas que o assinam - a ideia está pelo menos algo esquecida - a transcrição de passagens de discursos do General Ramalho Eanes, de verdades que foram ditas em entrevistas já hoje esquecidas sobre a actuação do General Ramalho Eanes. Tudo isso poderia ir já sendo carregado para o Povo Livre e constituir material de esclarecimento e material de campanha.

Pediram-me aqui para esclarecer também uma coisa que vem hoje no Expresso acerca da minha posição em 1976, dentro do Partido, quanto à candidatura do General Ramalho Eanes, ou à escolha do candidato, melhor. Eu já o fiz, de resto, numa entrevista dada aqui há semanas no Tempo. Aquilo que se passou é o contrário do que o Expresso, ou melhor, o Marcelo Rebelo de Sousa, relata já não é a primeira vez que o Marcelo Rebelo de Sousa se serve do Expresso para fazer determinada política partidária ou pessoal alvejado por pressões antigas, sobre a reunião de Seteais, sobre a convergência Democrática, tudo isso que, as pessoas que estão há mais tempo no Partido - e somos muitos que aqui estamos - estarão recordadas. O que se passou foi que, de facto, nessa reunião do Conselho Nacional, eu apoiei a candidatura de Pires Veloso mais do que do General Ramalho Eanes. O Marcelo entrou, já na última parte da reunião, nem sequer assistiu à reunião desde o princípio. Portanto, nem sequer pode falar com conhecimento de causa porque não estava lá desde o princípio e houve discussão à volta de qual seria o candidato mais conveniente. É certo também, e isso lembro-me de ter trazido ao Conselho porque tive conversas com eles todos, que o Pires Veloso só estava disposto a aceitar em última hipótese, se Eanes não aceitasse. Mas quando o Marcelo chegou foi com a notícia de que o Partido Socialista tinha decidido apoiar a candidatura de Eanes e portanto gerou-se ali um movimento no sentido de que era preciso que nos antecipássemos e saiu dali, do Conselho, o apoio à candidatura do General Ramalho Eanes. Mas a verdade foi aquilo que eu disse ao Tempo e que já expliquei nalgumas reuniões de candidatos quanto à minha posição, e o mesmo quanto à Constituição. Mas isso não interessa muito. O que me parece necessário é de facto fazermos uma campanha positiva e o nosso candidato tem-se apresentado numa forma positiva como aquele que, encarnando a

possibilidade da democracia plena, da defesa da liberdade, da justiça social, e da estabilidade política. E temos de pensar, desde já parece-me, na revisão da Constituição. Podemos aprofundar o assunto noutras reuniões mas como o Grupo Parlamentar vai já começar a funcionar e tem que fazer o seu programa, creio que, em resumo, como nós temos o nosso projecto, as nossas linhas da Revisão Constitucional, sou favorável a que se tente, de todas as maneiras, uma revisão da Constituição por consenso com o Partido Socialista ou seja pela maioria dos 2/3. Acho que é muito difícil de conseguir mas deve-se tentar. E parece-me que a melhor maneira de o tentar, em boas condições, é ter aprovado o mais cedo possível uma lei sobre o Referendo. Se nós tivermos uma lei sobre o Referendo aprovada, passada no Conselho da Revolução e portanto promulgada pelo Presidente da República o Partido Socialista com essa arma dissuasora é muito mais capaz de aceitar uma Revisão Constitucional por acordo, dentro das nossas linhas no essencial, do que sem a lei do Referendo. Isso seria uma grande vitória para nós, para a Democracia e para o País. Se nós dispensássemos o Referendo e tivéssemos a Revisão Constitucional aprovada 2/3, indiscutivelmente que teríamos um consenso alargado e formado à volta da Aliança Democrática e do seu projecto, não me parece impossível, embora me pareça - com toda a franqueza - muito difícil, mas acho que deve ser tentado.

Mas, a falar da acção do Governo, da acção futura do Governo e do Governo futuro teremos ocasião de falar disso- queria focar, muito rapidamente, os pontos que aqui forem trazidos: Cultura, Comunicação Social, sector sócio-profissional e sindicalismo.

Comunicação Social e Cultura, até porque, além de serem pontos importantes, eu sou o Ministro da tutela dos dois Sectores.

Quanto à Comunicação Social, pergunta-se e fala-se da política de Comunicação Social do Governo. Se nós fossemos por essa Europa fora perguntar aos governos qual era a política de Comunicação Social dos Governos das Democracias Europeias recebíamos uma enorme gargalhada ou então olhavam para nós como se fossemos fascistas. Os Governos Democráticos não têm política de Comunicação Social, porque não controlam a Comunicação Social. E acho que um Governo deve partir deste princípio: O Governo não controla a Comunicação Social; a Comunicação Social estatizada é uma excepção. Em Democracia não se pratica. Devemos caminhar para aí.

O Angelo já focou um problema importante, a Comunicação Social vive do Orçamento, em quantias superiores a dois milhões de contos por ano. É impossível manter essa situação. Creio que não se justifica a existência de jornais estatizados, justifica-se sim a existência de um Serviço Público de Comunicação Social, quando, só por essa forma possa ser assegurado. É o caso duma Televisão, não me parece que seja de, aí, excluir a concorrência. O Governo não interferiu nos órgãos de Comunicação Social, nunca fez aquilo que fez o Sr. Presidente da República que é mandar uma carta a exigir que uma comunicação do 1.º Ministro ou dos membros do Governo seja transmitida na íntegra.

Como 1.º Ministro tive palavras minhas, discursos e até entrevistas, cortadas na Rádio, na Televisão e não transmitidas. Portanto aí, discriminação contra nós. Creio que os números serão em breve divulgados, mas durante a campanha eleitoral este Governo teve, como presença na Televisão, cerca de 40 minutos. Na campanha do ano passado o Governo Pintassilgo teve uma hora e quarenta minutos - qualquer coisa como isto - de presença na Televisão. E não me pesa nada a consciência. É certo que a política que o Governo fez, porque tinha de a fazer, por causa dos órgãos de Comunicação estatizados que ainda existem, foi de aguentar e foi deliberadamente de aguentar, uma situação, em interferência, alterando administrações quando isso se impunha, não alterando direcções e deixando às administrações, portanto, a livre gestão dos órgãos de Comunicação Social. A situação actual não é boa, não será enquanto não houver reformas profundas. Continuo a perfilhar que uma das reformas que se deve fazer nesse sentido é retirar do Governo, possivelmente para a Assembleia da República, ou para um órgão composto pela Assembleia da República e por representantes dos consumidores da informação, portanto do público, mas talvez numa lê fase só na Assembleia da República, a tutela não económica dos órgãos de Comunicação Social. Partilho inteiramente desse ponto de vista. Acho que para o Governo só é negativo ter na sua dependência, na sua tutela, órgãos de Comunicação Social, porque, não interfere, como nós não interferimos, é sempre responsável por ter interferido e ainda por cima é discriminado nos órgãos de Comunicação Social. Portanto, nem propaganda, nem Comunicação Social. Outro aspecto da política de informação, esse sim, deve ser acautelado: é a política de informação da actuação do próprio Governo. Mas isso não tem a ver com a Comunicação Social, tem a ver com a transmissão da actuação do Governo e da maioria para os órgãos de Comunicação Social, que depois são livres de a publicarem ou não. Acho que as coisas, no futuro, se devem estruturar nesse sentido, mas será para depois vermos, na actividade do Governo, embora a iniciativa duma alteração dessas me pareça que deva pertencer ao Parlamento.

Cultura: não estou de maneira nenhuma dessatisfeito em relação à política de cultura seguida pelo Governo. Creio que se fez bastante e aquilo que a Natália Correia - tenho pena que ela não esteja aqui - salientou, da inteligência, dos intelectuais, e do seu afastamento da área da AD, para mim não tem a explicação fácil da AD não cativar os intelectuais. Os intelectuais são-no, na medida em que se identificam com a cultura, mas nós temos uma grande parte dos intelectuais afastados da cultura e com uma certa tendência para a mediocridade e que por isso vão gravitar à volta do General Ramalho Eanes.

Porque um projecto culturalmente válido, um projecto intelectualmente válido - considerando que a cultura é muito mais que uma manifestação intelectual - é toda uma forma de vida: é um conceito de Nação; é uma língua; são valores da nossa História; é futuro; é investigação; é património cultural; é projecto exigente para todos nós e para os intelectuais. A AD deve - a sua maioria e o seu Governo - deve frizar e intensificar os aspectos culturais do seu projecto. Mais do que no passado? Concerteza que sim. Mas essa é que será a forma de cativar os intelectuais, não directamente pessoa a pessoa ou oferecendo-lhes benesses. De maneira nenhuma.

Portanto acentuar os aspectos culturais como englobantes do nosso projecto político geral, isso concerteza que sim. Isso passa pelo conceito de Nação; pela revisão da Constituição política; pela própria política social; pela adesão à Europa. Mas é um projecto exigente, é para os intelectuais que o são, verdadeiramente identificados com a cultura, que não procuram, portanto, um outro tipo de actividade política. Isto só como notas muito rápidas.

Última questão aqui focada, a questão sócio-profissional e a questão sindical. Ainda bem que o foi, embora ao de leve. Temos de aprofundar este aspecto. Eu creio que os núcleos sócio-profissionais têm, em muitos casos, razões de queixa por terem, por estarem numa situação difícil nas empresas. Estes nove meses que vivemos, em termos de maioria e em termos de Governo, foram 9 meses a funcionar sob a pressão do tempo, foram 9 meses em que, disse eu no Conselho de Ministros, nós fomos mais tarefeiros do que políticos, porque importava realizar e era preciso realizar rapidamente e realizar contra o tempo e portanto não houve, muitas vezes, a informação necessária, o contacto necessário entre estruturas governativas, estruturas partidárias, estruturas sócio-profissionais. Em todo o caso não me parece que se tenha feito aí nada irremediável. Temos de aperfeiçoar. Há concerteza em muitos casos também, uma visão mais limitada porque confinada a um sector dos núcleos sócio-profissionais que pode contrastar e eventualmente entrar em conflito com uma visão mais global, porque nacional, do Governo. Isto aconteceu, nalguns casos, designadamente neste caso da greve dos maquinistas. Aconteceu também que um administrador da empresa, e um administrador social democrata, se referiu aos sindicalistas e aos grevistas em termos absolutamente inaceitáveis apelidando-os de fedelhos ou de garotos ou qualquer coisa assim. É absolutamente inaceitável e isto não poderá deixar de ter consequências e consequências rápidas a nível da administração da empresa.

Mas, o problema de fundo que foi aqui focado, é mais o da articulação do sector sindical e do próprio sector sócio-profissional com o Partido.

O Partido tem de reforçar - como Partido Social Democrata - a sua estrutura sócio-profissional. Dar-lhe todo o apoio, com a consciência de que só terá projecção sindical se tiver como alicerce a actuação dos núcleos sócio-profissionais. São dois sectores intimamente indissociáveis e não pode haver divórcio entre aquilo que seriam as cúpulas sindicais e as bases sócio-profissionais. Tem de ser uma acção prolongada, uns são o prolongamento dos outros. Os sindicalistas são eleitos. Há força sindical, porque há núcleos de Empresa, porque há núcleos sócio-profissionais organizados. Aí está a base, aí está a militância que leva depois à força sindical. Isso tem de ser melhor articulado, sem desconfianças que aqui foram patentes. Às vezes vêem-se -e tenho pena que o Cabecinha não esteja aqui- vêem-se mosquitos na Lua, porque me parece que os elementos que foram aqui trazidos, não justificam uma desconfiança em relação ao Encontro dos sócio-profissionais, de maneira nenhuma, nem em relação à actuação do Sindicato dos Professores.

De maneira nenhuma me parece haver aí o menor sinal, o menor receio de desconfiança. Porque a UGT é um projecto a consolidar. A UGT é, para mim, a demonstração de que são possíveis acordos com o Partido Socialista nas áreas em

que o Partido Socialista tem uma posição de rotura com o Partido Comunista: é o caso da UGT; é o caso do Mercado Comum; é o caso da NATO. Há rotura, nestes três casos (cito-os como exemplo, entre o Partido Socialista e o Partido Comunista). Então é possível acordos entre as sociais-democratas e os socialistas. A UGT é realmente um fenómeno importante e essencial para a consolidação da nossa democracia e do progresso social. Resistiu bem a uma fase difícil, que foi esta, de estarmos no Governo com o CDS, e da UGT ser um acordo entre sindicalistas de linha socialista e social democrata que espero que se consolide no futuro. Acho que nos devemos devotar a isso. Acho que pela acção da maioria AD no Governo, criámos condições para a existência e formação de um pacto social - isso será um elemento muito importante. Não é ao Governo que compete impô-lo (de maneira nenhuma) nem sequer tomar a iniciativa dele. É aos parceiros sociais. Ao Governo compete criar as condições, que estão criadas, e que continuarão a ser criadas no futuro, com uma política económico-social semelhante e mais acentuada do que aquela que vivemos nestes nove meses.

Portanto espero que haja o empenhamento e o bom senso para ter a consciência destas realidades sócio-profissionais e sindicais, sem desconfianças mútuas e empenhando-nos efectivamente em avançar nesse sector, que é fundamental, não só para o País, como para uma política social-democrata.

Não queria deixar de salientar um último ponto em relação à campanha presidencial, que há pouco não referi. É importantíssimo o empenhamento dos autarcas do nosso Partido na eleição presidencial. Nalguns sítios pode até ser mais importante que o empenhamento das estruturas partidárias porque não se trata de uma candidatura tão partidária como Nacional e a presença e empenhamento dos nossos autarcas são muitíssimo importantes.

Nestes 9 meses passados conseguiu-se muito mais do que eu supunha, a todos os níveis e conseguimos um resultado que para mim é muito importante: foi termos hoje um País unido. Temos os portugueses mais unidos; temos uma melhor noção de Estado; uma melhor prática da justiça social; acreditamos mais no nosso País; temos melhores condições de avançar.

Mas falta ainda muito para fazer.

Conseguiu-se também uma óptima articulação entre os Governos das Regiões Autónomas - que desempenharam um papel muito grande na vitória eleitoral e na consolidação de todo este projecto - e o Governo da República, e, na própria maioria, no funcionamento da maioria na Assembleia da República. Parece-me que temos pois todas as condições para avançar, e voltando àquilo que disse no princípio, para aprofundarmos a nossa linha social democrata.

Todos temos a consciência que esta solução das listas conjuntas foi uma necessidade. Estou convencido que foi realmente um instrumento de vitória mas as listas conjuntas têm um artificialismo inerente. São feitos na base dos resultados de 1976. Apesar disso, mesmo assim, conseguimos, como Partido, crescer bastante mais e melhorar imensamente a posição que tínhamos em 1976. devemos pensar em manter, intransigentemente e apesar de todas as dificuldades - várias aqui foram trazidas - o projecto da A.D. como projecto estratégico até 1984. Mas de-

vemos também preparar, pela alteração da Lei Eleitoral, a possibilidade de este ou outro tipo de cooperação se fazer, para se conseguirem os mesmos resultados mas com listas separadas. Isso não é impossível. Não será fácil em termos eleitorais porque a Lei Eleitoral vai ser um pouco difícil de formular, mas é perfeitamente viável e creio que as listas separadas, dentro duma lei eleitoral renovada, depois da Revisão Constitucional, poderão permitir uma melhor e mais autêntica expressão de cada um dos partidos - designadamente do nosso - e o crescimento dos Partidos sem este artificialismo das listas comuns. Não estou a ver que em 1984 se façam listas comuns com base nos resultados de 1976 que são os únicos que nós temos em termos de percentagens. Temos que encontrar outro sistema, ir já aprofundando esse aspecto da Lei Eleitoral ir já preparando isso e também por isso é necessário a consolidação, o reforço e a constante projecção do PSD e da linha da Social Democracia. Era isto que vos queria dizer - muito em resumo - e lamento efectivamente que apesar de ser tarde estejamos com a sala tão vazia.

1.39. Telegrama Enviado a Ronald Reagan - 5 de Novembro de 1980

É o seguinte o texto do telegrama enviado pelo Primeiro-Ministro Dr. Sá Carneiro, ao Presidente eleito dos E.U.A., Ronald Reagan:

Por ocasião da eleição de Vossa Excelência como Presidente dos Estados Unidos da América, apresento-lhe as minhas mais calorosas felicitações.

Tenho a certeza de que as boas relações que sempre têm existido entre os nossos dois países continuarão e se intensificarão.

Francisco Sá Carneiro Primeiro Ministro de Portugal

1.40. Conferência de Imprensa - 2 de Dezembro de 1980

O apoio do PCP ao General Eanes: Significado e consequências

1. Esta conferência de imprensa foi convocada para nos permitir expor o ponto de vista do PSD e do CDS acerca da decisão, anunciada hoje de manhã pelo Partido Comunista Português, pela qual o candidato Carlos Brito desiste da ida às urnas, antes mesmo da primeira volta da eleição presidencial, e o PCP apela ao voto dos comunistas no General Ramalho Eanes.

O texto introdutório que vou ler representa a posição comum, previamente acordada, do Presidente do PSD e do Presidente do CDS.

2. Apesar de vários indícios que há algum tempo apontavam nesse sentido, o apoio oficial do Partido Comunista ao General Eanes surge como um facto novo e em si mesmo surpreendente. Muitos não acreditavam que fosse possível. Mas a verdade, nua e crua, aí está com a sua força brutal e como um choque profundo no espírito, já tão traumatizado, dos Portugueses: os comunistas preferem Ramalho

Eanes. - A reeleição de Ramalho Eanes, se se verificasse ficaria a dever-se ao apoio dos comunistas.

O Povo Português tem agora de meditar seriamente neste facto novo e muito grave. Sociais-democratas, centristas e democratas-cristãos, monárquicos, conservadores, liberais, socialistas independentes e todos os democratas em geral - todos têm doravante o dever de meditar, com a maior atenção, consciência cívica e patriotismo, sobre o significado e as consequências do apoio oficial do PCP a Ramalho Eanes.

3. Sobre o significado desse apoio, diremos sem hesitar que ele é indiscutivelmente o facto político mais grave ocorrido no nosso país depois dos acontecimentos de 1975 e do Gonçalvismo. Na nossa história recente, este facto tem paralelo no apoio dado pelos comunistas em 1975 ao General Costa Gomes. E os portugueses têm a amarga experiência do que é ter um Presidente do agrado dos comunistas - a revolução social, a crise económica, a desordem nas ruas: numa palavra, a crise geral no país.

A mudança na personalidade e no comportamento político do General Ramalho Eanes não podia ter sido mais radical: em 1976 teve a apoiá-lo o PS, o PS D e o CDS, estando contra ele o PCP; em 1980 tem a apoiá-lo apenas Álvaro Cunhal, pois que Mário Soares, Freitas do Amaral e eu próprio lhe retirámos o nosso apoio, embora em momentos diferentes e a partir de posições diversas.

O que isto significa, no fundo, é que o General Eanes não tem um projecto político, nem uma doutrina, nem um programa: tem apenas um desejo insaciável de poder. Dificilmente se encontrará na história de qualquer país europeu outro caso como este, em que um Presidente da República eleito contra os comunistas aceita ser reeleito, quatro anos depois, pela mão dos comunistas. É o cúmulo do cinismo, da hipocrisia e da ambição pessoal.

4. Ramalho Eanes prepara desde há muitos meses este apoio que o PCP agora lhe vem oferecer: por isso elogiou em público o PCP, por isso declarou várias vezes que o PCP é partido como outro qualquer, por isso incluiu elementos afectos ao PCP em governos de iniciativa presidencial.

O Partido Comunista, pelo seu lado, já compreendeu que Ramalho Eanes não tem a inteligência política, nem a firmeza de convicções, nem a força de vontade necessárias para se opor com determinação ao avanço dos comunistas, à sua actuação desestabilizadora, tantas vezes ilegal e violenta, e ao seu regresso à área do poder.

Existem, assim, dum lado e doutro, interesses convergentes que conduzem o PCP a apoiar a eleição de Eanes e que levam Eanes a aceitar o apoio do PCP. Entre Eanes e o PCP há, pois, uma clara base de entendimento político.

De nada valerá que os próceres da candidatura de Ramalho Eanes neguem a existência de um acordo secreto com o Partido Comunista: também com o PS afirmavam não haver qualquer acordo e hoje ele é conhecido, está publicado e denomina-se mesmo "base de entendimento político".

De nada valerá, também, que o próprio Eanes desminta o seu entendimento com o PCP: é que, pelo seu comportamento anterior, eleja não tem credibilidade para desmentir o que quer que seja e para tranquilizai* a opinião pública.

Tal como no acordo com o PS, o verdadeiro conteúdo do entendimento com o PCP só viria a conhecer-se se houvesse rompimento entre Eanes e o PCP: ora as relações entre um e outro não se estão a deteriorar, mas, pelo contrário, estão a melhorar visivelmente. O eleitorado não pode, assim, ser devidamente esclarecido.

Um Presidente do agrado do PCP não serve a Portugal, nem à grande maioria dos Portugueses. E um Presidente que faz uma reviravolta política de cento e oitenta graus, que aceita fazer acordos secretos negando a sua existência e depois acaba por os revelar, explicando com desfaçatez que não são acordos mas bases de entendimento - é um Presidente sem idoneidade para exercer o alto cargo de Presidente da República, que tem de ser acima de tudo uma magistratura moral e exemplar.

5. Como cidadãos portugueses e democratas, como líderes do PSD e do CDS e como responsáveis pela Aliança Democrática, sentimos ser nosso dever político, cívico e patriótico alertar o Povo Português para a eventual eleição do General Ramalho Eanes com o apoio do Partido Comunista.

Essas consequências seriam de três ordens, incidindo nos planos diplomático, político e económico-social.

No plano diplomático, Portugal voltaria a caracterizar-se (como no período dos governos presidenciais de 1978-79) por uma política externa hesitante e ambígua; renasceriam as inclinações terceiro-mundistas e neutralistas; Melo Antunes voltaria a ser incumbido de diplomacias paralelas; atrasar-se-ia voluntariamente o processo de adesão à CEE, por se considerar a integração europeia de Portugal como um mal necessário, a concretizar o mais tarde possível; surgiria de novo a dúvida entre os nossos parceiros da NATO; e Portugal voltaria a ser incapaz de condenar o imperialismo soviético, cujas agressões a terceiros países o General Eanes de novo explicaria, como fez no caso do Afeganistão, não como actos reprováveis da União Soviética, mas como acontecimentos explicáveis e inevitáveis por culpa das fraquezas da NATO.

No plano da política interna portuguesa, a reeleição do General Eanes teria como consequência certa o ataque à Aliança Democrática e a tentativa acelerada da sua destruição. O Partido Comunista já declarou que se Ramalho Eanes ganhar lhe exigirá a demissão do Governo AD e, a breve prazo, a dissolução da Assembleia da República. Novas eleições legislativas e para as autarquias locais seriam então decretadas, de modo a procurar, em clima de forte intoxicação psicológica, transformar a recente vitória da AD numa derrota e na recriação em S. Bento de uma maioria de esquerda marxista. Pela primeira vez se criariam condições objectivas para um governo de "frente popular". Maria de Lurdes Pintassilgo poderia voltar a Primeiro Ministro.

A Aliança Democrática, que o General Eanes começou a combater 24 horas depois de criada, seria atacada e destruída, tanto a nível nacional como nas autarquias locais. Recomeçariam os conflitos entre Lisboa e os governos regionais dos Açores e da Madeira. Ficaria inviabilizada a colaboração entre o Presidente da República e os partidos democráticos, conhecida como é a incapacidade de diálogo de Raimalho Eanes comigo, com o Prof. Freitas do Amaral e com o Dr. Mário Soares. A revisão constitucional tornar-se-ia praticamente impossível, sendo de prever nessa hipótese que tivéssemos de suportar mais cinco anos o inaceitável Conselho da Revolução - mantido como tal ou disfarçado em Conselho de Estado para cujos lugares o Presidente nomearia de novo o grupo político-militar revolucionário de Melo Antunes, Victor Alves, Vasco Lourenço, Charais, Pézarat, etc. O PCP voltaria à área do poder pela porta de Belém.

Em terceiro lugar, e no plano económico-social, as consequências de uma vitória do General Eanes obtida mediante o apoio do Partido Comunista são igualmente previsíveis.

Lançada por uma onda de manifestações de rua comemorativas da vitória da "frente popular", assistir-se-ia a uma explosão de reivindicações sindicais impossíveis de conter - e a inflação voltaria a crescer descontroladamente. As empresas nacionalizadas voltariam a impor déficits crescentes do Orçamento. O custo de vida aumentaria em flecha e o valor do escudo tornaria a descer. Todas as melhorias conseguidas este ano pelo Governo AD se dissolveriam como açúcar na água. Os salários e vencimentos, as pensões sociais e os abonos de família - como sempre sucedeu, salvo com o Governo AD - voltariam a subir menos do que os preços, as rendas e os impostos. O poder de compra dos portugueses voltaria a diminuir, como diminuiu de facto desde 1974 a 1979. O investimento nacional e estrangeiro de novo perderia a confiança.

E nem a recuperação financeira, nem o desenvolvimento económico, nem a justiça social poderiam progredir. No fundo, assistiríamos em Portugal ao surto de um novo gonzalvismo, possivelmente menos aparatoso, mas por isso mesmo ainda mais perigoso.

O sector privado não poderia ser incentivado, o sector público não aceitaria ser disciplinado, a Intersindical ultrapassaria de novo a UGT. Entretanto, no Alentejo, o Partido Comunista voltaria a mostrar a sua arrogância, os trabalhadores sentiriam outra vez o medo perante um controle partidário mais forte do que o poder do Estado, as ocupações de terra recomeçariam, as reservas entregues seriam de novo exigidas pelo Partido com fundamento em supostas ilegalidades, e a distribuição de terras seria anulada por contrária ao projecto de colectivização do Partido Comunista.

Tudo voltaria ao princípio. De 1980, regressaríamos a 1975. Mas, agora, já com menos forças e com menos esperança na regeneração do País.

6. Perante este quadro bem negro, o Presidente do PSD e o Presidente do CDS sentem o dever de lançar um apelo a todos os portugueses e a todos os democratas: não juntem os vossos votos ao voto dos comunistas! Não ajudem a eleger o

candidato apoiado pelo PCP! Não arrisquem uma aventura que pode comprometer, e comprometerá necessariamente, o futuro do País!

7. Pela nossa parte, estamos cada vez mais convictos de que a vitória do General Soares Carneiro nunca foi tão necessária. Não apenas porque ele é o melhor, o mais sério, o mais competente; não apenas porque é o único que tem condições para se entender com a Aliança Democrática, com a sua maioria, com o seu governo; não apenas porque é o único em posição de garantir a Portugal um futuro de paz, de segurança, de liberdade, de justiça social e de progresso - mas também porque Soares Carneiro é, neste momento, o único candidato capaz de derrotar o candidato do PCP, Ramalho Eanes.

1.41. Entrevista ao Cambio 16 - 4 de Dezembro 1980

MADRID (TEMPO) - O Dr. Sá Carneiro concedeu a seguinte entrevista ao jornalista Juan Tomaz de Salas, director do Câmbio 16

JUAN TOMAZ DE SALAS - Sr. Primeiro Ministro, a primeira pergunta que lhe faço é porquê um militar candidato à Presidência da República?

FRANCISCO SÁ CARNEIRO - Uma das tarefas mais importantes do Presidente da República nos próximos anos, é a de contribuir para que os militares regressem aos quartéis. É o fim de um período transitório com a revisão da Constituição e assim conseguir um Presidente que seja plenamente democrático. Acontece que um militar com as características de cultura, de inteligência, de experiência como Soares Carneiro parece-nos que pode cumprir essa tarefa porque tem simultaneamente as características de um militar e de um civil ele foi escolhido não por ser um militar, acontece que com estas características é também militar.

Como sabe, o Governo não tem nenhuma autoridade sobre as Forças Armadas. No Parlamento há um pressuposto sobre os ministros militares sobre o Estado-Maior. Isto só terminará com a revisão da Constituição. As Forças Armadas como corpo, como instituição são separadas da política, não têm intenção de seguir, digamos um papel político. No entanto não é isto que acontece em relação ao Conselho da Revolução. Pareceu-nos então, que Soares Carneiro como militar democrático não revolucionário, com uma grande experiência seria um candidato melhor que qualquer civil neste momento.

J.T.S. - Então porquê Soares Carneiro e não Eanes?

F.S.C.- Bom, Eanes não, porque Eanes é inimigo da Aliança Democrática. Demonstrou-o no dia seguinte ao da constituição da Aliança Democrática. Constituímos a Aliança Democrática no dia 25 de Julho e no dia seguinte, 26 de Julho, Eanes chamou-me, chamou os líderes dos partidos políticos e apresentou o seu projecto político. Um acordo entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrático com o apoio do Presidente da Republica, isso era o fim da Aliança Democrática.

Eanes é um homem que sempre tentou criar crises dentro dos partidos. O ano passado provocou uma crise no meu partido, no grupo parlamentar e alguns deputados mudaram de partido. Isto aconteceu em 1979, na Assembleia da República. O projecto político de Frente Socialista era mais um projecto político de Eanes que de Mário Soares, Eanes é um militar revolucionário que teve um papel positivo no 25 de Novembro de 1975, no que diz respeito às Forças Armadas, no entanto, em política tentou sempre, com o seu grupo político-militar que representa os militares na política, conservar sob a sua influência o Conselho de Revolução e ter com o Partido Comunista uma relação que pelo menos é ambígua.

Creio que o Partido Comunista apoia Eanes por duas razões fundamentais: a primeira é porque Eanes é inimigo da Aliança Democrática e a AD é a solução que contribui para a diminuição de influência do Partido Comunista. Segundo porque Eanes mantém uma posição de conservadorismo relativamente à revisão da Constituição e é esta a posição que convém ao Partido Comunista. Além disso Eanes com este projecto impossível de acordo entre os socialistas e os sociais democratas é um factor de instabilidade. Porque este projecto é um projecto impossível e provocando uma distorção, um desgaste da Aliança Democrática isto significa instabilidade e por isso agrada ao Partido Comunista. Nos três anos do mandato de Eanes houve cinco Governos. Eanes criou a instabilidade política governamental, e aproveitou esta instabilidade para aumentar o seu poder e a sua intervenção na política.

J.T.S. - No entanto Eanes depois das eleições fez marcha atrás e apareceu como um liberal enfurecido com Mário Soares.

F.S.C. - Isso é um dos fracos da personalidade de Eanes. Os seus conselheiros disseram: bom, a Aliança Democrática ganhou as eleições com uma larga maioria, vamos aproveitar isso um pouco para ver se podemos apanhar um pouco do eleitorado da Aliança Democrática. E Eanes que antes disso estava de acordo com Soares mudou rapidamente de posição, o que não é muito positivo para um Chefe de Estado, mudar assim tão rápida e oportunisticamente.

J.T.S. - Mas estava prevenido...

F.S.C. - Não de maneira nenhuma.

J.T.S. - E porque não Sá Carneiro para Presidente? Porquê um militar?

F.S.C. - Creio que um líder político deve ter uma intervenção activa, o que é, incompatível com a função de Presidente da República. Este assume a representação nacional, a representação do Estado mas não tem intervenção activa. Gosto demasiado da política para ser Presidente da República. Creio também que não convém que um Presidente goste tanto de política.

J.T.S. - Mas as sondagens dão vitória ao General Eanes.

F.S.C. - Bom, não temos experiência da fidelidade das sondagens relativamente a eleições presidenciais. É a primeira vez que se realizam sondagens deste tipo. Vamos a ver o que acontece. Creio que se Eanes ganhar regressamos a um período semelhante ao que vivemos em 1975. Instabilidade política porque os

líderes da Aliança Democrática, Freitas do Amaral e eu declaramos que não faríamos parte dum Governo nessas condições. Instabilidade social porque o Partido Comunista se sentiria reforçado, sentiria o seu poder aumentado e então haveria tensões sociais enormes que poderiam conduzir à dissolução do Parlamento e à realização de novas eleições. Instabilidade económica porque, esta recuperação que fizemos, não poderia continuar com as lutas constitucionais entre o Presidente da República que é um inimigo declarado da Aliança Democrática e o Governo da Aliança Democrática. Haveria nestas condições uma grande confusão que tiraria ao nosso País todas as possibilidades de recuperação económica que tem nos próximos anos. Seria uma situação de confusão tal que não se saberia que poder teria o Governo e quem era a Oposição.

J.T.S. - Com a vitória de Eanes só ganharia o Partido Comunista. Isso é certo...

F.S.C. - Com a vitória de Eanes, o Partido Comunista ficaria efectivamente reforçado.

J.T.S. - Acha possível que até às eleições Mário Soares mude de opinião? Poderá admitir-se a possibilidade de dar o seu apoio a Soares Carneiro?

F.S.C. - Penso que não. Tem a sua tática que já expôs. Depois disso remeteu-se ao silêncio. Não prevejo que uma parte significativa do eleitorado socialista vote em Eanes. talvez uma parte vote em Otelo, outra parte Soares Carneiro e Raimundo Eanes e ainda outra abster-se-à. É uma desorientação que me parece um mal para a estabilidade política e para o futuro do Partido Socialista. Foi isso que Eanes conseguiu. Com a sua candidatura com a posição que tomou depois das eleições provocou uma crise muito séria no Partido Socialista. Eanes é um homem que provoca crises nos partidos porque tem uma visão da política que é a do poder pessoal, que é aliás a política do poder pessoal do grupo político-militar de Melo Antunes, de Vítor Alves e de todos os seus amigos que em 1975 queriam destruir a social-democracia.

J.T.S. - E se ganha Soares Carneiro. Qual é o seu programa político?

F.S.C. - O desenvolvimento da política que praticamos nestes últimos dez meses que visa a consonância, a harmonia entre o Presidente da República e o Governo. Esta política que desenvolvemos não é conservadora e não haverá política conservadora em Portugal se ganhar Soares Carneiro. É a política social mais avançada depois da Revolução. E quanto a resultados concretos os portugueses já os começaram a sentir. Queremos uma revisão política da Constituição, queremos conseguir um acordo de dois terços com os socialistas ou se não conseguirmos, fazer um referendo democrático e creio que haverá nos próximos quatro a cinco anos, não só estabilidade política e paz social como também um desenvolvimento muito superior, ao que é possível em países desenvolvidos da Europa. Quer dizer que diminuirá a diferença entre Portugal e os países como a Espanha, Islândia e Grécia que tinham em 1974, pelo menos mais do dobro do rendimento de Portugal.

J.T.S. - Quais seriam as linhas fundamentais? O papel dos militares seria o mesmo?

F.S.C. - Acabar com o papel político dos militares no Conselho da Revolução. Conseguir a democracia plena com o Governo, com as Forças Armadas que devem ser a força ao serviço do País e não um poder como são o Conselho da Revolução. A parte mais problemática é a Constituição. Fazer uma Constituição adianta que poderá fazer-se uma escolha do eleitorado que significa suprimir a orientação marxista colectivista e socialista da Constituição para caminhar para uma Constituição que possa garantir a justiça social, os direitos dos mais desfavorecidos, a participação de todos os cidadãos e de todos os trabalhadores sem quaisquer conotações e absolutas. Isso seria o essencial da reforma constitucional.

J.T.S. - Teria de mudar totalmente a Constituição que é programática?

F.S.C. - Teria de mudar bastante, não tanto no que diz respeito aos direitos da pessoa humana, que estão muito bem regulamentados, e ao sistema político embora se deva garantir a estabilidade governativa sustentada por uma maioria mas sim na parte que diz respeito ao sistema económico.

J.T.S. - Haveria desnacionalizações?

F.S.C. - Não haveria desnacionalizações. A nossa posição que é a da única força política que apresentou um programa de revisão da Constituição antes das eleições, deixa à lei ordinária, o problema de haver ou não desnacionalizações. Neste momento a proibição está inserta na Constituição e nós achamos que a lei ordinária votada ao Parlamento é que deverá decidir se poderá haver ou não desnacionalizações.

J.T.S. - Que se passa com a Imprensa?

F.S.C. - À Imprensa será garantida a sua inteira liberdade.

J.T.S. - A Constituição não se refere à nacionalização de todos os jornais?

F.S.C. - Isso não é um problema que diga respeito à Constituição mas sim à orientação política e legislativa. Pessoalmente entendo que esta é também a posição do programa da Aliança Democrática a de que não deve haver imprensa estatizada. O Estado deve garantir o que em matéria de Imprensa se considera essencial como por exemplo a Televisão e garantir condições de independência e de boa qualidade porque esta é também um meio cultural muito importante. No entanto, no que diz respeito à Imprensa, o Estado não tem que ter órgãos de Imprensa que sejam propriedade sua o que não acontece em quase nenhum país democrático.

J.T.S. - Sr. Primeiro-Ministro, parece-me que o que se passou aqui depois do 25 de Abril, visto de Espanha, num País onde há muitos poucos anos se vivia quase uma operação "Potemlám" foi um sonho revolucionário maravilhoso. Mas de repente, o eleitorado vota na Aliança Democrática e numa linha prática liberal europeia. É muito curiosa a mudança. Como explicaria isso?

F.S.C. - Penso que na Revolução coincidiram duas tendências. Uma tendência democrática e uma tendência vanguardista e marxista leninista. Esta tendência dominou até 1975. Depois a tendência democrática prevaleceu. A tendência van-

guardista e marxista está hoje acantonada no Conselho da Revolução, no grupo político militar de Eanes. No entanto a população em 1975 afastou-se dessa tendência vanguardista. Veio depois o Governo socialista com falta de estabilidade, com uma certa ineficácia de governação e os portugueses foram-se dando conta que não se comia com a Revolução, que com o socialismo também não se comia, que comiam cada vez pior e que viviam cada vez pior.

Então quando se assinou, pela primeira vez, este acordo de plataforma da Aliança Democrática, as pessoas acreditaram e disseram entre si: bom, vai haver uma garantia de estabilidade e de Governo e estes dez meses provam-no. Os salários aumentaram, o poder de compra aumentou quatro por cento, pelo menos, a inflação foi controlada espectacularmente e as pensões sociais aumentaram muitíssimo o que era de toda a justiça. E tudo isto sem uma política eleitoralista, só num contexto de política económica muito rigorosa de austeridade pública que deve ser seguida nos próximos anos. Nessa altura, tal como agora, há tranquilidade, a vida começa a melhorar um pouco e o voto a seguir naturalmente a tendência da política que deu melhores condições de vida à população. Afinal esse é o sentido da política. E como se começou a viver melhor afastaram-se da revolução, do socialismo que não tiveram esta consequência e votou maioritariamente pela Aliança Democrática. Creio que é isto que tem acontecido.

J.T.S. - Em Espanha, onde há tanta ambiguidade na linha política e se vai tão mal sofre-se tanto, talvez mais, com uma aliança. Isto não se transmitiu de um País para o outro, no entanto uma aliança como a Aliança Democrática está de algum modo, precedida de uma certa confusão na qual estão os cristãos... Há tensões muito fortes?

F.S.C. - Não, não há tensões fortes na Aliança Democrática. Nestes dez meses não houve tensões, o Governo funciona como se fosse um Governo não partidário, nunca se colocou numa posição partidária no Governo. É uma equipa muito boa. Pode haver ocasionalmente, como agora com o Presidente da Assembleia da República negociações, mas tensões não há.

J.T.S. - Pensa sr. Primeiro-Ministro que poderá haver uma correlação entre o Partido Comunista estalinista e o terrorismo? O Partido Comunista tenta ser autónomo, como em Espanha, na questão do terror nas ruas? Pensa que poderá haver alguma relação nisto, ou que Espanha é simplesmente diferente de Portugal?

F.S.C. - Penso que não. Penso que o fenómeno terrorista em Espanha não tem nada que ver com o Partido Comunista mas sim com as intenções das autonomias especialmente com o problema do País Basco. Isto parece-me enquanto observador.

J.T.S. - Porque não há terrorismo aqui em Portugal?

F.S.C. - Seria muito difícil num País tão pequeno e com uma economia e sociedade predominantemente rural, com zonas industrializadas tão pequenas a lançar um plano de terrorismo aqui em Portugal. Seria totalmente destruído e creio que os responsáveis seriam considerados de esquerda e isso traria conse-

quências muito sérias para o Partido Comunista. Claro que está por determinar o fio de ligação entre terrorismo internacional e comunismo internacional. Creio, no entanto, que aqui em Portugal seria muito difícil lançar um plano terrorista. No entanto, não há nenhuma relação entre Partido Comunista estalinista e a ausência de terrorismo. Antes da Revolução, e isto é sabido, era um ou outro ramo do Partido Comunista quem colocava bombas e quem causava os danos da acção revolucionária armada. No entanto, nunca praticou terrorismo pessoal, porque penso que sabia, como sabe, que isso redundaria numa situação muito difícil para o Partido Comunista.

J.T.S. - Para terminar queria perguntar-lhe: como é que Portugal e Espanha que tiveram com as suas ditaduras durante anos e anos de portas fechadas, agora que se transformam em países democráticos quase ao mesmo tempo e com Governos que com as costas viradas um ao outro nos vamos encontrar no Mercado Comum e vamos abrir as portas, como se estão abrindo quanto até aqui não se podia fazer nada. Como explica isto?

F.S.C. - Creio que é uma situação paradoxal porque representa talvez uma certa desconfiança latente entre os dois países. E se houve alguns progressos muito ténues, muito tímidos até agora, creio que com a nova situação portuguesa depois da eleição de Soares Carneiro estarão criadas as condições para uma cooperação mais intensa entre Portugal e a Espanha em todos os planos e creio que não há nenhum motivo para que haja esta situação da parte portuguesa talvez de uma certa desconfiança e da parte espanhola de um certo desinteresse por este vizinho tão pequeno e tão pouco desenvolvido. Parece-me que inclusivamente nas estradas, nas comunicações vamos melhorar este plano que apresentámos à Comunidade - o plano de acções comuns. Primeiro a construção de uma rede de estradas no Norte, que ponha o interior em contacto com as estradas espanholas e dali com a Europa. Creio que o problema principal é o das comunicações: comunicações físicas, políticas, culturais e comerciais. Porque se desenvolvermos este tipo de comunicações e passarmos a estar frente a frente, e não virados de costas, é muito mais fácil conversar e actuar em conjunto.

J.T.S. - Penso que agora há muitos mais turistas espanhóis...

F.S.C. - Sim, há muitos mais turistas espanhóis em Portugal e isto porque a vida em Portugal é muito mais barata e porque há um sistema de preços subsidiados e que faz com que os turistas também beneficiem disso, e assim torna-se atractiva a vinda de turistas espanhóis aqui e são muito bem recebidos.

J.T.S. - Pelo menos conhecemo-nos...

F.S.C. - Claro!

1.42. A Última Mensagem de Sá Carneiro aos Portugueses

Hoje, sexta-feira, Sá Carneiro deveria falar aos portugueses pela televisão. A morte privou-nos de ouvir a palavra que nos queria enviar, neste fim de cam-

panha eleitoral. Povo Livre não quis deixar de revelar a última mensagem de Sá Carneiro. Meditem nela todos quantos, nesta hora, choramos a sua morte irreparável.

Aquilo que muitos julgavam impossível, aconteceu. O Partido Comunista apoia oficialmente o General Ramalho Eanes. O Partido Comunista apela ao voto no general Ramalho Eanes e o general Eanes não nega o apoio do Partido Comunista, não rejeita os seus votos.

Hoje é claro que Álvaro Cunhal está com Eanes, que o general Eanes está contra Freitas do Amaral, contra mim, contra a Aliança Democrática e também contra o Dr. Mário Soares.

Isso vem dar um novo valor à próxima eleição para o Presidente da República, uma responsabilidade para todos, valor e responsabilidade muito grandes. Trata-se, mais do que da escolha de pessoas, da escolha de caminhos para o futuro que a todos nos dizem respeito, a nós homens e mulheres desta geração, a vós jovens que esperais o futuro, a vós mais velhos que esperais a justiça que vos fizemos durante estes dez meses de governação, que vos faremos se continuarmos a governar.

Mas será possível continuar a governar?

Será possível servir o País, actuando na política, se os votos do eleitorado da Aliança Democrática e doutros democratas se misturarem com os votos do Partido Comunista? Não é possível e por isso vos faço um apelo - o apelo a que não mistureis os vossos votos, vós, eleitorado da Aliança Democrática, vós, eleitores independentes, socialistas, outros democratas: não mistureis os vossos votos com os votos do Partido Comunista, levando a Belém o candidato apoiado pelo Partido Comunista.

Seria precipitar o País na crise, na instabilidade, na insegurança, na anarquia, nas dificuldades económicas crescentes, seria regressar agora, que estamos em 1980, com o futuro à nossa frente, seria regressar a 1975. Não podemos consenti-lo todos nós.

Vós, donas de casa, que prezais a segurança do vosso lar, o futuro dos vossos filhos; vós jovens, repito; todos nós, estamos perante uma enorme responsabilidade: a nossa é directa, é tomar claro perante vós aquilo que se joga nestas eleições. A vossa é de corresponder a essa responsabilidade, a essa consciência, a esse risco, elegendo não apenas o mais competente, o melhor candidato, o melhor Presidente, mas aquele que com a Aliança Democrática garantirá a segurança, a estabilidade, a liberdade para o Povo Português.

1.43. Mensagem de Sá Carneiro no Tempo de Antena do General Soares Carneiro

No último tempo de antena, do general Soares Carneiro, o líder social-democrata, Francisco Sá Carneiro, fez o derradeiro apelo ao povo português, a bem da preservação da democracia e progresso social e económico já alcançado.

A sua palavra foi simples, serena e firme, como sempre. O seu último conselho será, mais uma vez, compreendido pelos portugueses.

Boa noite. É hoje claro que há apenas dois candidatos à Presidência da República: o General Ramalho Eanes e o General Soares Carneiro. O General Ramalho Eanes apoiado pelo MRPP, pela Organização Comunista Marxista Leninista, pelo MDP-CDE, pela ASDI, por parte do Partido Socialista sem o Dr. Mário Soares e sobretudo pelo Partido Comunista. A desistência do candidato apresentado pelos comunistas, Sr. Carlos Brito, é significativa e reveladora do empenhamento do Partido Comunista na eleição do General Ramalho Eanes.

Por outro lado, o General Soares Carneiro, tem consigo a Aliança Democrática, a maioria social democrata nos Açores e na Madeira que apoia os Governos Regionais e as Assembleias Regionais, muitos independentes, várias personalidades e sobretudo o sentir de todos aqueles que votaram Aliança Democrática no dia 5 de Outubro e que hoje não estão dispostos a destruir o seu voto, a destruir a maioria, elegendo a oposição comunista simbolizada pelo General Eanes.

Tivemos três anos de Governos de Eanes: 5 Governos em três anos; deterioração das condições de vida de todos; o País desesperado; veio a Aliança Democrática encetámos um caminho de recuperação, um caminho de justiça social, dando melhores condições aos mais velhos e aos mais desfavorecidos, segurança às mulheres no seu emprego, às donas de casa, perspectiva de futuro aos jovens. Tudo isto pode ser continuado e deve ser continuado, mas só o poderá ser com o General Soares Carneiro como Presidente da República.

O General Eanes simbolizando a oposição seria a contradição da maioria com a oposição, seria a destruição do voto da AD de 5 de Outubro. E é por isso que eu não poderia continuar e não continuarei como Primeiro Ministro se o General Eanes foi eleito Presidente da República.

Estou certo que o compreendem todos aqueles que apoiam a Aliança Democrática, que nela votaram. Votar Soares Carneiro é votar por Portugal, com a Aliança Democrática.